

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



SATÉLITES DE EMPREGO MILITAR

Nelson Freire Lavenère - Wanderley

4º TRIMESTRE / 77

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — *Flávio Teixeira, Mário Múndor, Antônio Lélio do Carvalho e L. de Mauá Reis*

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1973

Ano I.

Grupo mantenedor — Berthimico Künger, Estevão Leitão de Carvalho, Joncim
de Souza Soárez (redatores), Francisco de Paula Góis, Mário Góis, Lima e Silva, Pará Sodré, Jorge Vazquez, Zumbi do Cacim-
bante, Euclides Figueiredo, Távora, Amaro Vila Nova, Mário da Costa.

SUMÁRIO

EDITORIAL

Pág.

3

SATÉLITES DE EMPREGO MILITAR — *Tenente Brigadeiro RR Nelson Freire Lavenère-Wanderley* 5

EvoluçãoS DAS TÁTICAS E DA TÉCNICA DE BLINDADOS (2º PARTE DE 1939 a 1944) — *Ten Cel Cav QEMA Agnaldo Del Nero Augusto* 11

INTRODUÇÃO À GEOPOLÍTICA — *Ten Cel Cav QEMA Roberto Machado de Oliveira Mafra e Ten Cel Cav QEMA Carlos Athaydes de Lima Alves* 51

A ATUAL POLÍTICA EXTERNA DA CHINA — *Cel Art QEMA Juarez Danton Vianna de Abreu Gomes* 91

A ASCENÇÃO DO BRASIL — *Norman Gall* 99

CONHECENDO O INIMIGO INTERNO — QUAL A SUA ORGANIZAÇÃO — *A. de Lannes* 121

O NOVO MAPA ESTRATÉGICO DO MUNDO — *Geoffrey Kamp* 135

A BATALHA CONTRA OS CAMPOS DE MINAS — *James N. Narsden* — tradução do *Ten Cel Inf QEMA Domingos M. Antônio Gazzineo* 149

SÍMBOLO DA PÁTRIA — *Prof Daltro Santos* 155

CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS DE ANDRÉ BEAUFRE — *Geraldo da Fonseca* 161

PROJETO TROMBETAS — *Pesquisa da Redação* 167

O DESAFIO HABITACIONAL NO BRASIL — *Mauricio Schulman* 179

RIOCENTRO 185

QUESTÕES DO CONCURSO DE ADMISSÃO À ECENE — *Pesquisa da Redação* 189

INFORMAÇÕES — *Pesquisa da Redação* 195

LIVROS 201

EDITORIAL

O passar do tempo, esbatendo contornos e apagando contrastes, desfigura, a médio prazo, a importância de muitos acontecimentos, que só adquirem sua verdadeira dimensão histórica quando a perspectiva dos anos permite situá-los em sua devida proporção e posição.

Para muitos observadores, dentro e fora do país, parece ser este o caso da Revolução de Março de 1964 no Brasil. Por ignorância ou desinformação de uns quantos, ou por interesses imediatistas, pessoais ou políticos, de outros, parecem esquecidos, a muitos, os graves acontecimentos que se sucederam em nosso país, de 1961 a 1964 e, principalmente, as graves consequências que adviriam para as nações do Ocidente, da derrota ou omissão das Forças Armadas brasileiras naquela difícil conjuntura.

No plano interno teríamos a desagregação econômica e social da Nação, que nos conduziria, sem nenhuma dúvida, às pesadas brumas do totalitarismo marxista.

No plano internacional, as consequências não seriam de difícil previsão. Instalado no Brasil um governo marxista-leninista, toda a América Latina seria presa fácil do expansionismo soviético, que teria a ajudá-lo a posição geográfica e o próprio peso específico de nosso país no continente.

Até hoje se pode dizer que em 1964, no Brasil, o Movimento Comunista Internacional experimentou sua pior derrota, frustrando irremediavelmente planos de expansão que vinham sendo paulatinamente executados em obediência à estratégia de aproximação indireta, que os soviéticos aprenderam com Sun Tzu.

Estas reflexões precisam ser exercitadas por aqueles que prezam os valores culturais da civilização ocidental, e devem inspirar a todos na realização de um esforço comum de compreensão e de concórdia, permitindo à Nação Brasileira cumprir o destino histórico que lhe está reservado entre as nações do Mundo Livre.



X SATÉLITES DE EMPREGO MILITAR

Nelson Freire Lavenère-Wanderley

Aspirante-a-Oficial da Turma de Janeiro de 1930, atingiu ao posto de Tenente-Brigadeiro na Força Aérea Brasileira.

Participou do primeiro voo do Correio Aéreo Nacional, tendo pilotado em todas as suas linhas ao longo de sua carreira.

Em 1941, ao ser criado o Ministério da Aeronáutica, fez parte do Gabinete Técnico que elaborou a organização inicial da FAB.

Durante a 2ª Guerra Mundial, cumpriu missões como piloto de caça, tendo sido Oficial de Ligação da FAB junto ao Estado-Maior das Forças Aéreas Aliadas do Mediterrâneo.

Foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Ministro da Aeronáutica e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Autor de diversos trabalhos publicados, destacando-se "Os Balões de Observação na Guerra do Paraguai".

Fatores novos no panorama estratégico mundial foram introduzidos com o uso de satélites de emprego militar; entre 1956 e 1976 já foram lançados, pelas potências militares, 1.386 satélites de emprego militar; alguns desses satélites ficaram orbitando em torno da Terra apenas 10 dias ou pouco mais; outros desses satélites ficarão orbitando muitos milhares de anos.

A grande publicidade que têm tido os satélites de emprego civil, para a transmissão dos programas de televisão, para a transmissão do noticiário para os jornais, para as comunicações entre as várias cidades da Terra, para a obtenção de dados meteorológicos e para a obtenção de dados sobre recursos naturais, essa grande publicidade digo, não tem facilitado a avaliação da importância estratégica dos satélites de emprego militar.

Nos últimos anos, aproximadamente 60% dos satélites lançados pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética têm sido satélites de emprego militar.

Os satélites de emprego militar já lançados até o fim de 1976 dividem-se pelas várias potências do seguinte modo: 551 foram lançados pelos Estados Uni-

dos da América, 817 pela União Soviética, 5 foram lançados pelos Estados Unidos da América mas são utilizados pela Inglaterra, 3 foram lançados pelos Estados Unidos da América para uso da França e 5 foram lançados pela própria França, 2 foram lançados pela China e, finalmente, 3 foram lançados pelos Estados Unidos da América para uso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Examinando a quantidade de satélites de emprego militar já lançados pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética, verifica-se a extraordinária importância que eles dão aos satélites de emprego militar.

Até o fim de 1976, os Estados Unidos da América já gastaram com os satélites de emprego militar um terço de todos os gastos com o seu programa espacial, isto é, já gastaram aproximadamente 30 bilhões de dólares.

A órbita a ser escolhida para um satélite de emprego militar depende de muitos fatores como sejam a duração que se deseja para a vida do satélite, o peso útil do satélite com o seu equipamento, a área do globo terrestre que se quer observar, a distância que o satélite tem que passar na parte da sua trajetória mais próxima da Terra (perigeu), a hora do dia mais conveniente para fotografar ou para colher outros dados numa determinada região e pode depender mesmo da necessidade de fazer o satélite passar, em cada órbita, à mesma hora sobre um determinado ponto da superfície da Terra, de modo a ser possível comparar os dados colhidos em dias diferentes.

Geralmente a órbita de um satélite tem a forma de uma elipse alongada; em alguns casos a órbita tem a forma quase circular; mas tanto num caso como noutro, a órbita do satélite sofre pequenas variações causadas pela rotação da Terra, pelo seu achatamento, pelas variações encontradas nas várias camadas da estratosfera e da ionosfera, pelas variações do campo gravitacional da Terra e pela influência da Lua e do Sol.

Os satélites, de um modo geral, podem ser manobrados a comando do solo, seja para alterar a sua órbita, seja para corrigir pequenos desvios da órbita, seja para mantê-los estacionários na vertical de determinado ponto da superfície da Terra.

O ângulo escolhido, entre o plano da órbita do satélite e o eixo da Terra, determina as áreas sobrevoadas pelo satélite.

Os principais tipos de satélites de emprego militar são: os de reconhecimento fotográfico, os de reconhecimento eletrônico, os de alarme antecipado, os de navegação, os de comunicações, os meteorológicos, os geodésicos, os de vigilância dos oceanos e os interceptadores de outros satélites.

Os satélites de reconhecimento fotográfico conduzem várias máquinas fotográficas de grande poder de resolução, capazes de fotografar com nitidez, na superfície da Terra, pequenos objetos, automóveis e até pessoas.

A riqueza de detalhes e o tamanho mínimo dos objetos que podem ser fo-

tografados por uma máquina fotográfica a bordo de um satélite de reconhecimento fotográfico dependem da distância focal e de outras características da máquina fotográfica, do tipo de filme por ela usado, do contraste de coloração entre os objetos e os seus arredores, da sombra projetada pelo objeto e da altitude do satélite.

Naturalmente, quanto mais baixo passar o satélite melhor a fotografia, mas a passagem pelas camadas mais densas pode desacelerar sensivelmente o satélite e reduzir a sua vida útil.

O primeiro satélite de reconhecimento fotográfico dos norte-americanos foi lançado no dia 10 de agosto de 1960: foi o "Discoverer 13"; esse satélite foi também o primeiro que ejetou uma cápsula com filmes que foi recuperada pelas equipes de terra.

No ano de 1976 os norte-americanos puseram em órbita mais três satélites de reconhecimento fotográfico; o maior deles, o "Big-Bird", foi lançado por um foguete "Titan 3D" no dia 19 de dezembro, com uma previsão de permanência em órbita durante 5 meses.

A finalidade principal de um satélite de reconhecimento eletrônico é determinar a localização e as características dos radares de defesa aérea e da defesa contra os mísseis estratégicos intercontinentais do inimigo; grande número desses radares se situam, o mais avançado possível, nas fronteiras do território controlado pelo inimigo.

Os satélites de reconhecimento eletrônico também procuram escutar as mensagens transmitidas pelas estações militares de rádio-comunicações; esses satélites procuram determinar a potência dos radares inimigos, as suas freqüências, a velocidade de rotação da antena do radar e o intervalo e a duração das emissões do radar; de posse desses dados é que são projetados e construídos os equipamentos de contra-medidas eletrônicas.

A vida útil de um satélite de reconhecimento eletrônico é regulada pela duração das suas baterias e células solares, assim como pela duração de funcionamento dos seus gravadores e dos complexos equipamentos eletrônicos que eles possuem.

Os satélites de alarme antecipado procuram detetar o lançamento dos grandes mísseis estratégicos e de outros foguetes, por meio de equipamentos com sensores de ondas infra-vermelhas que registram as grandes fontes de calor desenvolvidas nos referidos lançamentos.

Os satélites de navegação emitem sinais que permitem determinar, com grande aproximação, a posição de navios, aviões e submarinos em navegação no mar ou no ar; permitem, também, fornecer dados de navegação para os mísseis estratégicos intercontinentais, levando-os com precisão aos seus objetivos.

Os satélites de comunicações permitem a transmissão de sinais de rádio e de televisão a grandes distâncias, sem a necessidade de um grande número de estações intermediárias de micro-ondas. Os satélites de comunicações levam equipamento "transponder" (receptor-amplificador-transmissor) que permite a transmissão a

grandes distâncias de sinais eletro-magnéticos; eles levam também equipamento emissor de rádio-farol, o que facilita o acompanhamento do satélite pelas antenas das estações de terra.

O Ministério de Defesa norte-americano opera dois sistemas de satélites militares de comunicações que fazem parte da rede do Sistema Mundial de Controle e Comando Militar; os dois sistemas de satélites de comunicações são um de emprego estratégico e outro de emprego tático.

Os satélites militares meteorológicos além de darem uma cobertura de toda a superfície da Terra, concentram as suas observações sobre as condições meteorológicas na área do território inimigo.

Só a partir de 1973 é que a Força Aérea Norte-Americana começou a operar os seus próprios satélites militares meteorológicos, lançando dois a três satélites por ano. As informações meteorológicas recebidas, via satélite e de outras fontes, são concentradas na Central de Computação Meteorológica existente no Comando Aéreo Estratégico, na "Offutt Air Force Base" em Nebraska.

Um dos fatos mais significativos na evolução tecnológica das armas nucleares é a precisão com que os mísseis estratégicos intercontinentais podem levar as ogivas nucleares até os seus objetivos; essa precisão tem aumentado muito graças ao desenvolvimento tecnológico dos satélites militares de navegação e dos satélites militares geodésicos.

Os satélites militares geodésicos permitiram, ultimamente, grandes progressos na determinação exata da forma da Terra, do seu campo gravitacional, do contorno das suas elevações e montanhas e permitiram a determinação da distância precisa entre os vários pontos da superfície da Terra, mesmo que estes estivessem separados por oceanos.

Tudo isso resultou numa grande melhoria na precisão dos mísseis estratégicos intercontinentais e dos demais mísseis estratégicos lançados de bordo de submarinos e de aviões; como consequência, tornou-se menos estável a confrontação e a detergência mútuas das duas superpotências; tornou-se mais problemática a retaliação com um segundo golpe, depois do inimigo ter assestado o primeiro golpe nuclear arrasador; tendo-se certeza de uma maior precisão na chegada das ogivas nucleares sobre os objetivos estratégicos, pode-se distribuir as ogivas nucleares por um maior número de objetivos, na tentativa de desarmar nuclearmente o inimigo, de uma forma mais completa, no primeiro golpe nuclear desferido.

Do acima exposto decorre, também, o interesse das duas superpotências em torno dos "mísseis de cruzeiro", que são aviões não-pilotados, que têm possibilidade de evadir a deteção pelos radares e que podem fazer chegar, com grande precisão, as ogivas nucleares sobre os objetivos.

Recentemente, as duas superpotências começaram a lançar os satélites militares de vigilância dos oceanos; esses satélites são equipados com máquinas fotográficas e com sensores de ondas infra-vermelhas; eles podem detetar a posição dos na-

vios de superfície e, provavelmente a de submarinos em imersão; esses satélites também fazem a escuta das comunicações entre navios e entre submarinos.

Finalmente citamos os satélites interceptadores de outros satélites que se destinam a interferir na ação dos satélites de emprego militar do inimigo, ou anular essa ação; isso pode ser feito lançando no espaço um satélite e manobrando-o até a proximidade do satélite visado; em seguida, provocando uma colisão ou detonando uma carga explosiva, consegue-se a destruição ou a neutralização do satélite inimigo; já se está cogitando da blindagem de certos satélites para protegê-los dos ataques de satélites interceptadores; até agora não há notícia de nenhum satélite que tenha sido interceptado por outro satélite.

Os Estados Unidos da América e a União Soviética têm, cada um, três bases de onde são feitos os lançamentos dos foguetes que colocam em órbita, em torno da Terra, os satélites de emprego militar; os Estados Unidos da América fazem esses lançamentos do "Eastern Test Range" no Cabo Kennedy na Florida, do "Western Test Range" na "Vandenberg Air Force Base" a 200 milhas a noroeste de Los Angeles na Califórnia e da Ilha Wallops no Estado de Virginia; a União Soviética faz os lançamentos de satélites de emprego militar da base de Kapustin Yar no sul do país, da base de Tyuratam na Província de Kazakhstan e da base de Plesetsk.

Os numerosos satélites de emprego militar que, permanentemente, estão agora orbitando em torno da Terra, modificaram as condições de confrontação estratégica entre as duas superpotências; essa confrontação já se estende para o espaço sideral, além da estratosfera, com a presença contínua de satélites de emprego militar; esses satélites estão permanentemente espionando as atividades do inimigo ou estão prontos para dar o alarme, caso uma das superpotências dispare um número considerável de mísseis estratégicos; esses satélites estão sempre fornecendo dados de navegação que podem ser utilizados pelos mísseis, aviões e submarinos de emprego estratégico; esses satélites estão exercendo uma vigilância constante sobre os oceanos, procurando acompanhar os deslocamentos dos navios de guerra inimigos e, principalmente, os deslocamentos dos submarinos nucleares equipados com mísseis de emprego estratégico.

Como se sabe, a única limitação que as duas superpotências têm, depois que assinaram em 1967 o Tratado do Espaço Exterior, é a de não colocarem em órbita, em torno da Terra, veículos conduzindo armas nucleares e a de não colocarem essas armas nucleares na Lua ou nos demais corpos celestes.

Depois da II Guerra Mundial, a humanidade nunca mais teve períodos de verdadeira paz; as superpotências se armam cada vez mais e se vigiam como inimigos; as informações de que a guerra nuclear foi ou está para ser desencadeada virão agora dos satélites de emprego militar.

- Referência: — "SIPRI" Yearbook" — 1977 — páginas 103 a 187
Stockholm International Peace Research Institute
— "World Armaments — The Nuclear Threat" — 1977
Stockholm International Peace Research Institute



EVOLUÇÃO DAS TÁTICAS E DAS TÉCNICAS DE BLINDADOS

Agnaldo Del Nero Augusto

*Tenente-Coronel de Cavalaria da Turma de 20 Dez 56,
promovido ao posto atual, por merecimento, em 31 Ago 76.*

Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Comunicações, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Exerce, atualmente, a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

"A rapidez é a essência da guerra, explore a lentidão do inimigo, avance por caminhos inesperados e ataque nos lugares sem defesa."

Sun Tzu - 1

4. OS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA

a. A doutrina na prática – Campanha da POLÔNIA

Nos anos 30 os alemães haviam criado um exército estritamente ofensivo cuja peça fundamental eram as Divisões Panzer. Essas divisões, embora sensivelmente alteradas em sua concepção original, estavam destinadas a operar em todas as fases da batalha, em todas as ocasiões, enquanto o terreno lhes permitisse.

As quatro semanas que duraram as operações na POLÔNIA foram um teste utilíssimo para a consolidação da doutrina de emprego das forças blindadas alemãs.

Ali, as Panzer só eram empregadas onde os alemães tencionavam obter a decisão. Nessas ocasiões, se fosse preciso vencer oposição inevitável, atacavam com várias levas de carro, escalonados em frente estreita, não superior a 5 Km, como ocorreu, por exemplo, em DANZIG. No entanto, se deparavam com posições fortificadas, particularmente com armas anti-carro bem localizadas e guarnecidas, tentavam silenciá-las ou empregar outra forma de manobra que não a penetração. Se a

posição tivesse seus flancos bem guardados, esperavam a Infantaria cerrar para desencadear um ataque convencional.

O perfeito conhecimento da capacidade dos carros permitiu que os alemães os utilizassem em caminhos julgados pelos outros exércitos inacessíveis a estes. O Gen Thoma, por exemplo, após evitar o caminho natural pelo Passo de JUBLUNKA, preferindo realizar sua ação pela Floresta de TUCHOLA, graças à facilidade que encontrou para apossear-se de seus objetivos, enunciou: "uns poucos carros no ponto menos óbvio e sem defesa, valem mais que um exército deles no local mais provável e mais bem defendido". Era a ratificação para as forças blindadas de velho princípio que seria largamente utilizado pelos alemães.

Os alemães puseram em prática, pela primeira vez em campanha, a tática de cerco que devia caracterizar o combate de seus corpos blindados nas campanhas subsequentes: irrompimento através das defesas adversárias, buscando fazer a junção, rapidamente, à retaguarda, de modo a formar um bolsão, no interior do qual o adversário seria destruído por outras forças.

Aprenderam, também, os alemães, embora nem sempre respeitassem esse ensinamento auferido, que as localidades constituem-se em obstáculos para as forças blindadas só superados pela necessidade de transpor obstáculos aquáticos. VARSÓVIA lhes ensinara que a redução de cidades e fortificações poderosas devem ficar a cargo da Infantaria.



Perceberam o quanto era importante para as forças blindadas o apoio aéreo, mesmo indireto, e puderam definir a organização de um Corpo ideal, com base na experiência do XIX Corpo Panzer de Guderian, constituído de 2 Div Pz e 1 Div Inf Mtz.

Embora não tivessem tido oportunidade de travar nenhum sério combate de carro contra carro e as forças polonesas se mostrassem fracas, as Panzer demonstraram que o planejamento, a organização e os métodos estabelecidos antes da guerra eram perfeitamente adequados para enfrentar as defesas convencionais. As Div Inf Mtz mostraram-se valiosos complementos das divisões panzer.

A rapidez e a surpresa, que lhe imprimiram uma agressividade invulgar, tinham sido as características marcantes das forças blindadas alemãs. Firmava-se, assim, o conceito operacional dos alemães — a "Blitzkrieg" e o instrumento de sua realização, a "Divisão Panzer".

Por outro lado, as divisões ligeiras mostraram-se incapazes, seja de atuar como as Panzer, por lhes faltar meios adequados, seja de operar como tropa de acompanhamento daquelas, por não contarem com suficientes forças de Infantaria. Também as Div. Inf clássicas foram julgadas inadequadas para emprego nesse novo tipo de guerra, a "guerra relâmpago", como passou a ser chamada.

O importante dessa experiência, no entanto, foi a pronta absorção dos ensinamentos colhidos. As Divisões Ligeiras foram imediatamente transformadas em Panzer. Tanto quanto possível, a Infantaria foi equipada com VBTP o que lhe permitia operar mais estreitamente com os CC e o apoio aéreo às forças blindadas foi aperfeiçoado. Criavam-se, com base na experiência dessa Campanha, as condições para que as Panzer alcançassem o mais alto grau de eficiência, o que viria ocorrer na Campanha da FRANÇA.

b. A derrota de uma estratégia — Campanha da FRANÇA

A 10 de maio de 1940, as teorias dos dois principais sistemas militares europeus foram postas em confronto. O seu desfecho é por demais conhecido — não há notícias nos anais das guerras de que forças tão poderosas quanto as lançadas pelos aliados na Campanha de 40 se tenham deixado abater tão rápida e completamente.

Pela superioridade dos meios aliados era razoável esperar que se saíssem melhor. Se os equívocos da estratégia aliada facilitaram a ação das forças blindadas alemãs, nem isso e nem mesmo o fato destas últimas terem ido para a guerra com uma técnica apuradíssima pode explicar como uma grande nação pôde sucumbir ao impacto de um golpe tão repentino. Só as profecias de Fuller sobre o golpe paralizador das forças blindadas, mais psicológico do que físico, oferece uma explicação razoável deste colapso.

Do exame desta Campanha desejamos ressaltar os conceitos sobre os quais os aliados erigiram sua doutrina. Neste particular, nada mais indicativo do seu falho ponto de vista militar do que a crença de que os alemães se curvariam à sua lógica e evitariam atacar a "Linha Maginot", realizando um amplo envolvimento pela BÉLGICA, numa repetição do velho "Plano Schlieffen".

Destas idéias resultou a catastrófica distribuição de suas forças. Dela e do desejo de respeitar a neutralidade da HOLANDA e da BÉLGICA, resultou o complexo "Plano D", realizado sem qualquer coordenação com os belgas. Em consequência, arbitraram uma linha da defesa belga — a do Rio DYLE — para sua própria defesa, sem saber se tinha valor defensivo e que só seria ocupada depois que o inimigo invadisse o território daquele país.

Com a invasão da BÉLGICA, ao Corpo de Cavalaria, constituído das 2ª e 3ª DLM, coube avançar rapidamente à frente do 19 Gr Ex para, cobrindo-o, reconhecer aquelas posições.

O problema para o Corpo de Cavalaria francês não era só o de falta de tempo para preparar a posição, mas também de concentração em espaço, pois embora as DLM tivessem tantos carros quanto os alemães nessa frente, deveriam empregá-los em frente ampla para cobrir todos os acessos à posição dos exércitos, enquanto as panzer estavam sendo lançadas em estreito setor. Nestas circunstâncias, não é de estranhar que os carros franceses fossem incapazes de fazer valer a superioridade de seu poder de fogo, vendo-se, repetidamente, envolvidos em bolsões, atacados pela frente e pela retaguarda, por um inimigo que, em cada local, se fazia numericamente superior.

Quando os carros do Corpo de Cavalaria começaram a chegar às margens do DYLE, em 10 de maio, depois de longa marcha de cerca de 160 Km, estavam sozinhos, pois os belgas já não apresentavam resistência e o I Ex francês, praticamente, não se movera e seus morosos carros de infantaria tinham que aguardar a noite para serem levados à frente.

No dia 12 de maio as DLM se viram sob pressão. A 13 estavam a 15 Km à frente da que seria a principal posição de defesa, que ainda estava para ser totalmente ocupada pelo 19 Ex francês. Na manhã seguinte, o Corpo de Cavalaria foi acolhido e ao invés de ser concentrado à retaguarda como uma poderosa reserva móvel, teve seus carros distribuídos pela Infantaria, pois o Cmt do I Ex pensava em termos de defesa em uma única linha. Deste modo, essas divisões que eram as únicas além das DCR que se achavam em condições de atuar em massa, tinham seus carros disseminados por toda a frente, desmembrando-se o Corpo de Cavalaria.

Contradição semelhante a antes descrita e que põe a nu os falsos conceitos dos aliados, reside no fato de que, enquanto os carros leves do Corpo de Cavalaria vinham arcando com o peso principal, em combate cerrado próprio da Infantaria e com grandes baixas, os "Matilda", que haviam sido projetados para esse tipo de combate, permaneciam inavitos junto à Força Expedicionária Inglesa que se deslocara para a BÉLGICA.

No momento em que as DLM estavam sendo acolhidas ao norte, os Corpos Blindados alemães estavam aparecendo na margem leste do Rio MOSA e a travessia de pelo menos 7 Div Pz pelas ARDENAS derrubou a teoria de que a região não seria penetrável por forças blindadas, colocando as reservas alemãs entre a linha "Maginot" e o grosso das forças aliadas, lançando completa confusão em todo seu sistema defensivo.

A rapidez do colapso do exército belga, a pesada pressão que sofriam as forças do 19 Ex ao norte e a penetração nas ARDENAS roubaram toda tranquilidade do Alto-Comando Francês, antes mesmo que o combate ao longo da frente atingisse o seu auge.

Os franceses haviam perdido a grande oportunidade de atacar as forças alemãs no momento que estas se mostraram mais vulneráveis, isto é, quando sua infantaria, apoiada por artilharia e bombardeiros de mergulho, estabeleciam cabeças de ponte no MOSA. O forte fogo da artilharia francesa retardara essa travessia em alguns lugares, mas a destruição dessas forças não pôde ser feita porque os aliados não dispunham de GU blindadas na área com que pudessem contra-atacá-las com eficiência.

Não podendo impedir a travessia no MOSA, o 9º Ex francês iniciou a retirada expondo por completo o flanco do 1º Ex que já lutava com grande dificuldade. Agora, toda a frente estava em movimento e os conceitos aliados destituídos de valor. Pagavam pelo erro de se obstinarem, antes da guerra, em não reconhecer a possibilidade de uma decisão por blindados. O pânico que se apossou dos germânicos no final da I GM, quando passaram a exagerar o número e o valor dos carros de combate, desta vez, se abatia sobre os aliados.

Quando das cabeças de ponte, as Div Pz começaram a por-se em perseguição aos franceses que se retiravam, estes realizaram, com seus Btl independentes, contra-ataques esparsos e por isso mesmo ineficientes.

Muitas oportunidades de causar pesados danos às tropas alemãs foram perdidas. Os blindados franceses haviam fracassado em mobilidade e concentração, por não possuírem suas tropas um padrão elevado de treinamento. O número de veículos franceses posto fora de combate por falta de combustível foi muito maior do que o de destruídos pelo inimigo. Além disso, as tropas blindadas francesas não se atreviam a movimentar-se de dia, por temerem os implacáveis ataques da aviação alemã.

Uma dessas oportunidades perdidas a que nos referimos merece ser recordada porque revela toda filosofia que foi derrotada nesta ocasião. A 3º DCR chegava a SEDAN, no exato momento em que Guderian, com seu XIX Corpo Pz se desviou para Oeste, deixando exposto seu flanco. As péssimas condições dos canais de comunicações, a morosidade das forças francesas em se articularem, a lentidão do reconhecimento e do reabastecimento impediram que a 3º DCR desfechasse um ataque rápido e, talvez, decisivo. Além disso, muitos dos "Char B" desta Divisão haviam enguiçado durante o longo percurso e ainda não estavam presentes. Quando tudo estava pronto o Cmt francês no local mudou de idéia, optando por manter-se na defensiva, dispersando a 3º DCR como uma fileira de casamatas ao longo do flanco sul do avanço de Guderian, como a protegê-lo.

Atitude semelhante seria repetida com constância. Adotar uma atitude defensiva era o plano favorito de muitos líderes franceses quando se defrontavam com qualquer dificuldade.

Em 20 Maio os alemães avistaram o Canal da MANCHA de suas novas posições em ABBEVILLE. Chegando ao canal, pela faixa litorânea alcançariam BOULOGNE e dali DUNQUERQUE e o Grupo de Exército franco-britânico estaria isolado e obrigado a depor as armas. Em 21 Maio, os aliados não tinham forças suf-

cientes próximas da costa para retardar as panzer e permitir uma retirada ordenada. Sua única esperança era um contra-golpe ao longo do corredor panzer que se estendia desde SEDAN. Mas não tinham os aliados forças suficientes para golpe tão profundo quanto o necessário e o corredor panzer começava a ser revestido por forças de infantaria motorizada. Fizeram então um pequeno ataque com o que dispunham, 2 Btl de carros pesados e 2 Btl de Infantaria, na região de ARRAS.

Esse ataque se fez sobre parte das forças da 7ª Div Pz, de Rommel, que realizava, com uma força de carros, um desbordamento para flanquear a cidade, e a tinha muito distante da Infantaria. Foi sobre essa Infantaria isolada e desprotegida que incidiu o ataque dos carros britânicos.

Os britânicos logo perceberam que os Can AC de 37 mm da Infantaria alemã não danificavam a blindagem de seus "Matilda". Após infligir pesadas baixas na Infantaria alemã, foram detidos diante de posições de artilharia de campanha, onde os artilheiros tiveram a iniciativa de utilizar seus Can de 88 mm contra seus carros. Esta era a primeira, mas não seria a última vez, que os Can 88 mm alemães fariam a balança pender para Rommel. Os carros de Rommel, porém, nesta oportunidade, se mostraram inúteis pois além de voltarem tarde, encontraram uma barreira de Can AC britânicos que destruiu nada menos que 20 deles.

Embora mais uma vez os aliados utilizassem de forma equivocada seus carros, uma vez que, agora que necessitavam de carros leves, capazes de realizar uma ação mais profunda, utilizassem os Matilda, carros que tinham sido projetados para dar apoio à Infantaria em ataques cuidadosamente preparados, o fato é que a iniciativa do ataque superara esses aspectos técnicos e os alemães haviam sido detidos pela primeira vez. E mais importante que isso é que esse pequeno ataque não os detivera apenas localmente. O choque de ARRAS se refletiu em todo o sistema alemão, que temia um ataque para cortar suas pinças a qualquer momento. Esse ataque, ainda que posteriormente se verificasse desnecessário, provocou o retorno de algumas divisões em socorro da 7ª Div Pz, aliviando a pressão sobre DUNQUERQUE.

As ações em torno de ARRAS mostraram que canhões AC atuando em conjunto com forças blindadas constituíam uma combinação formidável. Mostraram, neste particular, a excelente qualidade dos Can 88 mm alemães como "travadores de carros à longa distância" e a ineficiência dos Can AC 37 face a carros bem blindados como os Matilda.

Desta fase da Campanha da FRANÇA até a rendição não houve mais nenhum episódio que permitisse auferir novos ensinamentos, exceto que o soldado francês nunca deixou de se mostrar valente e um ardoroso combatente, como mais um fator a atestar que a derrota da FRANÇA foi a derrota de uma estratégia.

Dizia o General De Gaulle referindo-se ao período pré-guerra: "A idéia da frente fixa e contínua dominava a estratégia prevista para uma ação futura. Dela resultavam diretamente a organização, a doutrina, a instrução e o armamento. Estava convencionado que, em caso de guerra, a FRANÇA mobilizaria a massa de suas

reservas e constituiria um número tão grande de divisões quanto possível, feitas não para manobrar, atacar e explorar, mas para defender setores... Os tipos de engenhos estavam estabelecidos em conformidade com estas concepções: carros lentos com canhões leves e curtos, destinados a acompanhar a Infantaria e não às ações rápidas e autônomas..."

Enfim, a estratégia francesa "se cristalizara nas concepções que haviam estado em vigor antes do fim da última guerra" e esta estratégia é que tinha sido frigorosamente derrotada.

Com a sucessão de golpes que sofreram, ao final desta Campanha, os franceses haviam perdido o fascínio pela defesa em linhas contínuas e trabalhavam para estabelecer um sistema defensivo profundo. Mas, quando isso ocorreu, sua força mecanizada, juntamente com o antiquado exército de Infantaria jaziam por terra.

c. As panzer aperfeiçoam suas táticas

Na Campanha da FRANÇA, as panzer apresentaram-se com parte de sua Infantaria equipada com veículos blindados de transporte de pessoal que permitiam a essa parte da Infantaria operar estreitamente com os carros, com, até então, inigualável eficiência. Ao restante da Infantaria, motorizada, era dada uma missão menos móvel e mais passiva.

A velocidade era a obstinação das forças blindadas alemãs. Em benefício dela, a participação da Artilharia em um ataque blindado também foi modificada, substituindo-se os tradicionais e, relativamente, lentos tiros de preparação da Artilharia, sempre que necessário e possível, por ataques em massa, muito mais rápidos, dos bombardeiros em mergulho. A missão do relativamente pequeno componente de Artilharia das divisões panzer deveria se concentrar agora sobre os alvos, inacessíveis e muito perigosos aos carros, tais como as armas anti-carro do inimigo. Essa Artilharia ganhava, porém, em mobilidade e em proteção blindada com o emprego dos chamados canhões de assalto, canhões com deriva limitada transportados em chassis blindados sobre lagartas.

d. Os preparativos no ano de 1940

1) Os ingleses

Sob a ameaça da invasão alemã, um grande esforço era feito na INGLATERRA para racionalização dos blindados. As lições aprendidas na FRANÇA começavam a dar frutos.

O preparo dos homens mereceu cuidado especial. Era intenso o treinamento que deveria transformá-los em motoristas, artilheiros e operadores de rádio.

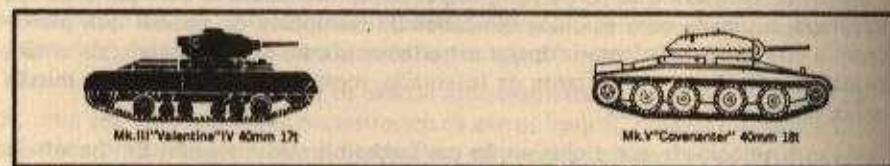
No outono de 1940, pela quarta vez desde 1938, a organização das divisões blindadas era modificada. Agora contavam com 6 Rgt de carros leves e médios e 3

Btl Inf, o que exigia nada menos do que 320 carros por divisão. Essas divisões eram complementadas por 1 Rgt Art e 1 Rgt de veículos blindados.

A grande dificuldade inglesa era o fornecimento dos CC e outros veículos essenciais à criação do novo exército capaz de igualar os experimentados alemães. Toda sua força mecanizada tinha ficado em DUNQUERQUE. Todos os carros necessários precisavam ser fabricados e isto foi feito, mas, sem dúvida, com prejuízo da qualidade.

Neste ano, os ingleses produziram mais de 4.800 carros. Apesar disto revelar um esforço valioso, estava muito aquém da necessidade estimada e do esperado, principalmente porque deste total a maioria era de carros leves, a esta altura, virtualmente inúteis. As lições dos reveses colhidos no campo do confronto entre carros não seriam aproveitadas.

Em 1939 haviam fabricado o Mark II ou "Matilda" a que já nos referimos no artigo anterior e o cruzador Mark V-Covenanter, este fornecido em grande número à URSS.



Em 1940, ficou pronto o Mark III—Valentine. Este carro usava um motor a gasolina ou diesel e estava artilhado com um Can 40 mm; sua blindagem era rebatida, ligada entre si e não a uma armação ou esqueleto como tinha sido normal na Vickers até então. Apresentava uma série de desvantagens, principalmente para a guarnição, entre as quais destacamos: as dimensões da cabine de condução dificultando a entrada e saída, a caixa de mudanças de 5 velocidades que exigia muita perícia do motorista e a direção que exigia um esforço considerável, concorrendo tudo isso, naturalmente, para a pouca manobrabilidade do carro.

2) Os norte-americanos

Ao mesmo tempo que os ingleses, os norte-americanos também cuidavam de reorganizar suas forças blindadas e também o faziam às pressas porque a possibilidade de guerra chegara muito mais rapidamente do que o esperado.

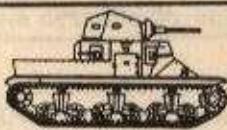
Começando tarde, agiram com presteza tão logo a necessidade se tornou evidente e porque, como acontecera antes, eles não tinham se preparado suficientemente, eram obrigados a copiar dos outros. Em Jul 40, inspirados pelo Gen A R Chaffee, eles reuniram unidades de Infantaria Mecanizada e os carros da Cavalaria no Corpo Blindado dos Estados Unidos, sediado em Fort Knox, copiando a filosofia alemã na organização de sua arma blindada.

A idéia dos blindados funcionarem como força decisiva e independente era, agora, reconhecida por unanimidade.

A 7ª Bda Cav experimental foi transformada na 1ª Bda Bld da 1ª Div Bld. Essa divisão era formada de 6 Btl de carros leves, 2 Btl de carros médios, apoiados por Artilharia e forças motorizadas, compreendendo um total de 700 veículos, dos quais 381 eram carros de combate. Além disso a divisão teria em reserva um Btl Inf equipado com carros pesados, destinado a apoiar diretamente as unidades de Infantaria. Essa organização se parecia muito com as primeiras divisões panzer.

À semelhança dos alemães no seu início, a indústria norte-americana da época, só produzia, praticamente, carros leves. Em 1939 haviam projetado o M2, um carro médio, de 18 ton, dotado de um motor Wright de avião, de 350 HP. Tinha um raio de ação de 200 Km e consumia cerca de 2,5 litros de combustível por Km. Estava armado com um Can 37 mm e 8 metralhadoras .30. Sua blindagem máxima era de 25 mm. Em 1940, produziram o M2A1, cujas diferenças em relação ao modelo anterior eram: uma blindagem mais espessa, que lhe aumentou o peso para 23 ton e o motor, que teve sua força aumentada para 400 HP.

Em 1940 produziram um carro leve, o M2A2 com 10 ton e também armado com Can 37 mm. Como se observa, estavam os norte-americanos bem atrasados quanto às características dos carros necessários, particularmente, no atinente ao seu artilhamento. Para o carro pesado não havia sequer um projeto aprovado. Embora as características desse carro fossem estabelecidas com presteza, sua produção ainda demoraria, no mínimo, 2 anos.



M2 Med. 37mm 18



M2A2 37mm 10R

3) Os soviéticos

Após a execução de Tuklachevsky e o descrédito de seus pontos de vista, os russos passaram a disseminar seus carros pelas unidades de Infantaria.

Afortunadamente para os soviéticos, enquanto isso se passava, uma nova estrela estava nascendo na área dos blindados nos campos da MANDCHURIA. Georgü Zhukov retificava suas idéias a respeito do emprego de forças blindadas independentes no campo de batalha moderno, nas batalhas de LAKE KHASAN (1938) e KHALKHIN-GOL (1939) na guerra contra o JAPÃO, quando seus carros lograram obter profundas penetrações nas posições inimigas.

Retornando à RÚSSIA, Zhukov conseguiu ver aceitas suas idéias e os manuais de campanha, que começaram a ser preparados, refletiam-nas. Esses manuais,

no entanto, não chegariam a ser publicados. As desastrosas experiências russas na guerra com a FINLÂNDIA, em vigoroso contraste com os sucessos alemães na POLÔNIA e FRANÇA, evidenciaram a necessidade de estudos cuidadosos para a realização de mais profundas modificações na doutrina soviética.

Os russos, porém, não perderam tempo. Em Nov 40 começaram a organizar nada menos que 22 Corpos Mecanizados, cada um composto de 2 Div de carros e uma Div motorizada, como preconizava Tuklachevsky.

Em 1940, produziram o KV2, um obuseiro de assalto de 152 mm pesando 55 ton. Ainda nesse ano produziram: o KV 1, um carro pesado de 52 ton, armado com um Can 76,2 mm, construído para substituir seu fracassado T-35. Mostrou-se superior aos carros alemães, não só pelo seu canhão, mas também pela sua blindagem, tão ou mais eficiente que a dos "Matilda" ingleses; o T-34, um aperfeiçoamento da série "BT", constituindo-se em substancial progresso nos blindados soviéticos. Veio dotado de rádio e apresentava um excelente raio de ação de 455 Km em estrada e 260 Km através do campo. Com uma blindagem que variava de 45 a 70 mm, peso de 26,3 ton, armado de Can 76,2 mm e desenvolvendo até 60 Km/h, apresentava uma magnífica e equilibrada combinação de blindagem, mobilidade e poder de fogo.



4) Os alemães

Todavia, também os alemães faziam aperfeiçoamento em seus blindados. Construíram três diferentes modelos, o F, o G e o H do Pz III, com melhor blindagem, o mesmo ocorrendo com o Pz IV, no seu modelo D e E, este último tendo um acréscimo de 3 ton em relação ao modelo anterior, em função, praticamente, do aumento de sua blindagem.



Os germânicos produziram ainda, neste ano, um carro destróier, um veiculo blindado de meia-lagarta de defesa aérea e um canhão de assalto de 75 mm.

5. A PRIMEIRA FASE DA GUERRA NO DESERTO

a. Uma nova organização panzer

Forçados a atuar no Norte da ÁFRICA, em razão do fracasso italiano naquele TO, os alemães que se empenhavam em luta nos BALCÃS e estavam em preparativos para a invasão da RÚSSIA, ainda neste ano, interviram no TO africano com uma nova organização denominada "ÁFRICA KORPS".

O África Korps era formado de 2 divisões que foram criadas bipartindo-se os carros das Div Pz originais, dando origem a Div Pz menores que seriam bastante utilizadas no futuro. Essas divisões possuíam apenas 1 dos 2 Rgt Pz da divisão original e este Rgt, diferentemente daqueles que eram constituídos de 3 Btl, tinha apenas 2 Btl, cada um com 90 máquinas.

b. A guerra de blindados

Os ingleses haviam derrotado com certa facilidade as forças italianas no Norte da ÁFRICA, ocasião em que haviam demonstrado alto senso de orientação no deserto e se destacado no emprego de ações móveis, além de se tornarem guerreiros sazonados no deserto. Como aos alemães faltava a adaptação às características da nova área de operações, esperava-se que aqueles fossem apresentar um bom desempenho.

No entanto, um mês após os primeiros contatos, os alemães conquistaram EL AGHEILA e uma semana depois MERSA BREG. Rommel, aproveitando essa oportunidade, partiu para Leste em perseguição aos ingleses que, surpreendidos, mostraram-se tão desorganizados quanto os franceses, em maio do ano anterior.

Tecnicamente os blindados alemães não eram melhores do que em 1940, embora se mostrassem mais eficientes que os britânicos; taticamente os germânicos superavam os ingleses, tanto quanto estes haviam superado os italianos.

As táticas no deserto tomaram aspecto singular. A ênfase estava na competição entre carros e canhões. As batalhas podiam ser iniciadas a longas distâncias, embora a avaliação destas se tornasse difícil no deserto. A técnica de tiro do carro assumiu vital importância e foi aspecto decisivo.

Neste particular, os ingleses levavam ampla vantagem. O "Stuart", carro leve de fabricação norte-americana que utilizavam, era artilhado com um ultrapassado Can 37 mm. Mesmo o seu mais novo carro, o "Crusader", que se locomovia a alta velocidade, era armado com um obsoleto Can 40 mm. Com os canhões desses carros os ingleses raramente conseguiam um tiro eficaz além dos 800 m e, mesmo a essa distância, precisavam de sorte para atingir e penetrar um carro alemão. Enquan-



M3A1 "Stuart" 37mm 14t



Mk VI "Crusader" 1. 40mm 19t

to isso, os carros alemães realizavam o tiro eficaz a 1000 m ou mais e os canhões de seus carros disparando munição "HE", muitas vezes inutilizavam os carros ingleses ao danificar partes vitais destes, mesmo quando não os atingia diretamente. Além disso, a Infantaria panzer estava, agora, dotada com um formidável Can 50 mm, cano longo, para suplementar os seus moribundos Can 37 mm. Dispunham também os alemães do eficiente Can 88 mm de finalidade dupla. Tinham, pois, múltiplas opções para o tiro eficaz a 1000 m ou mais.

Em 11 de abril, as forças alemães já haviam atingido TOBRUK. Até 2 de maio, Rommel realizou tentativas infrutíferas para tomar TOBRUK. Rumou então para Este e a 27 tomou HALFAYA, onde as forças alemães se estabeleceram defensivamente.

Em Jun, os britânicos partindo do EGITO intentaram uma operação ofensiva denominada "Acha d'Armas", porém, inferiorizados quanto ao artilhamento e incapazes de fazer sua Artilharia sobre rodas acompanhar o avanço dos carros, deixaram estes a mercê dos Can AC alemães entrincheirados, que eliminaram a superioridade numérica inglesa antes que seus carros entrassem em ação. Os britânicos foram forçados a se retirar e puderam escapar graças à ação de seus Crusader e Matildas, uma vez que os carros alemães, afastando-se de suas armas AC, já não possuíam vantagem tão marcante.

Mais uma vez a situação se estabilizou até nova operação britânica denominada "Operação Cruzado". A batalha começou a 18 Nov. De início, os ingleses conseguiram cercar as forças do eixo em HALFAYA e SOLLUM, mas isso era pouco significativo para o resultado da batalha, que seria vencida por quem vencesse a batalha móvel.

Os britânicos partiram em três colunas, cada uma com 1 Bda B1d, apoiada por uma Bda Inf Mtz. Essas colunas estavam muito separadas, o que permitiu que os germânicos as atingissem por sucessivos ataques, uma a uma, impondo grandes perdas a todas elas.

A resposta alemã a essa operação foi um exemplo expressivo de batalha defensiva, muito utilizada pelas forças do eixo na ÁFRICA. Os ingleses por sua vez, continuavam a pagar caro pela insistência em empregar isoladamente suas Brigadas Blindadas.

Os alemães haviam tomado a dianteira na importante corrida canhão/blindagem. Só a presença de alguns canhões AC, longos, de 50 mm, montados em repaginadas.

ros de campanha, que podiam enfrentar todos os tipos de carros britânicos, inclusive os Matildas, deixava os alemães melhor armados do que em junho. E estes haviam sofisticado suas táticas de emprego de blindados: mesmo no ataque, sempre levado a cabo com brilhantismo por seus carros, quando possível, levavam em seu apoio, bem à frente, seus canhões anticarro. Assim, seja nas ações ofensivas, seja nas defensivas, contra esses canhões é que os ingleses se batiam com freqüência¹.

A importância das armas AC fez crescer o valor do apoio aéreo. Contra posições com elas organizadas, não fosse o apoio da F Ae os carros não mais sobreviveriam. As posições defensivas deviam ser vencidas pelo esforço combinado dos carros com os aviões.

Os alemães, todavia, não deram o golpe de misericórdia nos ingleses, como poderiam tê-lo feito em RIDI REZECHE. A grande preocupação alemã era romper o cerco das suas forças em HALFAYA e SOLLUM e nesse afã, ainda que realizando exuberantes, incursões contra a retaguarda britânica, iam se desgastando, enquanto aqueles, sendo regularmente supridos, adquiriram uma superioridade insuportável. Assim a 4ª Bda Bld inglesa que a 25 de novembro estava reduzida a 41 CC, a 29 deste mês tinha 85 e a 30, 120 CC.

Não conseguindo realizar a junção com suas forças cercadas na fronteira egípcia, a 5 de dezembro os alemães começaram a recuar para GAZALA.

Nessa ação, os alemães mais uma vez mostraram sua superioridade tática, realizando o que se pode dizer, uma retirada vitoriosa, que não deu aos ingleses motivo para se vangloriarem. Eles haviam vencido pela vasta superioridade numérica. A habilidade tática e a criatividade do Comando alemão permitiram-lhes minimizar bastante a desvantagem em volume de material e em pessoal em que sempre se vieram colocados.

Na sua retirada, constantes foram as vezes em que as tentativas de desbordamento dos britânicos eram respondidas com ataques violentos e cercos locais, que acabaram impondo aos ingleses perdas muito maiores do que as sofridas pelas forças que recuavam.

Nos primeiros dias de janeiro de 42, os alemães estavam de volta a EL AGHEILA, mas apesar disso, os britânicos terminavam esse período com a moral bastante baixa pois sabiam avaliar a qualidade de seu material e eram suficientemente inteligentes para perceber que além desse fator, a escassa habilidade militar que possuíam tinha concorrido fortemente para o insucesso.

1 - Segundo o Gen Desmond Young a maior contribuição de Rommel "à tática de emprego de blindados foi o vasto emprego que fazia de uma cobertura de canhões anticarro autopropulsados. Atrás destes canhões, seus Pz avançavam. Através deles, podiam ser lançados ao ataque, depois de neutralizar os nossos blindados".

6. A INVASÃO DA RÚSSIA

a. Teria sido preciso que os russos tivessem tido bem mais dos sete meses entre o início da reestruturação de suas forças e a invasão alemã, para que estas pudessem ter sido organizadas, equipadas e principalmente, treinadas dentro dos novos padrões de sua doutrina. Quando os alemães atacaram em Jun de 1941, seus métodos estavam ainda calcados no sistema anterior.

Baseados em seus antigos conceitos e outras causas que não cabem aqui examinar, os russos guardaram uma reserva estratégica, mas dispuseram o restante de suas forças ao longo de toda fronteira. Os alemães penetraram facilmente nessas defesas e percorreram, logo nos primeiros dias da Campanha, os largos e profundos espaços abertos encontrados na retaguarda russa, tão logo a penetração inicial foi obtida.

As forças alemães enfrentavam e destroçavam as forças russas que insistiam em aplicar a tática de defesa em linhas sucessivas, mais ou menos como os franceses haviam feito um ano antes. Isto aconteceu em todas as frentes.

Dois dias após o início da "Operação Barbarosa" o Gr Ex Centro já havia realizado o primeiro cerco de importantes forças russas próximo a SLONIN. O corpo Pz do Gen Mainstein, do Gr Ex Norte, em quatro dias, havia feito o notável avanço de 320 Km, até DNINSK.

Embora os corpos Pz agissem com certa independência, eles estavam, até então, enquadrados nos Ex Cmp alemães. É preciso notar que, fora das forças panzer o Exército alemão era formado, basicamente, por Div Inf que marchavam a pé, apoiados por trens de suprimento tracionados a cavalo. Havia então uma verdadeira luta entre os generais panzer e os não panzer com relação à atuação independente dos primeiros.

Todavia, nesta Campanha, segundo o Gen Blumentrit, "revivendo os velhos tempos, quando a cavalaria emassada devia avançar na frente da Infantaria para explorar o sucesso" Corpos panzer foram reunidos para formar exércitos panzer a serem lançados profundamente à frente. Nos primeiros dias de julho, a batalha de MINSK estava ainda no auge e as tropas blindadas deixaram a Infantaria reduzindo o bolsão, onde quase 30 divisões russas estavam cercadas, lançando-se para Este. O inimigo precisava ser derrotado antes do DNIEPER e do DIVINA, onde se situava a principal posição defensiva russa — a Linha Stalin — e o exército alemão como um todo, em 1941, era lento.

Aos que questionavam quanto à segurança, os Cmt Pz respondiam que a segurança das Div Pz dependia de seu movimento, sem preocupação constante com os próprios flancos ou tentativas de alcançar objetivos secundários. A velocidade ao longo da linha de ataque principal diziam, "é que deixava o inimigo sem fôlego, provocava desorganização em suas fileiras, aumentava o espanto dos soldados, cortava suas linhas de aproximação da frente ameaçada e destruía a infra-estrutura de abastecimento e transporte".

Em meados de Jul o Gr Ex Centro depois de completar outro cerco aniquilador de forças russas na área de SMOLENSK e cruzar o DESNA no fim daquele mês, havia coberto cerca de 2/3 da distância até MOSCOU. Os Gr Ex Norte e Sul chegaram à distância que um carro podia percorrer em um dia, até seus objetivos principais, apenas um mês após o início da Operação. Os resultados eram espetaculares. O avanço resultara em grandes levas de prisioneiros e em baixas sem precedentes numa guerra, além da captura de grande e valioso volume de material e de bater novos recordes de velocidade de avanço.

O sistema soviético, como o francês, demonstrara comparar-se desfavoravelmente com a simplicidade lógica dos métodos alemães de concentrar os carros de combate disponíveis nas divisões panzer e estas em pontos decisivos. Franceses e russos poderiam ter alcançado algum êxito se tivessem contado com situações estáticas, mas com a especialização excessiva que utilizaram nas técnicas de ataque desenvolvidas por eles, fracassaram sob as condições móveis impostas pelos alemães.

Todavia, após a batalha de SMOLENSK houve uma grande divergência entre Hitler e seu EM. Hitler pretendia capturar a UCRÂNIA, em lugar de MOSCOU e LENINGRADO, o que envolvia uma inversão das prioridades estratégicas estipuladas pela ordem da "Operação Barbarosa". Semanas preciosas foram perdidas até que se tomasse a decisão.

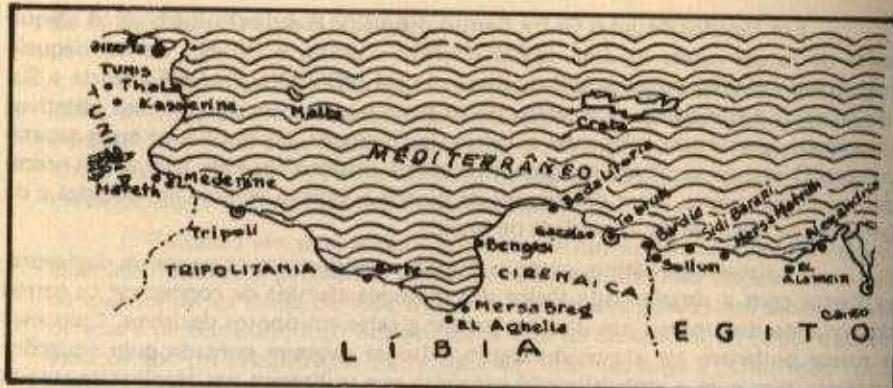
A esta altura, o Gr Ex Norte estava encontrando resistência mais renhida nos arredores de LENINGRADO. O Gr Ex Sul se contentava em realizar cerco gigantesco a Leste do Rio BUG, no início de agosto, ao obterem grande surpresa atravessando o BUG com seus carros preparados para mergulhar em seu leito, apenas com seu tubo de respiração na superfície.

A redução dos imensos bolsões que se sucediam retardava as tropas alemãs. A obstinada persistência e inarredabilidade dos soldados russos eram o que eles tinham de mais aterrador. Os alemães manobravam e os isolavam aos milhares e esperavam mais.

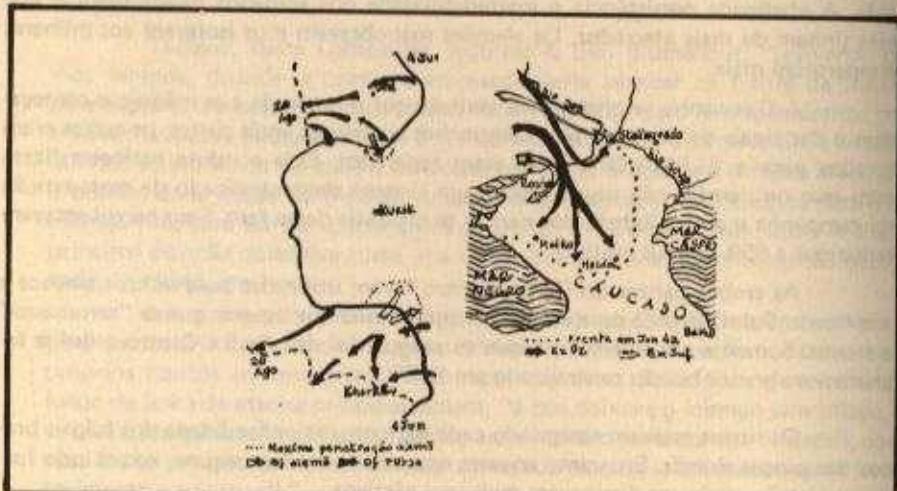
A Campanha se prolongava mais do que o esperado e as máquinas começavam a dar sinais de desgaste. Nas Campanhas anteriores, mais curtas, os carros eram levados para a ALEMANHA onde eram reparados. Essa conduta rotineira fizera com que os alemães não organizassem um sistema descentralizado de manutenção de campanha e a mobilidade dos panzer se ressentia desse fato. Seus carros estavam reduzidos a 65% de seus efetivos.

As tropas panzer do Gr Ex Centro foram utilizadas para reduzir ameaça a seu flanco Sul. O avanço para MOSCOU agora tinha que esperar que se "arrumasse" a frente. Somente em setembro é que as vanguardas dos Gr Ex Centro e Sul se fecharam no grande bolsão centralizado em KIEV.

Os russos estavam escapando cada vez com maior facilidade dos frágeis braços das pinças alemãs. Enquanto aqueles recuavam para base segura, adquirindo força, os alemães cada vez dissipavam mais seus efetivos.



Os que desejavam avançar sobre MOSCOU em agosto, enfrentavam agora a possibilidade de fazê-lo em outubro. Mas, o maior dos aliados naturais da Rússia — a lama ou "rasputiza" — já viera em seu socorro. Seu sucessor obrigatório viria pouco depois, o intenso frio do inverno, para solidificar os lodaçais, mas introduzindo dificuldades ainda maiores à exploração ulterior da campanha alemã. Sempre que a neve se descongelava, a lama se liquefazia e detinha todo e qualquer movimento, no campo ou nas estradas. Em tais condições, as lagartas dos veículos soviéticos, bem mais largas, davam-lhes significativa vantagem sobre seus opositores, cujos carros tinham lagartas mais estreitas. Esta superioridade técnica teve muito que ver com o melhor desempenho dos russos nos primeiros estágios da guerra de inverno. Enquanto os alemães não usassem lagartas mais largas, os russos muitas vezes teriam liberdade de movimento quando os germânicos ficavam presos ao solo.



Os russos melhoravam a qualidade de seu material e de suas posições. Na batalha de VYASMA aparecera pela primeira vez o "T-34/76", chamado "a maravilha soviética". O Marechal Shukov havia preparado posições defensivas em profundidade através das florestas que cobriam as vias de acesso a MOSCOU.

O frio era intenso. Era comum não ser possível abrir-se a culatra das armas e partirem-se os motores dos carros com o congelamento do óleo. Aliado a essa dificuldade estava o fracasso da manutenção descentralizada alemã. Toda a região estava coalhada de carros sem conserto. Os efetivos de carros estavam desesperadamente reduzidos. Deste modo, a mola-mestra dos exércitos panzer estava cedendo e com ela todo o poder ofensivo da Wehrmacht. A combatividade dos homens gelava com a temperatura.

No dia 5 de dezembro, todas as operações ofensivas alemãs tiveram que parar pois, nesse dia, os russos desfecharam sua primeira grande contra-ofensiva de inverno.

"Do carro de combate deve-se exigir, acima de tudo, capacidade de manobra, velocidade e um canhão de longo alcance, pois o lado que possuir armamento mais poderoso tem o braço mais longo e pode engajar primeiro o inimigo."

Rommel

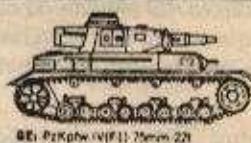
b. Evolução técnica

Já na Campanha da França haviam os alemães sentido a deficiência de seus carros em confronto com os Matilda e os Char B e realizaram um esforço para melhorar seus carros, particularmente, substituindo os Can 37 mm de seus Mark III e melhorando os Can 75 mm de seus Mark IV. Não sentiram, na ocasião, premência em fabricar carros mais poderosos embora desde 1937 e 1939 tivessem iniciado estudos de projetos de dois novos carros, respectivamente, um médio e um pesado. Em 1941, esses projetos não haviam chegado ainda ao estágio de protótipos. Toda-via, desde que enfrentaram os T-34 e os KV-1, duas excelentes máquinas, os alemães sentiram necessidade de desenvolver urgentemente o projeto de carro capaz de enfrentá-los. O Can 75 mm de cano curto do Mk IV só era eficaz contra o T-34, se o pegasse pela retaguarda e assim mesmo se o tiro fosse colocado na grade situada acima do motor.

O primeiro pensamento alemão foi copiar o carro russo, no entanto, convenceram-se de que a indústria alemã não estava em condições de reproduzir o tipo de blindagem moldada do T-34 e nem o motor diesel de liga leve que tornava esse carro tão eficiente.

A solução a curto prazo foi melhorar os carros existentes. Assim, o Pz IV teve seu peso aumentado em 3 ton, alcançando 22 ton, não só como fruto da melhoria da sua blindagem, como também do alongamento do cano de seu canhão. Inicialmente recebeu um canhão de 43 calibres de comprimento (F1) e, posterior-

mente, receberia um canhão de 48 calibres (F2-1942). Com esta última inovação o Pz IV passaria a disparar seus projétils a uma velocidade inicial de 2.460 pés/seg, o que daria a esse carro uma ligeira vantagem sobre os outros dotados de calibre igual ao seu e sobre os carros soviéticos, dotados de Can 76,2 mm. O T-34 e o KV-1 estavam dotados com canhões, respectivamente, de 30,5 e 41,5 calibres de comprimento o que lhes permitia disparar seus projétils com as velocidades iniciais de 2.050 e 2.450 pés/seg.



Convém lembrar que a capacidade de penetração de um projétil é, até certo limite, diretamente proporcional à sua velocidade inicial e ao seu calibre².

Considerando um projétil perfurante convencional (AP) a uma velocidade inicial de 2.000 pés/seg, este pode perfurar uma blindagem normal na proporção de 1 x 3 em relação a seu diâmetro, quando atinge o centro do alvo. Para a velocidade de 2.600 pés/seg a relação anterior cresce para 1 x 8 e para a Vo de 3.500 pés/seg essa relação cai para 2 x 8.

Por sua vez a Vo do projétil está relacionada com o comprimento do cano de canhão. Em função disso vamos observar um aumento do comprimento dos canos dos canhões e do calibre dos projétils à medida que as blindagens vão aumentando.

Durante o ano de 1941, os alemães construíram ainda um carro destróier o Pz Jag TD e um carro blindado, sobre rodas, o Ps Spw, também armado com um Can 75 mm e um carro blindado de transporte de pessoal o Sd Kfz 251/g armado também com canhão, de 75 mm, mas com tubo mais curto e em viatura meia lagarta.

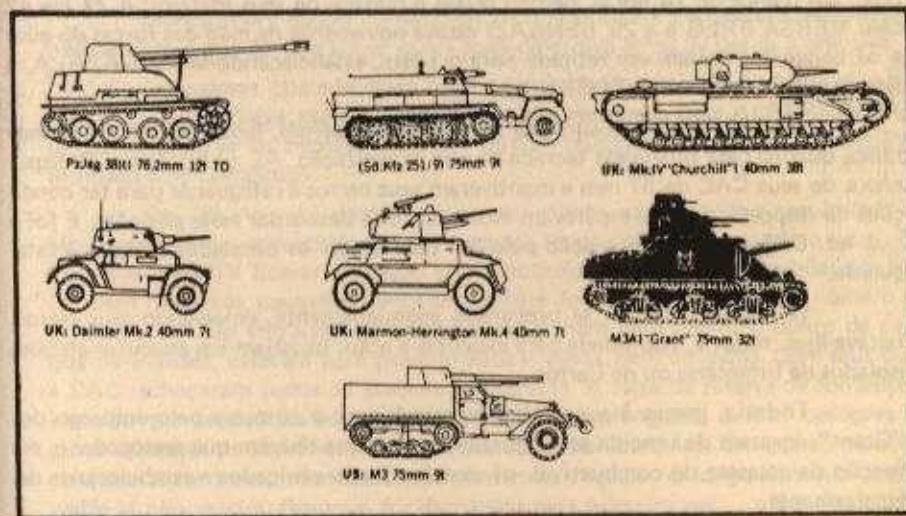
Os ingleses nesse ano construíram o Mk IV que ficaria conhecido por "Churchill", um carro pesado mas ainda armado com o deficiente Can 40 mm e o "Crusader" a que já nos referimos, mas cuja produção só teve início neste ano.

2 - A capacidade de penetração de um projétil depende de vários fatores constantes da equação empírica correspondente à fórmula de "Marre" que se segue: $WV^2 \approx Kd^3 (t/d)^n$ onde: W = peso do proj. em lb; V = Vo do proj. em pés/seg; D = constante dependente do projétil e da chapa do alvo; T = espessura da chapa que o projétil deve perfurar; o índice n tem um valor de 1,4; a constante K é aproximadamente igual a 10^6 para projétils e chapas típicas. Para maiores detalhes ver R M Ogorkiewicz em Design and Development of Fighting Vehicles.

Também nas suas armas blindadas AC, sobre rodas, construídas em 41, o Daimler ou Mk 2, de 7 ton e o Mk-4 ou Marmon-Herrington, de igual peso, os ingleses insistiram no Can 40 mm.

Finalmente neste ano a Inglaterra decidiu iniciar a fabricação de seu CAC de 57 mm que ficara abandonado desde 1938 e iniciar a fabricação de um novo "cruzador" para substituir o "Covenanter" que se mostrara inapto para o combate. Enquanto o novo carro não ficasse pronto, continuaria dependendo dos carros médios norte-americanos para satisfazer suas necessidades em "cruzadores".

Os norte-americanos, neste ano, construíram além do carro leve M3A1 — "Stuart", o carro médio M3A1 — "Grant", armado com um canhão 75 mm em casamata e um canhão 37 mm na torre giratória. Construíram, ainda, dois carros blindados de meia-lagarta, só diferenciados no artilhamento e destino, sendo um destinado a transporte de pessoal e o outro a um canhão 75 mm auto-propulsado.



7. A TOMADA DA ÁFRICA PELOS ALIADOS

a. Preliminares

Havia uma deliberada determinação dos ingleses em aumentar o efetivo de suas forças blindadas, mas o exército de infantaria de pré-guerra dificultava esse propósito. Vários batalhões de Infantaria tiveram que ser arbitrariamente transferidos de seus papéis habituais para os da guerra blindada. Para os soldados de Infantaria "a aquisição forçada de conhecimentos mecânicos e do sentimento de mobilidade era ainda mais difícil que para os cavalarianos que, por formação, estavam pelo menos imbuídos de senso nato de mobilidade".

O problema maior, no entanto, é que a hierarquia britânica não sabia exatamente o exército que queria. Enquanto os alemães haviam, desde 1939, grupado suas divisões panzer em corpos panzer e já ensaiavam a formação dos Ex Pz, os britânicos ainda preferiam nomear técnicos blindados para funcionar como conselheiros dos Cmt de divisão.

As forças blindadas se esforçavam em obter o apoio da força aérea em alto grau, tanto em reconhecimentos como em ataques cerrados, mas, neste último caso, a RAF ainda hesitava muito em participar.

b. Da LÍBIA ao EGITO

Tal como surpreendera os britânicos despreparados no mês de março do ano anterior, Rommel atacou a 1ª Div Bld inglesa, recém-chegada à ÁFRICA, a qual, em menos de 24 horas, perdeu quase a metade de seus efetivos. A 22 Jan 42 caiu MERSA BREG e a 29, BENGAZI estava novamente na mão das forças do eixo e os britânicos batiam em retirada para o Leste, estabelecendo-se em GAZALA, a fim de cobrir os acessos a TOBRUCK.

GAZALA foi uma surpresa para as forças alemãs, tanto pela profundidade tática quanto pela qualidade técnica de sua organização. Aí, os britânicos já dispunham de seus CAC de 57 mm e mantiveram seus carros à retaguarda para ter condições de resposta; ao que esperavam Rommel faria desbordar essas posições. E foi o que fez. Desbordou toda posição pelo Sul para atacar os blindados ingleses à retaguarda.

Os ingleses haviam se preparado adequadamente, emassando seus carros, faltava-lhes, todavia, habilidade para executar a ação. Insistiam em executar ataques isolados de Infantaria ou de Carros.

Todavia, graças à superioridade numérica e à surpresa pelo emprego dos "Grant", levaram de vencida as vanguardas alemãs que tiveram que retroceder e, em função da escassez de combustível, os alemães foram obrigados a estabelecer-se defensivamente.

Nesta ocasião, os ingleses tiveram tudo para aniquilar os exércitos do eixo, mas não seria através de ataques isolados no tempo e no espaço que iriam conseguir este feito. Os blindados e os canhões SC alemães eram deslocados para ocupar terreno vital ao inimigo. Contra esse terreno o inimigo era atraído e destruído pelas cortinas de canhões apoiadas pelo corpo móvel de carros. Ao invés da vitória presumível, as perdas de carros britânicos aumentavam de forma catastrófica, subindo a níveis quase insuportáveis. Os ingleses tiveram que recuar e em 22 Jun os alemães dominaram TOBRUCK.

Os suprimentos capturados em TOBRUCK deram vida nova ao África Korps que prosseguiu para MERSA MATRUH e em 30 Jun estava em EL ALAMEIN. ALEXANDRIA estava apenas a 100 Km. Porém, segundo o General Bayer-

lein, Rommel contava então apenas com 12 carros de combate. Em 19 Jul teve início a contra-ofensiva inglesa mas sem sucesso.

c. De EL ALAMEIN à TUNÍSIA

"Hitler me promoveu a marechal; preferia que em vez disso, me tivesse dado mais uma divisão".

Rommel/Jun 42

Nova tática britânica estava prestes a ter início na ÁFRICA, com a chegada dos novos chefes ingleses, Alexander e Montgomery que iriam dar nova cadência às batalhas ali travadas.

Montgomery estava convencido de que o Ex necessitava seriamente de treinamento e que deveria travar outra ação defensiva antes de passar à ofensiva.

Os ingleses estabeleceram forte posição defensiva atrás da Crista de ALAM HALFA, ponto chave para a abertura das vias de acesso para ALEXANDRIA, na tentativa de atrair os alemães e destruí-los com seus canhões antincarro da Artilharia Blindada e de Campanha.

Em 30 Ago os alemães atacaram caindo na armadilha arquitetada por Montgomery, mas apresentando uma surpresa tática pois, contrariando o usual, fizeram seus Mark IV liderar o ataque a essa posição fortificada. Os canhões dos Mark IV, bem melhores, causaram danos totalmente desproporcionais ao seu número e os britânicos só não entraram em crise porque tinham pelo menos o dobro de carros que os alemães, estavam bem posicionados e, agora, bem dirigidos. Com seus carros e CAC rechaçaram todos os ataques germânicos. A falta de reserva de combustível impedia que os alemães sustentassem operações prolongadas. A RAF castigava bastante as linhas de suprimento alemãs com seus bombardeios. Em pouco menos de uma semana a frente ofensiva alemã começava a recuar. O longo domínio da Luftwaffe já não existia. Rommel foi derrotado pela primeira vez – o inimigo possuía superioridade material e a empregava intelligentemente.

A batalha entrou em compasso de espera. Em setembro Rommel retornou à Alemanha deixando atrás de si o África Korps montado numa estrutura defensiva, único método lógico de travar uma batalha segundo diretrizes estritamente econômicas. Evidentemente, tal atitude estranha ao uso ótimo das panzer como se evidenciaria na próxima batalha (onde a guerra de atrito centralizada na Infantaria, tal como Montgomery a praticava, na qual a força blindada desempenhava papel subsidiário, depois da Artilharia e dos bombardeios aéreos), desgastava as divisões panzer.

Se este Ex britânico estava por fim começando a se parecer com o ideal imaginado por Fuller, as batalhas que travou estavam longe de se aproximar daquilo com que sonhara.

Montgomery começou a por em prática um plano que visava destruir as formações de infantaria do inimigo antes de atacar seus blindados. Pensava em atacar com o XXX Corpo, forte em Infantaria, para abrir a brecha por onde lançaria seus blindados, bem como esperava que os blindados inimigos o atacassem aos poucos, pois tencionava mantê-los o mais dispersos possível. Com esse objetivo, realizaria uma série de ataques diversionários.

A verdade é que, nessa ocasião, os blindados alemães já estavam dispersos e mais do que isso, em função da escassez de combustível, não poderiam dar-se ao luxo da usual concentração para o empenho na batalha. Assim o combate realmente se deu como Montgomery imaginara, inclusive com os blindados germânicos sendo empregados por grupos fragmentados. Nesta oportunidade, os blindados se defrontaram ao mesmo ritmo do combate travado pelas tropas de Infantaria.

O único, mas fundamental senão, é que a batalha não foi decisiva, como poderia ter sido. Embora com uma superioridade enorme em termos de recursos, mas perdendo muito mais carros que as tropas do eixo e não dispondo de uma força móvel capaz de empreender a exploração do êxito ou a perseguição, após penetrar na posição defensiva inimiga, permitiu que o que restava dessa força escapasse.

Este seria o padrão das ofensivas de Montgomery, que dessa forma atenuava o brilho de seus próprios êxitos, mas era com esse padrão que os blindados britânicos deveriam identificar-se em virtude dos valores em modificação.

A esta altura, os alemães sofriam sérios revéses na RÚSSIA e seus efeitos começavam a se fazer sentir, mas nada disso era evidente quando da batalha de EL ALAMEIN ou quando a armada aliada zarpou dos EUA e da INGLATERRA para desembarcar em CASABLANCA. Os ingleses, com sua nova tática, lograram alcançar a TUNISIA no início de 43, sem terem sofrido um só revés, mas também sem conseguir a desejada destruição das forças inimigas.

d. A operação "Tocha" e a capitulação

A 8 Nov se consumava a operação "Tocha", a primeira grande operação anfíbia aliada. O grosso das tropas que liderariam o assalto naval, em parte pela razão política de abrandar os franceses, teve de ser norte-americano. A inexistência de um carro anfíbio e particularmente de barcaças de desembarque para carros, condicionaram a liderança da operação a tropas de Infantaria. Tais circunstâncias, porém, seriam esquecidas e o êxito da operação iria influenciar a técnica de desembarque dos Aliados, bem como dar força às idéias táticas de Montgomery.

A primeira ação americana, realizada contra a cidade de ORAN, foi conduzida com muito arrojo e entusiasmo e o último lance tático foi coberto por verdadeira carga para entrar na cidade em triunfo. Esse era o tipo de movimento que a divisão fora informada de que funcionaria, e funcionou, mas contra um adversário insignificante. Em 11 Nov, as forças aliadas dominavam além de ORAN, CASABLANCA e ARGEL.

Desde o começo, os norte-americanos imbuíram-se da idéia de que os blindados emassados eram onipotentes. Eles acreditavam que uma falange blindada, lançada em combate com velocidade e em ordem cerrada como a cavalaria montada, continuaria abrindo caminho à força até mesmo através da mais forte defesa anticarro, reiterando a doutrina do peso e velocidade a todo transe, sem dar a atenção devida às mudanças que a essa altura se verificavam com o recrudescimento do duelo entre a blindagem e o canhão.

Seu treinamento havia sido feito nestes moldes, em detrimento do combate intensivo, ignorando praticamente a necessidade de se empenharem em combates demorados, quando o movimento só pudesse ser assegurado após se obter a supremacia pelo fogo e depois de vencidos os obstáculos do campo de batalha, como os campos de minas, por exemplo.

Por isso, ao atingirem a TUNÍSIA, e se defrontarem com as tropas alemãs, pagaram por sua inexperiência, particularmente, na chamada batalha de KASERINE.

Os alemães haviam sentido a necessidade de manter uma cabeça de praia no Norte da África e esta deveria ser na TUNÍSIA. O material que faltava a Rommel em sua retirada, estava sendo concentrado nessa região, desde que suas forças começaram a abandonar o EGITO. Isso lhes deu superioridade local na TUNÍSIA. Além de pessoal com essa força chegavam os aperfeiçoados Mk III e IV e os primeiros "Tigres". Com esses meios os alemães empreenderam violenta ofensiva contra os aliados na TUNÍSIA, enquanto, ao Sul, resistiam na linha "Mareth".

A ação contra as forças norte-americanas quase as levaram ao pânico. Os alemães, com três divisões panzer concentradas, repetiram o que estavam acostumados a fazer sempre que atacavam exércitos inexperientes: engoláf-los totalmente. A 1ª Divisão Blindada norte-americana foi praticamente destruída.

Enquanto Armin conduzia essas operações ao Norte, Rommel fazia a última tentativa contra os ingleses, na linha Mareth. Nessa ação, suas forças perderam mais de 50 carros, enquanto os britânicos não perderam nenhum, pois, simplesmente, não os utilizaram. Montgomery havia deixado a resposta a esse ataque para sua Artilharia e seus canhões anticarro.

Após a perda da linha Mareth a guerra de blindados estava finda na ÁFRICA. Restava aos alemães apenas a região montanhosa a N e NE da TUNÍSIA, onde se desenrolou uma penosa guerra de montanha. Durante todo o mês de abril e começo de maio, a Infantaria aliada lutava para limpar as elevações, para que os blindados pudessem abrir caminho para um último avanço contra TÚNIS e BIZERTA. Aí, os carros britânicos Churchill saíram-se muito bem, porque tinham excelente agilidade e podiam galgar encostas que pareciam intransponíveis aos alemães, indo portanto a lugares onde não eram esperados, o que lhes permitia dominar o inimigo de cima, bem como acompanhar a Infantaria que escalava as elevações ao lado deles.

Ainda na primeira quinzena de maio TÚNIS e BIZERTA estavam nas mãos dos aliados.

e. O emprego dos carros pelos ingleses

O sistema britânico, baseado em duas categorias de carros distintos e com missões específicas, mostrou-se desnecessariamente especializado e complexo. Assim como ocorreu a franceses e russos, este sistema poderia ter se mostrado eficiente se contasse com condições favoráveis, o que significa dizer, entre outras coisas, situações razoavelmente estáticas e abundância material. Sob condições normais, essa forma de emprego mostrou a inadequação dessas categorias de carros em operar juntos, em íntima cooperação, numa dispersão injustificada de recursos. Isso ficou bastante claro na LÍBIA, em 1942, quando foram constantemente batidas por partes.

As idéias introduzidas por Montgomery, segundo as quais as forças blindadas deviam ser mantidas em reserva, para a exploração do êxito só depois que o inimigo estivesse derrotado, era mais uma dispersão de meios que se mostrou impraticável.

8. O PONTO DE INFLEXÃO – RÚSSIA 1942

a. Os carros de combate russos, muito inferiores em qualidade, eram grupos em Brigadas e Regimentos que não possuíam organicamente elementos de todas as armas que lhes garantissem autonomia para durar na ação. Seus ataques, muitas vezes judiciosamente planejados, fracassavam pela falta de profundidade e pela inopportunidade em razão da falta de informações. Esse fora o quadro apresentado pelo Exército russo durante a operação "Barbarosa", mas muito rapidamente conseguiu superar suas deficiências. O surgimento do T-34 foi o primeiro sinal. Esta melhoria técnica era extremamente importante já que os erros táticos ou de organização são relativamente mais fáceis de reparação, desde que compreendidos.

A batalha de MOSCOU vencida pelos soviéticos, não seria, porém, nem mesmo o começo do caminho para a vitória. Os russos ainda teriam que amargar mais de um ano de derrotas e retiradas, pagando justo preço pela sua inexperiência.

As amplas frentes de sua ofensiva indicavam apenas números esmagadores, não capacidade militar. Os russos, apresentando centenas de divisões, vinham com tropas inexperientes, razão porque em treinamento e habilidade geral a balança ainda pendia para os alemães. Os repetidos contra-ataques alemães quase sempre espanavam os russos que ainda estavam por aprender como receber o inesperado: a surpresa era a própria essência da guerra para as Panzer, no ataque e na defesa.

Assim os princípios táticos panzer permaneciam intactos nesta retirada na frente de MOSCOU: concentrar-se quando atacada e procurar a segurança numa linha após a outra, quando em movimento. Mesmo invertendo sua ação costumeira de abrir portas, as Panzer se mostravam igualmente eficientes na condução dos movimentos retrógrados.

b. A batalha de STALINGRADO

Já em maio de 42, os soviéticos sofriam terríveis desgastes nas malogradas investidas na frente de KHARKOV, lançando muitos à destruição e enfraquecendo seriamente sua capacidade ofensiva.

Quando começaram a observar grandes concentrações alemãs na região de BRYANS, julgaram que fosse parte de uma força destinada a rumar contra sua capital, no verão de 42 e agruparam suas forças blindadas e suas melhores tropas em torno de MOSCOU. Todavia, as forças alemãs que se concentravam, tinham como objetivo o petróleo do CÁUCASO (entre os mares NEGRO e CÁSPIO) e desencadearam sua ofensiva em junho. Os alemães atacaram com 2 Gr Ex – o Gr Ex B, mais ao N, em busca do Rio DON, a fim de cobrir a ação principal desempenhada pelo Gr Ex A, cujo objetivo era inicialmente MAIKOP, próximo ao Mar NEGRO.

A ofensiva do 49 Ex Pz, do Gr Ex B, de início não encontrou resistências eficazes e as batalhas travadas só se comparavam às realizadas na Polônia em 1939, tão completos foram o colapso e o domínio alemão. Não fora a relativa lentidão do 69 Ex, que se deslocava principalmente a cavalo e a pé e, se tivessem dado liberdade ao Ex Pz, possivelmente o Gr Ex B teria tomado STALINGRADO em fins de julho. Ao invés disso, desnecessariamente o 49 Ex Pz foi desviado para auxiliar o Gr Ex A na transposição do DON.

O retardo na conquista de STALINGRADO deu tempo aos russos de se reorganizarem em torno dessa localidade, preenchendo os espaços vazios. Nessa região, antes desguarnecida, o 69 Ex se empenhava agora ante resistências de proporções formidáveis.

Mas, agora o Cmdo alemão desejava a conquista de STALINGRADO; modificando a missão do Gr Ex B, fez o 49 Ex Pz retornar ao comando desse Gr Ex.

As dificuldades em torno de STALINGRADO eram enormes. Onde antes havia um clima de vitória próxima, um mal-estar psicológico começava a tomar conta das forças, coincidente com as condições mecânicas cada vez piores dos carros. As forças do eixo estavam se espalhando ao buscar envolver a localidade, o que era extremamente perigoso.

As panzer começaram a ser empregadas de forma que não tinha lugar na estratégia alemã: no remoinho dos combates de rua. Se Paulus, Cmto do Gr Ex B não se incomodava em perder tropas de substituição tão difícil em tarefas para as quais não se prestavam, o mesmo não acontecia com os Gen Pz que protestavam violentamente. A substituição desses Cmto, no momento difícil porque atravessava o Gr Ex B, agravou a situação. Tudo isso se tornou dramático quando os russos, pela primeira vez, mantiveram seu inimigo fixado numa posição que pedia o tipo de contragolpe no qual os próprios alemães haviam se distinguido tanto. Então, em 19 nov, das cabeças de ponte mantidas no DON, surgiram quatro corpos de carros russos.

Os golpes foram desfechados contra as divisões romenas de menor padrão. Fizeram-se logo penetrações à velocidade crescente à medida que os russos exploravam a vantagem obtida no território ocupado pelos alemães, com "energia e eficiência denunciadoras de que haviam finalmente assimilado o método panzer alemão". Agora utilizavam as mesmas táticas. A pinça que buscava envolver a localidade, destruia e repelia a pinça anteriormente lançada pelos alemães. O 69 Ex de Paulus e parte do 49 Ex Pz ficaram cercados. Cerca de 200.000 homens, com equipamentos danificados e desesperadamente carentes de meios, foram isolados do resto do Gr Ex pelas linhas russas.

O rompimento do cerco de STALINGRADO não se fez, por obstinação de Hitler que desejava manter a localidade a todo custo³.

Cedo os russos renovaram ataques blindados violentos e bem dirigidos, agora, não só selando a sorte das forças cercadas em STALINGRADO, mas visando o completo isolamento das forças do eixo a Leste do Rio DON (Gr Ex A).

As lutas entre as forças blindadas tornaram-se cada dia mais violentos. Quantidades de carros russos, bem dirigidos na cúpula, porém mal orientados nos níveis inferiores, investiam, sem considerar perdas, para fechar o corredor que Mainstein mantinha e pelo qual deveriam escapar as forças do Gr Ex A.

Os dois lados empregavam táticas quase idênticas. Os alemães cujo padrão de treinamento era bem superior, ainda levavam nítida vantagem nos combates locais. Mas, no geral, os russos, em número bem superior, lançavam pelas estepes torrentes de carros que os alemães se mostravam incapazes de absorver. Cientes de que, em virtude das enormes frentes, a força aérea tinha papel limitado no Leste, os russos haviam reforçado consideravelmente sua Artilharia. Sua entrada em ação, embora previsse o emprego do bombardeio aéreo, era sempre anunciada pela ação de sua artilharia pesada em grande massa.

Enfrentando uma superioridade de quatro para um, ou maior, e o hábito russo de lançar massas de homens e matérias contra determinado ponto, sem cessar, até que não houvesse mais nada a lançar, ou que a barreira inimiga houvesse sido penetrada, às Panzer só restava empregar as táticas que experimentaram na batalha de MOSCOU e que se repetiam agora também no deserto africano. Esforçavam-se por desgastar as colunas de carros russos, dizimar sua Infantaria, interceptar suprimentos e salvar as unidades que não mais podiam resistir atrás das linhas inimigas.

Mas os russos ainda tinham muito que aprender e em seguida iriam sofrer sério revés, mais uma vez na região de KHARKOV. A experiência acumulada durante o período de desventura nas estepes viria em socorro dos alemães que pressentiam a chegada do momento de exaustão das forças russas, na extremidade de linhas de comunicações, o que as tornaria vulneráveis a um contra-golpe.

3 – Ver Stalingrado, pelo Cel-Gen KURT ZEITZLER, em Decisões Fatais – Bibliex – 1962

Mainstein, durante os meses de janeiro e fevereiro de 43, desgastou as forças russas atraindo-as para uma armadilha, enquanto agrupava o que lhe restava de blindados. Atacou no final de fevereiro, surpreendendo os russos e invertendo completamente a situação. Agora os russos retrocediam perseguidos febrilmente pelos alemães.

O degelo salvador mais uma vez chegou, não antes, porém, dos alemães desbaratarem o 6º Ex russo e seu 3º Ex de carros. Não fora a lama, e o contragolpe de Maisntein teria tido a profundidade suficiente para isolar o bolsão, que a linha de frente apresentava nos dois lados de KURSK.

d. Mudanças nas táticas blindadas soviéticas

Após as perdas consideráveis de 1941, os russos haviam acelerado a revisão de seu sistema doutrinário de emprego de blindados. Voltaram a empregar os ataques frontais com pequenas unidades de carros liderando a Infantaria. A necessidade tornou-se uma virtude e a doutrina oficial passou a propugnar uma estreita cooperação dos carros com as outras armas.

Dos ataques frontais, as forças blindadas soviéticas passaram à penetração progressivamente mais profunda e da penetração tática à exploração do êxito e a envolvimentos móveis em escala estratégica.

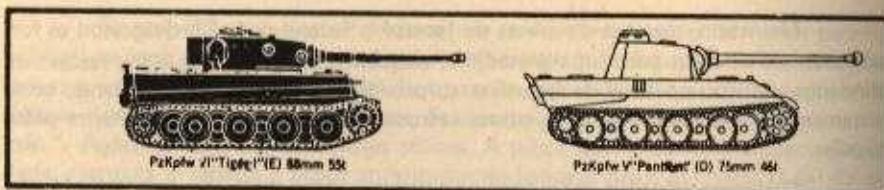
Suas ações, sempre empregando grandes efetivos, reforçando continuamente sua Artilharia, tornavam suas penetrações poderosas e profundas, sendo difícil ao adversário, nas amplas frentes, absorver seus ataques.

9. O AVANÇO TÉCNICO NOS ANOS DE 1942/43

A guerra ia chegando a seu ponto decisivo e grande era o esforço dos contendores para se superarem e o aperfeiçoamento dos blindados era uma meta comum.

Em 1942, na frente de LENINGRADO e na TUNISIA os alemães lançaram em pequeno número, seu novo carro pesado Tigre, exemplo típico de como realizavam experiências no serviço ativo e, ao mesmo tempo, sinal das dificuldades que estavam encontrando para mobiliar suas divisões blindadas. Nestas circunstâncias, era natural que o Tigre apresentasse, como apresentou, uma série de problemas de natureza técnica. Contudo, os primeiros dados dando conta de seu surgimento informavam tratar-se de um carro cuja blindagem, extremamente espessa e com um canhão de 88 mm de provada eficiência, representava terrível ameaça, pois não podia ser varado frontalmente por qualquer canhão anticarro aliado então em serviço, além de poder perfurar facilmente qualquer carro aliado a distância até 1.200 m e, em alguns casos, até 2.000 m.

O Tigre pesava cerca de 55 ton e tinha blindagem frontal de 100 mm e lateral de 83 mm. Foi construído de modo a ter possibilidade de vadear até 4,5 m,



andando pelo fundo completamente submerso, o que era uma necessidade dado seu elevado peso em relação à capacidade da maioria das pontes. O seu canhão representava uma combinação altamente satisfatória entre o calibre e a velocidade, o que dava grande capacidade de penetração aos seus projéteis.

O Tigre com essa fórmula tática tornou-se o mais poderoso carro pesado à época de seu lançamento.

Logo depois, os alemães lançaram o Pantera, o carro médio de maior sucesso a aparecer na parte final da II GM, superando a "maravilha soviética, o T-34. Pesava 46 ton, estava artilhado com um canhão calibre 75 mm, com 70 calibres de comprimento, com uma Vo de 92 om/s, o que o tornava bem superior a todos os outros carros médios quando lançado. Sua velocidade alcançava os 46 Km/h.

Hitler, porém, julgava que os projéteis de carga oca que estavam sendo produzidos para a Artilharia e que demonstravam elevado poder de penetração em chapas blindadas, resultariam em considerável decréscimo na capacidade dos carros de combate e acreditava que a solução estava no aumento da Artilharia auto-propulsada. Essa idéia não era, absolutamente, compartilhada pelos Cmt Pz, particularmente Guderian. Primeiro porque essa medida desviaria parte da produção das fábricas dedicadas à construção dos carros de combate, o que significava redução ainda maior na já escassa quantidade de carros das Div Pz. Cada divisão contava agora, oficialmente, com dois batalhões de carros, cada um com 48 carros, quando originalmente se previam 561. Segundo porque os canhões de assalto, com sua limitada pontaria direcional, impunham restrições táticas aos comandantes blindados. Durante um ataque (e as divisões panzer quase sempre combatiam agressivamente) um canhão que não tivesse movimento amplo de tiro não podia enfrentar as situações inesperadas que surgiam nas frentes de batalha. Deste modo só podiam permitir a existência de canhão de assalto nos escalões da retaguarda, de onde davam apoio de fogo aos carros que iam à frente.

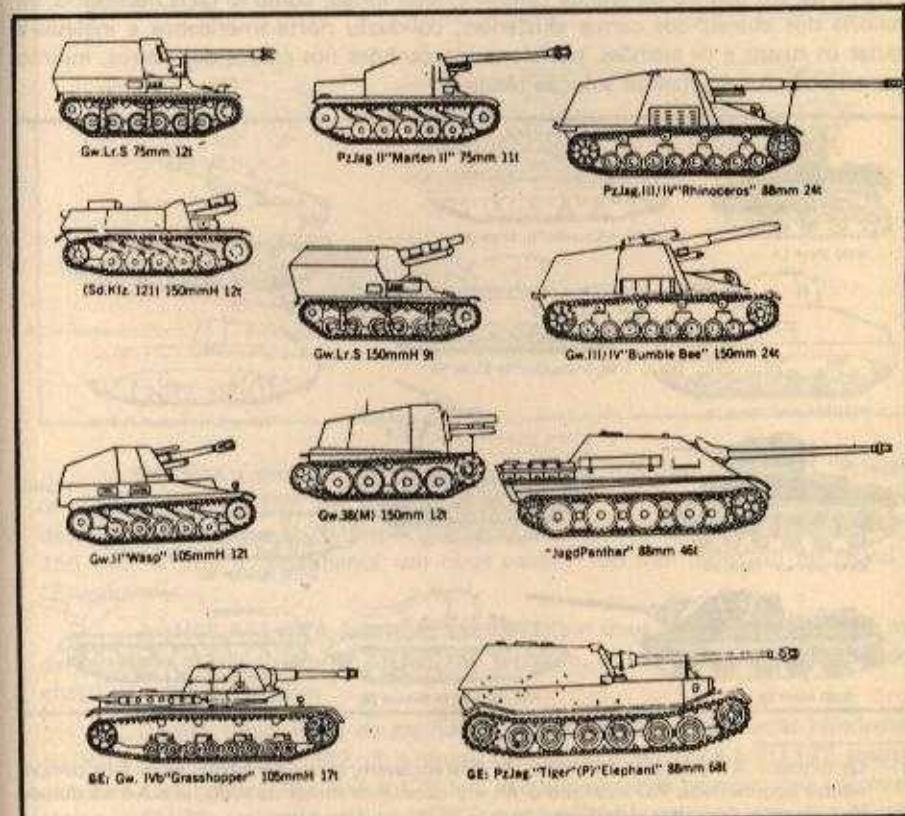
Apesar dos argumentos em contrário, os canhões e obuses autopropulsados (AP) ou canhões de assalto passaram a ser construídos em grande escala.

A ALEMANHA construiu, em 1942, nada menos que 3 diferentes carros destróieres ou caça carros: o Gw Lr S 75 mm; o PzJag II ou "Marten II", também com calibre 75 mm, e o PzJag III/IV ou "Rhinoceros", este aproveitando o vitorioso canhão de 88 mm; quatro tipos de obuses AP: o Sd Kfz 121, o Gw Lr S e o Gw II/IV ou "Bumble Bee", todos com calibre 150 mm e o Gw II ou "Wasp" com calibre 105 mm, este utilizando o chassi do Pz II como outros que podem ser iden-

tificados nas figuras ao lado, pesava 12 ton desenvolvendo velocidade de 40 Km/h, tendo 109 de deriva em ambos os sentidos. Construiu ainda neste ano o Gw. 38 (M), um Can AP.

Em 1943, os alemães construíram outros três carros destróieres: o JagPanther, uma versão caça carros do "Pantera", equipado com um canhão L/71 de 88 mm, com tiro direcional limitado a 130° em ambos os sentidos. Com 80 mm de blindagem frontal inclinada, este blindado era formidável, embora apresentasse as mesmas limitações de todos os canhões AP quando comparados com os carros.

Pesava 46 ton, desenvolvendo velocidade de 46 Km/h, quando disparava munição APCBC a 1.000 m, podia penetrar placas blindadas de 170 mm, inclinadas de 30°; o JagTiger, uma versão do carro "Tigre", também conhecido como "Elefante" ou "Ferdinando", também armado com um Can 88 mm e o PzJag 38 M ou "Marten III", este último com um canhão 75 mm. Construíram ainda um Obus AP de 105 mm denominado "Grasshopper".

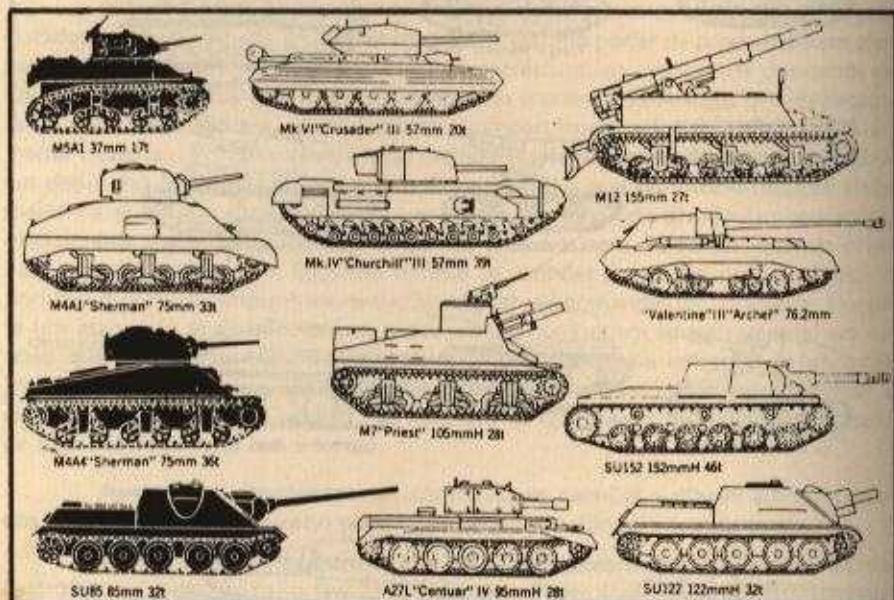


No começo de 1942, os norte-americanos colocaram em operação o M5A1, um carro da linha do Stuart, armado com Can 37 mm e o M4 "Sherman", um carro da linha do Grant, armado com Can 75 mm, agora em torre giratória. Ainda nesse ano, produziram um novo modelo na linha de carros leves, o M3A3 e novos modelos do "Sherman"⁴.

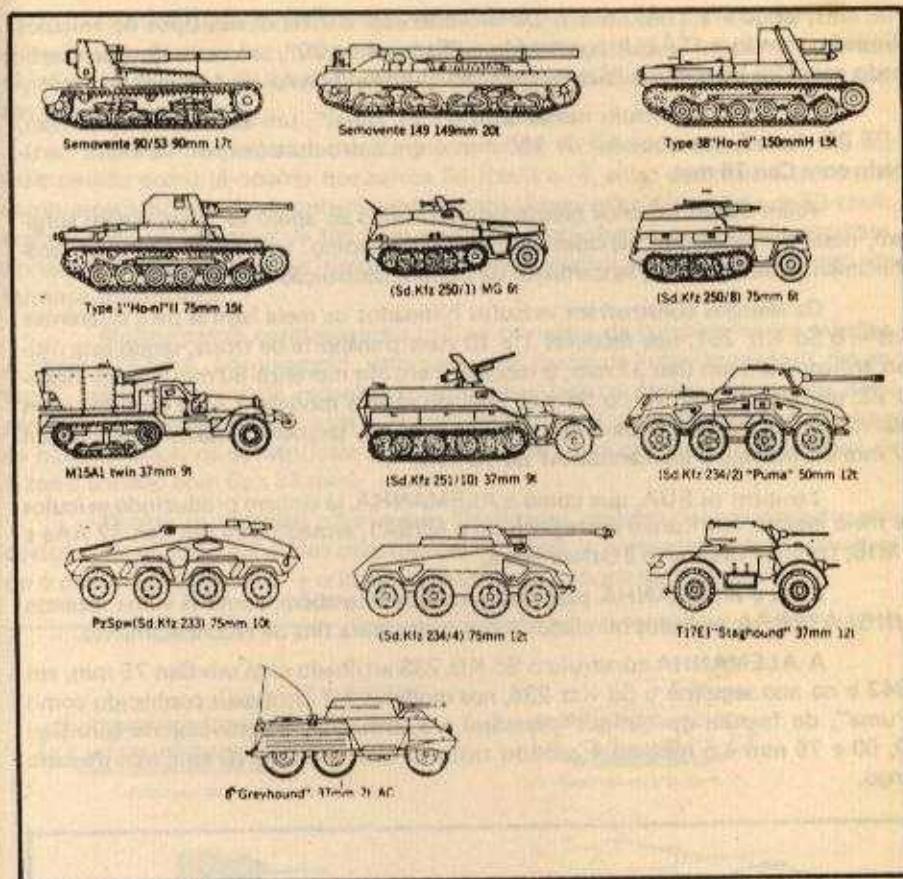
Todos esses carros apresentavam avanços técnicos em relação aos modelos anteriores, todavia, se comparados com os carros que estavam entrando em operação na RÚSSIA e ALEMANHA, já surgiam superados.

Neste ano, a INGLATERRA produziu novas versões do "Cruzader" e do "Churchill", sendo a principal modificação em ambos os carros representada pela substituição dos Can 40 mm, das versões de 1941, por Can 57 mm.

As características desses carros, tanto quanto a dos norte-americanos, indicavam a necessidade premente que tinham, ambos os países, de aumentar o poder de fogo de suas forças blindadas. A inviabilidade de colocar torres que suportassem o coice de um canhão de grande calibre e tubo longo, como se fazia necessário, na maioria dos chassis dos carros existentes, conduziu norte-americanos e ingleses a imitar os russos e os alemães, posicionando canhões nos cascos dos carros, mesmo que essa não fosse a melhor solução tática.



4 — Os modelos A1 e A4 do "Sherman" se diferenciavam, particularmente, pelos seus componentes automotivos. Por exemplo o A1 era dotado de motor de avião, já o A4 era dotado de 5 motores Chryslers acoplados.



Os EUA construíram em 1942: um obus 105 mm AP, o M7 "Priest" e um canhão de 155 mm AP, designado M 12. Em 1943, construíram dois carros destróires, o M 18 e o M 36, respectivamente com Can 76 e 90 mm, um Obus AP de 155 mm o T64 e, finalmente um obus calibre 105 mm montado no chassi do "Sherman".

A INGLATERRA fabricou, em 1942, um obus de assalto calibre 95 mm, denominado A27L "Centuar" e no ano seguinte, um carro destróier utilizando o chassi do carro "Valentine".

Dentro dessa linha de melhoria do poder de fogo das forças blindadas, a RÚSSIA produziu, em 1942, dois obuses de assalto: o SU 152 e o SU 122, respectivamente com calibre 152 mm e 122 mm. No ano seguinte fabricou dois carros destróires: o SU 76, artilhado com o can 76,2 mm e o SU 85 artilhado com Can 85 mm.

Também a ITÁLIA e o JAPÃO aderiram à idéia desses tipos de veículos blindados, tendo a ITÁLIA construído o "Semovente 90", um carro destróier, artilhado com Can 90 mm e o "Semovente 149", um canhão AP de 149 mm.

O JAPÃO construiu nestes anos o "T1 Ho-ni", um canhão AP de 75 mm, o "T 38 Ho-ro", um obus AP de 150 mm e um carro destróier, o "T2 Ho-ni" artilhado com Can 75 mm.

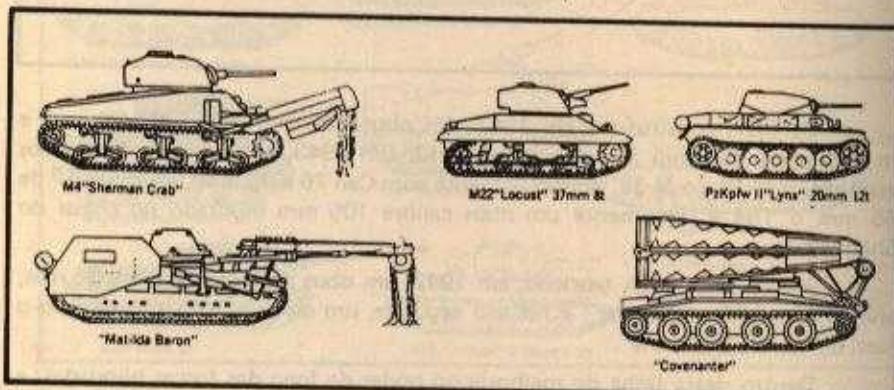
Além desses veículos blindados destinados ao apoio de fogo, outros surgiram, neste período, com variadas finalidades, tais como: transporte de tropa, reconhecimento, defesa aérea, lançamento de pontes, destruição de minas etc.

Os alemães construíram veículos blindados de meia lagarta para diferentes fins—: o Sd Kfz 251, nos modelos 1 a 10 para transporte de tropa, sendo este último armado com um Can 37 mm; o modelo 2 era um morteiro 80 mm AP e o modelo 22, um Can 75 mm AP; o Sd Kfz 250, do qual o modelo 1 a 10 também eram destinados ao transporte de tropa e o modelo 10, também armado com um Can 37 mm e o modelo 8 um canhão AP de 75 mm.

Também os EUA, que como a ALEMANHA, já vinham produzindo veículos de meia lagarta, fabricaram neste período o M15A1, armado com um Can 37 AAe e o M16, também destinado à defesa aérea.

EUA e ALEMANHA passaram a construir também, como já vinha fazendo a INGLATERRA, veículos blindados sobre rodas, para fins de reconhecimento.

A ALEMANHA construiu o Sd Kfz 233 artilhado com um Can 75 mm, em 1942 e no ano seguinte o Sd Kfz 234, nos modelos 1,2 (este mais conhecido como "Puma", da família de "felinos" alemães) e 3, armados respectivamente com Can 20, 50 e 75 mm e o modelo 4 armado também com um Can 75 mm, mas de cano longo.



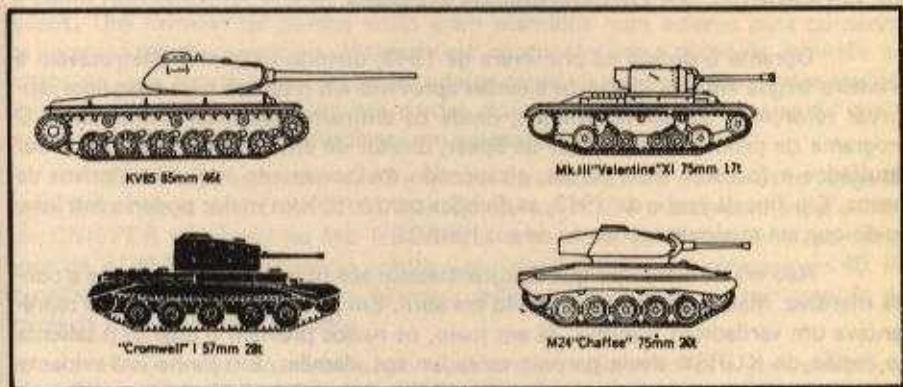
Nesta área, os EUA construíram em 1943 o T17E1 ou "Staghound", armado com um Can 37 mm e o seu, tão nosso conhecido, M 8 "Greyhound".

Desnecessário seria dizer que os carros blindados eram parte importante do componente de reconhecimento das forças blindadas, desde a criação dessas. Nas divisões panzer, no início, agiam junto com as tropas de motociclistas e tinham apenas um armamento leve.

Com o desenvolvimento da guerra foram recebendo armamento cada vez mais pesado como já ocorria nos carros Sd Kfz/3 e /4, antes descritos. Esses novos carros especializados de reconhecimento desenvolviam velocidade média de 80 km/h, eram silenciosos, dotados de tão bom poder de fogo quanto os carros de combate, tinham funcionamento mais simples e confiável, porém levavam desvantagem em terrenos acidentados.

Muitos países continuavam a utilizar os carros de combate nestas missões. A INGLATERRA, por exemplo, valia-se de seus carros da linha "cruzador". No entanto, também, carros de reconhecimento sobre lagartas foram construídos nesse período. Os alemães construíram o "Linx" ou Pz Kfw II, armado com Can 20 mm e os norte-americanos construíram o M 22 "Locust", um carro aerotransportável de 8 ton e armado com Can 37 mm.

Dentre os veículos para outras finalidades, construídos no período, vale destacar os veículos blindados destruidores de minas, o norte-americano aproveitando o chassi do "Sherman" e o inglês aproveitando o chassi do "Matilda".



A INGLATERRA, aproveitando o chassi do "Covenanter" que não havia aprovado em combate, construiu um carro para lançamento de pontes.

No ano de 1943 os EUA construíram ainda o M 24 que seria o seu melhor carro leve construído durante a guerra. Esse carro, também conhecido como "Chaffee", estava armado com Can 75 mm com Vo = 620 m/s o que representava um grande progresso para um carro leve, estando armado ainda com 2 metralhadoras .30 e uma .50. O M24 estava equipado com dois motores "Cadillac" somando uma potência de 110 HP que lhe dava uma boa relação potência/tonelagem, uma

vez que seu peso era de cerca de 20 ton. Sua suspensão era de barra de torção e sua blindagem era de 40 mm.

A INGLATERRA produziu na sua linha de "Cruzadores" o "Cromwell", um carro de cerca de 28 ton, inicialmente ainda armado com um Can 57 mm que seria posteriormente substituído por um Can 75 mm comparável ao montado no "Sherman".

Em 1943, este canhão 75 mm seria montado no modelo XI de "Valentine".

A RÚSSIA, todavia, era entre os aliados quem mais se aproximava dos progressos alemães no campo dos carros.

Em 1943 construiu o KV 85, um carro de 46 ton, artilhado com canhão de 85 mm, além de passar a fabricar o T/34 na sua versão (B).

Mas era a ALEMANHA quem mais evoluía no campo da técnica. Além do Tigre e do Pantera, este construído na versão F2 a que já nos referimos, com um canhão altamente eficiente, continuava a construir o Pz III, agora nos modelos J e L e o Pz IV nos modelos H e J. Cada modelo desses representava um avanço em resposta a qualquer evolução obtida pelos adversários, mas seria fastidioso descrevermos cada uma dessas modificações.

10. O COMEÇO DA DECADÊNCIA ALEMÃ

Durante o degelo da primavera de 1943, quando as panzer desfrutavam a primeira trégua em dez meses, os alemães aproveitaram o tempo para reequipar, absorver reforços e treinar novamente, desde os ensinamentos mais elementares. O programa de produção redobrada de Speer, diretor de armamento, começou a dar resultados e fornecer mais carros, alcançando melhoramento real nos efetivos de carros. Em fins de junho de 1943, as divisões panzer tinham maior poderio intrínseco do que em qualquer momento de sua história.

Não era de estranhar que se antecipassem aos russos e partissem para a contra ofensiva. Mainstein desejava fazê-lo em abril. Em junho, todavia, essa ação representava um verdadeiro suicídio. Já em maio, os russos previam o quanto o saliente na região de KURSK devia parecer tentador aos alemães. Em junho era evidente para os alemães que os russos haviam fortificado o bolsão. Mesmo assim a "Operação Cidadela" destinada a redução do saliente de KURSK através de um ataque de destruição, foi desencadeada em 4 Jun. Os alemães desprezavam, assim, a surpresa estratégica, fazendo exatamente o que os russos esperavam.

O ataque que se seguiu mais parecia um ataque da I GM. Grupamentos mistos de combate, nos quais os carros se destinavam mais ao apoio à Infantaria do que a ações independentes, avançavam em levas contra as linhas fortificadas e localidades russas bem defendidas. A despeito de intenso bombardeio aéreo e da preparação da artilharia, os russos dizimaram a infantaria alemã, enquanto os artilheiros anticarro escolhiam os blindados que se isolavam, com o objetivo de

melhor bater as fortificações russas. O avanço era extremamente lento. Quando os "Ferdinandos" conseguiam romper as defesas com sua espessa blindagem, o inimigo explorava o isolamento em que caíam e os caçava até a destruição, pois se nenhum carro ou elemento de Infantaria lhe dava proteção sua metralhadora não era suficiente para anular os ataques desfechados a curta distância.

A 14 Jul as panzer foram obrigadas a parar, tendo perdido o melhor de seu material.

Desta vez os russos não lhes deram oportunidade de se recuperarem, pois, no auge do esforço alemão, iniciaram sua ofensiva de verão e avançaram maciçamente numa ampla frente, recapturando KHARKOV, OREL e ampliando, gradativamente, os limites de suas atividades até que toda a Frente Oriental virou enorme fogueira.

Ao exército germânico não restou outra alternativa senão retomar a tática que o salvava depois de STALINGRADO.

O colapso no Norte da ÁFRICA tornara necessário o envio de reforços para o MEDITERRÂNEO, embora o terreno na ITÁLIA e na GRÉCIA estivessem entre os últimos lugares onde as divisões panzer poderiam ser empregadas.

As panzer se batiam agora em uma batalha de movimento em toda frente e como reserva móvel tinham que se desdobrar para acorrer a todos os locais ameaçados. Um mínimo de pontos vitais eram mantidos num esforço para conservar as reservas móveis essenciais. Hitler exigia contra-ataques a qualquer incursão ao longo de toda frente e isto era feito, a despeito de ser sabido que os contra-ataques locais inadequados resultavam em perdas maiores e resultados menores do que o que se obteria com contra-ofensivas bem preparadas.

Em fins de setembro de 43 a frente russa estava mais ou menos ao longo de uma linha que ia de LENINGRADO, passando por KIEV e acompanhando a linha do DNIEPER terminava no Mar NEGRO. A esta altura, os aliados já se aproximavam de ROMA e o bombardeio contra o território alemão que começara em 40, intensificara-se muito a partir de 42, com reflexos importantes na manutenção do nível de fabricação de blindados.

Os alemães, no entanto, continuavam a projetar novos e mais poderosos carros e protótipos do Tigre II, também denominado "Rei Tigre" estavam sendo testados e em 1943 a ALEMANHA produziu quase 6.000 carros de combate.

Mas, as perdas na frente cresciam, não só pelo emprego das panzer fora de seus padrões normais, com táticas fragmentárias, mas principalmente porque as elevadas perdas sofridas pelos alemães fizeram cair o padrão de treinamento das guarnições de carros. As substituições não permitiam manter um padrão alcançado por homens treinados como os que enfrentaram os três primeiros anos da guerra. Outro fator que concorria para a diminuição da eficiência das panzer era a desvantagem em que se encontrava a "Luftwaffe" voando em aviões que mal se igualavam aos do adversário e tendo, agora, que dar prioridade para a defesa do solo pátrio. Agora,

eram as panzer que se comportavam como os franceses em 40: locomover-se, particularmente à noite, aprender a ocultar-se dos ataques aéreos e utilizar mais a Artilharia, no ataque e na defesa.

Em 1943 as panzer receberam seus primeiros carros antiaéreos, buscando complementar a proteção que lhes faltava.

De certo modo, a campanha começou a tomar o caráter de guerrilha em grande escala. A ordem-do-dia eram as emboscadas de carros.

A luta praticamente não teve pausa durante todo o ano de 1943 e começo de 44. Inferiorizados numericamente os alemães davam ainda medida da diferença de habilidade em relação aos russos, fazendo-os pagar muito caro para recobrar o território que os alemães haviam percorrido quase que livremente em 1941. A cada passo davam demonstrações de como os blindados haviam se tornado vulneráveis às armas anticarro. Aí então, passaram a fazer largo emprego dos canhões de assalto, que se tornaram independentes, afastando-se com sua Infantaria e utilizando todas as proteções, campos de minas e passagens pelas florestas, onde as Div Pz não ficavam à vontade e só operavam em última instância.

Agora a atenção de todos, na ALEMANHA, voltava-se para a FRANÇA e os Países Baixos, onde se esperava que os aliados desembarcassem e desfchassem seu próximo ataque. Guderian, como inspetor de blindados, preocupava-se em descobrir meios para aumentar os efetivos blindados no Ocidente. Mas, onde obtê-los se os russos não paravam de atacar no Leste, repelindo os alemães na CRIMÉIA e penetrando, num profundo saliente, pela POLÔNIA, quase atingindo BREST-LITOVSK.

O número de carros diminuía constantemente nas Div Pz e agora atingia seu ponto culminante, apenas 103 carros. Em compensação houve melhoramentos consideráveis, não só no poder de combate dos carros mais modernos, como também na mobilidade dos demais veículos que compunham a divisão. O Batalhão de Reconhecimento melhorara seu poder de fogo e, muitas vezes, se via defendendo uma linha, quando outros elementos não estavam disponíveis. Os dois regimentos "Panzergrenadieren" agora transportavam metade de seus efetivos em carinhões e o restante em viaturas blindadas de meia lagarta.

Durante todo o ano de 1944 a produção alemã de carros continuou melhorando em quantidade e qualidade. Cerca de 20.000 carros foram produzidos nesse ano. O novo carro Tigre II entraria em ação com seu canhão L/71 de 88 mm ao lado do Jadiger com seu poderoso canhão de 128 mm os quais igualariam ou superariam qualquer coisa que os aliados pudessem apresentar.

11. INOVAÇÕES ANTES DA CARTADA DECISIVA

Os ingleses ainda não haviam definido claramente o que desejavam de suas forças blindadas. No começo de 1942 haviam substituído uma das duas brigadas blindadas por uma Bda Inf Mtz, o que não passava de uma cópia do que os alemães

já haviam feito antes, na invasão da RÚSSIA. No Norte da ÁFRICA sua chamada Divisão Mista havia se mostrado pouco eficiente e agora voltavam ao conceito de equilíbrio preconizado também em 1942. Continuavam a fazer a distinção entre os carros "cruzadores" e os carros de apoio à Infantaria, embora já reconhecessem que os "cruzadores" haviam apoiado divisões de Infantaria com marcante sucesso, e os carros de apoio à Infantaria, pelo menos numa ocasião importante, realizaram trabalho de peso num papel normalmente atribuído aos "cruzadores". Seus manuais, no entanto, atribuam aos blindados apenas o papel de força de exploração do êxito.

Quando as primeiras divisões norte-americanas foram ativadas e mesmo quando foram empregadas havia uma tendência de considerá-las não uma força de decisão mas, principalmente, uma força de aproveitamento do êxito. Todavia, em 1943, o manual do Departamento da Guerra dos EUA, ao tratar do emprego das unidades blindadas, dizia serem três os processos de emprego dos carros na ofensiva:

- liderando o ataque, seguidos de outras tropas, cuja missão seria consolidar as posições conquistadas;
- acompanhando o ataque de forças a pé para exploração de seu êxito;
- ação combinada de carros e tropas a pé fazendo juntos o ataque inicial para conquista de uma posição hostil.

Na prática, a tendência doutrinária de considerar as divisões blindadas como arma de um só propósito era descabida. Elas participaram dos mais diferentes tipos de operação e até com certo exagero, pois, inclusive, tornaram parte em ataques a posições com fortificações permanentes e que, segundo indicavam os manuais alemaes de anos atrás, era uma prática antieconômica se houvesse outras divisões menos móveis disponíveis.

Como consequência desse pensamento norte-americano, o desenvolvimento de seus carros passou a basear-se na idéia de um carro de batalha, um carro que, dentro da concepção britânica, pudesse cumprir as funções de "cruzador" e de acompanhamento das forças a pé, combinando blindagem, poder de fogo e velocidade. O seu equívoco foi considerar que, em 1944, à época da invasão da EUROPA Setentrional, o "Sherman" satisfaria essa necessidade, razão porque haviam desistido do projeto de seu sucessor — o T20 — que utilizaria peças do "Sherman" sendo, porém, mais fortemente blindado e armado com um canhão de 76 mm.

A ação dos aliados no Norte da ÁFRICA transferira para aquele TO parte considerável dos seus exércitos, adiando ao invés de antecipar, no mínimo para 1944, a invasão da EUROPA Setentrional, ideada para 1943, deixando essas forças na ociosidade. Só na EUROPA Setentrional os blindados poderiam justificar o enorme capital neles investido, pois na parte Meridional desse continente-terra de cordilheiras e rios caudalosos, as forças blindadas seriam prejudicadas, como o haviam sido na TUNISIA, onde as batalhas eram dominadas pela Infantaria, apoiadas pela Artilharia e pelos carros.

Esses fatos, a redução do número dos carros nas panzer e a defasagem da quantidade de carros com o volume de Infantaria e Artilharia levaram os norte-americanos a reduzir quase à metade o número de seus carros na divisão blindada que passou a ser dotada de 186 carros médios e 83 leves.

Em fins de 1943, possivelmente em função do avanço técnico apresentado pelos alemães, os norte-americanos voltaram a pensar no T20 que, agora, seria artilhado com um canhão 90 mm, ao mesmo tempo que os ingleses começaram a preparar uma versão grandemente aperfeiçoada do "Cromwell". Ambos iriam contribuir para satisfazer a necessidade de um carro para todas as necessidades, mas não estariam prontos para a invasão da NORMANDIA.

A esta altura, apenas o Can britânico de 76,2 mm teria alguma chance de enfrentar o inimigo e este deveria ser montado no "Sherman" pois o canhão 76 mm com que os norte-americanos pretendiam artilhá-lo não era suficientemente poderoso. Mas foram poucos os "Sherman" dotados desses canhões até junho de 1944. Esse modelo dotado do Can 76,2 mm passou a ser conhecido como "vagalume".

Entrementes os projetistas de munição britânicos conceberam um tipo inteiramente novo de granada, primeiro para o Can 57 mm e depois para o 76,2.

Essa munição era a "Armour Piercing Discarding Sabot" — APDS na qual o projétil sólido ia envolvido por um invólucro ("Sabot") que dele se desprendia depois de deixar a boca do canhão. Esse aumento do diâmetro do projétil, dentro do tubo do canhão, permitia obter-se maior impulso inicial e, assim, velocidade muito mais elevada do que se se aplicasse uma pressão mais baixa apenas na base do projétil.

Essa munição era em muitos aspectos um desenvolvimento lógico da munição "APCR" ou sub-calibrada, utilizada pelos alemães, desde 1941, com o Can 50 mm do Pz III. O projétil "APCR" (perfurante composto rígido) consiste de uma parte central dura, material de alta densidade, coberta de uma parte mole, material de baixa densidade, cujo objetivo é diminuir o peso do projétil sem diminuir o seu calibre durante a trajetória. Esse envoltório é separado do todo com o impacto, penetrando no objetivo (chapa blindada) apenas o sub-calibre (parte dura). A redução da área de penetração no alvo permite aproveitar melhor a energia cinética resultando em maior poder de penetração.

A introdução de canhões maiores, disparando granadas a velocidade cada vez mais alta, ia tornando complexo o tiro. O artilheiro dependia mais da capacidade de seu Cmt do que da sua, para descobrir alvos e, sobretudo para calcular a distância dos mesmos. Neste aspecto ainda não se fizera grande progresso. Outro aspecto que ainda não evoluíra era o concernente ao combate noturno. O referido manual norte-americano omite toda referência à sua técnica e o inglês, embora a mencionasse, era reticente a respeito. O ataque noturno seria a exceção, não a regra. Só se tornaria factível em noites de luar. A regra era fazer os carros avançar para a frente à noite e atacar ao amanhecer. Pouquíssimas vezes essa regra seria quebrada. Nes-

sas raras oportunidades se fez à luz de holofotes refletida numa camada de nuvens baixas.

Assim estavam a técnica e a tática dos blindados para a ação na qual, segundo o planejamento, deveriam predominar. Paradoxalmente, porém, o local escolhido para os desembarques nem de longe se prestava para a ação blindada.

BIBLIOGRAFIA

- Os Blindados Através dos Séculos — J V Portella F. Alves — Bibliex — 1964
- Design and Development of Fighting Vehicles — Richard M. Ogorkiewicz — Macdonald — Londres — 1968
- History and Role of Armor — US Armor School USA — 1976
- Blindados Aliados — Kenneth J. Macksey — Editora Renes Ltda. — 1976
- Panzer Líder — Heinz Guderian — Bibliex — 1966
- Divisões Panzer — K J Macksey — Editora Renes Ltda. — 1974
- Os Pródromos da Guerra Mecanizada — Maj Ray I. Bowers Jr. — Military Review — 1966
- Soviet Armor Doctrine — Maj Jeffrey Greenhut — Armor Jan/Fev — 1977
- Tank Design Ours and Theirs — Donn A Starry — Armor Set/Out — 1975 — Nov/Dez 1975
- Jornal do Exército — Ministério do Exército — Portugal — Nr 193 a 204 — 1976 — Nr 205 a 207 — 1977
- Armored Vehicles — compilado por G Bradford e H. L. Doyle
- Decisões Fatais — Diversos autores — Bibliex — 1962
- Rommel — Desmond Young — Bibliex — 1975
- Memórias do Marechal Montgomery — Trad. Ten Cel Luiz P. Macedo — Bibliex — 1976
- Memórias de Guerra — Vol. I — O APELO — Gen De Gaulle — Bibliex — 1977



INTRODUÇÃO À GEOPOLÍTICA

Roberto Machado de Oliveira Mafra

Tenente-Coronel de Cavalaria da Turma de 15 Fev 55, promovido ao posto atual, por merecimento, em 30 Ago 75.

Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Instrução Especializada, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o de Aperfeiçoamento em Estudo de Problemas Brasileiros (UERJ).

Exerce, atualmente, a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Carlos Athaydes de Lima Abreu

Tenente-Coronel de Cavalaria da Turma de 20 Dez 56, promovido por merecimento ao posto atual em abril do corrente ano.

Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Especializou-se em "Relações Internacionais" na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, sendo autor de trabalhos sobre Geopolítica.

Atualmente exerce a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente trabalho os leitores terão oportunidade de encontrar, além das origens e dos fundamentos, os principais conceitos, escolas, teorias e elementos básicos da Geopolítica.

Os coordenadores pretendiam, como Instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, reunir as principais idéias dos estudiosos do assunto em um único volume, com a finalidade de mais facilmente ambientar os oficiais alunos no estudo da Geopolítica, responsável por tantas decisões políticas no passado e ainda orientadora de importantes decisões, no presente e no futuro.

Com esse objetivo foi realizado um extrato das principais obras e de artigos dos autores constantes da bibliografia, o que tornou possível a organização do presente trabalho.

2. ORIGENS E FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA

A utilização de raciocínio tipicamente geopolítico como processo de interpretação de fatos geográficos, visando à formulação de soluções de caráter político para atender a interesses específicos das mais diversas naturezas, tem sido uma constante entre estadistas, diplomatas, militares, filósofos, geógrafos e historiadores de todo o mundo ao longo da história da humanidade. Pensamentos e conceitos de caráter nitidamente geopolítico podem ser encontrados nas obras de autores célebres, desde ARISTÓTELES e ESTRABÃO, na Antiguidade Clássica, até ALBERTUS MAGNUS e MAQUIAVEL, na Idade Média, prosseguindo com MONTESQUIEU, KARL RITTER, NAPOLEÃO e EMANUEL KANT, na Idade Moderna. O célebre tratado de TORDESILHAS, assinado pelo Papa ALEXANDRE VI em 1494, foi uma das mais amplas e importantes ações geopolíticas já realizadas no Mundo Ocidental. A fundação da COLÔNIA DO SACRAMENTO, determinada pela metrópole lusitana em 1680; a compra do ALASCA pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, em 1867; a abertura do Canal do PANAMÁ, em 1867, por iniciativa e sob a responsabilidade do governo americano, foram, igualmente, clássicas ações geopolíticas praticadas pelos Estados participantes em função de interesses específicos da época, cujos resultados no campo internacional se projetam no presente.

Todavia, os estudos sistemáticos de cunho essencialmente geopolítico só tiveram início com FREDERICH RATZEL (1844-1904), professor de Geografia em LEIPZIG e MUNIQUE, e autor de diversos trabalhos que vieram a servir de base para o estabelecimento de uma verdadeira ciência geopolítica. Foram os seus estudos e conceitos sobre a natureza política, social e geográfica do Estado que o credenciam, hoje, como o precursor da Geopolítica. Na sua obra "Geografia Política", considera o Estado como resultante do binário solo-homem; o homem influenciando o Estado através da cultura e da atividade política, enquanto o Estado permanece ligado irremediavelmente ao solo, como um organismo vivo e, por isso mesmo, sujeito a leis biológicas inevitáveis. É sobre o solo do Estado, no "espaço político" ou "território", que o homem exerce suas atividades, as quais, se enérgicas, predispõem o Estado ao crescimento; se débeis, ao enfraquecimento e à extinção. Crescimento do Estado quer dizer, no conceito ratzeliano, aumento da base física, ou seja, do território original.

Com base nessas premissas, formulou as denominadas "Leis do Crescimento dos Estados", também chamadas "Leis dos Espaços Crescentes", que até hoje constituem aforismos geopolíticos. Essas leis são as seguintes:

- o espaço dos Estados cresce com a sua cultura;
- o crescimento espacial dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente o precedem;
- o crescimento dos Estados decorre de um processo de amálgama, pela soma de pequenas unidades;

- em seu crescimento, os Estados lutam pela absorção das seções políticas mais valiosas;
- a tendência geral para a anexação territorial e amálgama transmite o impulso de Estado a Estado, aumentando de intensidade o processo decorrente.

As "Leis de Crescimento dos Estados" enunciadas por RATZEL, principalmente as acima transcritas, baseadas nos princípios de investigações geográficas recém-surgidas com HUMBOLDT e RITTER, e confirmadas pelas investigações históricas, foram o traço de união entre a teoria ratzeliana do Estado, de caráter filosófico, e a construção da teoria geopolítica com caráter de Ciência Social. Partindo delas foi que a Geopolítica pôde ser sistematizada através das obras de KJELLÉN, MACKINDER e HAUSHOFER. Em consequência das "Leis dos Espaços Crescentes", outras leis básicas surgiram, tais como:

- "a área mundial está dividida em zonas de influência, dentro das quais cada Estado tem uma importância relativa, de acordo com seus aspectos particulares;
- os Estados encravados entre outros mais poderosos se vêem sempre no dilema de optarem pela política de um deles;
- a posição relativa ideal para um Estado é a de ser rodeado de outros de menor potencialidade; Estados fracos, vizinhos de Estados poderosos, correm o risco de cair na órbita de influência destes; Estados poderosos e vizinhos, mas de interesses opostos, criam um ambiente de intranqüilidade, cuja solução, às vezes única, é a guerra;
- em casos típicos de excesso de população, os efeitos da pressão demográfica transpõem as fronteiras e penetram pelos vizinhos. É o conceito expansionista".

RUDOLF KJELLÉN (1846-1922), professor da Universidade de GOTEBORG, na SUÉCIA, foi o criador do termo "Geopolítica" e o responsável pelo reconhecimento de uma justa autonomia para os estudos referentes à matéria, de modo a elevá-la, para prosseguimento do trabalho pelos seus sucessores, à categoria de ciência aplicada. Impressionado pelas teorias de RATZEL sobre a natureza orgânica dos Estados, abandonou a orientação jurídico-filosófica que até então predominava no estudo da ciência política e passou a analisar o fenômeno estatal por processos rigorosamente científicos, nos moldes usados pelas demais ciências físicas, naturais e sociais. Não só analisou o Estado em sua estrutura íntima, sob o ponto de vista jurídico, social e econômico, como foi mais longe, procurando em aspectos tangíveis as bases em que o mesmo se fundamenta.

Para KJELLÉN, na origem do Estado se encontram elementos de direito e elementos de força ou de ordem física. Não é possível ver-se o Estado apenas sob o ângulo jurídico, enriquecido das contribuições subsidiárias da sociologia e da economia. O Estado deve ser analisado sob o aspecto global, dando-se igual ênfase à in-

vestigação dos fatores que o compõem. Daí a necessidade da ciência política abarcar todos os fatores componentes do Estado. Dentro desse raciocínio, KJELLÉN adotou um novo método para o estudo da Política, analisando-a sob cinco aspectos, na ordem natural e lógica de importância, como se segue:

- Geopolítica: determina a influência do solo (situação, valor do território ocupado e riquezas naturais) nos fenômenos políticos.
- Ecopolítica: influência dos fatores econômicos nos fenômenos políticos.
- Demopolítica: estudo do Estado como nação (povo).
- Sociopolítica: estuda a influência dos grupos e classes sociais na evolução nacional.
- Cratopolítica: estuda a política de governo, de poder.

KJELLÉN foi, além do criador dessa nova doutrina de Estado, o seu sistematizador. No campo mais restrito da Geopolítica, que é o nosso interesse no momento, também foi o principal arquiteto. No livro "O Estado como Forma de Vida" (1918), onde primeiro apareceu o termo, considera a Geopolítica como o ramo da Política que estuda o Estado como organismo geográfico ou, mais exatamente, como fenômeno de espaço, portanto como país, "territorium" e "dominium". Concebia os Estados como seres vivos, organicamente unidos ao solo, sempre em luta por maior espaço. Como conclusões práticas do seu pensamento estabeleceria certos postulados:

- "Estados vitalmente fortes, com uma área de soberania limitada, são dominados pelo categórico imperativo político de dilatar seus territórios, pela colonização, pela união com outros Estados ou pela conquista.
- Aos Estados pequenos parece estar reservada, no mundo da política internacional, sorte idêntica à dos povos primitivos no mundo da cultura; são repelidos para a periferia, mantidos nas áreas marginais ou zonas fronteiriças, ou desaparecem.
- Quando mais o mundo se organiza, mais os vastos espaços, como Estados grandes, fazem sentir sua influência e, quanto maior o desenvolvimento dos grandes Estados, menor a importância dos pequenos".

Além de adotar o ponto de vista de RATZEL sobre a natureza do Estado como unidade biológica que possui as características e a vitalidade de um organismo vivo, ampliou o conceito, introduzindo a idéia de nacionalismo. Segundo ele o nacionalismo dá expressão característica do Estado. Território e espaço, consequentemente, passam a ser robustecidos pelo misticismo com a inclusão do conceito de nacionalismo, o qual, devido à sua ampla e sugestiva significação, pode ser empregado para abrir novos e vastos horizontes.

Por essa descrição sintética sobre o pensamento e as concepções de RATZEL e KJELLÉN, é possível verificar-se a extraordinária percepção desses dois estudiosos, avançada de cinqüenta anos, com respeito às formidáveis convulsões expansionistas que tão tristemente têm caracterizado o século XX.

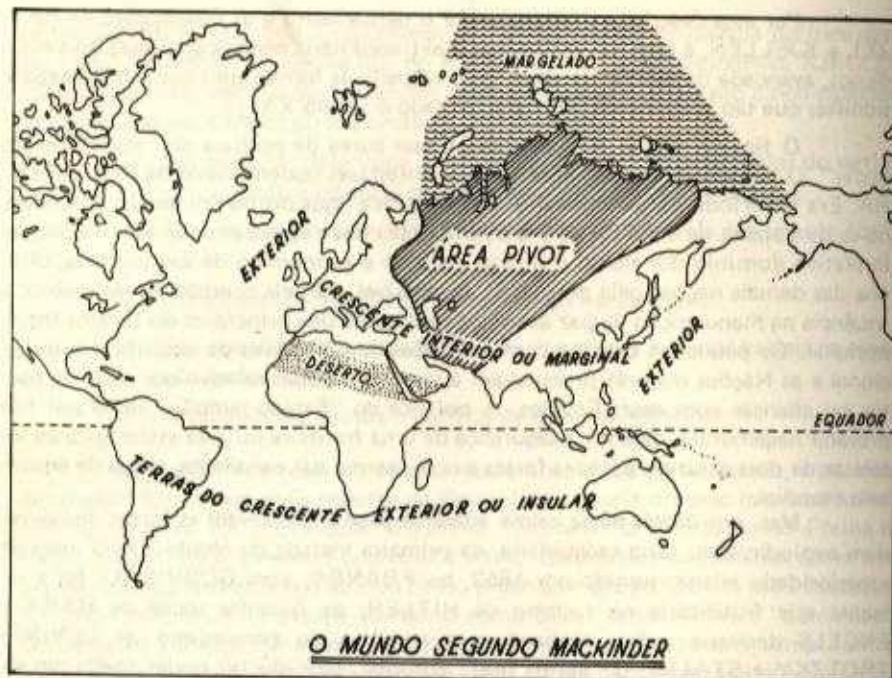
O fim do século XIX marcava a fase áurea da política do "equilíbrio do poder". O mundo repousava, então, no incontestável poderio naval da INGLATERRA. Era o período da denominada "paz britânica" que durou um século, estendendo-se da batalha de WATERLOO à do MARNE. Foi a época em que essa nação, pelo efetivo domínio dos mares e o peso político e econômico de sua vontade, obtinha das demais nações pela persuasão, se possível, ou pela coerção, se necessário, a anuência na manutenção da paz através da aplicação dos princípios do Direito Internacional. Os pequenos Estados eram contados como fatores de equilíbrio internacional e as Nações maiores procuravam aumentar o poder relativo por meio de pactos ou alianças com esses Estados. A política do "Estado-tampão" tinha por fim prevenir hegemonias, garantir a segurança de uma fronteira ou área estratégica de interesse de dois ou mais Estados fortes e criar, com a sua existência, zonas de equilíbrio mundial.

Mas, por detrás dessa calma aparente já se organizavam as forças que deveriam explodir, com fúria sanguinária, na primeira metade do século XX. O mito de superioridade ariana, surgido em 1853, na FRANÇA, com GOBINEAU, foi a semente que frutificaria no racismo de HITLER; da filosofia social de MARX e ENGELS derivaria a fase realizadora e agressiva do comunismo de LENINE, TROTZKY e STALIN. O "status quo" europeu, baseado no poder marítimo da INGLATERRA, começaria a sofrer contestações por parte de um poder terrestre que se estruturava, tendo como sede a ALEMANHA.

Esses antagonismos, no entanto, já haviam sido detetados e assinalados nos estudos de RATZEL e KJELLÉN, particularmente naqueles que envolviam o possível conflito futuro entre um poder marítimo e um poder terrestre. KJELLÉN, principalmente, teve a visão de que a ALEMANHA do começo do século XX seria o centro do poder terrestre que se levantava para o futuro e, possivelmente, a sucessora da INGLATERRA como mais importante potência mundial. A partir de então, as interpretações sobre o surgimento e posterior comportamento de um poder terrestre, em face da existência de um poder marítimo incontestável, tornaram-se um dos temas de maior preocupação para os primeiros estudiosos de Geopolítica.

Um professor de OXFORD, Sir HALFORD MACKINDER (1861-1946), através de suas obras "A INGLATERRA e os Mares Ingleses", "O Eixo Geográfico da História" e "Ideais Democráticos e Realidade", foi o precursor da tese da predominância do poder terrestre sobre o poder marítimo. Para MACKINDER, a região central da EURÁSIA era o "pivot" da política do mundo, em torno do qual giravam todos os problemas internacionais; quem fosse o dominador dessa região, a seu ver, possuiria o mundo. Daí o seu aforismo:

"1 – Quem governar a EUROPA ORIENTAL comandará o "Heartland" (Coração da Terra);



- 2 - Quem governar o "Heartland" Comandará a "Ilha do Mundo";
- 3 - Quem governar a "Ilha do Mundo" comandará o mundo".

A compreensão da doutrina de MACKINDER envolve a interpretação de, pelo menos, dois conceitos: o que se deve entender por "Heartland", e o que é a "Ilha do Mundo".

A história da EUROPA, dizia MACKINDER, subordina-se à da ÁSIA, visto que a EUROPA moderna é o produto das incursões marítimas dos vikings e das incursões terrestres das tribos nômades provindas das estepes centrais da ÁSIA. Durante milhares de anos, hordas a pé e a cavalo desembocavam da ÁSIA, atravessando o amplo corredor entre os Montes URAIS e o Mar CÁSPIO, atravessando a RÚSSIA meridional e atingindo a HUNGRIA, no próprio coração da península européia. Essas invasões atingiram o clímax com a incursão mongólica do século XIII. Para MACKINDER, as culturas grega e romana foram, apenas, uma infiltração lateral na EUROPA. A base de onde partiam as invasões era a massa central de terra da EURÁSIA, compreendendo a RÚSSIA ASIÁTICA, o SINKIANG, a MONGÓLIA e as regiões não costeiras do ORIENTE MÉDIO.

Para MACKINDER, a área de terra central batizada como o "Coração da Terra", era concebida como capaz de atender suas próprias necessidades, além de

apresentar-se como uma unidade econômica e militar invulnerável ao poder naval. O "Heartland" seria a maior fortaleza natural da terra e sua extensão e recursos naturais de tal ordem que, se adequadamente organizados, habilitariam ao seu possuidor o domínio do mundo. Previa que, na ocorrência de um conflito entre as nações que controlavam os oceanos e as que dominavam a massa terrestre, os trunfos estariam nas mãos dos segundos. Por sua vez, o mais poderoso dono do poder terrestre seria aquele que dominasse o "Heartland".

Prosseguindo na sua teoria, MACKINDER conceituava: "A Ilha do Mundo nada mais é do que a EURÁSIA, conjunto constituído pela ÁSIA e o seu prolongamento ocidental que é a EUROPA, e o continente africano". Além do "pivot" eurasiano, há o resto das terras mundiais, que MACKINDER classificou em dois crescentes concêntricos: o crescente interior, ou marginal, e o crescente exterior, ou insular. O crescente interior compreende toda a franja do continente eurasiano, além do norte da ÁFRICA. O crescente exterior abrange as terras dispostas em torno da EURÁSIA: AMÉRICAS, ÁFRICA (ao sul do SAARA) e AUSTRÁLIA. Portanto, para MACKINDER, o mundo se apresentava com a seguinte configuração geopolítica: ao centro, uma enorme massa continental, sede das potências terrestres da época, RÚSSIA e ALEMANHA; ao redor desse centro, dois crescentes envolventes de potências marítimas. O primeiro crescente, ao alcance da massa continental, pois com ela se limita; o segundo, fora desse alcance, formando um círculo de bases exteriores e insulares.

O desequilíbrio do poder mundial em favor do "Estado-pivot", acarretando uma expansão além das regiões marginais da EURÁSIA — afirmava ele — permitiria o emprego dos vastos recursos continentais para a construção de uma esquadra e, consequentemente, o império do mundo estaria à vista. Tal aconteceria, no seu entender, se a ALEMANHA se aliasse à RÚSSIA. Nesse caso a FRANÇA, a ITÁLIA, o EGITO, a ÍNDIA, a INDOCHINA e a CORÉIA seriam cabeças-de-ponte sobre as quais as potências do crescente exterior teriam de basear uma contra-ofensiva a fim de não permitirem o controle dos oceanos por esses Estados. Em caso de fracasso dessa estratégia, as potências do "Heartland" dominariam a "Ilha do Mundo".

O quarto pilar da plataforma sobre a qual se apoiou a base científica da Geopolítica foi a obra de KARL HAUSHOFER, general e professor alemão, elaborada na primeira metade do presente século. Sua contribuição, se não foi significativa no campo da teoria científica, foi capital em termos de ciência aplicada, particularmente como base de apoio à política expansionista alemã que resultou na Segunda Guerra Mundial. Suas concepções projetaram-no como o filósofo do expansionismo alemão. Para ele, a derrota de 1918 fora fruto da aplicação incorreta dos princípios ratzelianos, o que cumpria evitar na próxima guerra, se essa fosse inevitável.

Convencido de que a EURÁSIA era a região de maior resistência aos ataques exteriores e a que oferecia, ao mesmo tempo, melhores possibilidades para a irradiação do domínio universal, foi o maior incentivador de uma aliança da ALEMA-

NHA com a RÚSSIA e o JAPÃO. Idealizou uma EURÁSIA politicamente unida sob a hegemonia da ALEMANHA, por ser essa nação mais culta e líder natural de suas companheiras de aliança.

Como base de suas teorias, HAUSHOFER desenvolveu uma concepção geopolítica que pode ser sintetizada através dos seguintes conceitos:

a. *Autarquia* — Ideal de auto-suficiência nacional, no sentido econômico. Com a Autarquia visava-se a preparação para a guerra: "canhões, em vez de manteiga".

b. *Espaço Vital* — Direito de uma nação de ampliar o espaço para a sua população. Além de simples área, o "Liebensraum" leva em conta os recursos naturais e humanos a serem encontrados em qualquer área reivindicada por um Estado, como seu justo "espaço vital".

c. *Panregiões* — Exprimiam as aspirações territoriais dos geopolíticos germânicos. Cada uma delas combinava latitudes médias e baixas, permitindo uma diversidade de produtos e de recursos minerais. Constituía-se, em outras palavras, em regiões economicamente auto-suficientes.

Três eram as Panregiões propostas por HAUSHOFER:

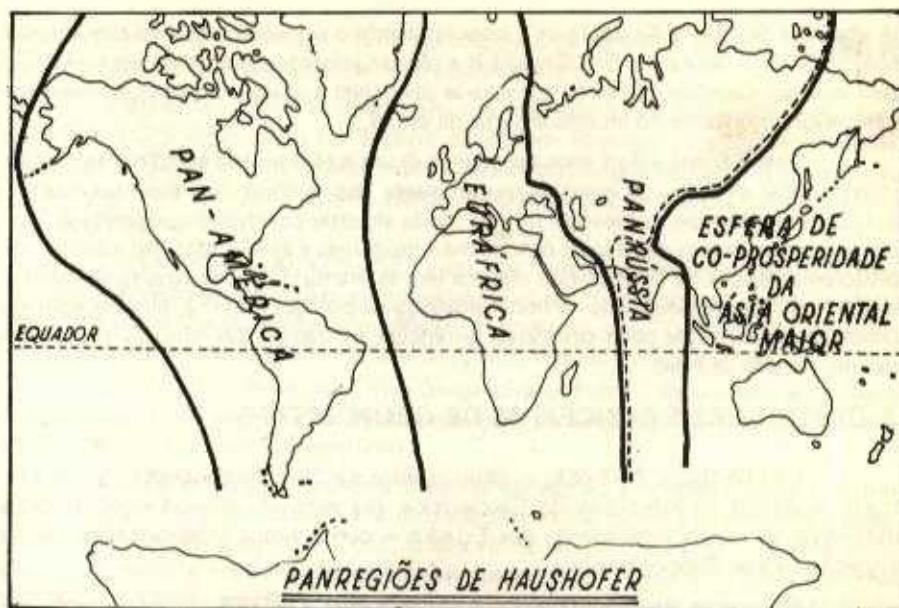
1) A PAN-AMÉRICA, por si mesma separada dos outros continentes por vastos oceanos. Os ESTADOS UNIDOS seriam o país "controlador" dessa Panregião. Os geopolíticos alemães sempre se confessaram admiradores da "Doutrina de MONROE", por encontrarem nela a concepção precursora das Panregiões.

2) A EURÁFRICA, região que compreendia quase toda a EUROPA, a ÁFRICA e o Oriente Médio. Essa Panregião destinava-se ao "controle" da ALEMANHA. Não foram incluídas a INGLATERRA e a URSS, pois isso criaria embaraços. Uma solução para o problema da URSS seria o estabelecimento de uma Pan-Área que englobasse a ÍNDIA. Tal área não teria, no entanto, terras na latitude sul, o que complicava um pouco os teóricos. Na verdade, a solução que mais agradava a HAUSHOFER era entregar a URSS à ALEMANHA, e a ÍNDIA ao JAPÃO.

3) A PAN-ÁSIA, que compreendia o leste do continente asiático, a AUSTRÁLIA e as ilhas adjacentes. O JAPÃO seria o país "controlador" dessa região.

PANREGIÕES DE HAUSHOFER

As concepções geopolíticas de HAUSHOFER e de seus companheiros do Instituto de Geopolítica de MUNIQUE, por ele fundado e dirigido, foram totalmente assimiladas por HITLER, que as inscreveu no "Mein Kampf". O conceito de "Espaço Vital" de KJELLÉN deixou de ser tomado no sentido geopolítico do termo, para se transformar na palavra de ordem das vanguardas hitleristas através da EUROPA. A "Teoria dos Espaços Crescentes", de RATZEL, se transformou em justificativa para a ALEMANHA invadir países vizinhos ou distantes, variando a interpretação de acordo com o interesse do Nacional-Socialismo. Afirmava que, com a posse da



Um panorama das Panregiões principais, baseado em documentos (e não mapas) de geopolíticos. Jamais foram propostas fronteiras específicas para essas regiões.

Uma subdivisão alternativa em 3 regiões conectando a Índia ao Japão e a Rússia à Euráfrica, é indicada pela linha pontilhada.

"Ilha do Mundo" pela raça superior dos arianos, estaria assegurando o domínio do mundo, conforme previra MACKINDER.

Acontece, porém, que os geopolíticos russos e, entre eles STALIN, admitiam a concretização da mesma teoria, mas sob a hegemonia da RÚSSIA. Daí o plano de atrair a ALEMANHA com um tratado de não-agressão enquanto aguardavam que a INGLATERRA e os ESTADOS UNIDOS a derrotassem. A liderança que HAUSHOFER supusera poder colocar nas mãos germânicas foi recolhida pela URSS após a Segunda Guerra Mundial, em virtude de uma política altamente inteligente, objetiva e eficiente.

Sob o ponto de vista geopolítico e, numa apreciação genérica, podemos considerar as duas Guerras Mundiais sob um duplo aspecto: em primeiro lugar, como a luta entre o poder germânico e o poder eslavo pelo domínio do "Heartland", segundo, como o conflito entre o poder terrestre e o poder marítimo pelo domínio do mundo. A partir de 1918 surge a URSS, em substituição ao Império Russo, como uma potência em vias de poder equiparar-se às mais fortes do mundo. Depois de 1945, com a derrota do Eixo, passa a assumir integralmente a condição de senho-

ra absoluta do "Coração da Terra", concretizando o primeiro passo do aforismo de MACKINDER, tão caro a HAUSHOFER e tão tenazmente perseguido por HITLER, sem sucesso. Geopoliticamente, tornava-se previsível a grave ameaça que passaria a pesar sobre o restante do mundo a partir de então.

Nesses trinta e dois anos decorridos desde o término do conflito, a situação internacional evoluiu, de maneira muitas vezes imprevisível, nos aspectos militar, político e econômico, colocando fora de moda algumas conclusões geopolíticas, por ultrapassadas, mas consagrando outras, mais modernas e atualizadas. No entanto, os princípios básicos da Geopolítica clássica têm se mantido válidos através dos anos e podem ser reconhecidos, seja na linha filosófica da política externa, seja em ação estratégica desenvolvida pelas principais potências, no campo das relações internacionais no mundo de hoje.

3. DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE GEOPOLÍTICA

FREDERICH RATZEL, o sábio criador da "antropogeografia", foi o primeiro a definir os princípios da Geopolítica. No entanto, em sua obra, embora determine as leis de crescimento dos Estados — como vimos anteriormente — não chegou a definir Geopolítica.

Da mesma forma, o inglês HALFORD MACKINDER, autor da teoria da supremacia do Poder Terrestre, de cunho essencialmente geopolítico, não chegou também a uma definição sobre o termo Geopolítica.

Foi o sueco RUDOLPH KJELLÉN o criador do vocábulo, Geopolítica, quando lançou a teoria do Estado como organismo vivo, intimamente ligado à Antropologia. Segundo ele, "Geopolítica é o ramo da Política que estuda o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno de espaço, portanto como País, território e domínio, ou mais exatamente, como "Reich"."

O General KARL HAUSHOFER definiu Geopolítica como sendo "a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo". A Geopolítica, segundo ele, "aspira proporcionar as armas para a ação política e os princípios que servem de guia para a vida política; é a arte da atuação política na luta de vida e de morte dos organismos estatais pelo Espaço Vital". O prosseguimento dos estudos relativos ao assunto veio proporcionar a oportunidade para que outros autores definissem o vocabulário de acordo com os rumos que imprimiram aos seus trabalhos ou com os enfoques particulares de cada um a respeito da nova ciência.

Assim, o General MARIO TRAVASSOS conceituou a Geopolítica como "o processo interpretativo dos fatos geográficos, em seus aspectos positivos e negativos, de cuja soma algébrica deve resultar um juízo da situação de um país, no momento considerado, não como um julgamento definitivo, fruto de uma predestina-

* "Reich" é uma palavra difícil de traduzir em português, porque nela está contido o sentido de solo político e de quanto nele se encerra, isto é, o "dominium" propriamente dito, no sentido latino do vocabulário.

ção de caráter determinista e, muito menos, de uma forma de sedução coletiva, visando a objetivos políticos nem sempre confessáveis.

DERWENT WHITTESEY, em um capítulo sobre Geopolítica, no livro de EDWARD MEAD EARLE, "Makers of Modern Strategy", diz que a "Geopolítica é uma criação do militarismo e um instrumento de guerra; como seu nome deixa antever, ela é ramo, ao mesmo tempo, da Geografia e da Ciência Política, gêmea da Geografia Política".

EVERARDO BACKHEUSER, um dos mais importantes geopolíticos brasileiros, apoiando-se em razões etimológicas, diz que "Geopolítica é a Política feita em decorrência das condições geográficas" e, portanto, que "Geopolítica não é parte ou capítulo ou parágrafo da ciência Geografia, mas de ciência Política".

JOHN SPYKMAN, em "The Geography of Peace", esclarece que a palavra Geopolítica "pode ser aplicada ao planejamento da segurança política de um país, em termos de seus fatores geográficos".

Como se verifica, existem diversas definições e conceitos para o termo Geopolítica. Essa diversidade é caracterizada pela existência de pensamentos e interpretações múltiplas sobre o assunto, o que vai se refletir no alinhamento dos estudiosos da matéria em verdadeiras Escolas Geopolíticas. Cada uma delas, definida por leis, princípios, teorias e pensamentos específicos, às vezes coincidentes, às vezes conflitantes entre si.

4. ESCOLAS DE GEOPOLÍTICA

Existem, hoje, três correntes guiando os estudiosos da Geopolítica:

- a da Escola Determinista (alemã),
- a da Escola Possibilista (francesa), e
- a da Escola de Geopolítica Integralizada.

a. Escola Determinista ou de Fatalismo Geográfico

— Para os "deterministas", o ambiente físico exerce uma influência determinante na atividade humana: "o homem é produto do meio".

— As atividades, as características e o destino dos homens e dos Estados seriam produto da localização, altitude, fronteiras e, sobretudo, da extensão do espaço territorial.

— Esta Escola admite como fator predominante a influência marcante e irresistível dos fatores geográficos. Nela se incluem grandes estudiosos como Ratzel, Kjellén e, particularmente, Haushofer e sua equipe, que orientaram e justificaram as grandes conquistas de Hitler na 2ª Guerra Mundial, baseados na Teoria de Mackinder, e sacudiram o mundo de 1939 a 1945.

b. Escola Possibilista

Esta Escola, que tem como principal expoente o francês PAUL VIDAL DE LA BLACHE (1860-1918), não aceita que o Estado seja uma entidade política orgânica, como afirmam os Deterministas, mas sim uma unidade nacional e cultural, cujas atividades são dirigidas pela consciência coletiva dos cidadãos.

— Para ela o ambiente físico não exerce uma influência *determinante* na atividade humana, mas apresenta ao homem um certo número de *possibilidades*, deixando-o livre para escolher a linha de ação que o Estado deve seguir. Preconiza, assim, que "a natureza propõe e o homem dispõe".

— Não aceita que o fundamento da existência nacional seja a luta por espaço e demonstra a falsidade desse conceito, apresentando numerosos pequenos Estados que têm sobrevivido, ao longo da história da humanidade, e contribuído de forma significativa para o seu progresso cultural.

— VIDAL DE LA BLACHE declara-se contrário ao "determinismo geográfico", mas admite uma espécie de "determinismo geohistórico", ao afirmar que o "fenômeno histórico não pode ser tratado convenientemente se não se atentar para o fenômeno geográfico em que se produz".

c. Escola da Geopolítica Integralizada

— Posteriormente, surgiu uma terceira Escola, na qual o *possibilismo* age, mas não raro em função de um *determinismo*.

— Seus adeptos, JOHN SPYKMAN, JOSEPH ROUCEK, WILLIAM BORDEN e ALEXANDRE SEVERSKY, expressam a opinião de que a Geopolítica deve incluir algo mais do que o estudo do homem, do território e das águas que o circundam. Deve ser levado em conta, também, o ar, por onde perigos jamais sonhados podem ferir, rápida e avassaladoramente, qualquer Estado.

— Essa terceira Escola não toma posição extremada como as duas primeiras. Estuda as relações homem-terra-ar considerando os progressos científicos e tecnológicos. A Geopolítica, nessa concepção, deverá considerar, também, o desenvolvimento técnico-científico da época atual, particularmente o desenvolvimento da aviação e das armas nucleares, que não foi considerado pelas Escolas anteriormente citadas.

— Para melhor compreensão da Geopolítica Integralizada, o Cel FRANCISCO RUAS SANTOS apresenta o conceito seguinte: "O homem não é um autômato, sem determinação ou vontade própria. A liberdade é concedida ao homem à proporção que a ciência e a técnica avançam (possibilismo), embora tal liberdade seja, de certo modo, limitada pela natureza (determinismo)."

5. PRINCIPAIS TEORIAS GEOPOLÍTICAS

a. Teoria ou Doutrina do Poder Terrestre

As teorias sobre o Poder Terrestre desenvolvidas por MACKINDER e HAUSHOFER, encontram-se expostas no Nr 1 da presente Nota Suplementar.

b. Teoria ou Doutrina do Poder Marítimo

O Almirante americano ALFRED THAYER MAHAN (1840-1914) foi o primeiro a estabelecer a importância do Poder Marítimo com relação à Política Nacional.

Segundo MAHAN, "Poder Marítimo não é o sinônimo de Poder Naval, pois não comprehende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força das armas, mas também o comércio e navegação pacífica que, de um modo vigoroso e natural, deram nascimento à esquadra e, graças a ela, repousam em segurança".

O Poder Marítimo garante, na paz e na guerra, a continuidade de comércio marítimo e suas trocas de produtos, estabelecendo uma estreita dependência entre o comércio exterior e a Marinha de Guerra.

O Poder Marítimo é elemento vital para o crescimento, prosperidade e segurança nacionais.

O Império Português, por exemplo, originado de um pequeno núcleo debruçado sobre o ATLÂNTICO, espalhou-se por diversos continentes, assegurou o domínio do ATLÂNTICO SUL e adquiriu importância mundial na época.

A INGLATERRA, beneficiada por sua posição insular, transformou-se numa potência naval e constituiu poderoso império.

Para MAHAN, os EUA possuíam, em ótimas condições, quase todos os fatores que afetam o desenvolvimento do Poder Marítimo, bastando diminuir sua linha de transportes com o PACÍFICO, através do canal do PANAMÁ, e assegurar sua defesa na área do mar das ANTILHAS.

Suas profecias confirmaram-se anos depois. Os EUA organizaram imensa frota mercante que permitiu o desenvolvimento, sempre crescente, do seu comércio, e estratégicas bases avançadas foram obtidas, elevando-os à excepcional categoria entre as potências mundiais.

Admite que se poderá conter, pelo Poder Marítimo, a expansão do Poder Terrestre da "área-pivot" de MACKINDER.

c. Teoria ou Doutrina do Poder Aéreo

É uma visão global aérea, defendida principalmente por ALEXANDRE P. SE-

VERSKY (1894- . . .), que tem por expressão cartográfica, ou mapa básico, a projeção azimutal equidistante, com centro no Pólo Norte. O mapa de SEVERSKY apresenta o mundo dividido em duas grandes "áreas de domínio aéreo". O raio e o alcance da "área de domínio aéreo" soviética cobre toda a EURÁSIA, quase toda a ÁFRICA e a AMÉRICA DO NORTE, até o sul do MÉXICO. O raio e o alcance da "área de domínio aéreo" dos ESTADOS UNIDOS cobre todas as AMÉRICAS, parte norte da ÁFRICA, EUROPA e quase toda a ÁSIA, com exceção das penínsulas do sul.

Estas duas áreas se cruzam e se interferem no que SEVERSKY denominou de "área de decisão", a qual cobre toda a AMÉRICA DO NORTE até o sul do MÉXICO, o norte da ÁFRICA, toda a EUROPA e a ÁSIA, menos as penínsulas do sul.

Observa o mestre em Poder Aéreo que o Mediterrâneo ÁRTICO é o centro da "área de decisão"; que o Estreito de BHERING ocupa uma posição crítica; que, dentro da "área de decisão", encontram-se os "heartlands" industriais dos EUA e da URSS; e conclui ser vital para os EUA a manutenção do predomínio aéreo na "área de decisão".

A AMÉRICA LATINA, por estar situada dentro da "área de domínio aéreo" dos EUA e pelos recursos que possui, constitui, para SEVERSKY, a principal reserva da indústria americana, graças às excepcionais condições de segurança que apresenta, pois, com exceção do MÉXICO, está inteiramente fora da "área de domínio aéreo" soviético.

A visão global de SEVERSKY também modifica o conceito de defesa do hemisfério ocidental, cujo principal eixo, segundo ele, passa a ser norte-sul, ao invés de leste-oeste.

Portanto, as concepções de SEVERSKY podem ser condensadas nas três idéias principais:

1º — o Poder Aéreo constitui, atualmente, um poderoso instrumento da Política de Segurança Nacional;

2º — os EUA deverão manter o predomínio aéreo na "área de decisão";

3º — o principal eixo de defesa do hemisfério ocidental é, atualmente, norte-sul.

d. Teoria ou Doutrina das Fímbrias

A denominada "Política de Contenção" empregada pelos EUA durante todo o período do relacionamento bipolarizado e altamente conflitante que caracterizou a denominada "guerra-fria", tinha suas raízes, também, numa teoria geopolítica desenvolvida por JOHN SPYKMAN (1893-1943), doutor em Filosofia e diretor do Instituto de Relações Internacionais de YALE, nos EUA. SPYKMAN, seguidor de MACKINDER quanto a uma visão geopolítica global no relacionamento internacional, reinterpretou a teoria do mestre, opondo ao "Heartland" o que deno-

minou "Rimland" (região das fímbrias). A reação de SPYKMAN era de ordem prática, pois consistia, grosso modo, em considerar o centro do planisfério não mais a massa das terras do Velho Mundo, senão as terras do Novo Mundo em relação ao "Rimland", isto é, às terras continentais ou não, que bordam o "Heartland"; essas "fímbrias" seriam, em síntese, a orla externa do "Heartland" de MACKINDER e HAUSHOFER.

Enquanto que HAUSHOFER pretendeu, em fundamentos geográficos, o domínio do mundo, SPYKMAN — com sua geopolítica de emergência, em busca de curar o mal com o próprio mal — preconizava a preservação do Hemisfério Ocidental, cujos postos avançados estariam no "Rimland", pela ocupação de bases de partida para ações ofensivas preventivas sobre o "Heartland", se a evolução da política internacional o impusesse. Segundo afirmava, com base em estudos e interpretações da História, "as lutas no Hemisfério Oriental foram sempre travadas em referência às relações existentes entre o interior (Heartland) e a região das fímbrias (Rimland); à constelação do poder no próprio "Rimland"; à influência da pressão marítima no



PROJEÇÃO AZIMUTAL EQUIDISTANTE COM CENTRO NO POLO NORTE

Fig. 3

litoral; e, finalmente, à participação exercida pelo Hemisfério Ocidental nessa pressão". Finalmente, ressaltando a importância do "Rimland" como zona tampão de natureza anfíbia, afirmava que: se se desse formular um "slogan" para orientar a política de poder do Velho Mundo, este seria:

- Quem controlar o "Rimland" dominará a EURÁSIA;
- quem dominar a EURÁSIA controlará os destinos do mundo".

Com o objetivo de assegurar a integridade do Hemisfério Ocidental através da manutenção do "status quo" mundial do pós-guerra, impedindo que a URSS ampliasse uma já imensa zona de domínio político, os EUA trataram de firmar pactos e alianças com os países situados nas áreas estratégicas dos chamados espaços periféri-

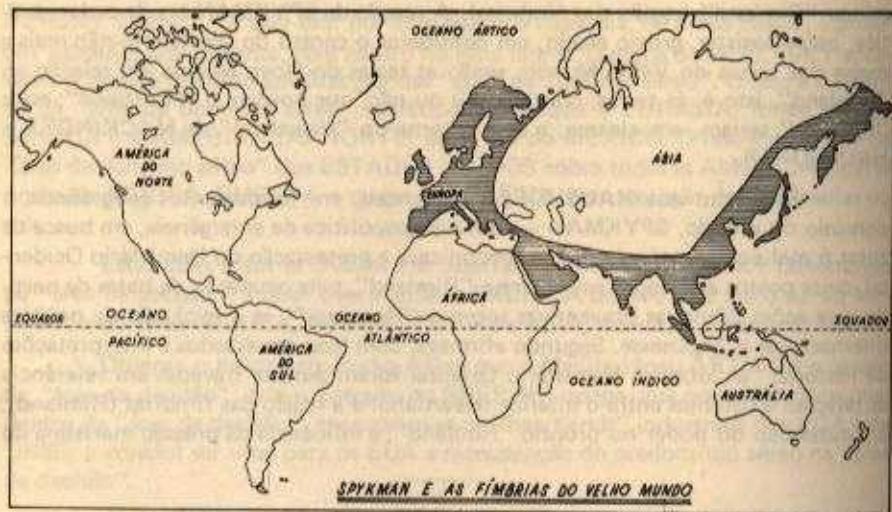


Fig. 4

cos ou "fímbrias" (OTAN, OTASE, OTCEN, ANZUS). Aí estabeleceram bases militares e engajaram-se, econômica, política e militarmente, na contenção das investidas expansionistas da URSS, como na crise do IRÃ, no problema de BERLIM, na guerra civil grega e na invasão da CORÉIA. Durante essa fase da "guerra-fria", era ainda bem nítida a linha demarcatória entre aliados e adversários, no que diz respeito ao alinhamento dos integrantes dos blocos antagônicos.

e. Teoria do Desafio e Resposta

ARNOLD TOYNBEE (1889-1975) aceita a Geopolítica como conselheira, indicadora de soluções, mas coloca o destino dos povos nas mãos de suas elites. Para o sociólogo e historiador inglês, as inferioridades geográficas, os obstáculos, são desafios que se antepõem ao processo de afirmação das nações. Ou estas superam esses desafios e se afirmam, ou não os superam, e são condenadas à estagnação ou à desagregação.

Diz o autor de "Study of History", obra em que estudou exaustivamente as causas de sucesso e de fracasso de 21 civilizações a partir do império sumérico (estabelecido por volta de 2143 ou 2079 antes de CRISTO):

"Após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso, pela perda do poder criador das minorias dirigentes que, à míngua de vitalidade, perdem a força mágica de influir sobre as massas não criadoras e de atraí-las".

TOYNBEE, ilustrando os estudos sobre a integração entre o homem e o ambiente, conclui que "a facilidade é inimiga da civilização" e, ainda, que "o estímulo humano aumenta de força na razão direta da dificuldade". O sociólogo e historiador inglês divide os estímulos em duas classes: estímulos do ambiente físico e do ambiente humano. Entre os estímulos do meio físico destaca:

- das regiões ásperas;
 - dos novos solos.

Entre os estímulos do ambiente humano, realça:

- dos reveses;
 - das pressões;
 - das inferiorizações.

A tentativa da tese é provar que os estímulos, apresentados sob a forma de dificuldades do meio físico ou do conglomerado humano, despertam, incentivam, provocam ou aquecem a vontade de superação existente em todo o ser humano.

Justifica ARNOLD TOYNBEE sua teoria citando exemplos vários do comportamento de povos diante desses estímulos, desde a Antiguidade. HERÓDOTO, por volta do ano 424 A.C., já havia se expressado sobre as influências da terra no ânimo das populações, sentenciando: "terras férteis, homens indolentes; terras ásperas, homens duros".

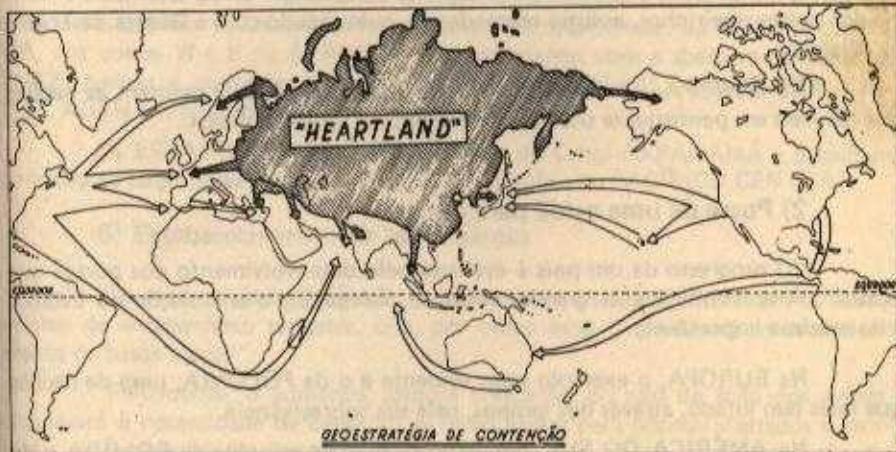


Fig. 5

6. ELEMENTOS BÁSICOS DE GEOPOLÍTICA

a. Tendências dos Estados face às suas condições geográficas

Da mesma forma que os indivíduos almejam melhor situação social, muitos Estados almejam melhor situação geográfica. Para isso, a própria natureza já indica um dos caminhos a seguir:

"a linha de menor resistência".

A Geopolítica enumera as seguintes tendências:

- domínio da totalidade das bacias hidrográficas;
- posse de uma saída para o mar;
- multiplicação das saídas marítimas, ou tendência à expansão litoral;
- domínio das costas opostas;
- controle das grandes rotas de suprimento;
- estabelecimento de bases aéreas.

1) Domínio da totalidade das bacias hidrográficas

Quando um Estado é senhor da foz de um rio, procura controlar as suas cabeceiras; inversamente, quando possui as nascentes decide estender o domínio até a embocadura. Leva maior vantagem quem está de posse da foz, pois está articulado com as rotas oceânicas.

Na época da colonização da AMÉRICA DO SUL, já serviu o rio PARAGUAI de pomo de discórdia entre portugueses e espanhóis. Depois da independência dos países ribeirinhos, as lutas reacenderam, culminando com a Guerra da Tríplice Aliança.

Na EUROPA, os rios RENO, VIŠTULA e DANÚBIO mantêm as nações que banham em permanente situação de discórdia e tensão política.

2) Posse de uma saída para o mar

"O progresso de um país é avaliado pelo desenvolvimento dos portos que possui". A acessibilidade às grandes rotas de navegação, a articulação do Estado, é da máxima importância.

Na EUROPA, o exemplo mais evidente é o da POLÔNIA, uma da nações que mais tem lutado, através dos tempos, pela sua sobrevivência.

Na AMÉRICA DO SUL, conhecemos bem os esforços da BOLÍVIA e do PARAGUAI para atingir o OCEANO.

3) Multiplicação do número de saídas marítimas

Essa tendência leva os Estados a pretenderem controlar, através do continente, a faixa litorânea oposta às que já possuem.

Os ESTADOS UNIDOS, após estabelecidos na costa atlântica, rumaram para o litoral do golfo do MÉXICO e para a costa do PACÍFICO.

A RÚSSIA, disposta inicialmente de portos no BÁLTICO e nas costas geladas do ÁRTICO, dirigiu-se para o mar NEGRO e para o PACÍFICO onde desembocou, finalmente, no mar do JAPÃO; são conhecidas suas tendências no rumo do ÍNDICO.

4) Domínio das costas opostas

A atração das costas opostas sempre foi observada, desde a Antiguidade. ROMA e CARTAGO lutaram por essa aspiração. Na época dos grandes descobrimentos, as naus de ESPANHA e PORTUGAL exploravam os oceanos em busca de outras costas. A INGLATERRA, FRANÇA e HOLANDA fundaram colônias na AMÉRICA, ÁFRICA e ÁSIA. Observando o oceano ÍNDICO, vemos a INGLATERRA ainda controlando vários pontos de sua orla terrestre. Ultimamente há o exemplo da CHINA, ora atravessando o mar AMARELO (caso da CORÉIA), ora o golfo de TONQUIM (caso da INDOCHINA).

5) Controle das rotas de suprimento

"As grandes rotas de suprimento asseguram o progresso e, muitas vezes, a própria existência do Estado".

Explorando as riquezas do ORIENTE, a INGLATERRA sentiu a necessidade de estabelecer-se inicialmente em pontos da rota do cabo da BOA ESPERANÇA, nas costas W e E da ÁFRICA e, posteriormente, com a abertura do canal de SUEZ, passou a controlar essa ligação através de GIBRALTAR, MALTA, CHIPRE, ADEN e SINGAPURA.

Os ESTADOS UNIDOS são os donos do Canal do PANAMÁ e dominam os mares ao largo dessa passagem, bem como as linhas do PACÍFICO CENTRAL.

6) Estabelecimento de bases aéreas

"Se, por um lado, a aviação concorre para a tensão política em torno de pontos de antagonismo terrestre, cria, por outro lado, o problema do estabelecimento de bases aéreas".

"Felizmente, o aumento, sempre crescente, do raio de ação dos aviões, dispensará a necessidade de conduzir as bases aéreas para pontos afastados e, portanto, aliviará a tensão política provocada pela luta em torno da aquisição delas".

b. Forma e Posição dos Territórios dos Estados

1) Forma do Território

A forma do território de um Estado representa o seu corpo físico. A Geopolítica estuda a influência dessa forma em relação aos seus habitantes. Há que se distinguir, essencialmente, no território dos Estados, três aspectos:

- a forma, ou seja o espaço geográfico que ocupa;
- a linha periférica ou fronteira;
- a posição, sua locação no planeta.

Em termos de formas territoriais existem as que são mais favoráveis à coesão dos Estados, outras que são menos favoráveis e outras, ainda, que são contrárias.

Nem sempre é fácil identificar, mesmo aproximadamente, as formas dos Estados com uma figura geométrica, pois não apresentam, geralmente, simplicidade de contornos. Muitas vezes recorre-se a uma definição por analogia: península da bota (ITÁLIA), presunto (AMÉRICA DO SUL), arquipélago do colar (PEQUENAS ANTILHAS), etc. Noutros casos, identificam-se as formas territoriais com figuras geométricas: retângulo (ESTADOS UNIDOS e PORTUGAL), triângulo (EQUADOR), hexágono (FRANÇA).

Em busca de uma classificação simplificadora, em termos de estudos geopolíticos, RENNER selecionou quatro formas principais:

- compacta (FRANÇA, BRASIL, VENEZUELA, ESPANHA);
- alongada (ESTADOS UNIDOS, CHILE, ITÁLIA);
- recortada (GRÉCIA, CANADÁ, SUÉCIA);
- fragmentada (JAPÃO, REINO UNIDO, INDONÉSIA).

As formas compactas são evidentemente mais favoráveis à coesão do Estado. Aproximando-se do círculo apresentam, por isso mesmo, a vantagem de serem aquelas que dentro do mesmo perímetro abrangem maior área. Isto oferece vantagem do ponto de vista estratégico porque, quanto menores as fronteiras, menores as áreas críticas, passíveis de atrito internacional. Assim é que, possuir maior território dentro de menor fronteira torna-se, sem dúvida, vantagem política importante.

Além disso, nas formas compactas é evidente a eqüidistância dos pontos extremos em relação ao centro, favorecendo a evolução do povo em condições mais uniformes, a expansão do desenvolvimento de maneira mais equilibrada e, em síntese, a integração nacional. A FRANÇA é um exemplo de país de forma compacta onde a cultura do povo atingiu invejável nível e o progresso nacional é equilibrado.

Nas formas alongadas, quanto maior for o alongamento, maior será o perímetro. Comparada com a forma compacta, a mesma área oferece muito maior perímetro e maior distância entre os pontos extremos no sentido do alongamento, agru-

vando assim os problemas de fronteiras e aumentando os índices de diferenciação entre os grupos regionais. Estrategicamente, os países dessas formas têm a desvantagem de terem que se defender contra inimigos que possam invadir de qualquer direção.

FORMA

TERRITORIAL

ALONGADA



RECORTADA



COMPACTA



FRAGMENTADA



gem de grande vulnerabilidade, podendo facilmente o seu território ser cortado em dois na linha mais estreita.

Outra apreciação interessante é a que diz respeito ao sentido do alongamento. Quando esse se faz no sentido dos meridianos, aumentam as diferenciações climáticas entre os pontos extremos do Sul e Norte e, com essa diferenciação, propicia a alteração e a variedade dos gêneros de vida, dos usos e costumes, assim como a produção agrícola entre as populações mais distantes. As diferenças culturais e sociais podem levar ao desequilíbrio e aos antagonismos políticos, dificultando a coesão nacional. As diferenças climáticas, ao contrário, propiciam a existência de atividades econômicas que se complementam. O exemplo histórico do esfacelamento territorial sob a influência de um demasiado alongamento no sentido de meridianos é oferecido pela América Espanhola; quando da independência das colônias foi impossível manter-se-lhe a unidade, apesar da identidade de língua e de religião, enquanto a América Portuguesa, em uma forma próxima da compacidade, conservou-se unida. Outro exemplo: são muito maiores as diferenças culturais e políticas entre o Sul e o Norte da ITÁLIA (forma alongada), do que entre o Sul e o Norte da FRANÇA (forma compacta).

Quando o alongamento é no sentido dos paralelos (Leste-Oeste) não ocorrem nítidas diferenciações culturais, políticas e econômicas, tornando-se mais fácil a manutenção da coesão (caso dos ESTADOS UNIDOS).

As formas recortadas, quando em contigüidade ao mar, desempenharam, na antiguidade (GRÉCIA) e na Idade Média (DINAMARCA e Península Escandinava), importante papel: muito facilitaram o intercâmbio em épocas em que a navegação não era de longo curso. Hoje, esse tipo de navegação costeira tem menor importância. Essas formas oferecem, em contrapartida, a desvantagem de conterem extensas linhas de fronteiras.

A forma fragmentada mostra-se, sem a menor dúvida, desvantajosa. Isto se percebe nos Estados cujo território é um arquipélago. Além da descontinuidade terrestre, cujas desvantagens do ponto de vista cultural e econômico são manifestas, há a dificuldade para o exercício da soberania. Do ponto de vista estratégico-militar, a defesa apresenta-se sobremaneira difícil. A descontinuidade pode ser terrestre ou marítima. Como exemplo de descontinuidade terrestre, ocorre-nos a ALEMANHA após a Primeira Guerra Mundial, que teve parte de seu território dividido em duas partes pelo corredor polonês (questão de DANTZIG), um dos estopins da Segunda Guerra Mundial. Outro exemplo foi a PRÚSSIA antes da unificação da ALEMANHA; além do núcleo central em torno de BRANDENBURGO, existiam ilhas prussianas esparsas pela RENÂNIA e no HANOVER, os chamados enclaves. Esse tipo de enclave possuía o Império Austro-Espanhol, quando exercia soberania sobre terras da BÉLGICA, HOLANDA, SARDENHA, SICÍLIA, NÁPOLES, MILÃO e BURGUNDIA.

A forma fragmentária com descontinuidade marítima (ilhas, arquipélagos) é característica dos impérios coloniais. A força de coesão necessária para impor a so-

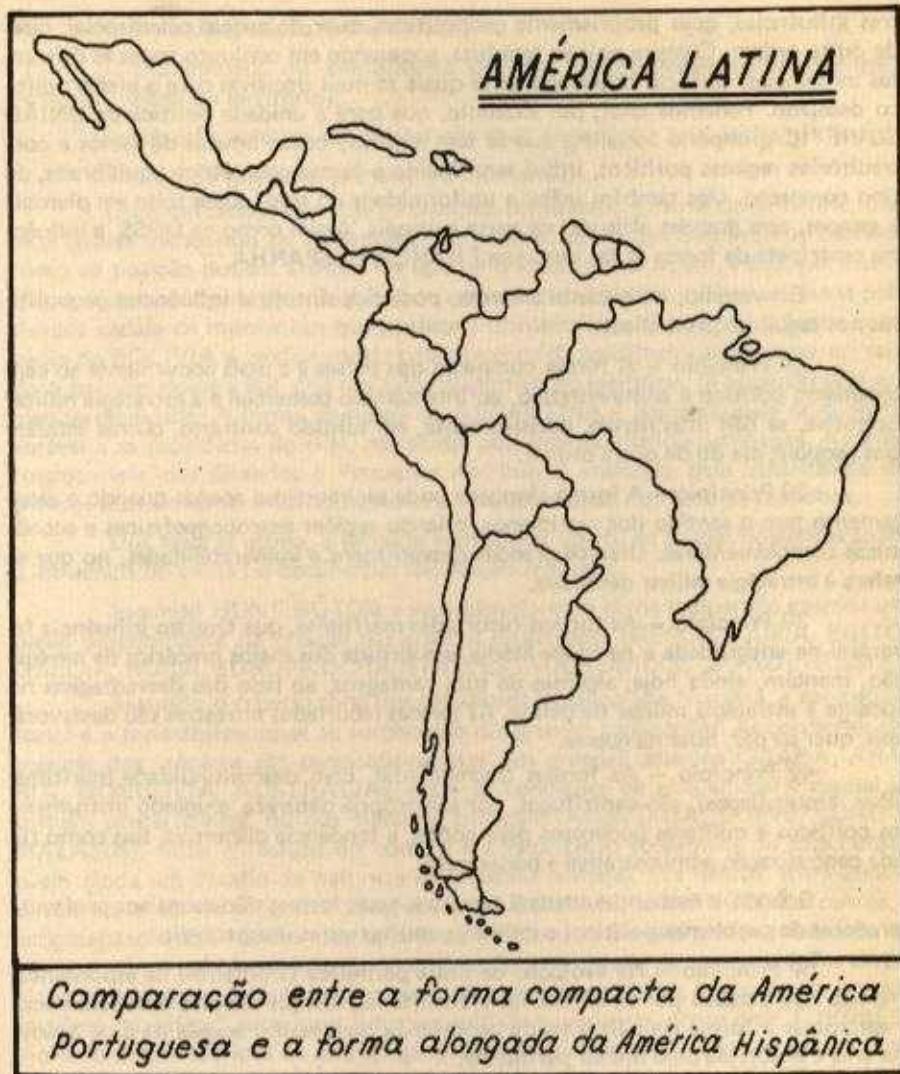


Fig 7

berania nos Estados possuidores dessa forma é o poder naval (caso da INGLATERRA e do JAPÃO).

Em conclusão ao aspecto "forma dos Estados", aqui resumimos o que escrevem os tratadistas. Está claro que não se pode deduzir diretrizes políticas apenas pela "forma", pois esta determinante geográfica sempre é contrabalançada por ou-

tras influências, quer propriamente geopolíticas, quer de ordem psicossocial, quer de outra ordem. Cumpre pois ao estadista, sopesando em conjunto todas as diferentes influências, verificar criteriosamente quais as mais decisivas para o efeito político desejado. Podemos citar, por exemplo, que para a unidade política da UNIÃO SOVIÉTICA, império socialista que se tem mantido coeso através de vários e contraditórios regimes políticos, influí sem dúvida a forma geométrica equilibrada, do tipo compacto. Mas também influí a uniformidade do solo, quase todo em planície e estepes, sem grandes altitudes na parte européia. Assim como na URSS, a influência centrípeta da forma se faz sentir na FRANÇA e ESPANHA.

Em resumo, no tocante à forma, podemos sintetizar influências geopolíticas nos seguintes princípios:

1º Princípio — A forma compacta dos países é a mais conveniente ao centripetismo político e administrativo, ao intercâmbio comercial e à estratégia militar defensiva, se não intervierem, decisivamente, em sentido contrário, outras influências geopolíticas ou de outra ordem.

2º Princípio — A forma alongada pode ser vantajosa apenas quando o alongamento tem o sentido dos meridianos, criando regiões antropogeofísicas e econômicas complementares. Oferece grandes desvantagens e vulnerabilidades, no que se refere à estratégia militar defensiva.

3º Princípio — As formas recortadas marítimas, que tiveram influência favorável na antiguidade e na Idade Média, em virtude dos meios precários de navegação, mantém, ainda hoje, algumas de suas vantagens, ao lado das desvantagens no tocante à estratégia militar de defesa. As formas recortadas terrestres são desfavoráveis, quer na paz, quer na guerra.

4º Princípio — As formas fragmentadas, com descontinuidade marítima (ilhas, arquipélagos), são centrífugas, por sua própria natureza, exigindo instrumentos políticos e militares poderosos para conter a tendência dispersiva, tais como rígida centralização administrativa e poder naval.

Quando a descontinuidade é terrestre, essas formas dão causa aos enclaves, geradores de problemas políticos e militares, muitas vezes insuperáveis.

5º Princípio — Na evolução da linha periférica (fronteiras) há espontâneo impulso nos Estados por simplificá-las e encurtá-las, do que decorre uma tendência a aproximar a forma do país à figura geométrica do círculo, aquela na qual a mesma área é envolvida pelo menor perímetro.

2) Posição do Território

Por posição entendemos o lugar que o território do Estado ocupa no planeta e também certas características específicas de sua situação geográfica. É o campo da Topopolítica, segundo a classificação de RUDOLPH KJELLÉN.

A posição do território é apreciada do ponto de vista geopolítico sob os seguintes aspectos:

- latitude (posição matemática);
- proximidade ou afastamento do mar (maritimidade ou continentalidade do território);
- situação relativa aos países vizinhos (pressões e esferas de influência);
- altitude (planície, planalto ou montanhas).

Cada um desses aspectos de posição, combinado à forma do território, oferece fatores atenuantes ou agravantes. Ou melhor, condições favoráveis ou desfavoráveis de posição podem atenuar ou agravar o fator forma. Assim, é que, por exemplo, a forma alongada do CHILE tem a sua vulnerabilidade militar atenuada pela elevada cadeia de montanhas que protege a fronteira leste desse país. A forma compacta da BOLÍVIA é desfavorecida pela presença da cordilheira andina que, cruzando o país de Norte a Sul, cria um fator dispersivo do território, já agravado pela sua mediterraneidade. A forma alongada da ARGENTINA é atenuada pela latitude favorável e as facilidades de vida, oferecidas pela imensa planície pampeana. A forma fragmentária das Grandes e Pequenas Antilhas é atenuada pela inexistência de grandes obstáculos ao trânsito humano e pela amenidade do clima de suas ilhas.

Dos fatores acima, a latitude vem sendo objeto de teorias polêmicas sobre a influência do clima no destino das sociedades humanas.

Segundo HUNTINGTON e seus seguidores, o clima temperado exerceu um papel determinante na criação das grandes civilizações (MESOPOTÂMIA, EGITO, GRÉCIA, ROMA, EUROPA OCIDENTAL, ESTADOS UNIDOS, JAPÃO e RÚSSIA).

Segundo o critério geral dos estudiosos da Geografia Humana, a zona equatorial é a mais desfavorável ao surgimento das grandes civilizações. As condições climáticas dos trópicos são proporcionadoras dos grandes desertos (SAARA, ARÁBIA, MONGÓLIA, AUSTRÁLIA), onde as condições de vida animal e vegetal se tornam precaríssimas, ou das florestas tropicais (AMAZÔNIA, GUINÉ, CONGO, MALÁSIA), onde a fixação do homem e a valorização econômica do solo constituem ainda um desafio da natureza ao engenho humano. Era hábito, entre importantes correntes de geógrafos europeus como BUCKLE, HUNTINGTON e outros, a estigmatização das regiões tropicais, prognosticando para elas a impossibilidade de virem a atingir níveis superiores de civilização, em virtude de suas condições climáticas desfavoráveis. Os trópicos, segundo eles, estariam fadados à estagnação, porque impõem "desafios" superiores à sua capacidade de resposta, como diria TOYNBEE. Ao lado desses teóricos da antropogeografia, não menos pessimistas sobre o destino das áreas de clima tropical, encontramos os chamados "biólogistas" (GOBINEAU, LAPOUGE, AMMON, CHAMBERLAIN etc), que viam uma estreita dependência entre a condição racial e os índices de progresso e, por essa forma, procuravam justificar os baixos níveis de existência das populações consideradas não-arianas. Encontramos as idéias dessas duas correntes, que podemos chamar de "climatológica" e "biológica", bem fundamentadas nas obras "O Fator Clima" e "Civilização e Clima", de HUNTINGTON, e no "Essai de l'Inégalité des Races Humaines", de GOBINEAU.

Esse critério dos antropogeógrafos, entretanto, não é absoluto. Há condições que neutralizam os efeitos negativos da latitude tropical e uma delas é a altitude do solo. Se é verdade que nos trópicos, nas altitudes baixas, preponderam as condições climáticas desfavoráveis, quando essas altitudes se elevam transformam-se as condições mesológicas, favorecendo as condições de vida.

Este é o caso dos países andinos, onde, em plena zona tropical, encontram-se cumes eternamente gelados. Sobre a imensa costa nordeste do BRASIL incidem fatores de amenização de temperatura, proporcionados pelo clima marítimo.

Esse fator altitude, no caso brasileiro, tem influência favorável. O planalto brasileiro cobre a maior extensão do nosso território, propiciando altitudes favoráveis à neutralização dos fatores negativos da climatologia tropical (em média cada 180 ou 200 metros de altitude representa o decréscimo de temperatura de 1º C).

A maritimidade do Estado é um fator positivo de intercâmbio e comércio. Dá-lhe maior liberdade de movimentos. Fortalece sua soberania. A importância da maritimidade pode ser bem avaliada se atentarmos que 71% da superfície do globo é de oceanos e apenas 29% de terras. A mediterraneidade, ao contrário, tende a isolar o Estado, torna-o dependente dos vizinhos, enfraquece-lhe a soberania. Comparando-se dois Estados de forma compacta, FRANÇA e BOLÍVIA, com superfícies semelhantes, enquanto o território francês se debruça sobre dois mares, articulando-se livremente com os ecuménos do Mar MEDITERRÂNEO e Oceano ATLÂNTICO, o Estado boliviano vive asfixiado pela falta de pulmões marítimos, dependendo da boa vontade de seus vizinhos. No que tange à maritimidade, há que se considerar, ainda, a natureza da costa, favorável ou desfavorável à articulação continente-mar (litoral com portos protegidos, baías ou litoral hostil), e a situação do mar, conforme ofereçam, respectivamente, facilidades de intercâmbio (MEDITERRÂNEO, ATLÂNTICO, PACÍFICO) ou de rarefação ecumênica (como o Mar ÁRTICO ou o ANTÁRTICO).

A posição relativa quanto aos países vizinhos impõe pressões muitas vezes inelutáveis, ferindo o grau de soberania, como seja o caso dos países da Europa Oriental que têm fronteiras comuns com a UNIÃO SOVIÉTICA. Servem de exemplo os casos da HUNGRIA (1948) e da TCHECO-ESLOVÁQUIA (1968). Historicamente há que se lembrar a pressão de ROMA, transformando o MEDITERRÂNEO no "Mare Nostrum" e, mais recentemente, da FRANÇA Napoleônica, estendendo os seus domínios por todos os territórios vizinhos.

Por fim, a altitude gera condições favoráveis ou desfavoráveis à operação humana sobre a terra. As planícies sempre facilitaram a circulação do homem e a exploração da terra. Os planaltos, como as planícies, são "habitats" procurados para o exercício do engenho humano. As montanhas já foram obstáculos de difícil superação. Hoje em dia, com os progressos da tecnologia de engenharia, o seu fator dispersivo está muito atenuado quanto ao trânsito, mas, quando são muito altas, oferecem limitações à vida humana, animal e vegetal.

Os rios, quando navegáveis, desembocando no litoral, são extraordinários

veículos da interação terra-mar. Quando navegáveis e interiores, favorecem as ligações terrestres, pois são uma estrada líquida. Já os rios com quedas abruptas ou saltos oferecem, hoje em dia, valiosas fontes de energia elétrica, propiciadora do progresso econômico e social.

Em termos de posição, os Estados podem ser classificados ainda em:

- marítimos (quando predominam largamente as fronteiras litorâneas);
- continentais (quando essa predominância é a favor das fronteiras terrestres);
- mistos ou do tipo continental-marítimo (quando, a uma massa continental, se alia apreciável costa de mar).

Os Estados marítimos mais característicos são as ilhas e arquipélagos (JAPÃO, INGLATERRA, INDONÉSIA).

Do tipo continental, são mais nítidos os Estados mediterrâneos (SUIÇA, PARAGUAI, BOLÍVIA).

No tipo misto podem ser enquadrados o BRASIL, ESTADOS UNIDOS, EQUADOR, ARGENTINA.

O quociente de maritimidade ou de continentalidade do território de um Estado pode ser medido aplicando-se as fórmulas:

$$Q_m = \frac{\text{extensão do litoral}}{\text{extensão da fronteira terrestre}}$$

ou

$$Q_t = \frac{\text{extensão da fronteira terrestre}}{\text{extensão do litoral}}$$

Quando se trata de ilhas a fronteira terrestre é nula e, no caso de país mediterrâneo, a extensão do litoral é igualmente nula. Entre esses dois extremos situam-se todos os demais casos.

É de se observar que os países de costa bastante recortada têm quociente de maritimidade elevado: GRÉCIA – 13/4; DINAMARCA – 11/4; NORUEGA – 8/1.

A ESPANHA oferece o melhor equilíbrio de quociente 2/2, podendo ser considerado o protótipo do tipo misto.

Cabe ao governo de um Estado ter consciência geopolítica de seu destino, indicado pelos fatores forma e posição e adequar-lhe uma política consentânea com suas realidades geográficas. Assim é que os quocientes de maritimidade e de continentalidade são indicadores de soluções políticas. Foram eles que geraram os conceitos de poder marítimo e poder terrestre. Vale a pena aqui recordar-se que a INGLATERRA sempre entendeu que o seu destino dependia do mar e adotou uma

política coerente. A RÚSSIA, também coerente com o seu elevado quociente de continentalidade, orientou, no passado, e a sua herdeira URSS orienta hoje, sua política para o fortalecimento do poder terrestre. A política brasileira viveu, até há bem poucos anos, quase que indiferente ao seu destino de país do tipo misto, esquecida das imensas áreas interiores, acentuando na administração pública apenas o lado de sua maritimidade. Percebida essa distorção desde a independência, por JOSE BONIFÁCIO, o corretivo só começou a se fazer apenas nos últimos 17 anos, com a mudança da capital para o centro do território, a fim de despertar as forças mortas da continentalidade e, nos últimos anos, através de enorme esforço desenvolvimentista das áreas interiores do Norte e do Oeste.

c. Linha Periférica dos Territórios dos Estados

1) Função das fronteiras

Escreve o geógrafo alemão OTTO MAULL que as finalidades principais da fronteira e sua respectiva faixa são:

- "distinguir o meu do teu";
- proteger o território nacional;
- isolá-lo, quando necessário, e facilitar-lhe o intercâmbio, quando conveniente.

Realmente, qualquer linha limite, uma cerca entre fazendas, um muro entre quintais, uma sebe, fios de arame farpado, valas, assim como linha fronteiriça, visam a "distinguir o meu do teu".

A proteção do território é o objetivo principal, tanto na paz como na guerra, da fronteira. Na paz, garante os interesses econômicos, políticos e sociais do Estado, através dos postos alfandegários, policiais e sanitários. Na guerra, representa a linha ou faixa a ser defendida na preservação da inviolabilidade do território do país.

Durante muito tempo, isolar foi a função precípua das fronteiras. Os Estados antigos e medievais preferiam, por motivos vários, segregar suas populações de qualquer contato com o exterior. Daí preferirem as fronteiras de difícil transposição — rios muito caudalosos, cadeias de montanhas, vazios ecumênicos.

Após a Idade Média vieram predominar os interesses de reunir antigos feudos confinados em organizações políticas maiores, passaram a prevalecer os interesses comerciais e de intercâmbio cultural entre os Estados. A fronteira passou a ser a porta de entrada dos países, onde se exercia o controle de sua soberania.

Segundo RATZEL, "só o mar oferece todas as características de uma fronteira completa" — separa, protege, isola ou favorece o intercâmbio, conforme a conveniência.

OTTO MAULL, no seu estudo de fronteiras, distingue-as como as de: concentração da circulação, melhor diríamos de convergência, que facilitam o controle

e a defesa (montanhas que obrigam a passagens obrigatórias ou rios caudalosos que restringem a passagem pelas pontes), e fronteiras de dispersão, abertas, sem obstáculos, que dificultam o controle e a defesa.

2) Fronteiras naturais e antropogeográficas

No estabelecimento dos limites entre os Estados, sempre houve a preocupação de encontrar uma linha nítida. Nem sempre, entretanto, isto é possível. Vamos analisar em primeiro lugar as chamadas fronteiras naturais, as mais desejadas, por oferecerem maior grau de nitidez. Em seguida, passaremos às fronteiras antropogeográficas, de nitidez mais precária.

a) Fronteiras naturais

Destacamos o mar, os rios, os lagos, as montanhas e as cordilheiras.

(1) O mar

O mar, como já dissemos acima, constitui a fronteira ideal — separa, protege, isola ou une, conforme a conveniência. Antigamente, a única inconveniência que oferecia a linde marítima era a variação da linha demarcadora, em face dos movimentos de altas e baixas marés, acrescidas de variações lentas dessa linha provocadas pela acumulação de entulhos, trazidos pelos rios e pelo próprio mar, ou o deslocamento de sedimentos litorâneos causados pelos ventos, correntes e pelo arfar das ondas.

Este pequeno fator de instabilidade física da linha demarcadora do litoral foi superado, há muitos anos, com a aceitação, pelas potências navais, do conceito de águas territoriais, estendendo o limite de soberania além da costa. Esse limite, inicialmente de 3 milhas, visava aos interesses de defesa e o critério de sua extensão tinha em mira colocar o litoral ao abrigo da artilharia naval da época. O conceito de águas territoriais está em plena atualidade pois, com os avanços da ciência e da tecnologia, o homem passou a dominar com mais facilidade o fundo do mar. O mar, que era apenas uma massa líquida de interesse dos navegadores e pescadores tímidos, passou a ter grande interesse para cientistas e economistas. As riquezas existentes no mar, à disposição, hoje, dos modernos pescadores, pesquisadores e exploradores de riquezas minerais e animais, aparelhados com instrumental apropriado, fazem aumentar o interesse do Estado em estender sobre as águas os limites de sua soberania. Muitas nações latino-americanas foram levadas a definir a extensão de seu mar territorial em 200 milhas, baseando-se no princípio de que é dever do Estado:

- proteger a soberania nacional do Estado;
- proteger a economia nacional, garantindo como bem patrimonial a plataforma continental do país e, por consequência, exploração futura de seus recursos petrolíferos e minerais;

- proteger a economia nacional exercendo sua ação soberana para preservar e defender sua riqueza piscosa, perante o abuso da pesca indiscriminada;
- proteger e defender o "habitat nacional", ou seja, o complexo vivente integrado pelos elementos do solo e o mundo animado da flora e da fauna, incluindo o espaço aéreo situado sobre o território;
- evitar a criação de zonas habituais de pesca ao longo do seu mar, zonas que possam no futuro permitir alegações de outras nações sobre o seu direito sobre essas águas (Conselho Interamericano de Jurisconsultos, reunido no MÉXICO, em 1956).

A plataforma submarina, ou plataforma continental, é considerada como um bem patrimonial da Nação. A Convenção de GENEBRA, de 1958, definiu plataforma continental como:

- o leito do mar e o subsolo das áreas submarinas adjacentes à costa.

A extensão da plataforma é governada pela expressão "até 200 metros de profundidade, que permita a sua exploração", contida no texto da Convenção de GENEBRA (1958). Como a inclinação da plataforma — parte submersa do território que precede o fundo do mar — varia em cada segmento da costa, conclui-se que a extensão dessa plataforma varia, também, proporcionalmente.

Os conceitos de mar territorial e plataforma continental não contam com o consenso internacional. As nações da EUROPA estão apegadas ao conceito de 3 milhas de mar territorial. Os ESTADOS UNIDOS, o BRASIL e outras nações latino-americanas (EQUADOR, PERU, CHILE, COSTA RICA, SALVADOR, NICARÁ-GUA, ARGENTINA e URUGUAI) já decretaram a sua soberania sobre o mar territorial de 200 milhas.

(2) Os rios

No passado os rios foram excelentes separadores entre Estados. Esse conceito vem mudando, à medida que o progresso tecnológico passa a aproveitar os rios para a navegação intensa e o aproveitamento de suas águas como fontes de energia, irrigação e abastecimento das cidades. Assim, os rios, nas regiões mais ecumenizadas, passaram a ser ocupados e utilizados pelos dois vizinhos.

Em face dos variados aspectos do aproveitamento dos rios, o limite não pode mais ser ele, o rio como um todo, mas uma linha convencional estabelecida entre os vizinhos, por um acordo ou imposição de uma das partes. A escolha dessa linha vem sendo feita de modos vários, depois consagrada em tratados internacionais. Os principais critérios em voga para estabelecer os limites nos rios são:

- Limite em uma margem. Neste caso, o domínio dos rios cabe apenas a um dos Estados contíguos; este critério, que já foi usual, está se tornando cada vez mais raro, por motivos óbvios;

- Linha de talvegue. É a linha de sondagens mais profundas na vazante. Outros conceitos de talvegue, "canal principal do rio de maior profundidade e de mais fácil e franca navegação" (Tratado BRASIL-PARAGUAI), ou "linha de nível mais baixo no leito do rio em toda a sua extensão" (Tratado BRASIL-INGLATERRA referente à antiga GUIANA INGLESA).

O limite pelo talvegue permite o condomínio das águas para a navegação e para a sua exploração dentro de limites estabelecidos nos Tratados.

A escolha da linha de talvegue tem trazido inconvenientes vários, entre os quais citaremos: a determinação da linha mais profunda, ou do canal mais profundo, em alguns trechos em que há mais de um canal, torna-se extremamente difícil; por outro lado, há que se considerar a instabilidade desse canal mais profundo, através do tempo, em face de acumulação de sedimentos no fundo dos leitos. Para evitar esses inconvenientes, os tratadistas costumam aconselhar que se inclua nos tratados a cláusula de imutabilidade da linha de fronteira, após a sua demarcação pelo talvegue reconhecido na época da assinatura do mesmo.

- Linha média. Lugar geométrico dos pontos equidistantes das margens. Esta linha é muitas vezes preferida por ser mais sensível ao interesse dos dois Estados; é mais visível do que o talvegue e divide a massa líquida ao meio. Favorece o condomínio da navegação. Mas, traz também inconvenientes tais como: a alteração das margens por força da erosão alterando a linha média; a "divagação" dos rios de planície que muitas vezes mudam o seu leito.

A existência de ilhas dentro do rio, caso muito freqüente, tem sido motivo de sérias dúvidas e tempestuosas contestações na questão de fixação da linha limítrofe. Há casos simples, quando a ilha situa-se totalmente para certo lado do talvegue ou da linha média: pertencerá ao país de cujo lado estiver. Se forem atravessadas pela linha média, criam o complicado caso político de dúvida soberania da ilha. O BRASIL, nos seus acordos de limites, tem procurado, sempre que possível, evitar a dúvida soberania das ilhas, aceitando o critério de incorporá-la inteira à soberania do território de cuja margem esteja mais próxima (princípio de proximidade das margens). Mas a erosão, algumas vezes, encarrega-se de alterar essa proximidade. Deve predominar, nesses casos, a fim de serem evitadas contendas e contestações infundadas, o critério de se manter inalterada a linha constante do tratado.

As pontes e outros tipos de obras de arte que ligam dois países confrontantes terão que ser, igualmente, objetos de acordos, convencionando-se onde passa o limite: em uma das margens, no talvegue, na linha média, ou nos marcos ali colocados.

(3) Lagos

Os lagos são mares interiores. As mesmas regras aplicadas aos rios podem ser usadas no estabelecimento da linha limítrofe nos lagos. O critério mais comum é

o da linha média. Convencionou-se internacionalmente que, quando a largura do lago é superior a 6 milhas, cada Estado lindante estenda a sua soberania até a distância de 3 milhas de sua margem, ficando o restante das águas em domínio comum.

(4) Montanhas

As dificuldades que as cadeias de montanhas oferecem às comunicações terrestres, mesmo usando os moderníssimos meios de transporte, as tem indicado como ótimas fronteiras. Nos tempos antigos, mais do que hoje, as montanhas ofereciam magníficas vantagens para isolamento e defesa.

As cadeias de montanhas e cordilheiras, quando utilizadas como fronteiras, por sua conformação estrutural, convergem as comunicações para as linhas de menor resistência (abertas, passos ou desfiladeiros), facilitando o controle aduaneiro e a vigilância militar.

Na escolha da linha preferível para passar a fronteira sobre as montanhas, prevalecem dois critérios principais: a linha dos picos mais altos e a linha do "divortium aquarum".

Nos tratados, geralmente, tem sido preferida a linha do "divortium aquarum", ou a linha de divisão das vertentes, ou ainda a linha de mais fácil demarcação, também, porque assegura que a fonte de abastecimento de água das populações fique do lado de sua fronteira. A linha de picos mais altos é de difícil demarcação.

Em 1902, ARGENTINA e CHILE tiveram grave conflito diplomático em virtude de dúvidas sobre a demarcação de sua linha de fronteiras passando pela Cordilheira dos ANDES, resolvido graças ao laudo arbitral do Rei da INGLATERRA.

Nem sempre o que é fácil de se demarcar nas cartas geográficas e nas pranchetas é de fácil balizamento no terreno. Os demarcadores têm tido grandes surpresas e enfrentado enormes problemas, quando se trata de demarcar no terreno o que foi combinado e ajustado à luz da cartografia.

Ao terminarmos esta rápida análise das fronteiras naturais, queremos ressaltar que predomina, em qualquer critério, a convencionalidade. Os tratados e ajustes sobre fronteiras devem ser minuciosos e prescrever os critérios aceitos por ambas as partes, a fim de se evitarem complicações futuras.

Como se vê, a fronteira natural não é tão nítida e tão isenta de interpretações como muitos imaginam.

Entre os tratadistas mais respeitados sobre o direito internacional, envolvendo questões de fronteiras, há que se destacar HILDEBRANDO ACCIOLI, autor de "Direito Internacional Público". Neste trabalho, encontra-se alentado estudo sobre a questão dos rios internacionais, assunto de grande atualidade e objeto de posições polêmicas, quer no tocante à navegação, quer no que se refere ao aproveitamento de suas águas para fins hidroelétricos ou de irrigação. A internacionalidade

dos rios e lagos é reconhecida, quer quando separam dois países (internacionalismo contíguo), quer quando cruzam sucessivamente o território de vários Estados (internacionalismo sucessivo). O desenvolvimento da engenharia hidráulica a serviço do progresso social e econômico multiplica, cada dia mais, as possibilidades de aproveitamento dos rios e lagos, provocando, quando estes são internacionais, fatos novos do interesse dos Estados situados na bacia comum, não previstos em antigos tratados de fronteiras.

Segundo o geopolítico brasileiro EVERARDO BACKHEUSER, "as fronteiras naturais nunca satisfazem por completo". Na prática, muitas vezes, mostram-se ineficientes, dependentes sempre da interpretação de velhos tratados e da convenção de detalhes e minúcias entre os Estados confinantes. Quando surge a dúvida, a contestação, via de regra, tem levado vantagens ao mais forte, ou pelas armas, ou pela pressão política, ou, ainda, por meio de arbitragem, quando a influência do mais forte ainda se faz sentir, pelas pressões que é capaz de realizar.

b) Fronteiras antropogeográficas

Diante do acentuado caráter de convencionabilidade das fronteiras naturais há autores, como ANCEL, que defendem a conveniência das fronteiras antropogeográficas:

- lingüísticas;
- raciais ou étnicas;
- religiosas;
- culturais.

Na prática, entretanto, a adoção da fronteira antropogeográfica não dispensa o estabelecimento de uma linha convencional, utilizando não importa que acidente físico. As dificuldades na sua demarcação são ainda maiores do que as já referidas para as fronteiras naturais. Entretanto, segundo ANCEL, elas distinguem melhor "o meu do teu", particularmente as lingüísticas. Em alguns países andinos, verifica-se facilmente a existência de fronteiras antropológicas, oriundas das antigas separações entre nações indígenas, superpostas e não coincidentes com as atuais fronteiras políticas (por exemplo: quéchuas e aimarás, na BOLÍVIA).

(1) Línguas

A língua pode ser utilizada, realmente, como elemento diferencial entre Estados. No passado, foi utilizada como critério separador. Na medida em que o mundo foi se tornando pequeno, face à variedade e velocidade do meios de comunicações, a adoção do critério lingüístico para determinar a fronteira política em determinadas áreas, como a EUROPA, tornou-se impraticável.

(2) Raças

Diz EVERARDO BACKHEUSER que, "se penoso é traçar as fronteiras lingüísticas, por se traduzirem em desenho caprichoso e rendilhado, ainda maior seria o esforço a despender no traçado das fronteiras raciais ou étnicas. Primeiro porque não há raças puras, a mestiçagem dos caracteres somáticos ou psíquicos é a regra".

O Presidente WILSON, nos seus famosos 14 princípios, enunciados no final da 1ª Guerra Mundial, refere-se às fronteiras étnicas como critério desejado em benefício da paz futura. Muitas vezes a fronteira étnica se confunde com a fronteira lingüística.

(3) Religião

Tanto mais confusa do que a cartografia das línguas e das raças seria, hoje em dia, a das religiões. Há países de unidade religiosa e também áreas onde predomina esta unidade. O exemplo atual são as tentativas de integração política do chamado "mundo árabe", à base da religião muçulmana. Em outras áreas, entretanto, como na EUROPA e nos ESTADOS UNIDOS, seria impossível estabelecerem-se limites religiosos.

(4) Cultura

A cultura, hoje tão disseminada e entrelaçada, quer no tocante às suas origens, quer no referente aos seus níveis, não permite mais que se tracem divisórias. Seria utópico.

3) Fronteira-linha e Fronteira-faixa

A observação e a experiência provaram que o elemento separador de dois povos (idéias, costumes, línguas) é sempre uma zona ou faixa de transição, mais ou menos larga, de caracteres imprecisos por reunir características dos dois elementos em contato. Só quando já afastados dessa faixa de transição é que os elementos nacionais passam a se caracterizar com precisão. FREDERICH RATZEL tratou desse assunto chamando a atenção para "a realidade da faixa e o subjetivismo da linha".

No BRASIL, a faixa fronteiriça, no caso da fronteira terrestre, abrange uma largura de 150 km, a contar da linha limite, regida esta faixa por legislação especial. A fronteira marítima também vai além da linha de praia, ou linha de contato do mar com a terra, variando este limite de país para país. No BRASIL, adotou-se o direito das 200 milhas de mar territorial. Uma faixa menor, no entanto, beirando o mar, também é regido por um "status" de fronteira.

Os conceitos que desenvolvemos acima sobre fronteiras naturais, fronteiras antropológicas, fronteira-linha e fronteira-faixa, confirmam duas leis geopolíticas de

RATZEL e de SIEBER. De RATZEL sobre a realidade da faixa e a subjetividade da linha; de SIEBER, sobre a artificialidade das fronteiras, mesmo as chamadas naturais, sempre resultado de convenções ou de imposições.

4) Evolução das Fronteiras

A noção de fronteira, através dos tempos, tem evoluído. Os povos primitivos não cogitavam de fronteiras. O que os separava eram os vazios de ecumeno.

Entre os impérios egípcios e mesopotâmios existiam imensas áreas completamente vazias de população, cuja soberania ninguém disputava. O Império Romano, quando quis dilatar-se, estendeu-se sem óbices por esses vazios até encontrar os obstáculos físicos da natureza (desertos, pântanos, densas florestas, montanhas escarpadas) ou até deparar-se com outro centro de poder distante, onde teve que lutar para dominar.

O começo da Idade Média foi marcado pela invasão dos bárbaros que, encontrando o Império Romano em decadência, enfraquecido, irromperam na EUROPA Ocidental e Meridional. As hordas de eslavos, germânicos, turcos e mongóis, cruzaram gargantas e desfiladeiros das montanhas do CÁUCASO e dos CARPATOS, instalando-se na periferia dos centros de poder de ROMA. Aí, em contato com o brilho da cultura greco-romana foram, muitas vezes, culturalmente assimilados. Nesse ambiente de amálgama proliferou o Cristianismo, criando uma unidade espiritual. Com o Cristianismo, surgiu a ocupação dos espaços vazios pelos catequistas evangélicos, imbuídos do espírito de propagação da fé, motivo que nunca preocupou os legionários de ROMA. A ação dos catequistas cristãos alterou a noção de ocupação de terras desprezíveis na EUROPA, ÁFRICA e ÁSIA. De vazio absoluto, do ponto de vista político, essas terras se transformaram em centros de catequese religiosa, despertando um interesse, até então inexistente, para essas áreas.

Esses interesses foram criando uma noção de fronteira cada vez mais aguda, de tal forma que a AMÉRICA teve uma linha fronteiriça antes de ser conhecida, o famoso Meridiano de TORDESILHAS, constante da bula papal de ALEXANDRE VI, de 1494 (os primeiros contatos de COLOMBO com a terra americana foram em 1492). Com os descobrimentos marítimos vieram a criação dos impérios coloniais e a repartição dos territórios pelos colonizadores. Muitos desses limites, na ÁFRICA e AMÉRICA, foram traçados por linhas astronômicas, antes da ocupação do território; eram as chamadas fronteiras traçadas "a priori".

Os geógrafos franceses BRUNHES e VALAUX, estudando as fronteiras, segundo o estágio de evolução, classificaram-nas em:

- esboçadas;
- vivas ou de tensão;
- mortas.

Esboçadas são denominadas aquelas que ainda não adquiriram característi-

cas definitivas, pelo desconhecimento e desinteresse do Estado. São geralmente despovoadas, ou povoadas por grupos sociais primitivos.

Vivas ou de tensão, quando ligadas a interesses políticos, econômicos ou militares do Estado. Muitas vezes possuem estabelecimentos oficiais nas proximidades da linha de demarcação.

Morta é a fronteira que perdeu o interesse e entrou em decadência.

BACKHEUSER nos ensina que a evolução natural da fronteira de confrontação entre dois centros de poder foi, através da história, a seguinte:

- os vazios do ecúmeno;
- largas zonas inocupadas;
- faixas, às vezes estreitas, inocupadas;
- linhas, de diversos tipos, astronômicas, geodésicas, físicas, étnicas, políticas, etc.

Esta ordem evolutiva, observa BACKHEUSER, não se seguiu nos casos das fronteiras coloniais. Na AMÉRICA e na ÁFRICA, vários países tiveram fronteira-linha "a priori", traçadas em mapas duvidosos e, por isto, fontes de muitas controvérsias mais tarde.

RUDOLPH KJELLÉN apresenta a seguinte classificação de fronteiras:

- históricas, quando oriunda de tradições seculares;
- naturais, quando coincidem com acidentes da geografia física;
- planejadas ou de construção, como, por exemplo, as linhas astronômicas ou geodésicas, ou outras de caráter geométrico;
- e ainda, étnicas, lingüísticas, estratégicas e econômicas.

Os geógrafos WHITEMORE e BRAGGS, seguindo critério objetivo, formulado independentemente de pontos de vista teóricos, baseando-se apenas no que realmente existe, propõem a seguinte classificação:

- físicas (montanhas, rios, lagos, canais, etc);
- geométricas (astronômicas, geodésicas, etc);
- antropogeográficas (étnicas, lingüísticas, religiosas, históricas, culturais, estratégicas).

Basta folhear um Atlas de Geografia Histórica para se certificar das profundas alterações sofridas no mapa político do mundo. Em períodos relativamente curtos — 50 anos — tem havido metamorfoses profundas na geografia política.

KJELLÉN, com sua doutrina organicista, justifica o fenômeno, emprestando às fronteiras o conceito de epiderme do organismo estatal, expandindo quando este cresce e refluindo quando este encolhe. SUPAN, aceitando a doutrina de RAT-

ZEL, afirma que "a fronteira atual de um Estado é sempre o resultado de uma fase de sua evolução".

Para BACKHEUSER "o estabelecimento de fronteiras é um ato de vontade humana, pois decorrente do desejo de, pelo menos, um dos confrontantes, teoricamente dos dois, e muitas vezes de terceira potência poderosa, interessada no retâlhamento e recomposição dos Estados menores. Em qualquer caso, é um ato de vontade, individual ou coletiva".

A extrema mutabilidade das fronteiras pode ser observada nos países europeus, particularmente na primeira metade deste século. Na EUROPA, ressurgiram antigos países (LITUÂNIA e FINLÂNDIA), surgiram países antes inexistentes (TCHECO-ESLOVÁQUIA e IUGOSLÁVIA), retalharam-se impérios (AUSTRO-HUNGARO), ampliaram-se territórios (POLÔNIA), e tantas outras modificações se processaram por força de guerra e de tratados de pós-guerra. Mas, há também o deslocamento da linha fronteiriça sem guerra, por efeito de pressão política. É a pressão do mais forte, cujos argumentos de direito são melhor estudados e melhor apresentados. Há a pressão sobre o país confinante, mas há também sobre outros países seus aliados ou ligados por interesses comuns.

SUPAN, com o seu espírito alemão, procurou dar uma expressão matemática a essa pressão, e o fez apresentando um quociente de pressão demográfica assim traduzido:

$$Op = \frac{\text{População do Estado A}}{\text{População do Estado B}}$$

Segundo SUPAN, obtidos os números representativos do quociente de pressão com cada Estado vizinho, pode um Estado organizar uma tabela das ameaças latentes a que estaria sujeito. O exemplo de SUPAN pode ser tornado apenas sob o aspecto didático, além de ser parcial, pois só considera a pressão demográfica, excluindo outras pressões válidas (militar, econômica, cultural, ideológica), não leva ainda em conta que, mesmo na pressão demográfica, influem outros fatores preponderantes, além do quantitativo (população numérica), quais sejam a cultura e o grau de desenvolvimento sócio-econômico dessa população.

Tendem os geopolíticos da escola alemã como RATZEL, KJELLÉN, MAULL, SUPAN e outros, a emprestar caráter determinista às suas doutrinas.

d. Fronteiras Aéreas

Esta matéria é regulada no âmbito internacional pela Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de CHICAGO), ratificada pelo BRASIL em 08 Jul 46, cujos artigos 19 e 20 estabelecem:

"Art. 19 — SOBERANIA — Os Estados contratantes reconhecem ter cada Estado a Soberania exclusiva e absoluta sobre o espaço aéreo sobre o seu território".

"Art. 29 — TERRITÓRIOS — Para fins da presente Convenção, considera-se como Território de um Estado a extensão terrestre e as águas territoriais adjacentes, sob a soberania, jurisdição, proteção ou mandato do citado Estado".

No âmbito doméstico, ou seja, no BRASIL, o mesmo assunto é regulado pelo Código Brasileiro do Ar — Decreto-lei Nr 32, de 18 Nov 66, com alterações consubstanciais no Decreto-lei Nr 234, de 28 Jan 67, onde se encontra estabelecido:

"Art. 19 — O direito aéreo é regulado pelas Convenções e Tratados que o BRASIL tenha ratificado e pelo presente Código".

"Art. 29 — O BRASIL exerce completa e exclusiva soberania sobre o espaço aéreo acima de seu território e respectivas águas jurisdicionais".

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no correr desta Nota Suplementar, a terra (meio físico) sempre teve uma influência muito grande no destino do homem, assim como o país no dos povos e, juridicamente falando, o território no destino dos Estados.

Essa influência se traduz através de vários fatores, entre os quais se destacam, como principais, a forma, a extensão, a posição, a altitude, o clima e a cobertura vegetal. Esses fatores geográficos "condicionam, estimulam e dinamizam a vida dos povos" (MALAGRIDA).

No palco da eterna luta entre o homem e o meio ambiente, entrelaçam-se as qualidades do homem e as condicionantes da terra. O estudo do homem situa-se no campo da psicologia individual e coletiva (raças). Mas, na psicologia do homem influí também o meio físico, assunto sobejamente estudado pelos tratadistas da Geografia Humana, entre os quais se destacam GOBINEAU, LAPOUGE, HUNTINGTON, BUCKLE. Essa influência das condições geográficas sobre a "psyché" humana já ultrapassou as paragens científicas e difundiu-se em versões populares: diz-se que o homem da montanha é triste, fechado, desconfiado, enquanto o homem da costa, que vive à beira-mar, é alegre, aberto e otimista; que a "psyché" do homem da planície (gaúcho) é ampla, como os espaços que domina, e a do montanhês é defensiva, porque tem o seu horizonte fechado pelas serras que compartimentam o seu "habitat".

Os oceanos e mares desempenham, também, um papel importante na façanha do homem na TERRA. Essa relevância das águas salgadas no contexto global não deve ser minimizada, uma vez que 70% da superfície do planeta é coberta por oceanos e apenas 30% por extensões continentais, além do fato de a ciência e a tec-

nologia, cada vez mais nos dias de hoje, capacitarem-se para extrair recursos de toda a ordem, do mar e do fundo do mar.

O tema da enorme superação das extensões marítimas sobre as continentais vem sendo cogitação de sociólogos, geógrafos e geopolíticos, desde muitos anos, gerando doutrinas de poder diversas. O norte-americano MAHAN, em "The Influence of Sea Power Upon History" (1890) pode ser considerado o precursor da Doutrina de Poder Marítimo, ensinando aos ingleses a teoria daquilo que eles vinham fazendo há muitos anos. MACKINDER, inglês, filho de uma nação marítima por excelência, foi o autor de uma das mais importantes obras sobre o Poder Continental ou Poder Terrestre, "The Heartland", o coração do mundo, localizando o centro continental no centro da massa euro-asiática.

O desenvolvimento e os progressos da Aeronáutica já deram nascimento a uma Doutrina de Poder Aéreo, cuja idéia pioneira se encontra nos livros de DOUHET, MITCHELL e SEVERSKY e já se esboça a tentativa de abrir um novo campo na Geopolítica — o da Aeropolítica.

O Gen GOLBERY ("Geopolítica do BRASIL") dedica parte importante de sua obra ao estudo do fenômeno histórico da lealdade do homem às causas que o atraem e, muitas vezes, o apaixonam. Analisa o autor as lealdades ao burgo, ao senhor feudal, ao rei, ao líder religioso, ao seu povo, às idéias (ideologias), para terminar afirmando: "Hoje subsiste a nação como polarizadora suprema dessa lealdade, sem a qual o homem nem mesmo seria homem, incapaz de transcender-se abnegadamente, nos sacrifícios mais heróicos, reduzindo a um egotismo esterilizador e anti-social.

Vivemos ainda, para o bem maior ou para a maldição irresgatável da humanidade — em que pesem as esperanças redentoras — a era do nacionalismo, isto é, da lealdade máxima do cidadão consagrada à nação".

Todas as teorias e doutrinas da Geopolítica — conselheira de soluções ou meta política, conforme a posição possibilista ou determinista de seus autores — resultam, segundo o Gen MEIRA MATTOS, numa só — a do "desafio e da resposta" de ARNOLD TOYNBEE. "A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim apresenta os seus desafios; caberá ao homem responder a esses desafios. Ou responde e os supera, ou não responde e é derrotado".

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ten Cel Carlos Athaydes de Lima. A Importância Geopolítica da África na Atual Conjuntura Mundial, Rio, PUC, Monografia, 1976.
- BACKHEUSER, Everardo. "Geopolítica e Geografia Política". In: Revista Brasileira de Geografia, Rio, Nº 1, 1942.
- BAPTISTA, Maj Ruy Cavaíanti. Noções de Geopolítica. Resende, Ed AMAN, 1963.
- DIX, Arthur. Geografia Política. Rio. Ed Labor.

- GODOLPHIM, Maj Waldyr da Costa. "A Geopolítica e a Estratégia Mundial". In: *Mensário de Cultura Militar*, Rio, 1954.
- GRAÇA, Ten Cel Jayme Ribeiro da. *A Geografia na Política Externa*. Rio, Ed BIBLIEX, 1952.
- MATTOS, Gen Carlos de Meira. *Brasil — Geopolítica e Destino*. Rio, Ed BIBLIEX, 1975.
- "A Geopolítica e a Teoria da Forma e do Espaço dos Estados". In: *Revista Militar Brasileira*, Rio, Nº 3/4, Jul/Dez, 1974.
- RODRIGUES, J. C. "Expansão e Cercos". In: *Jornal do Brasil*, Rio, 22 de fevereiro de 1976, I, 19.
- SILVA, Brig João Mendes da. "Escolas e Teorias Geopolíticas". In: *Defesa Nacional*, Rio, Junho, 1959.
- SOUZA, Gen Mozart de Andrade. "Origens e Fundamentos da Geopolítica". In: *Revista do Clube Militar*, Rio, Nº 131, 1954.
- TOSTA, Ten Cel Octávio. *Teorias Geopolíticas*. Rio, Ed ECEMAR, 1964.
- TRAVASSOS, Mar Mario. "O Poder Nacional — Seus Fundamentos Geográficos". In: *Defesa Nacional*, Rio, outubro, 1959.



A ATUAL POLÍTICA EXTERNA DA CHINA

Juarez Danton Vianna de Abreu Gomes

Coronel de Artilharia da Turma de 17 Dez 48, promovido, por merecimento, ao posto atual em 25 Dez 73.

Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Material Bélico, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Foi redator da Military Review (Estados Unidos da América do Norte) e, atualmente, exerce a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, chefiando a Seção de Estratégia.

Com a recente visita de nove dias do Marechal Tito da Iugoslávia à China, aparentemente procurou-se iniciar a normalização das relações entre os partidos comunistas dos dois países. Ao término de sua visita, Tito declarava que a pretendida colaboração bilateral nos setores econômico, cultural e científico se estenderá também ao campo ideológico. Ficou acertado que, em breve, o Primeiro-Ministro Hua Kuo-feng visitará Belgrado "em data oportuna".

Por outro lado, a Albânia intensifica sua campanha contra a China, estando praticamente consumado o rompimento entre os dois países. Anunciaram-se prisões de líderes albaneses favoráveis a Pequim. A Albânia acusa o novo governo chinês de "revisionista, com suas teorias e práticas procura sabotar a ação dos partidos marxistas – leninistas contra os Estados Unidos e a União Soviética". Critica a política externa chinesa e o conceito estratégico dos "três mundos", cuja tese admite que uma das superpotências é mais perigosa que a outra.

A Albânia, que desde a 2ª Guerra Mundial adota uma linha inflexivelmente stalinista, rompeu em 1960 com Moscou e, desde então, tinha a China por aliado. Suas relações com Pequim começaram a deteriorar-se quando Hua Kuo-feng assumiu o poder após a morte de Mao Tsé-tung. Tudo indica que Enver Hoxha, o dirigente albanês, estava ligado ao grupo radical de Chiang Ch'ing agora expurgado.

Estas são algumas consequências da morte de Mao Tsé-tung e da grande substituição ocorrida no Politburo do PC Chinês há um ano atrás. A velha rixa entre os moderados pragmáticos de Hua Kuo-feng e os radicais da chamada "camarilha dos quatro", liderada por Chiang Ch'ing, foi vencida pelos primeiros.

A principal força dos radicais provinha dos "rebeldes operários e camponeiros", mais operários que camponeses. Estes rebeldes desempenhavam importantes papéis: direção de sindicatos, desenvolvimento da milícia de operários, instigação das reivindicações operárias, ação ativa nos comitês e liderança de certas regiões militares. Esta ala abarcava um grupo de elementos do partido dentro das Forças Armadas.

A queda de Lin Piao permitiu a recuperação dos funcionários públicos civis na administração, os quais, com maiores poderes, incrementaram seus contatos e colaboração com militares profissionais a ponto de, juntos, formarem uma ala.

A razão principal dessa união provém de que ambos se opunham ao radicalismo dos seguidores de Chiang Ch'ing. Os militares viam estes até como inimigos políticos que preponderaram sobre eles durante a Revolução Cultural. Outro fator de união foi a constatação de que o confronto entre os militares e funcionários civis repercutiria negativamente na segurança e no processo social e econômico.

Admite-se que Mao Tsé-tung tenha percebido a possibilidade de que seu apoio a esse grupo — o que realmente ocorreu — impediria a tomada do poder pelos radicais após sua morte.

É verdade que no início da Revolução Cultural, os funcionários civis deste grupo apoiaram a orientação de Mao, chegando até a auxiliar a facção de Chiang Ch'ing. Experimentados no exercício da administração, mais tarde apoiaram os esforços de Chou En-lai e Teng Hsiao-ping para reduzir os excessos da Revolução Cultural, o que os levou a um confronto direto com os radicais. Enquanto Mao estava vivo, a luta entre as duas facções manteve-se em equilíbrio. Ao morrer, os radicais foram sendo expurgados em todos os níveis do partido, desde o Comitê Central até os comitês de província, inclusive o Departamento de Propaganda e os meios de comunicação.

A reabilitação de Teng Hsiao-ping só se deu dez meses após a morte de Mao Tsé-tung, embora logo após esta, tenham começado a aparecer artigos nos jornais do Partido em prol da anulação da decisão de abril de 1976, que o demitiu dos cargos de Vice-Primeiro Ministro e Vice-Presidente do PC Chinês. Tal demora deveu-se a que aquela decisão foi pessoal de Mao Tsé-tung decorrente dos incidentes de T'ienannem (demonstrações em favor de Chou En-lai, o qual caiu nas simpatias de Teng Hsiao-ping pelas perseguições sofridas de Chiang Ch'ing e os seus).

Foi preciso dispor bem as coisas para que sua volta não deslustrasse a imagem de Mao Tsé-tung. De fato, o aniversário da morte deste foi grandemente lembrado, com a inauguração de seu mausoléu.

Teng Hsiao-ping é atualmente Vice-Primeiro Ministro e membro do triunvirato que dirige a China; é, no entanto, considerado o homem forte, real condutor do governo, mais do que Hua Kuo-feng e do Ministro de Defesa Yeh Chien-Ying.

O grupo moderado-pragmático, agora no poder, considera que o progresso econômico e social dependerá mais da tecnologia e da ciência do que dos pensamentos de Mao. Já anunciou que adotará uma política econômica que enfatizará a centralização da produção em grandes empresas, modernização da indústria e da agricultura e importação e tecnologia. Em muitos pontos essas diretrizes contrariam as teorias de Mao Tsé-tung.

O novo governo dividirá a China em grandes regiões econômicas, política essa já tentada mas abandonada durante a Revolução Cultural. O plano acima prevê até o final da década atual a completa modernização da agricultura, da indústria e das forças militares.

No discurso que fez no XI Congresso do PC chinês, Teng Hsiao-ping pediu "mais trabalho e menos conversa". A doutrinação política nas fábricas e nos campos foi substituída por teses sobre desenvolvimento e modernização agrícola.

POLÍTICA EXTERNA

O desaparecimento de Mao até agora não provocou nenhuma mudança considerável na política externa chinesa, particularmente para com a Ásia.

A União Soviética

Para os líderes chineses, a razão básica do antagonismo para com a União Soviética e os Estados Unidos é sua convicção de que esses países — "superpotências hegemônicas" — disputam entre si o domínio do Mundo. Pequim deseja ser uma terceira opção para os demais países, particularmente aqueles em desenvolvimento.

Tal como fez com o Ocidente, a União Soviética procurou adotar com a China uma certa "détente" que lhe permitisse criar um escudo protetor de países satélites que envolvesse a China pelo sul. Desta forma, a China teria a União Soviética ao norte e ao sul (figura 1). Esse escudo protetor se assemelharia ao hoje existente na Europa Oriental. Por isso, desde a morte de Mao Tsé-tung vem a União Soviética tentando uma reaproximação, valendo-se dos argumentos de identidade de regimes e do marxismo-leninismo. Mas o novo governo, aparentemente cônscio das intenções expansionistas soviéticas, negou-se até agora a qualquer aproximação.

Em maio de 1977, os líderes soviéticos, depois de aguardarem oito meses por ventos favoráveis de Pequim, aparentemente desistiram de tentar melhorar as re-

lações com a China e reencetaram a polêmica. O *Pravda* chamou os atuais líderes chineses de "tão belicosos e expansionistas quanto Mao Tsé-tung".

Há, sem dúvida, entre os líderes chineses, um grupo que não é favorável às relações com os EUA e acha que seria melhor agora voltarem-se para Moscou, já que os Estados Unidos estão vistos.

Em agosto passado, como nova tentativa, a agência Tass conclamava os novos dirigentes chineses a orientar o país para "uma política de distensão e cooperação com os países socialistas". Era um apelo que contrastava com os violentos ataques soviéticos dos últimos meses. Se, por um lado, os russos declararam que "a Sagrada Aliança Pequim-Washington, se utilizada para pressionar a URSS, pode converter-se num jogo sem qualquer perspectiva de futuro e, além do mais, muito perigoso" muitos chineses, por seu lado, consideram que os EUA estão usando suas ligações com a China meramente como arma contra os russos.

Os Estados Unidos

A aproximação sino-norte-americana, buscada pelos EUA, encontrou receptividade favorável por parte da China, pois com isso ela, pretendendo ser uma superpotência mundial no fim do século, acaba com o isolamento político e diplomático que a manteve atrasada de muitos anos.

Ademais, a aproximação com os Estados Unidos e consequentemente participação da China na ONU virá dificultar qualquer ação nuclear preventiva da URSS, pela natural reação que tal atitude provocaria na comunidade de nações. A maior ligação com os Estados Unidos, ainda dificultada pelo problema de Formosa, servirá para que Pequim possa "penetrar" nas relações dos norte-americanos com o Japão, enfraquecendo-a no seu antagonismo contra a China. Por último, o próprio problema de Formosa, no qual a China não pode ceder, tenderá a resolver-se tão logo os Estados Unidos encontrem uma saída honrosa de seus compromissos com o velho aliado.

O Japão

Após a Revolução Cultural, a China procurou melhorar as relações com o Japão em face de suas preocupações sobre as intenções soviéticas na Ásia e por reconhecer que este país tem grande influência na área, mercê de seu poder econômico e político.

Em setembro de 1972 reiniciaram-se as relações diplomáticas, o que foi visto com apreensão pela União Soviética. O Japão procurou manter em equilíbrio suas relações com este país e a China. Em consequência, viu-se envolto no confronto sino-soviético, como bem exemplifica a discordância em torno da inclusão ou não da cláusula anti-hegemonia no tratado de Paz China-Japão, em elaboração. A China muito se esforça em impedir uma hegemonia soviética na Ásia, daí porque procura incluir em todos os tratados e comunicados internacionais conjuntos com

outros países, uma cláusula condenatória de qualquer possível hegemonia.

Não obstante, o Japão mostra-se relutante em aceitar tal inclusão em seu tratado com a China por três razões: deseja manter-se neutro na disputa sino-soviética, deseja evitar qualquer atitude de condenação da presença norte-americana na Ásia e, por último, não deseja provocar a ira soviética, pois pretende reaver as ilhas Curilas e a parte inferior da ilha Sacalina de que a Rússia se apossou ao término da 2ª Guerra Mundial. Ademais, os direitos de pesca na zona de 200 milhas estabelecida pela URSS não foi resolvido definitivamente.

Com a morte de Mao Tsé-tung, as negociações do tratado ficaram paralisadas. Nem os novos líderes chineses, nem o Governo Japonês tomaram até agora qualquer atitude para melhorar as relações mútuas. O Japão continua evitando envolver-se no confronto sino-soviético. Quanto à China, embora não pretenda ceder em seus pontos de vista, busca a amizade japonesa como forma de conter a influência soviética.

Sudeste da Ásia

Como em todo o Terceiro Mundo, a China procura conquistar uma posição influente nos assuntos internacionais da Ásia, tentando limitar a ação da União Soviética.

Em 1969 a China alterou a política que vinha adotando de apoiar os movimentos subversivos nos países asiáticos. Preferiu conquistar a amizade dos regimes contra os quais até então se oponha. Tal mudança deveu-se à necessidade de contrapor-se à crescente influência soviética.

Com isso, restabeleceram-se relações diplomáticas com a Malásia, as Filipinas e a Tailândia.

Em Janeiro de 1976, a Rádio Pequim elogiava a ANSA (Associação das Nações do Sudeste Asiático)*, por suas sucessivas vitórias contra o hegemonismo, essa mesma ANSA que a China havia pouco chamava de "Aliança antichinesa, anticomunista".

Os crescentes entendimentos de Moscou com o governo vietnamita de Hanói vem preocupando os dirigentes chineses.

Após a morte de Mao Tsé-tung, o governo chinês tem procurado cultivar boas relações com todos os governos asiáticos. Com o Vietnam, entretanto, seus esforços não têm dado grandes resultados: as pretensões de ambos os lados por certas ilhas do Mar da China Meridional, as tentativas de Hanói de melhorar suas relações com a ANSA e a busca pelo Vietnam de aproximação com os Estados Unidos têm dificultado a consecução daqueles objetivos chineses.

* A ANSA é formada por Indonésia, Tailândia, Malásia e Filipinas; abrange 80% da população do SE da Ásia e busca o regionalismo como extensão do nacionalismo.

Índia, Paquistão e Bangladesh

As lutas fronteiriças indo-chinesas de 1962 fizeram romper-se as relações entre os dois países, dando à União Soviética oportunidade de aumentar sua influência na área. Para Moscou, a Índia era muito importante no seu confronto com a China. O tratado de Paz, Amizade e Cooperação, de agosto de 1971, fez a URSS penetrar na Ásia; deste tratado três artigos referem-se a aspectos militares, propiciando à Índia segurança quanto à integridade territorial (a China ocupou o território do Aksaichin em sua invasão de 1962).

Sem relações com a Índia, Pequim voltou-se para o inimigo desta, o Paquistão. Este cindiu-se em 1971 com o auxílio da Índia. Embora em julho do ano seguinte os dois países tenham firmado o Acordo de Simla, não há um clima de amizade e cooperação.

O Paquistão chegou até a cooperar na reaproximação sino-norte-americana de 1971/72.

A crise de Bangladesh em 71 e a 3ª Guerra indo-paquistanesa impedem qualquer melhoria das relações entre a China e a Índia, máxime em face da atuação da Índia no desmembramento do Paquistão e o apoio diplomático soviético à intervenção da Índia no então Paquistão Oriental.

Só em 1975-6 ocorreu uma certa mudança de intenções: a Índia sentia que não lhe restavam outras opções diplomáticas, além da União Soviética. Com suas relações com Washington estremecidas em virtude de auxílio militar ao Paquistão, Nova Déli voltou-se novamente para Pequim. Este, por sua vez, pretendendo minar a "entente" Índia-URSS reagiu favoravelmente. O clima atual é de redução das tensões, já que as disputas territoriais, se não estão resolvidas, estão contidas. A Índia considera ainda que o incremento da rivalidade sino-soviética virá, na atual situação, em detrimento da Índia. Em consequência, agora era a vez de o Paquistão preocupar-se com a aproximação Índia-China, mas esta lhe assegurou constante amizade e apoio; realidade era a Índia buscando novas opções diplomáticas e a China procurando ampliar sua influência no sul da Ásia.

Por isto mesmo, a China também encetou relações diplomáticas com Bangladesh, depois da deposição do líder Mujibur Rahman, que desaprovava a aproximação com a China e era apoiado pela Índia e pela URSS. O novo governo de Bangladesh, desde agosto de 1975, demonstra propensão a manter ligações mútuas com a China o que esta, como vimos, muito desejava.

Após a morte de Mao Tsé-tung, a política chinesa para com esses três países não tem sofrido mudanças; é, antes, um aprimoramento das atitudes que vinham sendo tomadas. Com Bangladesh as relações passaram das palavras à ação: acordos científicos e tecnológicos e o envio de 4 esquadrões de Mig 21 chineses. Os pilotos de Bangladesh são formados na China.

Quanto ao Paquistão, as relações mantêm-se amistosas, mas os chineses mostram-se um tanto reservados, porque pretendem incrementar suas relações com

a Índia. Nova Déli atribui muito valor ao apoio que recebe de Moscou, inclusive material bélico, além de lhe desagradar o estreitamento das ligações China-Paquistão.

Tudo indica, no entanto, que o novo governo indiano, de Morarji Desal, eleito em março último, busca uma política de equilíbrio, de não alinhamento, isto é, reduzir a influência soviética e buscar relações com Washington e Pequim. Mas ainda é cedo para se ver resultados concretos.

ILAÇÕES FINAIS

Desde a morte de Mao Tsé-tung uma nova liderança chinesa aparece no governo e se dedica a lentamente apagar os vestígios das teses políticas radicais. O que hoje é plano de governo, há pouco mais de um ano era considerado heresia.

Teng Hsiao-ping e Hua-feng dominam a situação, mas esta dependerá da continuação do apoio dos militares do marechal Yeh Chien-Ying. Passado mais de um ano da morte de Mao Tsé-tung vemos que a China emergiu intacta da morte deste. Por isto, o regime atual tem condições de perseguir uma política externa ativa e influente, por se considerar atualmente a potência chave na Ásia e em condições de atuar como superpotência nos assuntos afro-asiáticos.

Podemos concluir que a principal distinção entre os dois grupos que se dividiam — agora com prevalência dos moderados — está nas prioridades relativas que cada um atribui ao desenvolvimento econômico e à igualdade socioeconômica. O grupo moderado considera que a estabilidade política e institucional são fundamentais ao desenvolvimento e, por isso, aceita um certo grau de desigualdade social. Já os radicais — um verdadeiro amálgama de forças políticas — considera que para a igualdade social e econômica é inevitável uma contínua revolução e, mesmo, certa desordem política.

A busca do apoio do povo será uma ação que continua: "as armas adversárias nada poderão contra um exército que se move no meio do povo como peixe na água".

Vê-se que um processo de "desmaoização" já começou. Parece abandonada uma das bases do maoísmo, segundo a qual "o fuzil obedece ao partido".

A nova herança chinesa, particularmente Teng Hsiao-ping, considera essencial para a modernização da China o aprendizado com outros países, pois, ao contrário dos radicais, acha que a China poderá buscar tecnologia e manter contatos mais cerrados com o Ocidente sem ficar "inoculada". A classe dirigente atual vê o desenvolvimento do país à custa de certos dogmas do socialismo prático e da velha usança chinesa de "bastar-se a si própria".

As relações da China com o resto do Mundo estarão, por algum tempo, muito dependentes da ênfase que der à recuperação de seu atraso cultural e econômico.

A pressa com que agora busca a modernização provém da consciência de seu atraso em relação à União Soviética. Provavelmente, quando a China se conside-

rar forte também economicamente — já o é politicamente — buscará um estendimento com a União Soviética, pois, assim, conseguirá o tão desejado equilíbrio que agora se obriga a romper.

A melhoria das relações com os EUA será lenta, pois há um forte grupo que considera inaceitável ter a URSS em substituição dos EUA como principal ameaça. Formosa afi está. Esta não é, todavia, a opinião prevalente entre os atuais dirigentes da China.

Hoje Pequim busca a amizade japonesa e deseja aproveitar-se do descontentamento do Japão com a URSS para assinar um tratado de amizade e cooperação. A citada cláusula anti-hegemonia vem dificultando porque o Japão não deseja comprometer suas relações com os soviéticos.

Em suma, a China volta-se cétire e decididamente para seus problemas internos e já elaborou planos decenais de reequipamento de suas forças, de modo a tornar-se — este é o objetivo — uma superpotência mundial no ano 2000.



A ASCENSÃO DO BRASIL

Norman Gall

O autor é membro do Centro de Pesquisas Internacionais da Fundação Carnegie para a Paz Internacional. Escreve sobre a América Latina para a "Commentary" e outras revistas. Este artigo é parte de um estudo mais longo que está realizando sobre o papel do Brasil no mundo.

O presente artigo foi traduzido da Revista "Commentary", janeiro 1977.

Nós brasileiros, possuímos todas as condições para aspirar um lugar entre as grandes potências do mundo. Em termos geográficos possuímos um território de dimensões continentais com uma fronteira marítima de 7.900 km, adentrando pelo Atlântico Sul e uma fronteira terrestre ainda maior, de aproximadamente 18.000 km, limitando-se com 10 países sul-americanos. Nossa litoral, o mais extenso do Atlântico Sul, confronta-se com a África Ocidental. Em nosso território, a quinta maior extensão territorial de uma nação do planeta, não faltam recursos naturais como solo fértil, potencial hidrelétrico e riqueza mineral. Estamos ainda longe da exploração intensiva de nossos recursos, muitos dos quais ainda desconhecidos. Nossa liberdade de manobra está sendo provada dia a dia através do nosso domínio da tecnologia e da ciência, aplicado à estratégia do desenvolvimento nacional". General Carlos de Meira Mattos. "Brasil: Geopolítica e Destino" 1975.

Num período de tempo relativamente curto, o Brasil tornou-se uma nova força política no hemisfério ocidental. A maior e mais importante nação tropical do mundo, cujo tamanho, população e produto nacional bruto equivalem aproximadamente ao restante da América do Sul, transformou-se na décima economia do mundo, num importante parceiro comercial das potências industrializadas e um dos

campos de investimento mais compensadores para aplicação de excedentes de capital. Desde que os militares assumiram o poder, em abril de 1964, os bens das corporações multinacionais norte-americanas no Brasil multiplicaram-se seis vezes, atingir quase 4 bilhões de dólares nos dias de hoje enquanto se desenrolava o milagre econômico, com taxas de crescimento médias de 10 por cento ao ano, no período 1968-1974.

Muitos estadistas estrangeiros buscam hoje agradar aos governantes militares no Brasil, com palavras entusiásticas sobre o futuro papel do país nos assuntos mundiais.

No ano passado, por exemplo, o Primeiro Ministro do Japão, Takeo Fukuda, visitou o Brasil durante a recessão mundial que se seguiu à quadruplicação dos preços do petróleo, logo após o conflito no Oriente Médio em 1973, para elogiar a importância de seus anfitriões, declarando na ocasião: "Depois da crise petrolífera tornou-se evidente que os recursos mundiais são limitados. Este é um acontecimento sem precedentes na história do mundo. Vosso país é uma potência do século XXI — uma potência de grandes recursos". Ansiando pelos suprimentos da cornucópia brasileira de matérias primas em troca da venda de equipamento industrial necessário para o desenvolvimento destes recursos, o Japão, no Brasil, começou a investir em aço, alumínio, construção naval, textéis, indústria química, papel e agricultura. Em setembro último, o Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, visitou o Japão para assinar 15 diferentes acordos comerciais. Entre eles, o da construção do maior complexo industrial do mundo de produção de alumínio, 8 bilhões de dólares em compras de minério de ferro e polpa de papel a longo prazo, pelos japoneses, e da participação japonesa num esforço audaz de transformar o cerrado, região de vegetação de matas ralas do Planalto Central Brasileiro, em região produtora de cereais. O projeto abrange uma área do tamanho das Grandes Planícies dos Estados Unidos da América do Norte.

Apesar do crescente interesse de outros países, os EUA continuam sendo, de longe, a principal fonte de financiamento e tecnologia para o Brasil e permanecem estimulando suas aspirações a grande potência, há algum tempo. Em 1971, o Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969/74), chefe do Serviço de Informações que veio a ser o Rei Sol do "milagre", fez uma visita oficial a Washington e escutou do Presidente Nixon:

"Para onde for o Brasil, irá o resto do continente latino-americano". Desde então, o falar e o negociar em alto nível, passou a ser um problema de protocolo na diplomacia das grandes potências com o Brasil. Mas os diplomatas, por motivos diplomáticos, talvez o estejam superestimando. Conquanto os estrangeiros obviamente estejam interessados no Brasil, como base de recursos e mercado, ainda não ficou esclarecido se o Brasil pode manter o rumo do desenvolvimento autônomo dentro de uma economia mundial que espera, nos próximos decênios, expandir-se em ritmo mais lento do que nos anos do pós-guerra. Ao mesmo tempo, o Brasil tem ainda que encontrar uma fórmula de política estável com maior legitimidade do que uma dita-

dura militar e sob a qual possa reconciliar seus conflitos sociais e as reivindicações por sua pujança, enquanto comanda os sacrifícios que serão necessários para sustentar o desenvolvimento econômico.

I

Durante 4 séculos, depois que a primeira colônia se estabeleceu nas costas brasileiras no ano de 1532, o Brasil permaneceu um conglomerado disperso e esparsamente povoado, de entrepostos de exportação, criados para a produção e o embarque de uma série de mercadorias comercialmente valiosas, tais como: madeiras corantes para a indústria de lã no Norte Europeu, o açúcar proveniente da economia à base de mão-de-obra escrava do Nordeste, o ouro do planalto central de Minas Gerais e Goiás, o café do Rio de Janeiro e São Paulo, e a borracha da Amazônia. Ocupados na exploração de concessões mais lucrativos na Ásia e na África e sobre-carregados por seus empreendimentos ultramarinos, foi com relutância que os portugueses estabeleceram sua primeira povoação no Brasil, três décadas após sua descoberta.

Pelo Século XVII, a situação inverteu-se e Portugal foi superado economicamente pelo Brasil, contudo ambos caíram sob a influência sucessiva dos holandeses e dos britânicos, até a Primeira Guerra Mundial.¹ Foram os britânicos que forneceram o financiamento e as ferrovias para a expansão do comércio cafeeiro e foi sob sua influência liberal que a escravidão terminou em 1888, e em consequência a República foi proclamada no ano seguinte. Essa república consolidou-se ante uma série de revoltas regionais contra um governo central fraco, levando um ex-ministro do Exterior a escrever confidencialmente, em 1929: "O Brasil, sem uma Marinha, sem um Exército e dividido até a medula quase nada vale na vida internacional".²

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o estrategista norte-americano Nicholas John Spykman observou: o Brasil é maior do que os EUA, mas a maior parte do seu território é composta de florestas tropicais e, sendo sua faixa costeira muito mais estreita, nela centraliza-se sua vida econômica, faltando-lhe, ainda, os recursos energéticos e a produtividade econômica necessários para sustentar uma potência militar".

O Brasil é considerado, hoje, seriamente, como um fator preponderante na política mundial, devido a algumas transformações extraordinárias ocorridas. Inicialmente citamos a ocorrência de uma expansão demográfica contínua e sem precedentes na evolução da espécie humana. Em 1900, o país comportava apenas 17 milhões de pessoas, e dizia-se que seu principal problema econômico era a escassez de mão-de-obra. Já em 1976, sua população elevou-se para 110 milhões e, de acordo

1 - A afirmação do domínio holandês sobre Portugal e Brasil está contida no original em inglês. (NT).

2 - Citado em *Brazil and the Great Powers, 1930-1939: Geopolitics of Trade Rivalry*, Editora da Universidade do Texas — 1975 —

com as projeções da ONU, atingirá a 212 milhões no ano 2.000. A História não registra qualquer precedente de aumento populacional dessa ordem, exceto nos EUA do século XIX, onde, contudo, a imigração desempenhou um papel muito mais preponderante.

Em segundo lugar, este aumento de população foi acompanhado e apoiado pelo extraordinário desempenho da economia brasileira, durante a maior parte do presente século. Embora não existam dados precisos sobre os primeiros decênios do século, cálculos recentes indicam que a economia cresceu, em termos reais, à razão de 6,1 por cento durante todo o período de 42 anos, de 1933 a 1974.³ Em terceiro lugar, a porção de terra economicamente utilizável expandiu-se de 16 milhões de acres (cerca de 64 milhões de hectares), em 1920, para cerca de 90 milhões de acres (cerca de 365 milhões de hectares), meio século depois, uma das maiores taxas de crescimento no mundo, e segue expandindo-se ainda mais rapidamente na década de 1970, agora que o Brasil procura tornar-se um exportador de cereais. Em quarto lugar, para articular logicamente essa expansão, foi empreendido um imenso programa de construção de estradas para penetrar no interior não desenvolvido do país, decuplicando a rede de rodovias existentes em 1945.⁴

Nenhuma dessas mudanças poderia ter ocorrido sem uma reforma dramática e uma ampliação dos padrões de consumo de energia do país. Recentemente, em 1946, 70 por cento do suprimento de energia do Brasil era proveniente da lenha e do carvão. Nos primeiros anos da década de 70, o mesmo percentual era fornecido pelas termoelétricas a óleo e hidrelétricas, enquanto o orçamento energético total quadruplicava. Em outras palavras, o Brasil saltou de uma economia que queimava lenha para uma economia movida a petróleo no transcurso de uma geração, uma transição que na Europa se fez em três séculos. A ascensão econômica do Brasil foi estimulada pela rápida expansão da economia internacional nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial — uma expansão favorecida por um correspondente decínio do custo real da energia e dos alimentos, até a crise do petróleo e o aumento do preço das mercadorias em meados da década de 1970. Por último, as conquistas e a difusão dos conhecimentos da medicina diminuiram muito o índice de mortalidade, sobretudo, nas regiões tropicais, gerando uma pressão demográfica para a exploração da base de recursos do Brasil, ainda inviolados, um dos únicos territórios, nessas condições, que restavam no mundo.

Todas essas forças convergiram para o "milagre" brasileiro. O ano da cinderela do "milagre" foi 1973, quando o produto nacional bruto cresceu 11,4 por cento e a elevação do preço das matérias primas de início da década de 70 quase duplicou os preços das exportações agrícolas brasileiras. Naquele ano, a economia mundial expandiu-se espetacularmente, com o comércio entre as nações aumentando em

3 — *Industrialização e Política Econômica na Pesquisa e Planejamento Econômico*, de Wilson Sazige — Rio 1975 — página 437.

4 — *The Brazilian Frontier in Comparative Studies*, MARTIN T. KATZMAN — 1975 — páginas 267-269.

um terço e o suprimento mundial de dinheiro crescendo 20 por cento. No Brasil, a expansão foi ainda mais espetacular, com o comércio estrangeiro e o suprimento monetário aumentando, cada um em 50 por cento. O Brasil então transformara-se no principal cliente do Banco Mundial, e o segundo exportador mundial de soja, situando-se após os EUA e competindo com este nos mercados europeu e japonês. Na década subsequente à assunção do poder pelos militares, ocorreram saltos na produção de aço, cimento, eletricidade, papel, aparelhos de televisão e refrigeradores. O dinheiro fluía para o Brasil, num fluxo embarracoso quadruplicando suas reservas em dois anos (1972-74), e elevando suas reservas em moeda forte ao nível mais alto (6.8 bilhões de dólares), montante jamais acumulado por um país latino-americano. De fato, 1973, foi o ano em que tudo parecia possível. O Brasil lançava um programa destinado a triplicar a produção de aço até 1980. Equipes de construção com gigantescas máquinas de terraplenagem rompiam através de florestas densas e infinitas para entrecruzar de estradas a Bacia Amazônica, empreendimento muito mais ambicioso do que o sistema rodoviário interestadual dos EUA. A subsidiária ultramarina da Petrobrás, monopólio estatal de petróleo do Brasil, concluía acordos para a exploração de óleo em lugares tão diversos como o Iraque, Egito, Argélia, Líbia, Irã, Madagascar e Colômbia. Outras agências estatais negociavam acordos para fornecimentos necessariamente críticos de energia, com países vizinhos e davam início a um audacioso e controvérsio projeto para a construção da maior barragem hidrelétrica do mundo, Itaipu, no rio fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

II

A magnitude da conquista econômica brasileira não pode ser entendida sem mencionar a tecnologia que ajudou a torná-la possível. O Brasil talvez seja o primeiro grande país na história que se apoiou quase inteiramente no motor de combustão interna para desenvolver sua economia e unificar seu território. Seu súbito desenvolvimento foi ainda mais empolgante em virtude da falta de uma estrutura de apoio logístico, um país descentralizado e em época tão recente como no início deste século. Em 1950, custava proporcionalmente o mesmo preço transportar ao centro consumidor um saco de cereais da "fronteira do arroz" ao planalto central brasileiro, quanto transportar o trigo do centro-oeste a Nova Iorque, antes da construção do canal do Erie, na década de 1820.

Nos primeiros decênios deste século, a falta de comunicações internas no Brasil impediu a repressão de uma longa série de revoltas regionais que debilitaram o poder e a credibilidade do governo federal, levando o geógrafo norte-americano Preston James a declarar em 1939. "Mesmo em meio às proclamações patrióticas, existe uma audível onda de boatos, no Brasil, sobre o possível esfacelamento deste colosso entre as nações, em unidades menores e mais fracas".⁵

5 — Forces for Union and Disunion in BRAZIL — Journal of Geography, Outubro de 1939.

Desde então, o automóvel, o caminhão, o trator e o helicóptero fizeram para o Brasil o que a estrada de ferro e a ceifadeira haviam feito para os EUA, há um século. Com uma população e um território necessitando desesperadamente de melhores transportes, o Brasil aumentou o número de veículos particulares registrados de 236.000 em 1950 para mais de 4 milhões em 1975. O país situa-se como nono na indústria automotiva do mundo, tendo duplicado sua produção entre 1970 e 1974, colocando-o na iminência de tornar-se o primeiro país em desenvolvimento a juntar-se ao pequeno grupo de nações industriais que produzem mais de um milhão de veículos por ano.

Na foz do rio Amazonas, no final da década de 40, começou a construção da estrada Belém-Brasília, atravessando mais de 2.200 km de selvas e cerrados da região do planalto central, onde seria construída a nova capital do Brasil, dando início à expansão da rede rodoviária do país no período do pós-guerra, possibilitando rápido acesso ao interior pela primeira vez em sua história. Foi só após este esforço de construção de rodovias, alcançando um ritmo de trabalho acelerado, que começou a ser construída Brasília, a capital central do país, já prevista pela primeira constituição republicana (1891).

Graças ao trator, a agricultura do interior recentemente mecanizada empenha-se agora em tornar-se uma importante exportadora de cereais para o resto do mundo. Graças ao helicóptero, foi possível penetrar e explorar uma das únicas fontes de recursos de grandes proporções restantes no mundo e que permanece ainda relativamente intocada após 4 séculos de colonização moderna. Adaptando os helicópteros de combate do Vietnã ao uso civil, por exemplo, equipes de geólogos de campo puderam atingir pela primeira vez Carajás, um inacessível maciço de planaltos da Amazônia, que demonstrou conter o maior depósito de minério de ferro de alto teor jamais encontrado. A descoberta de Carajás revelou também ser o terceiro maior depósito de bauxita do mundo. Em Trombetas, outro conjunto de planaltos da selva amazônica induziram ao projeto Radam, a realizar a primeira busca e levantamento sistemático dos recursos da Amazônia, utilizando processos de esquadrinhamento lateral de radar, que foi autorizado a cair em domínio público pela Força Aérea Norte Americana em 1970.

Contudo, a tecnologia que ajudou a tornar o "milagre" possível poderá igualmente contribuir para o seu "malogro", pois a chave de tudo tem sido a disponibilidade de energia barata. Por força de decorrências geológicas, cremos que nenhuma outra nação continental seja tão deficiente quanto o Brasil em matéria de combustíveis fósseis economicamente exploráveis. A Petrobrás nunca foi capaz de fornecer mais do que um quarto das necessidades do País em suas operações domésticas. Nas décadas de 1950 a 1969, quando quintuplicaram as necessidades de fornecimento de energia, o Brasil pôde tirar vantagem do baixo preço do óleo importado. Depois que o preço do petróleo quadruplicou em 1973-74, momentaneamente todo o curso de seu futuro desenvolvimento econômico ficou ameaçado. Desde essa época suas dívidas multiplicaram-se e o capital estrangeiro foi cada vez mais sendo desviado dos projetos de desenvolvimento para compensar os imensos déficits co-

merciais causados pelo crescente aumento do custo das importações de petróleo.

Os urgentes esforços para aumentar seus recursos energéticos, minerais e agrícolas exigirão investimentos da ordem de 100 bilhões de dólares durante a próxima década. Por exemplo, o complexo industrial-mineral da Amazônia abrangerá minas a céu aberto, uma estrada de ferro de 960 km, novas instalações portuárias, a maior usina de processamento de alumínio do país, uma siderúrgica, uma imensa usina hidrelétrica para suprir energia a essas operações — custará mais de 10 bilhões de dólares para implantação. O plano de triplicação da produção de aço até 1980 custará 6 bilhões de dólares e o programa de expansão ferroviária em curso outros 7 bilhões.

Para atender à demanda de energia comercial, o país está procurando duplicar sua capacidade hidrelétrica nos próximos 8 anos, com o investimento de 20 bilhões de dólares, ou seja, um terço do investimento mundial projetado para usinas hidrelétricas. Outros 5 bilhões deverão ser gastos pela Petrobrás no esforço para reduzir as importações de petróleo descobrindo e ampliando as reservas brasileiras na plataforma continental. O acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, que provocou intensa controvérsia, pois trará uma estrutura básica comercial e meios para uma possível proliferação generalizada de armas nucleares, caso seja completamente provido dos instrumentos adequados, custará outros 10 bilhões de dólares, em reatores e fábricas de combustíveis. (Contudo, em fins de 1976, as pressões financeiras da crise de energia levaram o governo a anunciar reduções importantes nesse programa de investimentos diversificados, e provavelmente em outros mais poderão ocorrer.⁶

Como fizeram os EUA e a Rússia czarista há um século, o Brasil está procurando pagar suas importações de capital e tecnologia exportando matérias-primas e alimentos. Mas assim como a descoberta e o aumento de novos recursos minerais para exportação tornaram-se exorbitantemente dispendiosos por causa dos novos preços de energia, também as ambições do programa agrícola brasileiro dobraram ante a capacidade do país para pagar a tecnologia baseada em petróleo — não somente tratores e caminhões, mas também fertilizantes que tornaram o programa possível em primeira instância. Os acréscimos da produtividade agrícola brasileira não vieram de colheitas maiores, obtidas de terras já cultivadas, como na Índia e no México, mas sim do cultivo extensivo. O problema desta política reside no fato de que a medida que a fronteira avança para o interior, a qualidade do solo torna-se mais pobre e o trabalho agrícola, que há 25 anos era ainda executado quase exclusivamente a mão, utilizando enxadas e instrumentos primitivos de cavar, passou a necessitar mais energia e uma adequada estrutura logística. O desenvolvimento de maiores áreas do interior brasileiro representa um enorme desafio econômico, exigindo insumos subsidiários para maquinarias, combustível, fertilizantes, pesticidas e pes-

6 — Ver de autoria de NORMAN GALL "ATOMS FOR BRAZIL, DANGER FOR ALL" publicado simultaneamente em FOREIGN POLICY (23) e em BULLETIN OF THE ATOMIC SCIENTISTS de Junho de 1976.

quisa. Se esse padrão de desenvolvimento pode permanecer com os novos preços do óleo é uma pergunta que permanece sem resposta.

O alto custo da energia é apenas um fator que ameaça desfazer o "milagre" brasileiro. Outro fator potencialmente mais explosivo é o humano, especificamente o movimento incontrolado de gente em busca de terra e trabalho, a taxa de crescimento populacional e a tradicional dificuldade dos brasileiros em investir no que se poderia chamar de capital humano.

Nos estados do interior onde os níveis de natalidade estão entre os mais altos da história, aproximando-se dos do Oeste norte-americano há um século atrás, a mecanização subsidiada da agricultura e a consolidação de grandes empreendimentos levaram os trabalhadores rurais para as cidades onde as oportunidades de trabalho existentes são insuficientes, ou ainda, para as regiões mais remotas do interior. Somente o trabalho humano não foi assistido neste processo, onde o cultivo do café, baseado no trabalho intensivo, foi sendo substituído pelas lavouras mecanizadas de soja, milho e trigo. Dezenas de milhares de famílias de trabalhadores rurais têm sido deslocadas das fazendas do Estado do Paraná, que há apenas dois decênios era a mais rica área do interior brasileiro com sua terra roxa (solos vulcânicos vermelhos), e que ainda produz o grosso da colheita do café. Outras buscaram a Amazônia por ouvirem falar que lá existiam terras devolutas, tornando-se então motoristas de caminhão, ou compuseram a população flutuante que trabalha na construção de estradas e usinas hidrelétricas, em curso através do país.

O movimento populacional nas regiões fronteiriças tornou-se tão intenso e de tal amplitude, que sua impulso só será contida com grande dificuldade. Perto do local de construção da imensa hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, projeto cinco vezes maior do que a represa de Assuã, no Egito, colonos brasileiros atravessam o rio Paraná, rumo às florestas inabitadas do Leste do Paraguai, para desmatar um dos poucos cinturões virgens de agrestes restantes no hemisfério ocidental. Embora a região continue sendo ainda, legalmente, parte da República do Paraguai, muitos brasileiros e estrangeiros declararam que esta área já foi incluída na órbita econômica cultural brasileira. Igualmente o Território Federal de Rondônia, na Amazônia, a 3.700 km ao Norte do Paraná, tem recebido fluxos de colonos provenientes dos Estados do Sul mais densamente povoados e que chegam em caminhões e ônibus, que rodam lentamente pelas novas e lamacentas estradas. Visto de um helicóptero, Rondônia parece ainda um denso e nebuloso Oceano verde, riscado pelos caprichosos meandros dos rios, da floresta onde até bem pouco tempo viviam apenas indígenas e alguns seringueiros isolados. Porém, a vegetação primitiva mostra agora as cicatrizes de clareiras desbravadas que vão avançando pela floresta a partir de novas estradas, com pastos, ranchos, e plantações incipientes despontando entre os troncos caídos de árvores enegrecidas que se espalham como palitos de fósforos queimados. Uma intensa busca por terras desencadeou-se em Rondônia e por todo o interior brasileiro. Imensas porções de selva têm sido compradas com fins especulativos e para grandes projetos agrícolas conduzidos por grandes companhias estabelecidas no Rio e em São Paulo. As mesmas terras mudam de dono, freqüentemente em ra-

zão de títulos fictícios, levando conflitos entre proprietários rivais e a expulsão de posseiros e colonos à força, difundindo pela fronteira um clima progressivo de violência que começa assemelhar-se com as lutas ocorridas no interior brasileiro entre fins do século XIX e início do século XX.

Em visita a Rondônia, em fins de 1974, conversei com o capitão Silvio Faria, ex-oficial do Exército que trabalhou na Amazônia durante 25 anos e é hoje chefe do escritório regional do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "Nosso objetivo básico é povoar a fronteira", disse ele. "Toda essa gente aqui vem do Sul dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais".

"Eles vêm para cá por causa das geadas que queimam uma lavoura de café após outra, por causa da elevação do preço das propriedades em sua terra natal e, principalmente, devido à ilusão de que a Amazônia é o Eldorado do Século XX. Mas, infelizmente, não é assim. Este ano, o INCRA vai distribuir 10.000 novas propriedades de 250 acres cada uma (100 hectares). Mas de que adiantará isso, se somente pela estrada Norte-Sul em média, 4.500 pessoas chegam aqui cada mês"?

Os vizinhos do Brasil já começam a preocupar-se com essa população rural altamente móvel, de 44 milhões de pessoas. Isto representa o dobro da totalidade da população da Argentina, o maior vizinho e seu rival na América do Sul, cuja população é muito mais sedentária e concentra-se em algumas poucas grandes cidades, distantes das fronteiras argentinas. Um analista argentino previu, em 1970, que a pressão populacional brasileira "deveria ser distribuída ao longo de todas as suas fronteiras, mas acreditamos que o centro dessa pressão política será o Sul, ao longo dos limites com a Argentina, Paraguai e Uruguai, onde está concentrada a maior e melhor população do Brasil".⁷

Acrescente-se que à incontrolada movimentação de pessoas o Brasil tem de se defrontar com uma elevada taxa de aumento populacional. O País corre para permanecer à frente do ciclone demográfico que já vem fazendo pesadas exigências às disponibilidades de capital e ao seu sistema político. A população vem crescendo na razão de 2,8 por cento ao ano, mais rápido do que qualquer outro país de grande extensão, com exceção da Indonésia. Enquanto durou o "milagre", os governantes brasileiros podiam contemplar sem temor as projeções que previam uma estabilização populacional em torno dos 390 milhões, na segunda metade do Século XXI. O Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto (1967-74) disse que "a questão do controle de natalidade não deve ocupar nossa atenção na presente fase do desenvolvimento brasileiro. Se estamos condenados (o grifo é de Delfim) a crescer econo-

7 - RAUL M. CRESPO, "La Presión Demográfica en Nuestras Fronteras", Revista de La Unión Industrial, nº 44, BUENOS AIRES: Janeiro-Março de 1970 - página 74.

8 - Do manuscrito de DOUGLAS H. GRAHAM e THOMAS W. WERRICK, *Population Growth and Economic Development in BRAZIL since 1800*. Sou grato aos autores por permitir que este e outros trabalhos em curso fossem postos à minha disposição.

mente na razão de 9 a 10 por cento ao ano, nada é ganho perdendo tempo com especulações sobre um fenômeno social tão desestimulante como este".⁸

III

A geopolítica do crescimento populacional tem-se complicado com a intensificação do debate político sobre a distribuição da renda. Em 1972, ano em que a população do país atingiu aos 100 milhões, esta controvérsia começou com um artigo de Albert Fishlow, destacado economista, publicado na "American Economic Review".

Utilizando-se dos dados de recenseamento, Fishlow constatou que a participação na renda nacional dos 3,5% mais ricos da população brasileira subiu de 1 quarto para 1 terço da renda nacional, enquanto que a participação na renda de 43% mais pobres declinou de 11% em 1960 para 8% em 1970. Citando os mesmos dados, Robert Mc Namara, presidente do Banco Mundial, observou publicamente: "Em termos do PNB, o país saiu-se bem. Os muito ricos saíram-se muito bem. Mas, através de todo o decênio, os 40% mais pobres da população beneficiaram-se só superficialmente".

O debate nacional subsequente revelou uma série de estudos estatísticos de opositores ao regime, acerca da elevação da taxa de mortalidade infantil em algumas das principais cidades do Brasil, a qual, dizia-se, estava ligada ao declínio do valor real do salário mínimo. Foram relatadas enormes diferenças não só entre regiões, como também entre classes, a propósito de níveis de nutrição, consumo de energia per capita, alfabetização, renda e produtividade. O governo foi acusado de impor um programa de confisco dos assalariados a fim de financiar os investimentos das grandes corporações estatais e do setor privado, passando depois a manejá-lo com o sistema de controle de preços para proteger aquelas poupanças forçadas contra a inflação. Fishlow argumentou que a política econômica do regime militar tinha como objetivo a "destruição do proletariado urbano, como ameaça política e o restabelecimento de uma ordem econômica preparada para a acumulação do capital privado".

Os industriais de São Paulo, Estado que consome metade da eletricidade do país e produz 56 por cento de suas mercadorias industrializadas, compararam sua relação com o resto do Brasil a uma locomotiva puxando um trem de vagões vazios. Os vagões vazios tornaram-se uma importante questão no Brasil, mas permanece ainda o fato de que a expansão econômica e demográfica do país, neste século, provavelmente não poderia ocorrer sem grandes distorções, sobretudo numa sociedade onde a escravidão não foi abolida senão em 1888.

Existem poucas dúvidas de que a política econômica favoreceu os ricos, desde 1964. Contudo, o real problema está na natureza extensiva e absoluta da pobreza brasileira, o que leva a criar uma mentalidade calvinista entre os grandes consumidores. Enquanto o número de carros particulares e aparelhos de televisão em uso aumentou segundo a média espetacular de 14 por cento ao ano, desde 1960, a

ampliação de comodidades básicas como consumo de carne, papel de imprensa e o número de lares usando eletricidade alcançou 3 por cento, taxa consideravelmente inferior à média da urbanização. Tal é a extensão da pobreza que o atual ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, pode francamente declarar as opções brasileiras da seguinte maneira: "Uma transferência de riqueza dos 20 por cento mais ricos para os 80 por cento mais pobres provavelmente aumentaria a procura de alimentos, mas não a de automóveis. O resultado de uma súbita redistribuição seria simplesmente o de gerar inflação no setor de produção de alimentos e excesso de capacidade na indústria de automóveis.⁹

O dilema que o governo enfrenta foi dramatizado pelos tumultos nos trens de subúrbio do Rio de Janeiro, em 1975. Os distúrbios foram frutos da relutância tradicional dos brasileiros em investir no capital humano, mesmo quando daí pudessem advir benefícios econômicos diretos como operários chegando pontualmente no trabalho e em condições para desenvolvê-lo durante todo o dia.

As 500.000 pessoas que precisam utilizar a Estrada de Ferro Central do Brasil, que tem um século de idade, para ir trabalhar todos os dias, moram na Baixada Fluminense, terras baixas numa região ensolarada ao norte do Rio, onde uma população de 3 milhões habita o que antes era um vasto laranjal e agora é ocupado principalmente por favelas, ou casas de taipa, cuja população cresce na razão de 12 por cento ao ano. A maioria de seus habitantes vem das regiões esquecidas do sertão nordestino e labutam como zeladores, empregadas domésticas, vigias, vendedores ambulantes, operários de construção, balconistas, professores e bancários de baixa categoria. Devido ao transporte apinhado e irregular da Central do Brasil, muitos usuários têm de sair entre duas e três da madrugada para chegarem ao Rio na hora do trabalho.

O material rolante da Central parece com os velhos vagões do subterrâneo de Nova Iorque, com a diferença de que os trens superlotados viajam regularmente de portas abertas. Os passageiros em excesso, os chamados "pingentes" literalmente pendentes, agarram-se, por fora dos carros, às portas e janelas, ou ao teto dos vagões. Os trilhos da linha suburbana suportam também um tráfego pesado de trens de minérios e de carga, que se dirigem ao interior e freqüentemente recebem prioridade de passagem devido à sua importância estratégica. A sobrecarga na linha, o equipamento rolante antigo e manutenção mal feita nos engates no leito da via férrea, sistema de sinalização e ligações, tem cobrado um alto índice de mortalidade, ao curso dos anos, em acidentes, tanto resultantes de choques de trens como, mais freqüente, nos casos de quedas de pingentes, especialmente quando duas composições cruzam-se em movimento.

Às 6,30 da manhã do dia 24 de junho de 1975, as multidões que viajavam de comunidades vizinhas para trabalhar no centro do Rio de Janeiro subitamente começaram a saquear, quebrar e incendiar os trens, as plataformas, os guichês, as lanchonetes e os armazéns ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, até a or-

9 – SIMONSEN, M. H. BRASIL 2002 Rio 1974 – página 66

dem ser restaurada por tropas de choque do Exército e da Polícia Militar. Três semanas mais tarde, na noite de 17 de julho, 14 pessoas morreram e 376 ficaram feridas no pior desastre ferroviário do Rio de Janeiro em quase duas décadas. Um trem de passageiros, com 40 anos de serviço e carregando 1.200 passageiros, fazia uma curva fechada com excesso de velocidade, quando seus cinco primeiros carros saíram dos trilhos. Três dos carros chocaram-se na quadra da Escola de Samba Império Serrano, que ensaiava para o carnaval do corrente ano. O Presidente Geisel cancelou uma viagem ao Nordeste e voou para o Rio, passando o dia todo a inspecionar as condições da Central do Brasil. Ao término, disse ao presidente e ao conselho deliberativo da ferrovia: "Quero resultados imediatos; o povo quer resultados imediatos". Passadas duas semanas, demitiu-os. No dia seguinte à demissão, Geisel inaugurou uma sessão do Congresso com um discurso transmitido pela televisão, que demonstrava o quanto o governo havia sido abalado.

"Está provada a participação de agentes subversivos na pilhagem e destruição que ocorreram recentemente nos trens de subúrbio do Rio de Janeiro, e está sendo examinada a hipótese provável de que teriam sido cometidos ali atos de sabotagem. . . Os órgãos de segurança tomaram medidas preventivas contra pronunciamentos e provocações que levem à subversão interna. Em diferentes regiões, indivíduos pertencentes a organizações ilegais foram presos, submetidos a investigação policial e a subsequente ação judicial, como violadores da lei de segurança. Os serviços de informação acompanharam cuidadosamente a infiltração comunista nos órgãos de comunicação, nos órgãos de classe, sindicatos de trabalhadores, administração pública, especialmente na área da educação e também nos partidos políticos".

IV

As palavras de Geisel representaram um recuo tático em sua campanha de "distensão" da ditadura brasileira. Quando assumiu a Presidência em março de 1974, abrindo o segundo decênio de governo militar no Brasil, Geisel poderia facilmente ter aproveitado os embaraços financeiros criados pelos novos preços do petróleo como pretexto para combinar a austeridade econômica à continuação da repressão política. Embora, inicialmente, todos tivessem prometido a liberação política, cada um dos três generais que, antes dele, governaram, depois de 1964, terminaram seus períodos presidindo um sistema ainda mais repressivo do que aquele que herdaram principalmente como consequência das confrontações com a linha dura do exército, que impunha prioridades maiores para segurança interna e o desenvolvimento econômico.

Contudo, o que tem sido mais surpreendente a respeito da presidência de Geisel, é a intensa determinação com que esse taciturno burocrata militar, de estatura elevada e cabelos brancos, tem levado avante sua proposta de "distensão" política, não obstante os consideráveis recuos e desvios necessários para evitar os tipos de confrontação que destruiram os prévios esforços pela liberalização.

A "distensão", no Brasil, defronta-se com enormes dificuldades, tanto políticas quanto econômicas. Qualquer democratização real preliminarmente significaria uma transferência de riqueza tão grande, para melhorar os níveis de consumo dos pobres, que privaria o país do capital necessário para o desenvolvimento econômico acelerado. O Brasil não é um caso isolado, é claro, pois o conflito entre os interesses do consumo e da formação de capital poderá ser um dos principais desafios à coerência e à sobrevivência das democracias industriais avançadas, nas décadas futuras. Este ponto de atrito tornar-se-á cada vez mais preponderante e afetará progressivamente a países como o Brasil, enquanto imensas somas tenham que ser economizadas e mobilizadas para financiar tecnologias e organizações mais complexas necessárias para manter o fluxo de alimentos e matérias-primas aos mercados consumidores a longas distâncias, desde áreas pouco acessíveis e depósitos menos produtivos naturalmente do que os que atenderam às exigências mais modestas do mundo, no passado.

Foi a tendência a menosprezar essas realidades que contribuiu para o crescimento das pressões inflacionárias surgidas no mundo inteiro, na medida em que um número crescente de pessoas elevou-se acima do nível de subsistência na atividade econômica, passando a comerciar com papel-moeda em vez de trocar mercadorias e se mudando para as cidades, adquirindo educação e voto, passou a fazer exigências políticas e econômicas que aumentaram radicalmente o custo e a complexidade da vida nacional. Países como o Brasil, que originalmente estavam na periferia da economia mundial, consumindo pouco e exportando riqueza para os centros metropolitanos, tornaram-se, eles próprios, centros de consumo, competindo pelos recursos com os tradicionais polos centrais. Enquanto a população mundial está expandindo-se à razão de 1,9 por cento anualmente, o número de consumidores da classe média, no mundo, tem crescido na razão de 4,7 por cento, nestas últimas décadas, preocupando a extensiva da produção de muitas sociedades.¹⁰

Desfrutando de rápido crescimento econômico nos anos de pós-guerra, muitas nações latino-americanas foram tentadas a superar as limitações de recursos e de produtividade inflacionando os meios de pagamento. A moda difundiu-se de tal modo que economistas temerários encararam a inflação como uma maneira miraculosa de contemporizar os conflitos de salvação de recursos, enquanto buscavam um desenvolvimento econômico rápido.

No entanto realizar este jogo perigoso conduziu a uma inflação de 80% no Brasil e a mais de 300% no Chile e na Argentina, concluindo por conduzir a uma repressão política e econômica pelos regimes militares.

Estas irrupções inflacionárias, seguidas de repressão econômica e política, refletem as limitações de recursos que foram ignorados na rápida expansão da economia mundial, durante os anos de pós-guerra. "Essa expansão pode ter sido o clí-

10 — NATHAN REYFITZ, "World Resources Scientific American Nes, Julho de 1976.

11 — Segunda Edição, Universidade do Texas — 1964 — página 301.

max da Revolução Industrial dos dois últimos séculos na qual, progressivamente inclinavam-se todos a esquecer o quanto a base de recursos virgens do Novo Mundo contribuiu para a organização política e econômica do Ocidente". Walter Prescott Webb escreveu, há uma geração, em "The Great Frontier":¹¹

Face à expansão territorial para o interior, capitalismo e democracia podem coexistir, mas quando examinamos em profundidade, vemos que na realidade o interior subsidiava a ambos, de uma forma que relutamos em admitir. Devemos lembrar que durante todo o tempo em que a democracia e o capitalismo progrediam rapidamente, o soberano distribuía a área rural ao povo e aos capitalistas com mão dada, em bases praticamente graciosas. O que o soberano tinha no interior era terra, como era necessária uma considerável quantidade de trabalho para cavá-la, em busca de minerais, ou para desmatá-la ou para construir casas de fazenda. E porque o processo de distribuição se estendeu por um longo período de tempo, todas as pessoas envolvidas perderam de vista o fato de que tais procedimentos foram extraordinários, e que o maior dividendo da história do mundo estava sendo doado a pessoas que não haviam feito qualquer investimento considerável.

Com o desaparecimento dos interiores em outras áreas, a gigantesca base de recursos do Brasil, seu dinamismo interno e seus baixos níveis de consumo, equi-pararam-no para representar um papel de crescente importância, ao final do século XX. Ao mesmo tempo, com considerável ajuda dos EUA, o Brasil tornou-se um exemplo clássico de uma economia de desenvolvimento acelerado com salários baixos, do período de pós-guerra. Essas vantagens relativas foram acentuadas pela repressão política e econômica e pela estratégia geopolítica do regime militar que assumiu o poder no país, em 1964, com substancial apoio da classe média.

Um dos aspectos mais perturbadores do triunfo do autoritarismo no Brasil foi a proliferação de pequenos brasis em outras partes da América Latina. O governo militar estabelecido em 1964 foi amplamente considerado, pelos próprios generais, como "excepcional", um afastamento temporário do ideal predominante no Ocidente, da democracia constitucional. Das outras nove repúblicas sul-americanas, somente as duas mais atrasadas — o Paraguai e o Equador — achavam-se então sob o domínio militar. Hoje, contudo, há apenas dois governos civis no mesmo grupo de nações. O "modelo" brasileiro pareceu tão bem sucedido aos observadores em termos de promoção do crescimento econômico, redução da inflação, esmagamento da insurreição esquerda, limitação do consumo de massas, controle das tensões sociais e mobilização política, que sua influência se espalhou nos últimos 12 anos, aos demais exércitos da região. As mais recentes e brutais dessas ditaduras provêm de três repúblicas latino-americanas mais europeizadas o Chile, a Argentina e o Uruguai, cada uma delas altamente urbanizadas e alfabetizadas, com pequenas taxas de aumento populacional, tradições políticas progressistas e uma grande classe média. Em cada um desses países, como no Brasil, o Exército tomou o poder após a ocorrência de ruidosas ondas inflacionárias, que refletiram a incapacidade dos líderes políticos de tomar decisões arriscadas para manter os níveis crescentes de consumo pessoal dentro da produtividade nacional.

A ominosa disseminação de ditaduras, neste último decênio, entre as nações de economias relativamente simples da América Latina, foi acompanhada pela ascensão do capitalismo de Estado, como modelo dominante de organização econômica. O controle estatal direto dos bancos e das indústrias básicas na América Latina foi geralmente adotado, tanto como instrumento de poupança forçada e acesso prioritário ao capital, quanto, como contraposição política à influência das corporações estrangeiras. Essa tendência ganhou impulso nos últimos decênios, junto com o crescimento da classe média e a formulação de ideologias de desenvolvimento, começando a criação de uma companhia estatal de petróleo na Argentina, em 1922, e com a nacionalização das companhias petrolíferas estrangeiras da Bolívia e do México, em fins da década de 1930.¹²

No Brasil os elementos mais autoritários do Exército revelaram-se os mais ardentes adeptos das políticas econômicas nacionalista e estatizante, desde a década de 1930, quando os poderes do governo central foram radicalmente expandidos, sob a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Até 1972, 60 por cento de todos os empréstimos ao setor privado brasileiro originaram-se de instituições financeiras do governo, principalmente de poupanças forçadas, deduzidas das folhas de pagamento. A participação do governo no total de investimentos fixos subiu de 15 por cento logo após a Segunda Guerra Mundial, para 50 por cento, hoje. As organizações estatais agora ou monopolizam ou dominam as indústrias básicas como o petróleo, a petroquímica, a energia elétrica, o aço e a mineração, muitas vezes aceitando as companhias multinacionais como sócias minoritárias. Alguns desses gigantes atingiram estatura internacional em seus campos: a Companhia Vale do Rio Doce, conglomerado estatal de mineração, é a maior exportadora de minério de ferro; a Eletrobrás está executando o maior programa hidrelétrico jamais tentado, e a Petrobrás que está colocada como 219 firma industrial do mundo, fora dos EUA. Ao mesmo tempo, essas companhias têm criado muitas subsidiárias, em campos relacionados com as atividades fins e hoje, das 145 firmas de propriedade do governo, dois terços formaram-se no último decênio.

Tais acontecimentos levaram a uma glorificação dos Estados pelos tecnocratas e pelos militares da linha dura, que sempre defenderam suas ações em nome de uma concepção de democracia amparada nos princípios estadistas do Direito Romano.

A respeito, do novo comandante do IV Exército, que controla o Nordeste em sua área e que já graneou para si uma longa lista de repressões políticas, declarou recentemente às suas tropas: "A democracia que buscamos não é necessariamente tépida, negligente, rastejante, temerosa, inerte e indefesa, tremendo diante de slo-

12. — Estudos deste movimento diante do capitalismo de Estado estão no meu *Copper Is the Way of Chile* (1972) e *Bolívia: The Price of Tin* (1974), American Universities Field Staff Reports, West Coast South America Series, e em meu "The Challenge of Venezuela Oil", *Foreign Policy* (18), março 1975.

gans pré-fabricados, maliciosamente baseados na liberdade e nos direitos humanos. Os traficantes dessa linha esquecem propositadamente que a liberdade e os direitos emanam do Estado. O Estado concede tais privilégios ao homem e, portanto, não pode ser subordinado a essas prerrogativas, para não ser aflixido pela anarquia".

A despeito dos militares dominarem o Brasil no momento e em futuro próximo, não conseguem administrar sozinhos um empreendimento tão complexo e parecem continuamente divididos sobre o que fazer com o país. Um arguto historiador caracterizou, há alguns anos, o governo militar do Brasil como "uma situação autoritária, mais do que um regime autoritário", que continua atravessando "experiências constantes e indecisas, com várias alternativas e uma série de golpes e quase-golpes".¹³ A politicagem parece ter cansado tanto os oficiais que, após ter visitado vários quartéis, em meados de 1968, um observador informou: existem cansaço e frustrações crescentes em relação às responsabilidades do governo. . . Foi-me manifestado com freqüência o desejo de que os militares se afastassem da política instalando um presidente civil, em 1970.¹⁴ Ocorreram, então, as manifestações estudantis de rua de fins de 68, o ataque aos militares feitos por um jovem congressista, o fechamento do Congresso por um decreto presidencial, a suspensão do habeas-corpus, a imposição da censura à imprensa, mais uma série de expurgos políticos, e o sequestro dos embaixadores dos EUA, da Alemanha e da Suíça, em 1969-70, como parte de um movimento de guerrilha urbana nas principais cidades do país. Ironicamente, foi a brutalidade empregada para esmagar a insurreição de esquerda que inspirou os militares à reação levando-os ao movimento de descompressão política.

A elite brasileira dividiu suas opiniões a respeito da comunidade ao prolongamento indefinido da associação entre a ditadura militar e a estatização econômica.

Elementos chaves da liderança militar, chefiados por Geisel, acreditam que as injustiças sociais têm de ser remediadas, até certo ponto, para que não criem tensões incontroláveis. Os intelectuais e os profissionais liberais, assim como muitos membros da burocracia, criticam o sistema em nome da justiça social, da democracia e dos direitos humanos, mas pouco falam a respeito do controle estatal da economia.

Por outro lado, embora a comunidade brasileira de negócios beneficie-se enormemente com os fatores do governo, seus chefes reclamam abertamente contra a rápida e crescente apropriação governamental das indústrias básicas. Mas esses mesmos homens de negócios desejam que continue a repressão política e econômica para evitar as greves que foram proibidas desde 1964 e para manter seu acesso privilegiado aos superavits econômicos do País.

13 — Juan J. Linz, "The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil", in Alfred Stepan, ed., *Authoritarian Brazil*, Yale University Press, 1973, pp 235 and 254.

14 — Alfred Stepan, *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*, Princeton University Press, 1971, p. 259.

Em julho, o ex-presidente Médici parecia apoiar esse ponto de vista, em seu primeiro discurso, desde que deixou o cargo. Geisel respondeu uma semana depois, em discurso de improviso, passando explicitamente sobre as cabeças da crescente oposição dos homens de negócios e dos militares da linha dura, para pedir um pronunciamento popular a favor da continuação das reformas. "Dêem-nos sua confiança e julguem-nos com cuidado", disse aos trabalhadores de uma grande siderúrgica paulista. Se esse julgamento for positivo, então apoiem-nos com a prerrogativa máxima de que os senhores possuem — o voto. Geisel buscou um pronunciamento popular nas eleições municipais de âmbito nacional, de novembro de 1976, ou pelo menos, um número suficiente de votos a favor do partido do governo para provar à linha dura que ele controlava plenamente o processo político. Embora a oposição, como se esperava, vencesse nas grandes cidades, o governo conseguiu votos suficientes no interior para alcançar seus objetivos. Mas a inflação subiu novamente a quase 50 por cento, em 1976, devido aos esforços de Geisel, compreendidos em sua estratégia eleitoral, para adiar a opção entre a distribuição da renda e os imensos investimentos exigidos pelo programa de desenvolvimento do Brasil. Com as eleições ultrapassadas, o Brasil poderá estar entrando num novo período de austeridade econômica e repressão política.

Além disso, recentemente, uma série de atos de elementos direitistas ocorreram, num aparente esforço para desestimular qualquer mobilização a favor da liberalização política. Ocorreram lançamentos de bombas, sem explicação, em um instituto de pesquisa social em São Paulo, e nas sedes das associações de advogados e jornalistas do Rio, incidentes esses que foram ligados ao sequestro, em setembro último, por um grupo conhecido como Associação-Anti-Comunista-Brasileira, do bispo de 58 anos de idade de Nova Iguaçu, localidade próxima do Rio de Janeiro. Os raptos tiraram a roupa do bispo e pintaram seu corpo de vermelho, jogando-o depois num terreno baldio, a vários quilômetros de distância. Seu carro foi destruído por explosão na mesma noite, em frente a sede do Conselho Nacional de Bispos do Brasil, no centro da cidade. O bispo sugeriu mais tarde que todos esses acontecimentos "poderiam representar um endurecimento do sistema político". Uma semana antes, o presidente Geisel, no fim de sua triunfal visita ao Japão, repetiu sua frequente advertência de que a "distensão" política somente poderia funcionar, no Brasil, dentro de um processo "seguro e gradual".

"Não estamos vivendo nos tempos de Montesquieu", declarou. "Não pode haver um regime democrático onde existem favelas e pessoas morrendo de fome."

A procura de uma fórmula política factível e coerente para o Brasil, nos próximos anos, certamente afetará o rumo de seu desenvolvimento econômico e as principais ambições de poder de seus governantes. Da mesma forma que os EUA, a Rússia e o Japão, no Século XIX, o Brasil está fazendo pesados empréstimos de capital e tecnologia enquanto procura adaptar suas instituições às necessidades de um crescimento acelerado.¹⁵ A importância internacional do Brasil, com a dos EUA e da Rússia czarista, há um século, origina-se menos de sua força militar do que da in-

fluência gerada por sua população, recursos e indústrias e das demandas efetivas que faz sobre os capitais e a tecnologia disponíveis nos mercados mundiais. Mas enquanto as outras grandes potências consolidaram seu desenvolvimento ao longo de um período de pelo menos 100 anos, o Brasil lançou-se à evidência quando ainda mal começava organizar o controle de seu próprio território, estabelecendo as bases de um desenvolvimento econômico permanente. Tudo indica que hoje a fase crítica do desenvolvimento brasileiro ocorrerá durante um período de reduzida expansão da economia mundial, em meio a uma competição muito mais intensa pelos capitais e recursos.

Os aumentos do preço do óleo lavaram a audaciosas improvisações financeiras em todo o mundo, que serão difíceis de sustentar sob o impacto cumulativo, ano após ano, de grandes déficits comerciais, como ocorre em diversos países. Embora o impacto dos preços do petróleo tenha ficado um tanto diluído pela inflação, à medida em que os EUA e os principais governos europeus mais do que triplicaram seus gastos deficitários, desde 1973, para sustentar a atividade econômica, os países em desenvolvimento foram forçados a contrair empréstimos desesperadores no exterior, a fim de garantir sua participação no cenário da economia internacional.

Por causa deste potencial, o dinheiro continuou entrando no Brasil nos últimos decênios. Sua dívida externa, hoje de 27 bilhões de dólares, duplicou a cada três anos desde 1973, podendo o Brasil continuar a fazer empréstimos na razão de 400 milhões de dólares por mês, destinados ao desenvolvimento, e agora para aliviar a sobrecarga das importações de petróleo. Contudo, embora o Brasil tenha podido atrair do exterior a mais alta taxa de entrada de capitais do mundo, um executivo do City Bank, disse este ano, numa reunião de investidores estrangeiros no Brasil, que o "grande aumento da dívida externa brasileira e de outros países menos desenvolvidos, em geral, despertou temores de insolvência. Tais receios foram alimentados pela imprensa e por solicitações feitas por alguns países em conferências internacionais, para que fossem perdoadas dívidas ou concedidas moratórias. Portanto, o Brasil deverá enfrentar o fato de que, dentro desse quadro geral, lhe será interrogado de como irá pagar toda essa dívida".

Dependendo de como enfrentará o desafio de um acesso mais parcimonioso ao capital e aos recursos energéticos externos, o Brasil poderá ser uma potência ou uma massa falida no ano 2.000. Os recursos brasileiros e sua mão-de-obra barata dão-lhe uma vantagem competitiva na economia internacional, se o país souber adaptar-se, inovar e manobrar com habilidade para evitar que os novos custos de combustíveis o arruinem. Nos últimos decênios, absorveu com êxito a tecnologia dos centros de inovação dos EUA, Europa e Japão, embora seus esforços desenvolvi-

15 — Algumas comparações úteis estão contidas na obra *The Modernization of Russia and Japão* de CYRIL BLACK e outros. Trata-se do esforço de um grupo de oito especialistas do Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Princeton, que ajudam a definir os fatores do Poder Nacional quando estas Nações se desenvolveram no século passado.

mentistas tenham tropeçado recentemente ante a escassez de mão-de-obra especializada. Se o capital e o conhecimento forem adequadamente investidos no desenvolvimento de seus recursos, o Brasil poderá ampliar sua função de fornecedor de alimentos, bens industrializados e matérias-primas a um mundo cada vez mais tolhido por limitações de recursos. Por outro lado, se não puder equilibrar a equação, alimentar seu povo e fazer os investimentos de que tanto necessita para seu futuro crescimento, o "modelo" brasileiro poderá transformar-se rapidamente numa ditadura mais repressiva.

Por último, vem a questão das relações do Brasil com os EUA. O Brasil está enraizado cultural e ideologicamente no Ocidente, apesar de ter sido uma vasta e esparsumente povoada dependência colonial de uma das nações mais atrasadas da Europa. Hoje, sob a pressão da crise de energia, quando parece correr o perigo de regredir a formas políticas ainda mais autoritárias, o Brasil afasta-se também de sua tradicional amizade com os EUA e toma um caminho de "pragmatismo ecumênico" em sua política externa. Em conferência pronunciada em Londres, no ano passado, o ministro do Exterior, Antonio Azeredo da Silveira, explicou essa nova diplomacia: "Durante a guerra fria, exigia-se um rígido alinhamento das nações em desenvolvimento que partilham dos valores básicos do Ocidente, com o país líder do bloco ocidental. O motivo disso, ou, se quiserem, o pretexto, foi o de que o futuro de todo o sistema estava em jogo, e que a união era o preço da sobrevivência". Observando que "tais realidades não mais se aplicam ao último quartel deste século", Silveira anunciou que uma potência emergente, com um amplo espectro de interesse, em muitos campos, não pode se permitir a alinhamentos rígidos, arraigados no passado, que limitem sua ação no cenário mundial".

Esse "pragmatismo ecumênico" talvez não passe simplesmente de uma repetição, em circunstâncias diferentes, da política externa independente" dos governos brasileiros eleitos de fins da década de 1950 e início da de 1960, que foi temporariamente modificada pelo movimento militar de 1964. Ligado com fortes elos tanto às nações industrializadas como às em desenvolvimento, o Brasil vem procurando explorar a ambigüidade estrutural de sua posição, ao mesmo tempo em que foge da sugestão das grandes potências para que desempenhe um papel de mediador no Diálogo Norte-Sul. No banquete oficial que celebrava o acordo de consultas semestrais entre os ministros do Exterior dos dois países, o secretário de Estado Henry Kissinger, observou, não sem ironia:

"O Brasil, em virtude do seu tamanho, de sua história, de sua tradicional amizade com os EUA, pode conduzir uma política exterior livre de complexos. O Brasil acha-se convenientemente dividido em duas partes — uma é superdesenvolvida e a outra é um tanto subdesenvolvida — e, portanto, pode conduzir a política externa que desejar, quer juntando-se às nações industriais, quer liderando o terceiro mundo, conforme melhor lhe aprouver no momento."

A partir de 1973, o Brasil reorientou totalmente sua política externa, num esforço concentrado para garantir o suprimento de energia importada e para criar

meios de pagamento. Fez acordos com os vizinhos em busca do gás natural da Bolívia, do carvão colombiano e da força hidrelétrica, através de projetos conjuntos nas margens dos rios, com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Também abriu seu território, pela primeira vez, à exploração de companhias petrolíferas estrangeiras, enquanto a Petrobrás fazia descobertas no Iraque e na Argélia, dentro de contratos de serviço negociados em inícios da década de 1970 e realizados em 1976.

Em 1975, o Brasil tomou três medidas dramáticas de política exterior que causaram certo atrito em suas relações com os EUA. Uma foi o reconhecimento imediato da independência de Angola fato consumado mais tarde, com a presença das tropas cubanas, equipadas com armas soviéticas. A Petrobrás vinha procurando, desde 1968, obter concessões petrolíferas naquele país. Tratava-se de uma súbita inversão do apoio dado antes pelo Brasil aos interesses coloniais sul-africanos e portugueses com a intenção de consolidar um "condomínio" geopolítico do Atlântico Sul. A segunda grande medida foi o acordo com a Alemanha Ocidental, para a construção de 8 usinas nucleares no Brasil, além de instalações para o enriquecimento e o reprocessamento do urânio que forneceriam a base tecnológica para a produção de armas nucleares. A seguir, numa demonstração de "pragmatismo ecumênico", que foi amargamente criticada tanto dentro como fora do país, o Brasil colocou-se à lado das três únicas nações latino-americanas que se juntaram à maioria da Assembléia Geral da ONU para declarar que "o sionismo é uma forma de racismo e de discriminação racial". Além disso, especula-se com crescente frequência que o regime militar anti-comunista do Brasil poderá reatar relações diplomáticas com Cuba, se esta entrar em conflito com a nova administração de Carter sobre questões de direitos humanos, proliferação nuclear, comércio e dívidas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA puderam mobilizar o apoio quase unânime dos latino-americanos a favor da causa aliada, sobretudo porque a democracia norte-americana era o padrão político predominante para o hemisfério. A ascensão do Brasil e a expansão das ditaduras na região sugerem que já não é assim. Uma crescente divergência de objetivos e padrões criou dificuldades com o Brasil que, por sua vez, poderá condicionar as futuras relações dos EUA com o resto da América Latina. Por exemplo, em 1976, o Congresso Norte-Americano votou uma proibição a toda ajuda militar e à maioria da ajuda econômica a nações latino-americanas que demonstrem uma tendência consistente de violação grosseira à direitos humanos internacionalmente reconhecidos". Problema mais sério para o futuro é o fato de que os EUA, provavelmente, terão menos capital, à disposição para investimentos no exterior, nos próximos decênios, devido às suas próprias exigências de capital, especialmente no campo da energia.

Enquanto isso, o Brasil está começando a entrar em competição com os países industrializados na exportação de certos bens manufaturados, como aviões pequenos e automóveis. Como parte de sua campanha intensiva de substituição de importações nos últimos dois decênios, o Brasil já recebeu um amplo espectro de padrão de tecnologia industrial, através da imposição que fez às companhias multinacionais para produzirem seus bens dentro do país, a fim de continuarem venden-

do no mercado brasileiro. Essas mesmas companhias são, então, induzidas por pressões e incentivos, a competir com as fábricas da matriz, exportando os produtos fabricados no Brasil. Esse novo alcance tecnológico também está ajudando o Brasil a dominar o interior da América do Sul, segundo linhas de força que emanam da megalópole de São Paulo.

Existem fortes pressões na América do Norte organizando-se para que mais seletividade ocorra nas futuras exportações de tecnologia. Ao mesmo tempo, porém, tornou-se extremamente importante que a cooperação científica e a transferência de tecnologia continuem em certas áreas críticas, como na dos alimentos e energia.

Um crescente corpo de opinião científica acredita que a crise energética do BRASIL pode tornar-se o agente catalisador para o desenvolvimento de novas indústrias de ciclos de combustível, utilizando processos fotossintéticos, que podem alçar-se na maior das adaptações da humanidade, especialmente nas áreas tropicais onde existem em abundância, vegetação, radiação solar, terra e chuva.¹⁶

Se tais processos determinarão ou não formas políticas humanitárias dependerá, em parte, de uma certa ascensão econômica do Brasil. Apesar das enormes dificuldades, existem forças trabalhando em prol da decência política, que devem ser encorajadas por todos os meios possíveis. Por todas essas razões, a ascensão do Brasil representa muitos desafios à humanidade, dos quais não é o menor a preservação da característica do Novo Mundo como uma região de esperanças.

16 — Este trecho de pensamento científico está espelhado em *Energ Alternatives for Brazil*, de Philip H. Abelson publicado em *Science* 8 de Agosto de 1975.
Alan Paole e Robert Willians. Flower Power Projetos de Energia Photosinthetic.



CONHECENDO O INIMIGO INTERNO

QUAL A SUA ORGANIZAÇÃO?

A. De Lannes

"Seguramente que hoje quase todo mundo reconhece que os bolcheviques não se teriam mantido no Poder, mais do que dois anos e meio ou sequer mais do que dois meses e meio, sem a disciplina severíssima, verdadeiramente férrea, dentro do nosso Partido."

LENIN — 1920

O INIMIGO INTERNO E OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS COMUNISTAS

Opoder sempre foi objeto de luta e a história da humanidade é uma repetição intensa e monótona disso. Essas lutas obedeceram às condicionantes das épocas em que aconteceram e foram sendo modificadas à proporção que o mundo se transformava.

No final do século XVIII, a REVOLUÇÃO FRANCESA e a REVOLUÇÃO INDUSTRIAL aceleraram o fim da sociedade feudal europeia e indicaram a origem do sistema capitalista. Este sistema proporcionou o surgimento de uma nova classe operária — concentrada nas cidades e em grandes empresas capitalistas — que, em pouco tempo, se transformou em força política e logo passou a ser cortejada por pensadores e revolucionários que se destacaram na crítica ao capitalismo. Na terceira década do século XIX surgiram manifestações propondo uma "visão alternativa da sociedade".

A palavra *socialismo*, segundo J. HAMPDEN JACKSON, foi definida por PIERRE LEROUX em 1832 como "a expressão exagerada da idéia de associação ou de sociedade"; na imprensa, foi empregada pela primeira vez por ROBERT OWEN (COOPERATIVE MAGAZINE) por volta de 1827. Ainda segundo o mesmo autor, as palavras "socialismo" e "comunismo" eram sinônimas até a época de LENIN. Vinte anos depois do artigo de OWEN, era fundada a LIGA DOS COMUNISTAS.

Filósofos e sociólogos de várias tendências foram aparecendo e divulgando teorias que julgavam mais adequadas ao relacionamento social face às transformações que se operavam na EUROPA. Dentre as correntes socialistas que se formaram, interessa-nos a que, calcada no materialismo de FEUERBACH associado à dialética de HEGEL, teve em KARL MARX o seu iniciador.

LENIN aderiu ao marxismo mais tarde e desenvolveu-o sob o ponto de vista da ação revolucionária comunista, completando as idéias lançadas por MARX e, não raro, modificando o entendimento e a aplicação de algumas delas.

A interferência de LENIN, seja por sua substancial produção teórica, seja pelo sucesso que conseguiu através do golpe-de-estado de outubro de 1917 na RÚSSIA, fortaleceu definitivamente a sua posição ao lado de MARX e ENGELS, resultando na projeção até aos nossos dias de uma doutrina materialista e totalitária conhecida por MARXISMO-LENINISMO.

Um fato importante desse processo revolucionário foi o lançamento do MANIFESTO COMUNISTA DE 1848, preparado por MARX e ENGELS a pedido da LIGA DOS COMUNISTAS (LONDRES). O documento que inicialmente seria destinado a servir como programa de partido (o Comitê Central da LIGA pedira a MARX um MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA), acabou sendo uma proclamação com maior amplitude, transformada numa análise — sob o ponto de vista dos comunistas de então — da situação operária face ao capitalismo.

Esse manifesto que ficou na história como um dos documentos-base dos comunistas é até hoje muito citado pelos marxistas-leninistas. Certamente é pouco lido e raramente seguido, a não ser naquilo que ainda esteja de acordo com os interesses expansionistas do MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI).

MARX — filósofo revolucionário — convencido de que a evolução do capitalismo levaria inevitavelmente ao confronto decisivo entre empregados e empregadores e, ainda mais, de que a "libertação do proletariado" só se faria após a derrubada violenta do capitalismo, visualizou para os comunistas a missão de conduzir a "revolução proletária". Deste modo, afirmou enfaticamente no manifesto que: "os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários, não têm interesses diferentes do proletariado em geral e não formulam quaisquer princípios particulares a fim de modelar o movimento operário". Insistiu na união dos operários (comunistas e não comunistas) ao afirmar que "o fim imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os outros partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa e conquista do poder

político pelo proletariado". Como se vê, MARX, mesmo obcecado pela idéia da luta de classes, pensava em "poder político pelo proletariado" como um todo e, não, para os comunistas isoladamente.

LENIN — ativista revolucionário — verificou que, para levar à frente a revolução inspirada no marxismo, precisaria de um "exército" político disciplinado. O Partido — que MARX nunca imaginara como instrumento único e essencial da "sua revolução" — seria esse "exército". Impôs seu ponto de vista dentro do PARTIDO OPERÁRIO SOCIAL DEMOCRÁTICO RUSSO (POSDR) no princípio do século, preparando-o para dominar futuramente a revolução russa. Naquela época, LENIN entendia que a união ideológica do proletariado, por si só, não bastaria para vencer, sendo necessário garantir "*a unidade ideológica com a unidade material de organização do proletariado*". Baseado nesta concepção de organização revolucionária, lançou as diretrizes para reestruturar o POSDR — que posteriormente se transformou no PARTIDO BOLCHEVÍQUE — através dos seus livros "Que fazer?" e "Um passo adiante, dois passos atrás" em 1902 e 1904, respectivamente.

MARX ficaria ainda mais distante, quando LENIN afirmou que "o Partido marxista é uma parte da classe operária, um destacamento dela. Porém destacamentos da classe operária há muitos, e não podemos considerá-los a todos como Partido da classe operária".

Considerando que os membros do Partido deveriam ser destacados do restante da classe operária, por serem adestrados dentro da teoria revolucionária bolchevique, é que o mesmo LENIN deixou bem claro: "não se deve confundir o Partido com a classe operária, como não se deve confundir a parte com o todo, nem pretender que qualquer grevista possa considerar-se membro do Partido, pois confundir o Partido com a classe equivale a rebaixar o nível de consciência do Partido até o nível de qualquer grevista, equivale a destruir o Partido, como destacamento consciente de vanguarda da classe operária".

Assim, foram lançadas as sementes da "nova-elite" que se encarregaria de defender o "interesse" do proletariado russo e mundial...

Para dar *unidade* a essa "nova elite", LENIN enfatizou ainda: "o Partido não é somente o destacamento consciente da classe operária, é também, além disso, seu destacamento ORGANIZADO, com disciplina própria e obrigatória para todos os seus membros". E mais: "Para que o Partido possa dirigir praticamente a luta da classe operária e encaminhá-la para um objetivo único, é indispensável que todos os seus membros estejam organizados num grande destacamento único, soldado por uma vontade única, pela unidade de ação e a unidade de disciplina".

Assim, LENIN esclarecia que os membros do Partido deveriam filiar-se obrigatoriamente a uma de suas organizações ou células. Esta decisão foi fundamental para tornar o Partido um corpo unitário e sob "disciplina ferrea", transformando-o num instrumento adequado para o sucesso da ação revolucionária que tinha em mente.

Esta concepção unitária para um partido político, melhor dirfamos, concepção totalitária para um exército político, sedimentou-se no princípio do "centralismo democrático" e criou os parâmetros sobre os quais se organizou o Estado Soviético, dirigido por uma burocracia gerada no seio do próprio partido de LENIN e que MARX não previra ou, quem sabe, temesse.

Ainda que MARX asseverasse que o determinismo histórico agiria em favor dos comunistas e que as suas atenções estavam concentradas na ALEMANHA, porque aquele país "se encontrava às vésperas de uma revolução burguesa que seria o prelúdio de uma revolução proletária", LENIN deve ter considerado mais seguro — particularmente porque as previsões de MARX sobre a EUROPA não se confirmaram — preparar e desenvolver uma filosofia de *ação revolucionária*, chegando a dizer que: "Sem teoria revolucionária não pode haver tampouco MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO".

Como LENIN estava mais voltado para a ação do que MARX, permitiu-se "ajudar" as leis que seu antecessor havia enunciado e completou: "Só um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir sua missão de combatente de vanguarda". MARX, sem dúvida, precisava ser atualizado e operacionalizado...

LENIN sabia também que não bastaria o Partido para vencer o tipo de revolução que imaginava. A massa teria de vir à reboque, envolvida em diferentes graus, formando uma avalanche para derrubar o poder constituído. Assim, concebia o Partido dividido em duas partes:

- "Um círculo reduzido de militantes, que formassem os quadros de direção fixos e no qual deviam entrar, fundamentalmente, os revolucionários profissionais, isto é, os militantes sem outra preocupação além do trabalho do Partido e dotados do *mínimo indispensável de conhecimentos teóricos*, de experiência política, de capacidade de organização e de habilidade para lutar com a polícia e escapulir dela".
- "Uma extensa rede de *organizações periféricas* do Partido integradas por massa numerosíssima de filiados (às organizações periféricas) e rodeadas de simpatia e do apoio de milhares de trabalhadores".

Note-se nessas idéias de LENIN o caráter totalitário do sistema que se estava esboçando. A permanência dos quadros de direção era justificada para permitir "continuidade" ao movimento e o perfil que traçou para os "revolucionários" deixava bem claro que ele desejava militantes profissionalizados com o mínimo de conhecimentos teóricos — evidentemente, para permitir o máximo de ação e evitar desvios doutrinários ou "teorismos". Não deixa de ser curioso o realce que foi dado a "habilidade para lutar com a polícia e escapulir dela". OSVALDO PERALVA (O RETRATO) no seu desabafo contra o PC, fez um comentário a respeito da idéia fixa de perseguição pela polícia que imperava no "Aparelho" do seu ex-partido. Segundo ele, os comunistas brasileiros estavam arraigados de uma "concepção policial da História dentro de seu bolchevismo" e a explicava assim: "O que está no centro dos acontecimentos, o que tudo explica e move, é a polícia. Daí que o adversário

sempre se lhe apresente na pele de um agente da polícia ou a ela ligado. Daí também que a ditadura soviética e a das repúblicas populares assumam a forma de uma ditadura policial". Referindo-se às preocupações de PRESTES com relação às "infiltrações" de inimigos em quadros do PC, PERALVA ainda comentava: "Tudo são infiltrações, policialismo, serviço ao inimigo. E essa atitude não é de agora, porque não é de agora que ele (PRESTES) assimilou ao menos essa parte do bolchevismo". Não há dúvida — podemos acrescentar — que este trauma vem da origem do MOVIMENTO COMUNISTA. Seria o caso de dizer-se: Quem deve, teme.

Este esquema idealizado por LENIN representa a combinação do Partido propriamente dito com as Organizações de Massas (ODM) ou Organizações de Frente, com graus diferentes de identificação e aproximação com o Movimento Comunista, função das táticas a serem adotadas nos determinados momentos da ação revolucionária. Acrescente-se que esse grupamento, aprisionado pelos dogmas marxistas-leninistas, mero instrumento de uma praxe revolucionária e chamado impropriamente de Partido, jamais admitiu ser parte de algo, pretendeu sempre ser o todo e o único.

A experiência vitoriosa do bolchevismo em 1917 favoreceu ao reconhecimento e à expansão de uma teoria revolucionária, que soube muito bem aproveitar as condições que surgiram na RÚSSIA — o caos face às condições econômicas e a guerra — para assumir o poder, a despeito da não ocorrência dos demais fatores históricos preconizados pelo marxismo.

A partir daí, os bolcheviques teorizaram a "sua" revolução "a posteriori", desenvolvendo uma codificação de normas, processos e objetivos a serem seguidos pelos movimentos subversivos que conseguiram espalhar pelo mundo, num contínuo trabalho de expansão comunista. Por isso, é grande equívoco considerar-se hoje como "comunismo" as aspirações que apareceram sob esse nome há mais de cem anos — sem entrar no mérito do que pretendiam àquela época. "Comunismo" representa atualmente a "coisa" soviético-chinesa. É política de Estado. É instrumento de expansão político-ideológica e territorial.

O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO MARXISTA-LENINISTA, instrumento do MCI, reflete, portanto, a tentativa obstinada do PC para constituir os operários em classe à parte da nação, organizá-los e submetê-los, a fim de usá-los, através da subversão e da luta armada, para derrubar o regime democrático e estabelecer uma ditadura que se regerá pelos princípios do marxismo-leninismo.

O PC encarrega-se de organizar e dirigir essa ação, porque dispõe de elementos com conhecimentos e preparo adequados. Como núcleo iniciador do movimento, é ainda o próprio Partido que, pela *agitação* e pela *propaganda*, procura, através de uma atuação crescente e controlada, atingir a uma parcela ponderável da população, visando a afastá-la do governo, o que provocará o seu progressivo isolamento e enfraquecimento.

A intensidade da agitação e da propaganda, bem como a utilização de outros processos que caracterizam a subversão vai variar de acordo com as necessida-

des do movimento e se situará predominantemente no campo político, podendo realizar algumas ações violentas.

A subversão, como parte intrínseca do movimento comunista, desenvolve-se dentro das metas por ele fixadas visando basicamente à tomada do poder ou a criação de um clima propício para a eclosão da luta armada.

A ação dos comunistas será direta quando pretender a tomada do poder como resultado imediato da subversão, ainda que, como atos finais, ocorram alguns choques violentos. Será uma ação desdobrada quando a subversão, por imposições ideológicas ou contingências da situação, não pretender ou não conseguir o poder diretamente e, neste caso, preparará o ambiente para a eclosão da luta armada — que pode chegar até à guerra interna.

O PC e seus elementos periféricos constituem os agentes acionadores da revolução comunista, isto é, o **INIMIGO INTERNO MARXISTA-LENINISTA**, cuja ação perturbadora da **SEGURANÇA INTERNA** é baseada na ideologia que lhe empresta o nome e resulta da estratégia revolucionária do **MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL**.

ORGANIZAÇÃO GERAL

O **MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO MARXISTA-LENINISTA** procura organizar-se visando à cobertura, de uma forma mais completa possível, dos setores correspondentes à direção político-ideológica do movimento, à subversão (particularmente a agitação e a propaganda), à luta armada e a um "governo provisório" (de sombra ou de fato).

Para melhor entendermos a sua atuação subversiva podemos dividi-lo didaticamente em quatro ramos principais: o partido, as organizações de massa (ou organizações de frente), as forças irregulares e a organização político-administrativa. Essa estrutura encarregada da ação revolucionária comunista forma-se de acordo com o grau de desenvolvimento do movimento revolucionário. Inicialmente clandestina e reduzida ao pequeno grupo ideológico (partido) que lhe deu origem, cresce paulatinamente e tornar-se-á ostensiva, à proporção que a subversão também se desmascare.

O PC procura implantar-se em todas as regiões do país, constituindo-se em comitês nos níveis nacional, estadual, municipal, etc. Através dessa malha — que funciona conforme as idéias lançadas por LENIN e que já comentamos anteriormente — controla os outros ramos do movimento que forem sendo organizados.

A mais elementar das unidades do Partido é a célula denominada normalmente de **ORGANIZAÇÃO DE BASE (OB)**. É através das OB que se arregimentam novos militantes e simpatizantes que, estruturados no "Aparelho", começam uma vida partidária clandestina, disciplinada e hierarquizada que poderá levá-los aos diversos níveis de participação e direção, ao mesmo tempo que os torna prisioneiros físicos e mentais dessa engrenagem.

As OB são células eminentemente de ação política, encarregadas da difusão da ideologia marxista-leninista e da infiltração generalizada nos diversos setores da vida nacional, a fim de executar as decisões partidárias, conduzir a agitação e a propaganda junto às massas, arregimentar novos militantes e simpatizantes, colher informações e sabotar o regime democrático. Por se constituírem em núcleos permanentes e ativos do PC, se identificarem como grupos de ligação com as massas e estarem preparados fundamentalmente para a ativação do processo subversivo, é que LENIN decidiu obrigar os membros do PC a se transformarem em militantes permanentes, isto é, a se filiarem obrigatoriamente a uma "BASE".

As ORGANIZAÇÕES DE MASSA (ODM) surgiram da necessidade de aproximar o núcleo ideológico dos diversos setores da população que os comunistas pretendem envolver para derrubar o regime democrático.

Ao estabelecer as bases para a organização dos instrumentos que iria utilizar para a ação revolucionária comunista, LENIN deixou bem claro que o PC não era "um partido de massas, senão que um partido *condutor das massas*". Não foi por outra razão que insistiu ser um erro confundir o Partido com a classe operária.

A força "quantitativa" do movimento operário seria a extensa rede de organizações periféricas que, por sua vez, estaria "rodeada da simpatia e do apoio de centenas de milhares de trabalhadores".

Este esquema, habilmente montado e colocado à disposição do PC, favorece-o particularmente nos países em que ele não tem existência legal. O Partido pode, inicialmente, disfarçar as suas verdadeiras intenções através desses grupos.

As ODM servem ao movimento comunista proporcionando-lhe uma fachada aparentemente legítima e que pareça representar externamente o interesse justo e sadio de toda ou parte da população. Durante o tempo em que lhe for possível, o PC atua encoberto por essas "frentes" que podem ter sido criadas pelo próprio Partido ou dominadas eventualmente através do processo de infiltração.

As ODM poderão estar situadas em todos os campos da vida nacional e agem diretamente sobre a população, desenvolvendo intensa atividade de politização sob as mais diferentes formas. Constituem-se de pessoas ligadas entre si por qualquer tipo de vínculo político-social, podendo reunir classes funcionais, trabalhadores de uma mesma empresa, estudantes, intelectuais, artistas, donas de casa, moradores de uma mesma rua, sócios de um mesmo clube, grupos etários homogêneos, etc.

É oportuno ressaltar a figura importante dos "AGENTES DE INFLUÊNCIA" que atuam, individualmente ou em grupos, através dos meios de comunicação social, da cátedra, do púlpito, da literatura, da política ou de qualquer outra atividade humana aproveitando as franquias e as liberdades democráticas existentes no país, seguindo a estratégia leninista de "utilizar todas as formas de luta, sejam elas ilegais ou legais".

Cabe, portanto, às ODM e aos AGENTES DE INFLUÊNCIA — como elementos de propagação da ideologia e da tática revolucionária comunista junto às massas — procurar conduzir a opinião pública no sentido de apoiar teses aparentemente ligadas aos mais legítimos anseios da nação. Na verdade, pretendem como todos nós sabemos, enfraquecer as bases da sociedade, afastar a população do governo e fazê-la descer do regime democrático. Trabalham obstinadamente com o objetivo de criar ou aproveitar as "condições revolucionárias" que permitam o desencadeamento das ações finais para a implantação da ditadura comunista.

As ODM poderão estar organizadas em nível local ou interligadas através do país, com direções regionais, estaduais e nacionais. De qualquer modo vão agir sempre, face ao controle exercido sobre elas, de acordo com a orientação do Partido Comunista.

As FORÇAS IRREGULARES surgem de pequenos grupos guerrilheiros — urbanos ou rurais — que se expandem à proporção que o movimento comunista se desenvolve. Suas operações podem atingir grande amplitude e complexidade — como o caso do VIETNAM — se não forem adequadamente enfrentadas e neutralizadas o mais cedo possível, pelas forças legais. Elas constituem o "braço armado" do INIMIGO INTERNO MARXISTA-LENINISTA e, para desencadear e manter a luta armada, podem chegar constituir o que chamam de EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR com uma organização bem semelhante às forças armadas regulares.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (OPA), constitui-se lenta e progressivamente à medida que o movimento revolucionário adquire um grau adiantado de desenvolvimento e influência ou controle em parte do território. A OPA instala-se como um "governo" de sombra ou de fato e se dedica a organizar e dirigir aquela parte do território de acordo com as determinações do partido, procurando inclusive, ampliar as ligações políticas do movimento com o exterior.

ALGUNS GRUPOS COMUNISTAS NO BRASIL

As idéias comunistas chegaram aqui por etapas e, os primeiros grupos que se orientaram na contestação ao capitalismo estavam influenciados pelos operários europeus que vieram para o BRASIL, a partir do final do século passado.

Aqui, como na EUROPA, houve uma indefinição ideológica a respeito do marxismo e, também, uma disputa entre marxistas anarquistas, sindicalistas e outros, no sentido de liderar as lutas operárias e usar as massas como instrumento de pressão política. A criação da III INTERNACIONAL por LENIN em 1919 (também conhecida por INTERNACIONAL COMUNISTA — IC) foi um fato importante para definir as posições no campo dessas lutas. Os comunistas assumiram a liderança e impuseram uma rígida orientação ditada, não mais — se é que o fora antes — pelo interesse das "massas exploradas", mas sim, em proveito da própria URSS que se transformou na matriz do novo império que se começava a implantar no mundo: o império do materialismo comunista. Nesses últimos sessenta anos avançou em todos os continentes e tirou proveito de todas as situações favoráveis ao seu plano de ex-

pansão mundial, dentro do princípio leninista de que "é moral o que é bom para a revolução comunista".

A IC incentivou a criação de seções nacionais pelo mundo afora (assim eram conhecidos inicialmente os PC) que lhes eram submetidas pela aceitação tácita de determinadas condições. Essa rede de seções subordinadas à IC, constituiu a estrutura inicial do MCI que hoje é representada, em todo o mundo, pelos PC e por milhares de Organizações de Massas controladas ou infiltradas.

Se bem que, divergências ideológicas tenham comprometido a unidade do MCI e a hegemonia da URSS, essas divergências não impediram que todos permanecessem acordes no objetivo final de destruir a democracia e a religião, substituindo-as respectivamente por uma forma de governo totalitário e por uma forma de concepção materialista de vida, resultante das divagações dos "socialistas utópicos" e das previsões não confirmadas dos "socialistas científicos" que, pelas amostras já conhecidas, constituem um exemplo bastante nítido e revoltante do que possa ser comunismo.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

O primeiro grupo comunista organizado no BRASIL de acordo com as diretrizes da IC surgiu em 1922 com o nome de PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL e foi aceito provisoriamente como simpatizante daquela organização internacional no mesmo ano. Constituiu-se na SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA (SBIC) submetida às ordens daquela entidade e, em 1924, era reconhecida como seu membro efetivo.

Durante toda a sua vida legal ou ilegal foi sempre um partido obediente e submisso à orientação do comunismo internacional. Suas táticas políticas variaram de posições radicais (luta armada) até a "via-pacífica", desde que tais procedimentos fossem aprovados ou determinados pelo MCI.

À época de STALIN, voltou-se para uma prática mais violenta, promovendo agitações e arquitetando revoluções. Em 1934, aproveitou-se da criação da ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL), conseguiu dominá-la e, no ano seguinte, conduziu a deflagração da INTENTONA COMUNISTA.

KRUSCHEV mudou os rumos da política soviética, investiu contra a memória de STALIN e criou a tese da "coexistência pacífica". O PCB entrou em crise, sofreu uma cisão séria, mas adotou a nova fórmula e a mantém até hoje: procurar a tomada do poder através de uma forma "pacífica" de luta, sem, entretanto, descurar-se face a uma eventualidade de empregar o que o comunista denomina de "forma superior de luta" (luta armada).

Em setembro de 1961 introduziu modificações nos seus estatutos e mudou o nome para PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, sem que alterasse nenhum ponto relativo aos dogmas do marxismo-leninismo.

Nos últimos tempos, a ação do PCB atingiu a sua fase mais importante no período de semi-legalidade entre 62/64 quando seus militantes chegaram aos mais altos postos da administração pública, dominaram os sindicatos operários e as organizações estudantis e se infiltraram perigosamente nas Forças Armadas.

Inimigo irreconciliável — como todos os grupos comunistas — da **REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE MARÇO DE 64**, deflagrada exatamente para evitar a comunização do país, o PCB vem tentando, nos últimos quatro anos, reunir e liderar os diversos grupos marxistas-leninistas clandestinamente existentes no **BRASIL**, bem como outros segmentos da sociedade, sob a bandeira das "liberdades democráticas" (sic), na tentativa de formação de uma pseudo **FRENTE ANTIFASCISTA**, na velha e surrada tese da **FRENTE ÚNICA**, preconizada oficialmente pelo MCI desde 1934.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B)

O PC do B originou-se de uma grande dissidência do PCB ocorrida em face do conflito sino-soviético, agravado durante o **XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA (PCUS)**, quando KRUSCHEV pronunciou o célebre discurso "secreto" e escandalizou o mundo comunista com as acusações dirigidas à memória de **STALIN**.

Em fevereiro de 1962, vários dirigentes do PCB que não concordaram com a "desestalinização" e nem com a tese da "coexistência pacífica" reuniram-se em **SÃO PAULO** e realizaram uma reunião clandestina a que chamaram de **"CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA"**. Naquela oportunidade decidiram manter a "linha tradicional" do PC não concordando com a "viabilidade do caminho pacífico para a revolução".

Esse grupo que formou o PC do B considera que seu "partido" foi criado em 1922 e que o atual PCB, "desviou-se da verdadeira linha marxista-leninista".

Deste modo, o PC do B, se definiu pela luta armada (guerra prolongada à moda chinesa), como único caminho para alcançar o poder e se caracterizou como uma organização radical segundo os ensinamentos do marxismo-leninismo-pensamentos de **MAO TSE TUNG**.

AÇÃO POPULAR (AP)

A AP teve as suas origens no início da década de 60, nos grupos de ação católica denominados **JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC)**, da **JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA (JEC)** e da **JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC)**.

A JUC e a JEC, atuantes no meio estudantil imaginaram inicialmente que poderiam exercer o apostolado com maior rendimento se conseguissem o controle de Diretórios e Centros Acadêmicos, o que as levou a participar da política estudantil. Para conseguir essa liderança — ainda que visassem fins nobres no princípio —

acabaram envolvidas pelas lutas políticas e, de concessão em concessão, terminaram fazendo alianças com os grupos subversivos então existentes no meio estudantil. Chegaram à presidência da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) já desfiguradas e, em pouco tempo, transformaram-se em organismos auxiliares dos comunistas que eram mais experientes e, há muito tempo, estavam situados nas refregas políticas de bastidores do meio estudantil.

As autoridades eclesiásticas – entre elas o então Cardeal do RIO DE JANEIRO, DOM JAIME DE BARROS CÂMARA – reagiram e proibiram a politização daquelas entidades católicas. O grau de distorção já existente naqueles grupos acabou por levar a hierarquia católica a extinguí-las.

Os militantes que já se encontravam seriamente comprometidos com os esquemas políticos em vigor no meio estudantil, bem como os comunistas infiltrados nos grupos católicos, discordaram das medidas proibitivas e tomaram a decisão de fundar uma nova entidade de caráter político-ideológico. Desse modo, em julho de 1962, reuniu-se em BELO HORIZONTE o I CONGRESSO da AP.

Em cerca de um ano a AP havia crescido bastante, obtendo um caráter nacional, com indiscutível apoio do governo de então, particularmente do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Utilizou-se da influência das juventudes católicas – apesar da reação das autoridades eclesiásticas que temiam acertadamente pelos rumos que tomavam aqueles grupos – aproveitou-se das facilidades concedidas por elementos esquerdistas do próprio clero e valeu-se das entidades universitárias que já havia dominado.

Ideologicamente, a AP iniciou-se disposta à prática da Doutrina Social da Igreja Católica e dizia pretender um “movimento autenticamente brasileiro, humanitário e cristão, com perspectivas não capitalistas”. Em pouco tempo já se declarava “um movimento revolucionário que se propugne a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”. Em 1968, decidiu-se claramente pelo marxismo-leninismo-pensamentos de MAO TSE TUNG e reconheceu, em documento clandestino distribuído às suas bases, que o PARTIDO COMUNISTA CHINÉS era o “partido líder e a CHINA, o centro da revolução mundial”.

Após esta definição pró-CHINA, iniciou um processo de aproximação com o PC do B, face à identidade ideológica a que chegaram.

A AP é um exemplo claro de como organizações não comunistas podem ser habilmente usadas e, em pouco tempo, se transformam em instrumentos eficientes de políticos inescrupulosos ou, mesmo, do próprio PC. Hoje, nenhum católico tem dúvida de que as providências adotadas para coibir a atuação dos comunistas naqueles grupos foram corretas e oportunas, ainda que não tenham impedido – e não poderiam – a constituição e consequente comunização da AP. Àquela época não faltaram porém, os que consideraram tais medidas exageradas, ao lado das costumeiras acusações de “fascismo” e “anticomunismo profissional”. Os comunistas e seus porta-vozes reagiram porque sabiam, mais do que ninguém, que estavam sendo impedidos de prosseguir na ação revolucionária dentro da JUC e da JEC.

OS TROTSQUISTAS

A expulsão de TROTSKY do PC na RÚSSIA e a decisão da IC de estabelecer um maior controle sobre os PC repercutiram no PCB ao final da década de 20. Uma corrente de adeptos de TROTSKY abandonou o PCB e fundou o GRUPO COMUNISTA LENIN que foi reorganizado em 1931 com nome de LEGIÃO COMUNISTA.

Mais tarde, criou-se um PARTIDO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO (PSR) – de vida efêmera – que chegou a dizer-se “representante” no BRASIL, da IV INTERNACIONAL (Trotsquista).

Em 1955, nova tentativa era feita pelos seguidores de TROTSKY para estabelecer uma base no BRASIL, surgindo nessa ocasião o PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSQUISTA (PORT) que, clandestinamente, reuniu os remanescentes dos grupos anteriores e novos adeptos daquele ex-dirigente do PCUS. Em 1963, aproveitando o ambiente de favorecimento às esquerdas subversivas, que imperava naquela época no país, os trotsquistas reuniram-se em SÃO PAULO para o que chamaram de I CONGRESSO do PORT.

Como os outros grupos subversivos, este também não ficou imune à onda de fragmentação sofrida pelas esquerdas após a REVOLUÇÃO DE MARÇO DE 64, acrescido do fato de que, no ambiente internacional, os próprios trotsquistas divergiam, pelo menos, três correntes distintas reivindicavam para si, a liderança da IV INTERNACIONAL. Essas organizações comunistas, adeptas da teoria da REVOLUÇÃO PERMANENTE, preconizam a implantação da ditadura do proletariado pela força das armas e um prosseguimento do processo revolucionário de forma contínua e mundial até atingir o comunismo. Sua base de atuação no BRASIL é prioritariamente urbana, procurando com insistência, o apoio entre os radicais de esquerda nos setores intelectuais e estudantis.

OS FOQUISTAS

O “foquismo” nasceu da experiência de FIDEL em CUBA e foi divulgado na AMÉRICA LATINA pelos documentos de “CHE” GUEVARA e as obras do jornalista REGIS DEBRAY.

Essas idéias chegaram ao BRASIL, no momento em que os grupos comunistas haviam sido derrotados fragorosamente pela REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE MARÇO DE 64 e pareceu a muitos que a solução proposta pela sistemática cubana seria adequada ao país.

O processo de cisão que fora iniciado com o aparecimento do PC do B foi então impulsionado e surgiram inúmeros grupos radicais, chamados também de “militaristas”, de importância variada, sem consistência teórica na maioria dos casos, provocando um contínuo processo de cisões e fusões, onde parecia mais contar o desejo de liderança e auto-affirmação dentro do submundo da subversão.

O resultado desse tumulto foi um emaranhado de pequenos grupos, cujos membros envolveram-se na clandestinidade, absurdamente esperançosos de que levariam atrás de si, a própria nação.

A concepção básica dos "foquistas" estava apoiada na tese de que a luta armada deveria ser iniciada de imediato, antes da constituição de um partido de "vanguarda" que a conduzisse, como era o processo tradicional dos marxistas-leninistas.

A absorção dessas idéias por parte da "subversão" levou ao agravamento da situação política no final da década de 60 quando, nos principais centros urbanos do país, particularmente RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, foram praticados inúmeros atos de terrorismo.

A resposta firme e serena do governo revolucionário, bem como o repúdio da própria nação ao emprego do barbarismo revolucionário, isolou esses grupos e o "foquismo" teve curta duração. Deixou porém uma marca de sangue, resultado dos assassinatos e sequestros de civis e militares que foram sacrificados no cumprimento do dever e cujas memórias devem ser mantidas como exemplos de heróis, aos quais a nação muito deve.

CONCLUSÃO

Quando lançaram o **MANIFESTO COMUNISTA** em 1848, MARX e ENGELS foram explícitos e francos: "Os comunistas não se rebaixam em dissimular suas idéias e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes."

Hoje, os tempos mudaram e os comunistas, não só encobrem as suas idéias através de elaborada embalagem, como também chegaram até a uma fórmula "krusheviana" de atingir seus fins pela "via-pacífica" ou seja, através do voto. É até possível que isto seja viável. O que nos parece improvável é que os comunistas saiam do poder, em qualquer ocasião, pelo mesmo processo, pela decisão democrática do voto, pelo resultado de qualquer eleição.

Expandiram-se pela ação política dissimulada, iludindo os de boa fé, rasgando tratados, enganando nações e, às vezes, usando a força de seus exércitos ou dos exércitos dos seus satélites.

Apóiam-se num formidável e caríssimo aparelho de propaganda mundial operado por uma "quinta-coluna" que faz a outra — a nazista do tempo da segunda guerra mundial — parecer um brinquedo.

Por outro lado, a sua atitude subversiva só é exequível face ao trabalho constante da "organização" — clandestina ou não — que aproveita as condições existentes em cada país. Veste a pele que melhor se assente ao meio ambiente em que vai operar.

Essa "organização" começou a agir no BRASIL a partir de 1922 quando da criação do PCB, que se submeteu à IC. Por diversas ocasiões tem tentado preparar

um instrumento adequado às práticas subversivas em nosso país. As modificações ocorridas no seio do MCI repercutiram no BRASIL, razão porque, atualmente, se identificam grupos comunistas com "linhas políticas" próprias, ainda que, todos estejam voltados para o mesmo objetivo final. Também são nitidamente claras algumas aproximações e alianças espúrias e suicidas (não para os comunistas, evidentemente) com alguns setores não comunistas da sociedade, numa inexplicável (será?) contra-fação político-ideológica.

As ORGANIZAÇÕES DE MASSA — como forma de apoio e de ligação com os grupos subversivos — têm sido amplamente empregadas e os AGENTES DE INFLUÊNCIA são uma constante dentro da ação revolucionária do MCI no BRASIL.

Conhecer bem esta "engrenagem" comuno-subversiva é a primeira condição para se obter sucesso na luta contra o COMUNISTA em nosso país.

Crer na DEMOCRACIA, praticá-la e defendê-la, repudiar o materialismo marxista-leninista e assegurar-se conscientemente da condição de brasileiro, são os requisitos fundamentais para aqueles que se propõem a enfrentar o insidioso COMUNISMO.

Afinal, estamos convictos de que no BRASIL há gente capaz e bastante para esse "bom combate".



O NOVO MAPA ESTRATÉGICO DO MUNDO

Geoffrey Kemp

*É professor-associado de Política Internacional na Fletcher School of Law and Diplomacy, da Universidade de Tufts, em Massachusetts. O presente trabalho, um sumário das conclusões preliminares de um estudo em preparação na Fletcher School para um projeto custeado pela Fundação Rockefeller sobre Recursos Escassos e Conflito Internacional, foi originalmente publicado em *Survival*, órgão do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres.*

O presente artigo foi transcrito por deferência do Jornal do Brasil.

A guerra árabe-israelense de 1973 e o embargo petrolífero contra o Ocidente marcaram o início de uma nova era nos estudos estratégicos, potencialmente tão dramática quanto o advento da era nuclear, em 1945. Nos próximos 10 anos a estratégia militar do Ocidente terá de se adaptar a um contexto em mutação que, por um lado, reflete o renascimento de um enfoque geopolítico mais tradicional do conflito e, por outro, apresenta muitas novas características, algumas das quais têm implicações radicais no papel representado pela força da política internacional.

Embora seja certo que o crescimento do poderio militar soviético continuará sendo a maior fonte de preocupação na Aliança Ocidental, a guerra de 1973 e os acontecimentos subseqüentes chamaram a atenção, no quadro do sistema internacional, para quatro tendências básicas que já não podem ser ignoradas na avaliação do equilíbrio estratégico entre o Leste e o Ocidente. Estas tendências são: a difusão do poderio político econômico e militar entre o mundo não industrializado; a crescente importância, para o Ocidente, os países comunistas e o mundo não-industrializado, de recursos escassos como o petróleo, os alimentos e a tecnologia; as alterações no sistema de bases militares mantidas no exterior pelo Ocidente e pelos so-

viéticos; e o novo regime marítimo e seu impacto sobre o acesso a ilhas, vias e recursos marítimos. Tais tendências são em geral prejudiciais aos interesses estratégicos tanto do Ocidente quanto dos Soviéticos.

NOVAS CONFIGURAÇÕES NO MAPA

DIFUSÃO DO PODER — Ao nível político, a difusão de poder manifesta-se no número cada vez maior de países não industrializados que apresentam obstáculos ao comportamento político e militar do Ocidente em conflitos localizados, e se mostram ainda capazes de explorar divergências políticas e econômicas entre os países industrializados. Em termos econômicos, a difusão de poder pode ser constatada principalmente no maior poder aquisitivo dos países ricos em recursos naturais e não-industrializados, em contraste, na defasagem que se vai ampliando entre nações muito ricas e muito pobres.

A difusão de tecnologia militar vem ocorrendo em três níveis: perspectivas mais acentuadas de proliferação nuclear; a generalizada transferência de tecnologias militares não nucleares para regiões de conflito no mundo menos industrializado; e a perspectiva de armas avançadas, inclusive as nucleares, cairem em mãos de grupos terroristas, criminosos ou loucos.

RECURSOS ESCASSOS E INTERDEPENDÊNCIA

A guerra de 1973 tornou evidente a dependência do Ocidente ao petróleo do Oriente Médio e o impacto desarmonizador, a nível político, que isto poderia ter sobre a Aliança. Esta dependência aumentou desde 1973 e — exceto em caso de uma grande recessão econômica — continuará aumentando até que se promova uma política energética coerente. Sendo os fornecimentos de petróleo do golfo persa ao mesmo tempo tão importantes e duvidosos, as fontes alternativas do produto assumem uma nova importância estratégica. Dessa forma, a busca de petróleo nos mares da China Oriental e da China Meridional, na costa Ocidental da África do Sul e nos mares do Norte levou a conflitos a respeito de áreas terrestres e marítimas em que se supõe existirem lençóis petrolíferos.

Entretanto, se o calcanhar-de-aquiles do Ocidente está no Petróleo, o da URSS está nos alimentos e na tecnologia. Se pretender desenvolver-se em grau compatível com as expectativas políticas da população, a economia soviética terá de melhorar sua performance. O país precisa da tecnologia ocidental, assim como dos alimentos exportados pelo Ocidente, em caso de más colheitas. Em vista disso, o acesso à tecnologia e aos mercados de produtos alimentares do Ocidente tornou-se um ingrediente importante no planejamento econômico soviético.

Também os países não-industrializados dependem da tecnologia ocidental. Eles não podem desenvolver-se sem a ajuda do Ocidente, e, no caso dos mais ricos, só podem investir seu dinheiro nos mercados financeiros ocidentais.

Vem emergindo, assim, no que diz respeito aos recursos naturais e ao sistema econômico, uma série triangular de dependências que — tudo indica — deverá intensificar-se. Para os otimistas, esta tendência assinala um relacionamento mais estável e equanime entre estados industrializados e não-industrializados; os pessimistas, no entanto, chamam a atenção para os muitos conflitos que perduram no Oriente Médio e no hemisfério sul e que não serão resolvidos apelando-se racionalmente para as motivações econômicas, podendo ainda precipitar um envolvimento militar mais amplo por parte dos EUA e da URSS.

Alterações no sistema de bases militares — Durante a Guerra de 1973, os EUA descobriram que não poderiam contar com a maior parte dos países europeus para conseguir bases para o reabastecimento de Israel. Na mesma época, no entanto, o Governo português pôs à disposição, para reabastecimento de aviões americanos, vários campos de pouso nos Açores. A revolução portuguesa de 1974 tornou problemático o uso desta rota de reabastecimento. Por outro lado, importantes bases navais foram perdidas em Angola (Luanda) e Moçambique (Lourenço Marques). As bases americanas no Vietnã já não existem, e as que restam na Tailândia estão para ser fechadas. Existem ainda especulações sobre a imposição de maiores restrições às importantes bases americanas nas Filipinas (Clark e Subic Bay) e sobre o futuro das bases na Turquia, Etiópia, Islândia e Espanha. Paralelamente, a URSS vem intensificando o uso de instalações militares em todo o mundo, particularmente ao longo do litoral africano e do Sul da Ásia.

O novo regime marítimo — A quarta e mais revolucionária tendência é o surgimento de um novo regime marítimo internacional. Paralelamente as resoluções não ratificadas da Conferência da ONU sobre Legislação Marítima (UNCLOS), vários estados marítimos vêm estendendo unilateralmente seus mares territoriais a distâncias que variam entre 12 e 200 milhas, antecipando-se muito deles à instituição de uma zona econômica exclusiva (EEZ) de 200 milhas, o que lhes dará direitos de exploração dos recursos marítimos.

As implicações estratégicas deverão variar de região para região, mas em alguns casos serão profundas, especialmente no que diz respeito ao acesso do Ocidente e da URSS às rotas de transporte e aos recursos marítimos. A disputa pelos oceanos e rotas marítimas tem levado, por outro lado, a sérios conflitos pela posse de numerosas pequenas ilhas espalhadas pelo mundo¹. Além disso, baseando-se a extensão da jurisdição marítima na propriedade das terras costeiras, vêm-se manifestando conflitos sobre terras fronteiriças, assim como divergências sobre a metodologia a ser seguida na fixação de linhas divisórias entre a costa e o mar alto.

Um novo mapa estratégico — Embora seja já importante o impacto de cada uma das tendências separadamente, tornadas em conjunto elas têm um efeito drástico. Pois o que testemunhamos é o surgimento de um mapa estratégico radicalmente alterado. As consequências práticas disto são o restabelecimento da importância da geografia e dos recursos naturais como fatores da estratégia militar e uma nova consciência das perspectivas geo-estratégicas das potências regionais. Dessa

forma, os conhecimentos sobre alimentos, energia e recursos minerais, a localização de pequenas ilhas, as linhas marítimas e aéreas de comunicação e o impacto das transferências de armas sobre o equilíbrio regional de poder podem tornar-se dados tão importantes nas análises estratégicas quanto tem sido, no passado recente, a familiaridade com as siglas do arsenal nuclear.

O impacto do novo mapa estratégico sobre os interesses militares soviéticos e do Ocidente pode ser ilustrado pela análise de duas regiões do mundo: os mares do Hemisfério Sul, inclusive o Índico e o Atlântico Sul; e os do Hemisfério Norte, inclusive o mar Ártico, o mar Norueguês, o mar de Barents e regiões do mar do Norte.

Petróleo ocidental e mares do sul – Englobando os mares do Hemisfério Sul, os mapas 1 e 2 mostram a relativa proximidade entre o oceano Índico e o Atlântico Sul, entre a Índia, a Austrália e o Brasil². Mostram ainda a posição geográfica central do Sul da África, identificando igualmente pequenas ilhas dos oceanos Índico e Atlântico que poderão ter importância estratégica no futuro.

O mapa 1 apresenta dois tipos de informação: as rotas de transporte marítimo do petróleo, em escala, como existiam em 1965, do Golfo ao mundo ocidental; e as principais instalações militares soviéticas e ocidentais pelos litorais dos oceanos Índico (noroeste) e Atlântico (Sul). Em 1965, o grosso do petróleo transportado para a Europa passava pelo canal de Suez. A rota principal tomava a direção do Extremo Oriente e outra, menor mas crescente, circundava o Cabo da Boa Esperança a caminho da Europa. Para os EUA, não havia nenhuma rota importante. Em 1965,

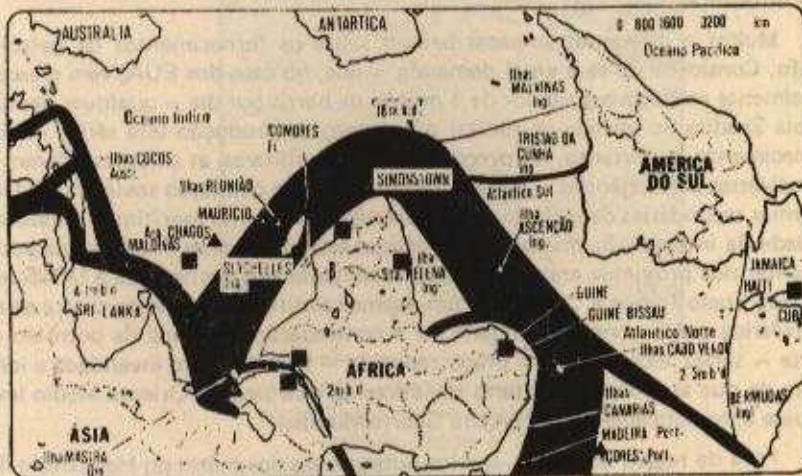
Mapa 1: Mares do Sul, 1965



o Ocidente tinha presença militar no Golfo (Bahréin e Estados da Tréguia), na Península Árabe (Mascate, OMÁ e Aden), no chamado Chifre da África (Djibuti e Etiópia) no Sul da África (Moçambique e Angola) e na África ocidental (Guiné Portuguesa). A URSS praticamente não estava presente na região, exceto pelo acesso a algumas instalações em Cuba.

O mapa nº 2 mostra a situação atual. Muito menos petróleo é transportado pelo canal de Suez e por duas razões: o fechamento do canal entre 1967 e 1975 e o advento de nova tecnologia que o torna inviável para os super-tanques. Chamam a atenção o maciço crescimento da rota que circunda o Cabo da Boa Esperança, o crescimento da rota para o Extremo Oriente e, pela primeira vez, um considerável fluxo de petróleo para os EUA, através do Atlântico.

Mapa 2: Mares do Sul, 1978



Projeção azimuthal equidistante centrada na Cidade do Cabo, África do Sul.
Todas as distâncias a partir do centro da projeção estão corretas

Em 1976, o Ocidente havia perdido suas principais bases e instalações no Golfo, na Península Árabe (à exceção de uma estação britânica na ilha de Masira, próxima a Omã), em Moçambique, Angola e na Guiné Portuguesa. Em compensação, aumentou o número de instalações usadas pelos soviéticos, no Iraque, na República do Iémen, na Somália, na Índia, nas Ilhas Maldivas, em Moçambique, Angola, Guiné e Cuba. Estas instalações usadas pela URSS não podem ser rigorosamente consideradas bases militares, no sentido em que o são por exemplo, as bases americanas nas Filipinas. Cumprem, entretanto, uma útil função logística, e poderão ter importantes implicações militares no futuro, se associadas ao crescimento global da mobilidade e forças marítimas soviéticas, sua considerável presença militar ao longo da fronteira iraniana e sua atividade no Afeganistão.³

O mapa 3 mostra a difusão da tecnologia militar pela área do Golfo, que é, de todas as regiões dos mares do Hemisfério Sul, a mais importante. As áreas sombreadas referem-se aos países que, em 1976, contavam oficialmente em seus arsenais com aviões de combate 0-50 ou 50 mais Mach 2.00 (um mapa semelhante referente a 1965 incluiria a Índia, o Paquistão e a Turquia na categoria 0-50, sem mais nenhuma zona sombreada). Estes dados não se referem ao potencial militar real, mas constituem uma boa avaliação das transferências de tecnologia. Considerando-se as atuais encomendas de tecnologia militar avançada, estes países contarão, em 1980, com um número muito maior de armas.

Esta tendência não é necessariamente contrária aos interesses do Ocidente. A escalada militar pode contribuir para a redução das perspectivas de conflito entre os países da região. Entretanto, se vier a ocorrer uma guerra local no Golfo, provavelmente serão usadas armas muito sofisticadas, com danos materiais para as instalações petrolíferas.

Muitas e diferentes ameaças pairam sobre os fornecimentos de petróleo do Golfo. Considerando-se a atual demanda — que, no caso dos EUA, vem crescendo anualmente ao ritmo assustador de 1 milhão de barris por dia — qualquer decisão da Arábia Saudita no sentido de limitar o aumento da produção terá sérios efeitos no fornecimento e, portanto, no preço. Em termos militares, as ameaças referem-se às mais diversas contingências — da possibilidade de uma ocupação soviética do Golfo a formas secundárias de violência e à interferência nas rotas marítimas. Embora a capacidade da intervenção militar dos soviéticos seja atualmente limitada, ela poderá aumentar nos próximos anos, não sendo totalmente implausível que a URSS seja “convidada” pelo Iraque a “proteger” um regime saudita radical. Neste caso a estratégia preferida pelos soviéticos poderia ser a continuação da venda de petróleo ao Ocidente — talvez inclusive a um preço reduzido — ficando assim invalidada a ideia simplista de que as ameaças militares soviéticas ao petróleo do Oriente Médio levaram, quase automaticamente, à Terceira Guerra Mundial.

Fora da região do Golfo, quatro outras áreas dos mares do Hemisfério Sul são de grande importância estratégica para o Ocidente: 1) o sul da África, onde o problema mais sério surgiria se a região do Cabo caísse em mãos adversárias — ou seja, soviéticas; 2) a Austrália, que poderia — por sua posição geográfica — dotar as forças navais do Ocidente de bases que lhe dariam grande mobilidade, do Oceano Pacífico ao Índico; 3) as ilhas britânicas e francesas no Oceano Índico, inclusive Diego Garcia, Reunião e Mayotte; e 4) a região do Atlântico Sul, que merece análise à parte por ser geralmente negligenciada.

O Atlântico Sul — Durante a Segunda Guerra Mundial, o Atlântico Sul representou um papel importante na estratégia aliada. A prolongada crise racial no Sul da África e o envolvimento soviético na guerra civil angolana sugerem que a região deverá ressurgir como um foco de atenção.

À parte a importância geográfica do Atlântico Sul, existem ainda importantes lençóis petrolíferos na costa ocidental da África. A região conta também com

Mapa 3: O Golfo 1976



Projeção azimutal estereográfica
centrada perto de Teerã, a 35° de
latitude Norte e 50° de
longitude Leste, com giro de 15° (CW)

abundantes recursos pesqueiros, uma das razões pelas quais a URSS estendeu sua presença marítima até ali.⁴ Além de petróleo e peixes, o Atlântico Sul tem ainda alguns dos maiores depósitos mundiais de minérios escassos como ouro, manganês, cromo, diamantes, bauxita e urâno.

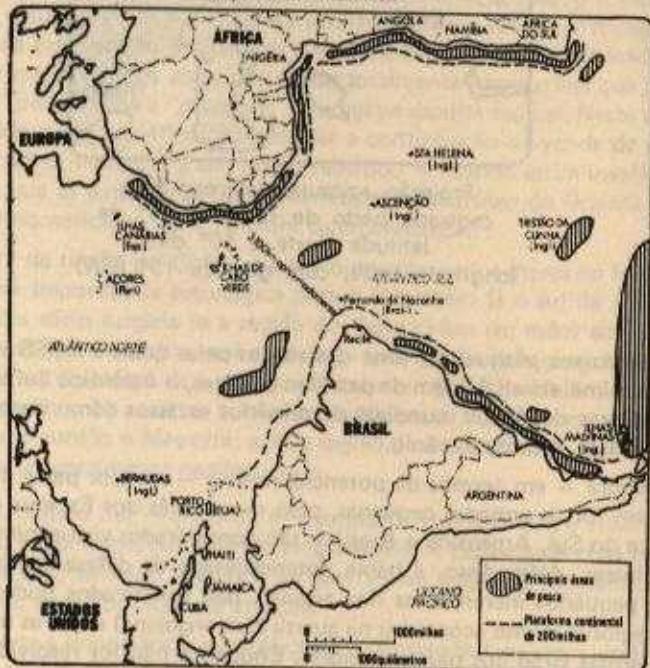
Embora – em termos de potencial militar – a maior parte dos países da região tenham forças armadas pequenas, pelo menos três dos Estados mais avançados – África do Sul, Argentina e Brasil – são considerados virtualmente como potências nucleares. Além disso, a baixa potencialidade de defesa dos outros países sugere que pequenos incrementos dos arsenais não sofisticados poderão alterar o equilíbrio regional (como aconteceu na guerra civil angolana) e que as maiores encordas de armas virão dos países menores. Enquanto não for resolvida a crise que afeta todo o Sul da África, deverão realizar-se maiores gastos em defesa.

Uma avaliação do Atlântico Sul indica que maior atenção deve ser concedida ao Brasil (mapa 4). Seu longo litoral avança consideravelmente pelo Oceano Atlântico; o porto de Recife fica quase a 4 mil quilômetros a Leste de Buenos Aires e a apenas 3 mil quilômetros da África Ocidental — menos que a distância até a fronteira do Brasil com o Peru.

O Brasil não é importante apenas estrategicamente. O país vem emergindo como uma legítima potência regional. Sua população ultrapassa os 100 milhões de habitantes, a maior parte dos quais ocupando o litoral atlântico. O Brasil tem recursos naturais em abundância (exceto petróleo) e vem sustentando altas taxas de crescimento econômico nos últimos 10 anos. Além disso, os brasileiros encaram seu país em termos marítimos globais, mais que em termos hemisféricos.

Historicamente, o Brasil tem demonstrado grande interesse na geografia marítima, e há pouco estendeu unilateralmente a 200 milhas suas águas territoriais. A Companhia petrolífera estatal — Petrobrás — vem tentando encontrar petróleo por toda a extensa Plataforma Continental do país. Por outro lado, o país vem adquirindo novos e avançados equipamentos que fortalecerão sua Marinha, e acaba de encomendar dois submarinos, seis fragatas e dois caça-minas costeiros.⁵

Mapa 4: Brasil e Atlântico Sul



Projeção azimutal equidistante centrada em Recife. Todas as distâncias a partir do centro da projeção estão corretas

Em suma, a situação nos mares do Hemisfério Sul parece exigir que as potências ocidentais identifiquem integralmente as ameaças estratégicas a seus interesses. Enquanto não forem encontradas alternativas economicamente viáveis para o petróleo do Golfo, será necessário dar atenção cada vez maior às ameaças político-militares que pairam sobre a segurança do fluxo petrolífero nos mares do Hemisfério Sul. Isto requer uma política mais estruturada por parte do Ocidente. A política de transferência de armas do Ocidente só teria a ganhar com uma maior coordenação com os objetivos globais de segurança da Aliança e com a criação de bases na região. Enquanto o Irã e a Arábia Saudita continuarem pró-ocidentais, o acesso ao petróleo não deverá sofrer ameaças. Entretanto, considerando-se as muitas fontes de conflito e instabilidade na região — inclusive a possibilidade de problemas internos em todos os países do Golfo — parece contra-indicado supor que terá inevitavelmente sucesso uma política que dependa da harmonia regional. Várias possíveis contingências devem ser levadas em conta, inclusive eventuais planos militares do Ocidente no sentido de testar o poderio soviético na região e de dar assistência aos países amigos do Golfo, em caso de conflito militar mais sério. Na prática, isto significaria incrementar a capacidade ocidental de penetrar no Oceano Índico pelo Pacífico e pelo Atlântico em tempo de crise. Tal estratégia implicaria uma cadeia mais concentrada de bases insulares tanto no Índico quanto no Atlântico Sul, os planos para uso mais intenso de bases na Austrália e possivelmente no Brasil. Deve-se notar, entretanto, que tal esforço deverá encontrar posição, especialmente da Índia, o que reforça a necessidade de restabelecer um diálogo político sério com este país.

As Vulnerabilidades da URSS

Embora as potências ocidentais tenham boas razões para se preocuparem com o crescente poderio militar da URSS e a dependência cada vez maior ao petróleo do Golfo, os líderes soviéticos também não têm motivos para entusiasmo diante de certos elementos do novo mapa. A URSS é particularmente vulnerável em dois pontos: ela tem mais a temer com a proliferação de armas nucleares; e sua liberdade para usar os mares e consequentemente para promover operações marítimas globais — é seriamente afetada pela ausência de grandes bases no exterior.

Proliferação nuclear e segurança soviética — Das cinco potências nucleares estabelecidas, pode ter-se como certo que quatro têm como alvo principal a URSS.

| Potência nuclear | Alvo principal |
|------------------|----------------|
| EUA | URSS |
| URSS | EUA |
| Inglaterra | URSS |
| França | URSS |
| China | URSS |

Além destes países, a Índia e Israel são considerados quase nucleares, ou, no caso de Israel, já nucleares, segundo a definição que se der aos termos. Outros importantes candidatos são a Coréia do Sul, Formosa, o Paquistão, a África do Sul, o Brasil e possivelmente o Irã e a Argentina. Países que não parecem inclinados, nas atuais circunstâncias, a fabricarem armas atômicas, mas que poderiam facilmente fazê-lo, são quase todos da Europa Ocidental, alguns da Europa Oriental, o Japão, o Canadá e a Austrália.

De primordial interesse são a localização geográfica destes países e o rumo que poderá tomar a proliferação nuclear nos próximos 10 ou 15 anos. Dos principais candidatos, os seguintes provavelmente não estarão em posição de ameaçar os EUA, mas poderiam atingir certos alvos na URSS: Israel, Índia, Coréia do Sul, Formosa, Paquistão e Irã.

Se acrescentarmos à relação dos países secundários — como a Alemanha Ocidental e o Japão — as perspectivas soviéticas tornam-se mais negras, pois na ausência de um grande processo tecnológico que dote os países anti-ocidentais de mísseis balísticos de longíssimo alcance, os EUA estão em posição mais segura que a URSS em relação às formas tradicionais de proliferação nuclear.

Em termos de planejamento de sua defesa, a URSS defronta-se com a perspectiva de uma ameaça nuclear generalizada. Sua vulnerabilidade à disseminação nuclear na Ásia pode ser verificada no mapa 5.

Este fato pode explicar, em parte, a extrema sensibilidade dos soviéticos à questão de "terceiras" forças nucleares e sua insistência na necessidade de medidas defensivas, inclusive programas de defesa civil e de pesquisa da tecnologia do laser.

Forças marítimas soviéticas e problemas de circulação — Embora o papel e as eventuais missões das forças marítimas soviéticas ainda sejam motivo de debate entre os observadores da política militar do país, sabe-se que em caso de guerra nos mares as frotas soviéticas estariam em séria desvantagem, principalmente pela posição geográfica do país.

A frota Báltica teria de atravessar os estreitos dinamarqueses (Skagerrak e Kattegat) para chegar ao Mar do Norte. A frota do Mar Negro tem como obstáculo os estreitos Turcos, e a frota Mediterrânea, o estreito de Gibraltar e o canal de Suez. Importantes setores da frota do Pacífico deparam com os estreitos da Coréia e do Japão. A frota do Pacífico pode atravessar o estreito Tártaro, que está em mãos soviéticas, mas este estreito pode ser minado a partir de bases ocidentais no Japão. Esta frota pode ainda valer-se da base de Petropavlovsk, na península de Kamchatka, na costa do Pacífico. Petropavlovsk, no entanto, está a milhares de quilômetros das áreas urbanas mais próximas e isolada do resto da URSS em termos de logística terrestre.

A mais importante é a Frota do Norte, com bases em Murmansk e Pechanga, na península de Kola. Nos últimos 10 anos, a URSS investiu intensamente em instalações militares e industriais na península de Kola, que atualmente conta com

**Mapa 5: Proliferação nuclear na Ásia:
uma visão soviética**



Projeção azimutal estereográfica
centrada perto de
Sverdlovsk, a 57° de latitude Norte
e 60° de longitude Leste

um dos maiores complexos de bases em todo o mundo. Em vista deste investimento, a URSS deve estar preocupada com algumas das tendências geopolíticas que se manifestam em suas vizinhanças. Do ponto-de-vista soviético, as ameaças à região de Murmansk são tanto econômicas quanto legais e militares.

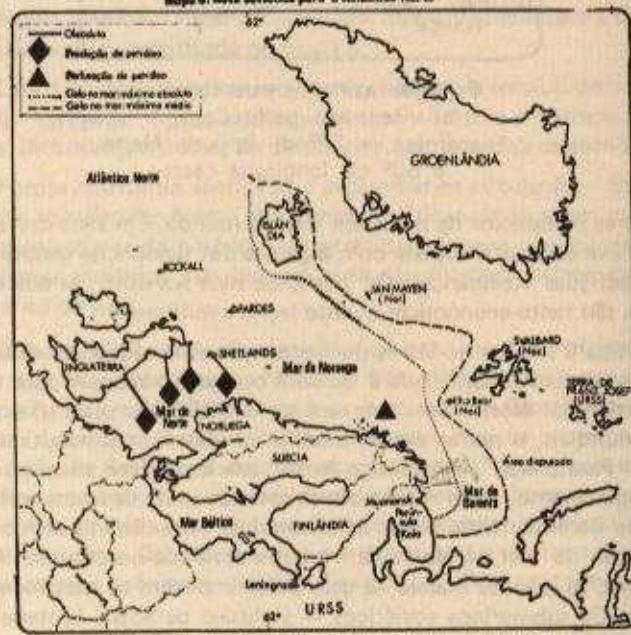
O mapa 6 mostra os Mares do Norte apresentando, entre outras coisas, as exígues rotas de comunicação que a URSS é obrigada a manter para ter acesso às regiões do Atlântico Norte. Sem este acesso, a URSS não pode usar sua Marinha em termos mundiais, e muito menos desafiar as plataformas marítimas da OTAN no Atlântico. Para chegar ao Atlântico Norte, sua frota deve atravessar vários pontos de estrangulamento. Os primeiros são as rotas de saída de Murmansk e Pechanga para o mar de Barents. Nesta região crítica, surgiu uma disputa com a Noruega sobre a Jurisdição do Mar do Norte da fronteira soviético-norueguesa. Ao Norte do mar de Barents, as grandes massas de gelo polar impedem os movimentos da frota de superfície. Os submarinos soviéticos — inclusive os SSBN (dotados de mísseis balísticos nucleares) — também encontram obstáculos na topografia oceânica da região⁶. A Oeste a frota tem de atravessar uma das gargantas entre Groenlândia, Islândia, Ilhas Faro e Reino Unido para chegar ao Atlântico Norte. Se a Frota do

Norte quiser dirigir-se para o Sul circulando a costa da Noruega, terá de desviar-se dos campos petrolíferos do Mar do Norte e atravessar os estreitos de Dover, de apenas 32 quilômetros de largura.

O mapa 6 mostra as complexas atividades atualmente em curso nos Mares do Norte. A União Soviética deve levar em conta a possibilidade de instalações ocidentais para perfuração e extração de petróleo junto ao Cabo Norte, na Noruega, que atravancariam a plataforma marítima, livre de icebergs. A extensão a 200 milhas de zonas econômicas na região vem acarretando sérias limitações para a indústria pesqueira soviética, e existe atualmente uma disputa com a Noruega sobre a jurisdição da plataforma continental de Svalbard (Spitzbergen).

Em vista destes fatores, os Mares do Norte deverão tornar-se mais importantes nos próximos 10 anos, levando-se em conta a existência de sérias assimetrias nos investimentos estratégicos do Ocidente e da URSS na região, não pode ser descartada a possibilidade de uma intensa reação soviética às atividades econômicas e militares do Ocidente. Pois de certa forma a URSS é tão sensível aos acontecimentos no Ártico, no mar de Barents e na península de Kola quanto seriam os EUA se a Frota Atlântica ou a força soviética da SSBN se instalassem ao Sul da Flórida.

Mapa 6: Rota sugerida para o Atlântico Norte



Projeção azimutal estereográfica centrada perto de Jan Mayen, a 70° de latitude Norte e 10° de longitude Oeste

As repercuções destas dificuldades sobre a atividade marítima da URSS parecem dar crédito aos argumentos de que as funções primordiais da Marinha Soviética ainda estão relacionadas à defesa estratégica e à presença política, mais do que o controle marítimo e à projeção do poderio militar. As mesmas dificuldades geográficas, no entanto, estimulam a URSS a tomar as medidas que julgar necessárias para proteger seus investimentos e a instalar bases aéreas e navais fora de suas águas, caso deseje desafiar o Ocidente em mar alto e em regiões como a do Golfo.

CONCLUSÕES

Quatro conclusões políticas decorrem do exposto. Primeiro, alguns dos aspectos mais significativos do poderio militar soviético estão relacionados com o crescente potencial da URSS para projetar seu poderio militar convencional mais avançado em regiões próximas de suas fronteiras, numa época em que já se equipara ao Ocidente no terreno nuclear. Dessa forma, ao analisarmos a reação do Ocidente à ameaça político-militar da URSS, devemos dar atenção cada vez maior aos vínculos entre o equilíbrio militar central e a situação estratégica que vem emergindo no que até agora eram consideradas águas "periféricas" da massa territorial euro-asiática. De especial importância são os flancos da OTAN e a região do Golfo e do Oriente Médio.

Segundo, desde que o novo mapa estratégico enfatiza a importância do poderio marítimo e o util inter-relacionamento das atividades econômicas, políticas e militares, as potências ocidentais deveriam sincronizar com mais cuidado suas políticas marítimas para enfrentar múltiplas e complexas ameaças à sua segurança, especialmente nos Mares do Norte e do Sul⁷.

Terceiro, levando-se em conta que muitos dos conflitos futuros deverão envolver as forças militares dos países não industrializados, maior atenção deve ser dada à extensão e limitações de suas respectivas capacidades militares. Para este efeito, os analistas de questões militares devem familiarizar-se com os aspectos logísticos do planejamento militar, pois são estes os fatores que, em última análise, determinarão o nível de competência e a auto-suficiência militar das potências regionais emergentes — algumas das quais vêm sendo encaradas pelo Ocidente como seus delegados militares.

Quarto, as tendências verificadas no novo mapa sugerem que a proliferação da tecnologia nuclear resultou, em grande parte, de genuínas necessidades de segurança num contexto militar, político e econômico em constante evolução. Por esta razão, as tentativas do Ocidente industrializado no sentido de restringir unilateralmente o processo não serão facilmente bem sucedidas, exceto no contexto de soluções negociadas de conflitos regionais.

1 — Por exemplo: somente no mar da China Meridional existem mais de 200 ilhas inhabitadas, algumas das quais têm sido motivo de conflito entre a China, o Vietnã, as Filipinas e o Japão.

-
- 2 — Os ocidentais estão acostumados à projeção de Mercator do mundo, que se orienta de Norte para Sul, com Londres ou a América do Norte ao Centro. Esta perspectiva anglo-saxônica pode distorcer seriamente nossa imagem do mundo, o que, por sua vez, pode tornar-nos menos sensíveis à percepção estratégica dos outros países, especialmente a China e a URSS. A confiança na projeção Mercator Norte-Sul pode também distorcer as perspectivas dos países ocidentais sobre sua própria segurança. Por exemplo: até a Segunda Guerra Mundial, muitos americanos tendiam a encarar as relações internacionais dos EUA em termos do mapa Mercator, que mostra o hemisfério americano separado do resto do mundo por dois imensos oceanos. Durante a guerra, passou a ser usado o "mapa dos aviadores", que, por valer-se de grandes rotas circulares e da projeção Norte-polar, apresenta uma imagem radicalmente diferente da relação geográfica dos EUA com a Europa e, especialmente, a URSS.
 - 3 — Existem muitas explicações para o fato de a URSS ter estendido sua presença a esta área. Entre elas, a preocupação soviética com a possível penetração de submarinos americanos dotados de mísseis balísticos nucleares no oceano Índico e no Atlântico Sul; o cerco soviético à China, atividades para a imposição de uma presença política; e apoio a atividades comerciais soviéticas, especialmente a pesca. Muitos observadores da política militar soviética parecem ignorar que 15% das proteínas consumidas pelos soviéticos vêm do mar. A atividade pesqueira, assim, assumiu importância muito maior para a URSS do que qualquer outro país, exceto o Japão. Os recursos pesqueiros mundiais não estão distribuídos equilibradamente pelos oceanos, e grande parte dos que são mais lucrativos para a URSS cairá em breve sob a jurisdição dos Estados litorâneos, quando entrarem em efeito as 200 milhas de mar territorial. Duas das mais importantes regiões pesqueiras inexploradas estão no oceano Índico e no Atlântico Sul.
 - 4 — A maior fonte de proteína marítima não explorada está na região entre a Antártida, a costa Sul da América do Sul e as ilhas Malvinas. Um relatório do Governo inglês, preparado em agosto de 1976 por Lord Shackleton estimava que 100 milhões de toneladas do peixe krill, rico em proteínas, podem ser extraídas anualmente da região — o que equivale a quase o dobro do total mundial de produtos de pesca.
 - 5 — Embora os gastos militares do Brasil não tenham acompanhado seu crescimento econômico, o país teve em 1975 um orçamento de defesa de 1 bilhão 283 milhões de dólares, o que o situa entre as principais do Terceiro Mundo, em termos de gastos de defesa. Embora esta cifra represente apenas 1,4% do seu PNB, o Brasil provavelmente poderá sustentar maiores níveis de gastos de defesa sem problemas sérios.
 - 6 — As águas junto a península de Kola são rasas, e embora existam alguns canais profundos, estes também susceptíveis à colocação de minas por parte das forças ocidentais. O abrupto declive das águas rasas à planície abissal de Dumshaf só tem início junto à costa da Noruega. A URSS pode valer-se da calota polar ártica para forçar a passagem de seus submarinos, embora o gelo não seja ali muito espesso, oferecendo portanto proteção limitada.
 - 7 — Embora o Japão não tenha sido analisado neste artigo, é preciso dizer que também este país deve reavaliar suas prioridades marítimas em vista da igualmente complexa situação a Noroeste do Pacífico e nos Mares da China.



A BATALHA CONTRA OS CAMPOS DE MINAS

James N. Marsden

Traduzido da "National Defense" pelo Ten Cel Inf QEMA Domingos M. Antonio Gazzineo

Encontra-se em fase de desenvolvimento um projeto que emprega espuma plástica de endurecimento rápido para permitir que os combatentes se desloquem através dos campos de minas, prescindindo de equipamentos volumosos.

Pela primeira vez na história militar foi encontrada uma forma prática para anular os campos de minas. Em vez de andar lentamente, verificando cada palmo de terreno com um sabre, conduzindo um rebanho de animais à frente ou bombardeando intensamente um campo minado, um combatente poderá agora deslocar-se com toda a segurança sobre uma série de "almofadas" que ele mesmo aplica sobre o solo, utilizando um equipamento de pulverização que conduz em suas costas.

Esta idéia original mostrada na figura 1 foi concebida pela "Divisão Orlando de Martin Marietta Aerospace", sob o patrocínio do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Material Móvel do Exército Americano. O desempenho desse sistema foi comprovado em campos de minas simulados, lançados sob condições climáticas variadas e nos diversos tipos de terreno. Encontra-se atualmente em desenvolvimento um projeto experimental bastante prático para ser utilizado por combatentes a pé.

Os primeiros estudos abrangeram uma gama de técnicas que permitissem cruzar os campos de minas com segurança, indo desde a utilização de vigas sobre as

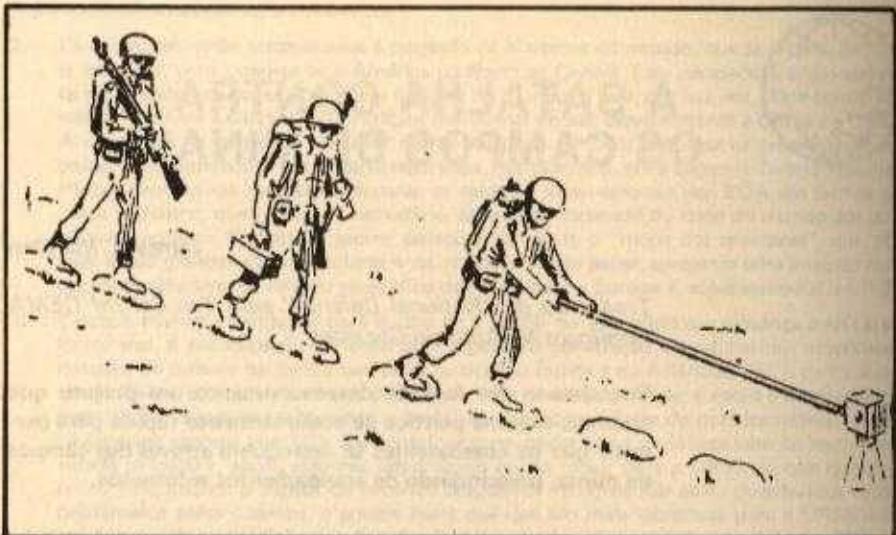


Fig. 1 — Neutralização de um campo de minas empregando "almofadas" de espuma plástica

quais os soldados apoiassem os pés (bastante difíceis para andar e nem sempre eficientes) até o uso de muletas (as quais reduzem a possibilidade de pisar em minas mas não impedem o seu funcionamento quando pisadas). Todas as idéias pesquisadas exigiam um equipamento especial para cada homem e nenhuma delas oferecia grandes probabilidades de êxito. (Informe Foster-Miller CE 6824, "Estudo de Contamedidas em Campos de Minas Antipessoal, 1969".)

A Divisão Martin Marietta procurou solucionar o problema da neutralização de minas introduzindo uma barreira física, semi-permanente, entre o pé do soldado e a mina. A espuma de material plástico pulverizado parecia atender aos requisitos de reduzido volume para acondicionamento e transporte, fácil aplicação e utilização sucessiva por vários combatentes após a sua aplicação sobre o terreno. Surgiram no entanto duas principais dúvidas: A espuma, em quantidades razoáveis, evitaria a detonação de minas do tipo acionado por pressão? Haveria algum tipo de espuma plástica que secasse com bastante rapidez, permitindo a sua utilização em situações de combate?

As minas acionadas por pressão, cujas características são semelhantes em todos os exércitos modernos, estão descritas em vários manuais técnicos onde encontram-se os dados sobre tamanho, peso, instruções para a colocação, ativação e força necessária para deflagrar a espoleta. A interpretação desses dados podem, entretanto, conduzir o pesquisador a consideráveis enganos na busca de um método para neutralizar minas. Esses enganos podem ser responsabilizados por uma boa parte do atraso nos estudos para a utilização da espuma plástica.

As experiências para adotar a "almofada" de espuma como fator de distribuição do peso indicaram inicialmente a necessidade de uma área excessiva para obter-se uma pressão de 0,140 quilos por centímetro quadrado de terreno. Um homem pesando 113,5 kg, transportando sua mochila de 22,7 kg, exigiria uma pressão uniforme sobre uma área de 967,8 cm². Considerando-se que o peso poderá ser apoiado em qualquer ponto sob os seus pés seria necessário uma distância mínima de 17,78 cm entre as extremidades da "almofada" para evitar uma pressão superior a 0,140 kg/cm², de acordo com os cálculos baseados em uma espuma de elevada rigidez. Para obter-se a necessária rigidez com espumas de baixa densidade a espessura mínima necessária seria de 254 mm. Nessas condições, para uma espuma com densidade de 32,428 kg/m³, cada aplicação no solo demandaria 1,816 kg de espuma, tornando o sistema inadequado para ser transportado por um homem.

Examinando-se mais atentamente os projetos das espoletas descobriu-se que o fator crítico aparente — pressão ou força — é secundário.

O estudo anterior, havia partido da hipótese de que o deslocamento do percursor para detonar a espoleta, era mínimo, quase zero, entretanto, uma espoleta com essas características nunca foi produzida, por uma razão muito simples: não oferecia a conveniente segurança para a sua colocação e ativação, bem como ocasionariam grande quantidade de minas desperdiçadas em detonações acidentais, motivadas por quedas de frutas ou pela ação de pequenos animais.

Um peso uniformemente distribuído e aplicado a uma camada rígida de espuma resultaria em uma pressão uniformemente distribuída sobre a área em que se apoia, supondo-se um perfeito ajustamento com a superfície do solo. Se, todavia, existir um vazio ou ponto de menor resistência, a distribuição do peso varia e a pressão que não for sustentada pelo vazio será suportada pelo terreno circunvizinho, isto porque a rigidez da espuma não pode desviar-se o suficiente para igualar a pressão. Isto é exatamente o que sucede quando existe uma mina colocada no terreno sob a espuma, porque o grau de elasticidade da espoleta é menor que o grau de elasticidade do solo. Ficou inclusive demonstrado que, mesmo a argila molhada, que atua quase como um líquido, fica contida pela "almofada", evitando a detonação de uma mina antícarro "M14" enterrada debaixo da espuma.

As espumas rígidas disponíveis no comércio eram realmente capazes de evitar a detonação de minas. As "almofadas" de espuma com até 381 mm de diâmetro e 101,6 mm de espessura, pulverizadas sobre o terreno para melhorar o seu ajuste com a superfície, demonstraram sua capacidade para suportar um homem de 90,8 kg, transportando um peso de 27,4 kg, imobilizando com segurança os cabos de disparos de minas, evitando a detonação de minas tipo pressão e resistindo a utilização repetida de homens que andassem ou corressem sobre elas. Além disso, apresentaram uma duração de várias semanas expostas ao sol da Flórida.

O problema principal do projeto passou a residir no tempo do endurecimento das espumas comerciais. Um exaustivo estudo da indústria de espumas concluiu que as espumas de poliuretano, único material adequado para uso em equipa-

mentos simples, exigiam um tempo excessivo para o endurecimento. Uma hora ou mais eram necessárias para o endurecimento completo da maior parte da espuma. Verificou-se entretanto que o tempo de endurecimento requerido para suportar um homem, mesmo quando apoiado em um dos pés (uma pressão aproximada de $0,560 \text{ kg/cm}^2$), era bem menor.

A espuma comercial que em menor tempo foi capaz de suportar um homem demorou três minutos para endurecer, quando pulverizada de acordo com as recomendações do fabricante (pressão de 28 a 35 kg/cm^2 e temperatura de $65,5^\circ\text{C}$). Três minutos era um tempo demasiado longo, por esse motivo foram examinadas outras alternativas.

Uma redução no tempo de endurecimento foi procurada, alterando-se, inicialmente, as condições de pulverização e posteriormente adotando-se uma nova fórmula para o material plástico. Foi possível chegar a um tempo de oito segundos reduzindo-se ainda a densidade de $32,428$ para $24,321 \text{ kg/cm}^3$, sem diminuir sensivelmente a resistência da "almofada". Isto foi evidentemente um considerável aperfeiçoamento na química das espumas.

Uma vez demonstrada a possibilidade de obtenção de uma espuma plástica adequada, a solução dos problemas mecânicos de aplicação tornaram-se simples. O equipamento (Figura 2) está constituído de três depósitos, um regulador de pressão, válvulas, tubos flexíveis e de um isolamento que constitui o único controle térmico incorporado ao sistema portátil. Os produtos químicos que produzem a espuma eram previamente aquecidos e bombeados sob pressão para o interior dos depósitos. Experimentalmente constatou-se haver uma adequada instabilidade de temperatura, sendo a perda, em duas horas, de $2,8^\circ\text{C}$, partindo-se de uma temperatura inicial de $23,9^\circ\text{C}$.

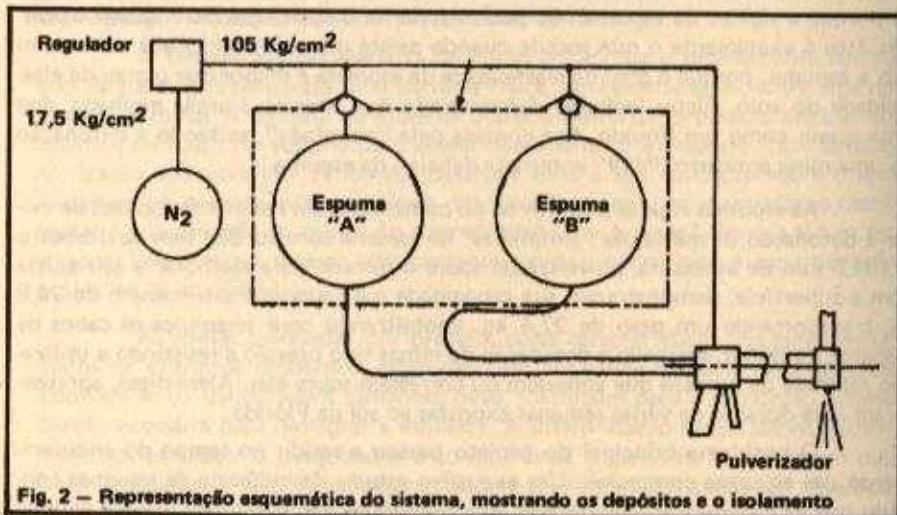


Fig. 2 – Representação esquemática do sistema, mostrando os depósitos e o isolamento

Na experiência original foi utilizado um pulverizador comercial, de espuma de poliuretano, projetado para funcionar a uma pressão de 35 kg/cm², temperatura de 65,5°C e com uma velocidade de saída de 4,54 kg por minuto. Devido às reduzidas condições de temperatura com as quais obteve-se um tempo ótimo de endurecimento da espuma o pulverizador reduziu a sua velocidade de saída, consumindo de 8 a 10 segundos para pulverizar uma "almofada".

A divisão Martin Marietta introduziu então modificações no pulverizador que permitiram o funcionamento a uma pressão de 17,5 kg/cm², temperatura de 48,8°C e velocidade de saída capaz de formar cada almofada em um segundo. Foi também incorporado ao pulverizador um dispositivo de regulagem automática que libera, cada vez que se comprime o disparador, a quantidade exata de espuma necessária para formar uma "almofada".

As perspectivas para esse projeto indicam a possibilidade de chegar-se a um sistema tático que utiliza um equipamento pesando 27,24 kg, capaz de atingir os objetivos desejados, produzindo em menos de um segundo almofadas de espuma uniformes, sobre as quais um homem possa andar perfeitamente, decorridos cinco segundos de sua aplicação.

Novas pesquisas visando a obtenção de um sistema que possibilite às viaturas pesadas deslocarem-se através de um campo de minas, já atingiram a um ponto onde é possível assegurar a sua viabilidade. A idéia inicial previa a adaptação para esse fim, de uma viatura blindada para transporte de pessoal (Figura 3), entretanto, chegou-se à conclusão de que esse tipo de viatura possui uma limitada capacidade para atender ao transporte da quantidade de produtos químicos necessários a uma determinada missão.

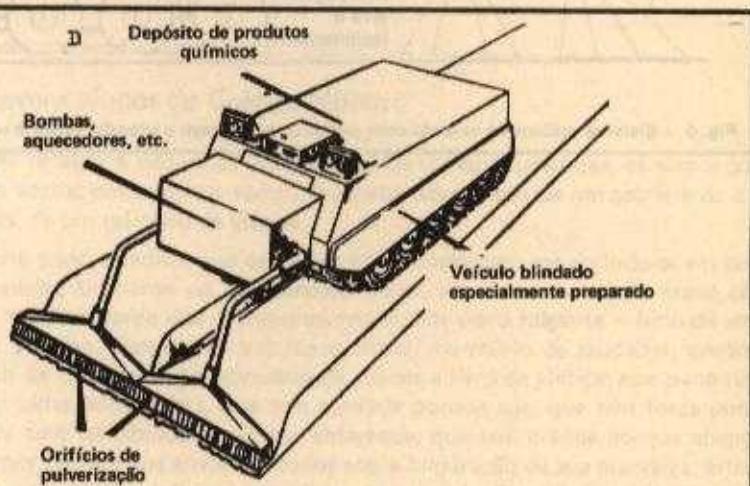


Fig. 3 – Veículo blindado utilizado para construir pista de rolamento para viaturas

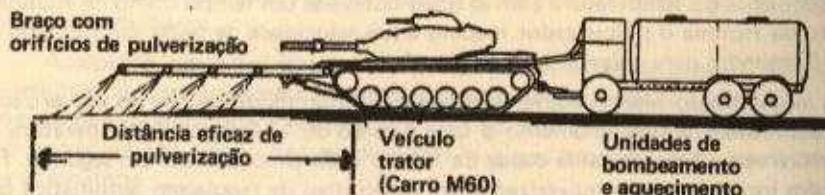


Fig. 4 — Sistema empregando o Carro M60

Evoluiu-se para o emprego de um carro de combate "M60" utilizado como trator de um reboque pesando aproximadamente 45 toneladas, das quais cerca de 25 toneladas são de capacidade útil para o transporte de produtos químicos destinados à formação da espuma plástica.



Fig. 5 — Sistema utilizando veículo com pneus que reduzem a pressão sobre o solo



SÍMBOLO DA PÁTRIA

Prof. Daltro Santos

Em 1917, o saudoso professor DALTRÔ SANTOS proferiu vibrante e inesquecível oração, ao entregar a Bandeira Nacional aos jovens alunos do Batalhão Escolar do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Decorridos 60 anos, sentimos que seus conceitos permanecem absolutamente atuais. A Defesa Nacional, ao publicá-la novamente, dedica-a à juventude de hoje, pois eterno é o culto aos símbolos da Pátria.

Jovens alunos do Colégio Militar:

Ides receber a dádiva de um tesouro! Os vossos educadores, os vossos guias, os vossos conselheiros vamos fazer-vos depositário de um sacrário de crenças, de um relicário de glórias.

Este pano bendito, que os nossos olhos costumam ver abrindo-se em ondulações ao vento, brilhante ao sol, tendido no ar, sob a formosura do nosso céu e dentro da moldura verde das montanhas natais; este pano fulgente — hino de amor, cântico de vitórias, epopéia de valorosos feitos, murmúrio de saudades, unção de beijos, grito de liberdade, devocionário de preces e livro de justiça; esse pano rútilo — que tem alma porque fala, que tem vontade porque age, que tem força porque edifica, que tem sensibilidade porque enternece, que tem crença porque abençoa, que tem amor porque nos envolve a todos sob a fulguração da sua grandeza; este pano imortal, este balsão radioso, este lábaro de ouro, é a Bandeira da Pátria, o “auriverde pendão de nossa terra”!

Vós ides recebê-lo, o símbolo sagrado, em que estão, inteiras, a terra, a gente e a história da Pátria.

A Pátria! Como dizer-vos, jovens, o que é a Pátria? Como pintar-vos as suas cores e esculpir-vos os seus contornos? Como cantar-vos os seus heróis e enaltecer-vos os seus eventos?

A Pátria é tudo! Quereis que vos diga tudo e eu nada digo porque ela palpita e freme tão forte, tão exclusiva, tão deslumbrante e multiforme nos mais íntimos recessos do meu ser, que o espírito a sente e não pode dizer-la, que o lábio a nomeia e não sabe louvá-la, que o coração a estremece e não consegue explicar a comoção que ela derrama nele.

A Pátria é tudo, meus amigos, porque é a vida e somos nós, é a terra e o homem, o envoltório e a essência. É o fulgor sidéreo do firmamento e o balouço cantante dos mares, o dardejo do sol e a pompa dos campos, o cachoeirar dos largos rios e o deslize suave dos regatos, as frontes altas da floresta e as flores breves da várzea redolente.

A Pátria é tudo, porque é o homem: são os antepassados, os que desvelaram a terra e lindaram as fronteiras; é o brandir das espadas na defesa e a ovação das vitórias; são os ímpetos e os raptos do gênio, na radiação da palavra, na feitura dos poemas, nos esplendores da arte; são fastígios e aclamações, renúncias e martírios, delírios e apoteoses; os benefícios do labor e a expansão da cultura, os ardores da liberdade e as afirmações do direito!

A Pátria é tudo, e é quase nada às vezes: uma flor, um regato, um sorriso, uma fonte, um travo de saudade, uma trova da roça, o perfume da selva, um tremo de ave, um fugitivo aspecto, o grito do campeiro, um adeus, um suspiro, um ósculo, uma prece...

Ela vos fala em toda parte: no campo ou na cidade, nos altos píncaros das serranias ou na alfombra dos vales deleitosos. É minha, é vossa, é nossa onde quer que estejamos; é nossa, porque nô-la herdou a sinergia de nossos avôs. É nossa aqui ou alhures, no trecho remansoso em que nascemos ou nas planuras do sul, nas altitudes do centro ou nas depressões do norte, em frente ao mar ou no sertão, nas areias das praias ou nas torrentes que descem dos pendores.

Ela vos fala em todo tempo: nas volições do presente, nas elaborações do futuro, nas rememorações do passado.

Quereis vê-la? Senti-la-eis, para ventura nossa, no riso meigo das crianças, no beijo inigualável das mães, na austeridade e ternura das esposas, na santidade e dulcidez dos lares.

A Pátria é recordar e surgir: é a cruz dos túmulos e o rendado dos berços.

Quereis vê-la ainda? Contemplai-a na sua relevante afirmação de vida e de trabalho, de lutas e vitórias, de consagrações e sacrifícios. Lêde-lhe as páginas da história; e delas ressaltarão as pugnas liberais, as emoções nativistas, os embates da in-

dependência, os enlevo da fé, as magnificências da língua, a elação épica dos heróis e o sangue bendito dos mártires.

Tudo em seu nome nos abençoa e consola, nos aprimora e anima. Nada nela deperece e falha, porque tudo se perpetua no culto que ela exige. E é por isso que o seu amor nos infiltra a força nova, com que se retempera a coragem, se exaltam os ânimos e se aceram as armas.

Quanto mais a soubordes amar, maiores e melhores sereis, porque ela resume tudo e tudo recompensa, com a só ventura de podermos gritar-lhe ardente mente: — És nossa!

Pátria feliz a terra do Brasil!

Tudo nela nos ensoberbece: o solo, a gente, a crença, a língua, as tradições e as esperanças.

O solo! O seu lugar à superfície do planeta, qual o país que o tem mais belo e majestoso? A vastidão da área, a feracidade da terra, o tesouro das minas, a formosura empolgante dos aspectos, as caudais desmedidas que emanam dos alcantis e chapadões e despeadamente se decantam no mar, as cachoeiras-assombros, as florestas entresachadas, as grutas maravilhosas, o rio-mar, todos os produtos e panoramas — onde, com tanta exuberância e tão linda opulência, os terá tido assim, outra nação?

A raça! A nossa raça é forte e valorosa: suave na paz, sincera na família, contente nos labores, caroável no trato, perseverante na luta, honesta nas ações, convicta nos direitos e intrépida na guerra. A liberdade e a justiça lhe vêm servindo de marcos miliários, através da clara e reta estrada do seu benéfico evolver. Admirável pelo vigor dos caracteres, pela firmeza dos princípios, pela persistência das vontades, pela certeza dos destinos, ela possui, como o belíssimo dos seus florões de glória, o ter mantido sempre a integridade da gleba imensa e desproporcional que a fortuna lhe deu.

A crença! A nossa crença é o mais amável dos credos, o mais intemperado, o mais consolador, o mais piedoso. Vem da pureza dos princípios morais, transvasados, como candura e fé, no seio das mulheres, como dever e disciplina, no íntimo dos homens. Guia-nos e protege-nos, porque nos traça a reta da perfeição moral, expunge as nossas dores e nos volve a alma feliz, sossegada ou fremente, às alturas de Deus.

A língua! A nossa língua é o maravilhoso instrumento da inteligência e da sensibilidade do nosso povo; é a intérprete maleável e serena do bem que nos cerca, do dôgma que nos enlaça, da mágoa que nos envolve, do desejo que nos tange, da ânsia que nos sacode; é uma leda canção de pureza e de amor sob o teto do lar; elo infrangível de coesão e de fraternidade na vida coletiva; poemas de sagrados ritmos e subitâneas belezas na lira dos poetas; ereção de princípios, demonstração de leis, sugestão de ensinamentos na boca dos sábios, no verbo dos tribunos, no ilapso dos predicadores. A nossa língua é uma harmonia de notas doces e um estrépito de poli-

fonia, um arpejo de cavatina e um clangor de clarins, um madrigal e uma apóstrofe, um arminho e uma lâmina, um favo de mel e uma pedra de sal. A nossa língua, mocidade louçã, que a falais e prezais, é aquele forte e cristalino idioma, em que se tem afirmado a nacionalidade, eternizada na sua literatura e palpitante nas manifestações mais altas da sua grandeza mental e da sua fulguração moral.

As tradições, o interesse geral, o destino comum, a solidariedade do pensamento e da vontade, são as cadeias que nos conjugam sob a força disciplinadora da mesma lei, sob o incitamento das mesmas aspirações, maneando as mesmas armas, divisando os mesmos horizontes, entoando os mesmos hinos e enaltecendo as mesmas glórias.

Pátria bendita a terra do Brasil!

Surgiu da influência lustral da Cruz de Cristo, pela boca suave dos missionários da fé. Aproaram à terra as naus colonizadoras e foram derramando, a pouco e pouco, os núcleos iniciais do seu povoamento, os marcos fundamentais do seu trabalho.

E cresceu assim. Hoje uma cidade que irrompia. Erguiam-lhe as paredes, abriam-lhe os caminhos, alteavam-lhe o templo, amanhavam-lhe as terras, falquejavam-lhe os troncos, desentranhavam-lhe os mistérios da selva; e, lento e lento, mas forte e forte, as energias do braço e os impulsos do labor faziam tudo.

Outra cidade, além... mais outra... e o litoral, na orla povoada, assentava os padrões contra os ardís do mar.

A terra ofertava-se, formosa e virgem; e, além da serra, a cintilação dos diamantes, o rebrilho das esmeraldas, a rutilância dos filões auríferos atraíam os bandeirantes e os desbravadores do sertão. E o solo entrou a ser o céspede sagrado, de que emergia a nacionalidade: a gênese da nação.

Caldeavam-se as raças, entremesclavam-se os móveis, fundiam-se os influídos. Frenia no coração dos homens o ânimo de sentir a terra, de possuí-la como um grande bem inalienável, de guardá-la inteira contra os agressores. E socorreram-na com tão linda vontade, que a tornaram mais sua em seu amor e a desejaram livre.

Foi então que correu, estuante e fecundo, o sangue dos primeiros sacrificados à liberdade. Esta clamou os seus direitos; fez-se livre a nação. Agitaram-na as paixões, os embates, as idéias e os partidos. E nessas rudes e temerosas provas, entre sacrifícios e esforços, ela prosseguiu na sua trajetória através de dois reinados, até bater, um dia, à porta de ouro da democracia, integrada no Continente e assentada nos mais nobres, mais justos e mais liberais princípios de que se pode ufanar um povo.

Os grandes patriotas, os lídilos estadistas, os que dominaram pelo talento e pelas virtudes cívicas, os que se honraram em assistí-la, defendê-la e glorificá-la, todos lhe pagaram o tributo do amor que é o Dever. Porque, amar a Pátria é serví-la, é dar-lhe tudo, é entregarem-se-lhe os homens com os instrumentos do seu labor, com os utensílios da sua ação: — com a palavra, que é o lume da alma ou com a des-

treza, que é o broquel do corpo; com o arado à terra ou com a bateia ao ouro; com o livro, que acarreta idéias ou com o sabre, que defende a honra; com o buril ou o lápis, a retorta ou o microscópio, o pincel ou o plectro; com o exemplo e com a virtude, com a lei que erige e a fé que purifica.

Jovens! O Brasil é uma glória viva, porque possue história honesta e pura, cheia de abnegações e de altivezas, de feitos de altruismo e arremetidas de nobreza. É como o caminheiro audaz, que segue sempre em frente; é como o justo, que mantém ereta a cabeça; é como o benfeitor, que abre o seu manto a todos.

No fragor das conquistas heróicas ou na amarugem das lágrimas, na guerra ou na seca, ele é sempre grande, sempre augusto, sempre sereno e sempre irresistível.

Pátria imortal a terra do Brasil!

Desnecessário, entretanto, me parece tudo quanto vos tenha dito, meus queridos amigos; porque este estandarte, que vai honrar a vossa grei e sagrar as mãos deste mancedo tudo nos diz, em lampejos de luz inconsultável.

Nas dobras desta insignia vibram todas as nossas justas, esplendem todos os nossos feitos, falam todos os nossos heróis e vivem todos os nossos mortos!

Quando olhades a palpitação deste verde, o resplendor deste ouro e a suavidade deste azul, atentai, que vereis, como visões homéricas, os nomes do nosso patrimônio e as ações do nosso acervo de valores.

Vereis a cabeça ensanguentada de Tiradentes e o arremesso do Leão Coroado, Frei Caneca e o Padre Roma; o *Uruguaí* de Basílio e o *Caramuru* de Durão; o bucolismo da escola mineira e o periodismo da independência; o grande Patriarca que amparou, como fulcro de ferro, a feitura da Pátria e os deputados do Brasil bradando às Cortes a nossa altanaria; os construtores e os doutrinadores, os plumíferos e os sábios; Feijó e Evaristo, Gonçalves Dias, o máximo cantor das nossas plagas, e Alencar, o colorista da pena, o retratista dos costumes; Teixeira de Freitas e Torres Homem; Riachuelo e Tuiuti e duas centelhas do valor militar: Barroso, o destemido, e Osório, o legendário. Vereis o fundo amor à Pátria e as altas ações de D. Pedro II, e a espada bendita de Caxias, luminosa na pacificação dos levantes internos e imperatória nas referidas da guerra. Vereis toda a tenacíssima batalha da abolição da escravatura com Silva Paranhos e Saraiva, Nabuco e Patrocínio; e toda a impertérrita propaganda da República com Saldanha Marinho e Silva Jardim, Prudente de Moraes e Bocaiuva. Vereis o ensinamento candente de Benjamin, o temeroso prestígio de Dedor, a irredutibilidade inconcussa de Floriano; Osvaldo Cruz saneando, engrandecendo e patenteando o Brasil; Rio Branco integrando as fronteiras e propagando além delas o brilho da República; e Rui Barbosa consolidando a Constituição; ensinando a justiça, erigindo a verdade, auriflamando a língua e derramando o Direito ante as nações do mundo.

Eis o Brazil, senhores: ei-lo nesta Bandeira! Ela nos mostra o que fizemos no passado, de que nos orgulhamos, e nos ensina o que faremos no futuro, que se nos abre aos olhos pleníssimo de brilhos e esperanças, na visão das grandezas augustas, que não perecem nunca!

Sentido! porta-bandeira! Prepara e apura as tuas mãos! Vais receber o signo imortal de uma tradição de primores, de um legado de excelências, de uma herança de sublimidades!

Teu braço vai amparar, viril e forte, a haste em que se arvora esta flâmula, em que flameja este honrado pendão celso e ditoso. Mas põe cuidado, na alma, ergue-a à situação da tua investidura, unge-a com todos os teus ardores de Brasileiro, porque vais carregar, neste delgado e leve símbolo auri-cérulo-verde, o peso enorme de todo um povo altivo, de toda a tua terra, de todos os teus antepassados, de todos os teus sucessores.

A Pátria é tua, porta-bandeira ufano; a Pátria é vossa, adolescentes; a Pátria é de todos nós, moços e velhos. Louvemo-la e enalteçamo-la, mas principalmente defendamo-la: porque ela não nos pede favor quando lhe acudimos, nos perigos, com os vóges do nosso braço e as eficáciais da nossa força.

Esta bandeira de paz, de trabalho, de cultura e de incitamentos propícios, é, neste momento, um guião de combate, uma insígnia de guerra.

Todo o Brasil está de pé! Todos os corações se congregam nas mesmas energias, para manter a Pátria à altura dos seus gloriosos destinos. Com os grandes povos a que se sente unido, o Brasil permanece dentro da sua rota inalterável. Amigo da paz, chamaram-no à guerra; ele se põe ao lado das potentes nações que se batem pelo restabelecimento da civilização, pela vitória das soberanias, pela restauração da consciência moral e pela restituição do Direito.

Neste momento a vida nacional é todo um conjunto de sacrifícios e intransigências. Mas não nos fuja aos lábios, em obras e pensamentos, dia e noite, o nome estremecido do Brasil, cuja honra é o mais elevado bem, cuja cultura é o mais justificado orgulho, cuja defesa é o mais impreverível dever dos Brasileiros.

Tu, vexilário feliz, que vais empunhar a Bandeira do Brasil, receive-a genuflexo, com a alma em êxtase, com o coração banhado de fulgores.

Ela, é o que sempre foi, o que tem sido sempre, o que sempre será um lábaro de honra e de valor.

Nas ondulações e nos revérberos desta seda estamos todos nós com o nosso sangue e a nossa alma, com a nossa fé na sua grandeza e a nossa devoção à sua glória, para a sublimarmos à luz e à contemplação do mundo, para afirmarmos a exceléntude da sua inalterável essência, a perpetuidade da sua irredutível nobreza, eterna e grande, eterna e justa, eterna e pura, eterna e soberana, eterna, eterna, eterna!



CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS DE ANDRÉ BEAUFRE

Geraldo da Fonseca

Capitão-de-Corveta Intendente de Marinha da Turma 7 Jan 59, promovido ao posto atual em 31 Ago 73.

Possui os cursos da Escola Naval, de Aperfeiçoamento de Oficiais Intendentes, "Foreign Officers Supply Course" (Georgia, E.U.A.), "Functional Supply Course" (Flórida, E.U.A.) e "Inventory Control Point Operations" (Pensilvânia, E.U.A.).

Foi Chefe do Departamento Financeiro e do Departamento Comercial do Serviço de Reembolsáveis da Marinha e Vice-Diretor Interino do mesmo Serviço.

Atualmente é aluno do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval.

INTRODUÇÃO

O General André Beaufre deixou o serviço ativo do Exército francês em 1961 e foi diretor do Institut Français d'Etudes Stratégiques em Paris. Erudito analista político-militar, escritor consumado e grande estudioso da estratégia e da história militar, foi representante francês no Grupo Permanente da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em Washington (D.C.). Antes disso, fora Chefe de Seção de Logística e Administração do QG Supremo das potências Ocidentais na Europa. Durante a crise de Suez em 1956, foi comandante das forças francesas, tendo participado ainda das campanhas da Argélia e da Indochina. Durante a 2ª Guerra Mundial, serviu nas forças regulares francesas e na Resistência. Morreu em 1976, deixando inestimável bagagem de conhecimentos e ensinamentos sobre estratégia moderna, aplicáveis tanto à guerra convencional, quanto à ameaça de guerra nuclear que paira sobre o mundo de hoje.

ESTRATÉGIA E SUA DEFINIÇÃO

Tomando, como embasamento de suas idéias, os conhecimentos históricos, Beaufre analisou em seu livro "Uma Introdução à Estratégia", as diversas fases históricas da Estratégia. Essa análise evidencia o apogeu das concepções de Clausewitz, o fracasso criado pelo emprego dessas mesmas concepções em 1915, durante a Grande Guerra, fazendo com que a Estratégia caísse na descrença dos estudiosos da guerra e, finalmente, apresenta o advento atômico e as campanhas da Indochina, do Egito e da Argélia como marcos de um novo florescimento da Estratégia.

Ainda como fruto de meditação sobre as idéias do passado, Beaufre aperfeiçou as definições de Estratégia atribuídas a Clausewitz e a Liddell Hart, definindo a antiga "arte do general" como sendo "a arte de aplicar a força de tal modo, que preste a maior contribuição possível à consecução dos fins estabelecidos pela diretriz política", ressaltando que a força aplicada pode ser de natureza econômica ou psicológica e não necessariamente de natureza militar.

MODALIDADES ESTRATÉGICAS

Beaufre concebeu a Estratégica em duas modalidades: a direta e indireta. A primeira se refere à aplicação da força militar tradicional, inclusive as armas nucleares e a ameaça de seu emprego. A segunda envolve o emprego dos meios diplomáticos, políticos e econômicos, bem como as ameaças da guerra fria e as operações de guerrilha.

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Para a adoção de uma estratégia contra o inimigo, Beaufre recomendava que na elaboração do plano estratégico fossem previstas as reações adversas possíveis, frente a cada uma das ações consideradas no plano. Essas ações podem ser internacionais ou nacionais, morais, políticas, econômicas ou militares. O plano estratégico, segundo Beaufre, de acordo com os meios relativos dos dois adversários, se orientará por diversos modelos, dos quais os mais característicos são:

Ameaça direta. Esse modelo é aplicável quando se dispõe de amplos meios e o objetivo é limitado. A simples ameaça do uso dos meios pode levar o inimigo a aceitar as condições que se lhe querem impor. Seria um caso de modalidade direta.

Pressão indireta. Aplicável quando o objetivo é limitado e os recursos não são suficientes para constituir uma ameaça decisiva. Caso de modalidade indireta, muito empregado pela estratégia soviética sob a capa protetora da coexistência pacífica.

Série de ações sucessivas. Quando o objetivo é amplo, mas com estreita margem de liberdade de ação e os meios são limitados. Combina, segundo seja preciso, a ameaça direta com a pressão indireta, podendo o caso ser classificado como de modalidade direta ou indireta. Modelo empregado por Hitler, de 1936 a 1939.

Luta Prolongada e de baixa intensidade militar. Quando os recursos são pequenos, mas há grande liberdade de ação. Caso de modalidade indireta, sendo Mao Tsé-Tung seu principal teórico.

Conflito violento, visando à vitória militar. Quando se dispõe de amplos meios militares, cuja aplicação levará à decisão mediante um conflito violento e, se possível, curto. Caso de modalidade direta e representado pelo conceito de "batalha decisiva", tão preconizado por Clausewitz.

Em conjunto com as duas modalidades de Estratégia esses cinco modelos proporcionam uma base para o entendimento das várias categorias de Estratégia, pois, como acentua Beaufre "aparenta sobretudo o interesse de mostrar claramente a variedade de soluções entre as que a Estratégia há de saber eleger."

SUBDIVISÕES DA ESTRATÉGIA

Dependendo da aplicação genérica ou específica da Estratégia, Beaufre estabeleceu a seguinte subdivisão, situada numa pirâmide:

Estratégia total. No vértice da pirâmide e, imediatamente subordinada ao Governo, é encarregada de conceber a direção da guerra total. Seu papel é definir a própria missão e a combinação das diversas estratégias dos campos político, econômico, diplomático e militar. É o que chamamos no Brasil, de Estratégia Nacional. Nesse nível estão situados os cinco modelos estratégicos apresentados por Beaufre.

Estratégia Geral. Em nível abaixo da Estratégia Total, tem a função de dividir e combinar as ações realizadas nos diferentes ramos da atividade de cada âmbito considerado, seja ele político, econômico ou diplomático. Podemos comparar essa subdivisão ao nosso conceito brasileiro de Estratégia Governamental.

Estratégia Operacional. Situada no nível mais baixo da pirâmide e no ponto onde se articula o conceito e a execução da Estratégia, ou seja, em cada ramo de atividade dos âmbitos militar, político, econômico ou diplomático. No Brasil, corresponderia à Estratégia Setorial, isto é, aquela empreendida por cada Ministério.

ESTRATÉGIA TOTAL COMO CONJUNTO

Além de significar uma subdivisão da Estratégia, o termo Estratégia Total é enfocado por Beaufre como uma ampliação da concepção alemã de Estratégia Ampliada e ligado ao conceito de Guerra Total, em que combinam todas as formas de confrontação, englobando as duas Modalidades de Estratégia, direta e indireta.

Após o advento das armas nucleares e as experiências fornecidas pelos diversos conflitos regionais, como a derrota dos americanos na decisão da Guerra do Vietnam, apesar de militarmente superiores e a vitória da Argélia sobre a França, quando esta era infinitamente superior em meios militares, Beaufre concentrou seus estudos na apreciação do valor dos diferentes fatores que influem no jogo da guerra e de sua correta manipulação sob o ponto de vista psicológico. Assim, a Estratégia

Total, diferentemente da Estratégia puramente militar, no dizer de Beaufre, "manipula potencialidades (geralmente abstratas; prestígio, simpatias ideológicas, etc.) no tempo e praticamente num espaço difuso, em geral do tamanho do planeta todo".

FATORES DOMINANTES DA ESTRATÉGIA MODERNA

Segundo Beaufre, três são os fatores que, combinados, dominam a estratégia moderna: o fator nuclear, o fator revolucionário e o fator de comunicação de massa.

O fator nuclear, que indicando antes o emprego das armas nucleares, evoluiu para constituir somente a ameaça do emprego dessas armas, constituindo-se na dissuasão nuclear. A estratégia de dissuasão nuclear também sofreu modificações, após ter sido verificada a sua aplicação específica e recíproca entre Estados Unidos e Rússia, sendo necessário criar um sistema de dissuasão que a tornasse efetiva em outras regiões do globo.

Cabe aqui observar que a implantação de um sistema de dissuasão nuclear mundial representaria um custo por demais oneroso para a potência líder ocidental, o que a obrigaria a repartir esse ônus com seus aliados. Isto tornaria vulnerável a atual política de não proliferação nuclear adotada pelos Estados Unidos, ao lado da qual Beaufre se alinhava, porém, cuidadosamente, preconizando a escolha de potências *responsáveis*, às quais seria concedida a exclusividade de possuir armamento nuclear e atribuído o direito de controle da proliferação nuclear. Entretanto, perguntaríamos: 1º — Quem faria essa escolha? 2º — As potências de hoje e do futuro, se não escolhidas, conformar-se-iam com esse fato? Vê-se que o problema é delicado e de difícil solução.

Por outro lado, as conclusões de Beaufre mostram que "a dissuasão estratégica não protege nem dissuade o ataque convencional clássico", para o qual é preciso criar um tipo de dissuasão especial, apoiado na guerra clássica e que se combina com os procedimentos revolucionários, no estilo "chinês", com a organização de milícias populares ou no estilo "americano", com a ameaça do emprego de armas nucleares táticas. Beaufre defendia esse último estilo, pois, uma batalha tática nuclear seria tão custosa e desorganizada que ninguém poderia sustentá-la por muito tempo.

Mas Beaufre ainda assinalava a importância do efeito psicológico causado pela simples ameaça do uso da arma nuclear, seja ela estratégica ou tática e af, aparece a influência exercida pela comunicação de massa, isto é, o rádio, a televisão e a imprensa, sobre a opinião pública mundial. Como o mundo está dividido em grandes potências de interesses opostos, o resultado final, no entender de Beaufre é que "as guerras modernas serão sempre limitadas. Serão limitadas porque não se pode dobrar forças muito grandes e ser exageradamente vitorioso". Citou como exemplo a consequência de cada vitória israelense sobre o Egito, que é de atrair os soviéticos, criando uma situação pior que a anterior.

CONCLUSÃO

Hoje, o que se observa é a continuação da corrida nuclear, em busca da supremacia na posse de armamento, que permita desferir o golpe decisivo. Entretanto, essa supremacia é desejada menos com o fim de usar as armas nucleares do que de poder ameaçar o adversário com a sua simples existência. Cresce a China como pólo oposto tanto aos Estados Unidos quanto à U.R.S.S., mas que, ao que tudo indica, prefere a adoção da técnica de guerras revolucionárias regionais, à ameaça frontal aos seus inimigos em potencial. Essa técnica é adequada à limitação de seus recursos econômicos e surte o efeito desejado, pela exploração da permanente luta de classes nos diversos países em desenvolvimento.

Assim, as guerras permanecem limitadas, apesar de se agigantar o fantasma da destruição total.

Só o futuro provará se a estratégia mundial evoluiu de acordo com as assertivas de Beaufre, inferidas com muita propriedade, tendo em vista observações sobre a conjuntura internacional. Se ele estava certo, ficaremos para sempre livres do holocausto nuclear.

Esperamos que, se fatos negativos surgirem, numa futura multipolarização do poder, não tenham peso maior do que o grau da lente usada pelo General André Beaufre na visão dos fatos do passado.

BIBLIOGRAFIA

1. ÁLVARES, Obino L. *Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1973. 411 p.
2. BEAUFRE, André. *An Introduction to strategy*. Translated by Major General R. H. Berry. New York, F. A. Praeger, 1966. 138 p.
3. ———. *Estratégia da Ação*. Trad. por H. F. Arnizaut de Mattos. Rio de Janeiro, Bloch, 1970. 162 p.
4. ———. *Os princípios da Estratégia*. Conferência no Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília, 4 nov. 1971.
5. ———. *A Estratégia Mundial*. Trad. pelo Vice-Almirante Herich Marques Caminha. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, 93 (10/12): 89-98, out/dez 1973. Conferência na Academia Diplomática de Lima, 1972.
6. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1977.
7. BRASIL. Ministério da Marinha. Escola de Guerra Naval. *ENG-215 — Guia para Elaboração de Teses e Monografias*. Rio de Janeiro, 1975.
8. ———. *Leituras Selecionadas — Fundamentos da Estratégia VOL. II*. Rio de Janeiro, 1971. 303 p.



PROJETO TROMBETAS

Pesquisa da Redação

PREÂMBULO

Abauxita, minério do qual se obtém o alumínio de forma mais econômica, é abundante na superfície da terra e sua exploração, para a atual demanda mundial, está exigindo condições favoráveis de transporte terrestre ou marítimo em sua disputa de mercado.

O Brasil tem suas grandes ocorrências de bauxita na Bacia Amazônica, próximas aos grandes rios, o que permitirá seu transporte por navios que, penetrando centenas de quilômetros na rede fluvial, levarão o minério aos centros consumidores.

Os 2,5 bilhões de toneladas de bauxita da Região Amazônica permitirão, por muitas décadas, a participação brasileira no mercado do minério e criarão condições financeiras e tecnológicas para a evolução da mineração para produção de alumina e alumínio.

Os componentes genéricos das bauxitas são os óxidos de alumínio, de ferro, de silício e de titânio. Um minério é considerado bom quando a percentagem de

alumina aproveitável (Al_2O_3) excede os 50% e a de sílica reativa (SiO_2) não ultrapassa os 7%.

A bauxita, consumindo soda cáustica e energia para a produção de vapor e calcinação, se transforma em alumina que, por sua vez, consome cerca de 15 mil kWh de energia elétrica por tonelada de alumínio.

O Projeto Trombetas, que a seguir será abordado, é o mais avançado passo para a entrada do Brasil no mercado internacional do alumínio.

O PROJETO

1. GENERALIDADES

A produção de alumínio no Brasil é, atualmente, de cerca de 180.000 toneladas anuais, para um consumo aparente de 260.000 toneladas, o que exige importações elevadas para suprir o déficit, isto representando ônus ponderável na balança comercial brasileira.

O suprimento das fábricas brasileiras até a presente data vem sendo feito através das jazidas de bauxita do Estado de Minas Gerais, localizadas nas regiões de Ouro Preto, Poços de Caldas e Belo Horizonte. A produção anual é de cerca de 1.000.000 toneladas.

O crescimento anual da demanda de alumínio no Brasil de 1970 a 1977 foi de cerca de 14,8%. Projeções recentes mostram que a demanda deverá alcançar o nível de 700 mil toneladas/ano já em 1985, e o Brasil terá que se preparar para atender a este mercado sem onerar sua balança comercial.

Com o objetivo de atender ao crescimento da demanda interna, o governo brasileiro vem incentivando a implantação de projetos na Região Amazônica — próximo às fontes da matéria prima principal e onde haja potencial hidrelétrico — que deverão estar em funcionamento na primeira metade da década de 80.

O Projeto Trombetas, já em fase adiantada de implantação, e o de Paragominas, ainda em fase de engenharia conceitual, serão a base em que se apoiarão os futuros grandes projetos de alumina e alumínio no norte e nordeste do País que, além de tornar o Brasil auto-suficiente quanto a este material básico, dar-lhe-á, em futuro não muito distante, condições de participar do clube dos exportadores de alumínio.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Durante a década de 60, a ALCAN empreendeu programa sistemático de pesquisa de bauxita, objetivando a localização de reservas na Região Amazônica, em quantidade e qualidades que justificassem o seu aproveitamento econômico. A primeira jazida economicamente aproveitável foi localizada em 1967, mas já no fi-

nal da década, as atuais concessões da Mineração Rio do Norte na região de Trombetas — cerca de 70.000 ha — já estavam cobertas por alvarás de pesquisa ou tinham pedidos de pesquisa com prioridade assegurada.

Com base nas reservas de qualidade comercial, foram executados estudos preliminares, que mostraram existir local adequado para instalação de porto no Rio Trombetas e que a construção de uma estrada de ferro ligando o porto à mina era viável.

Os trabalhos de engenharia tiveram início em 1970 e em 1971, foi feito concorrência para a construção da obra, que teve início no fim do mesmo ano. Entretanto, em fins de maio de 1972, devido a uma forte retração no mercado mundial de alumínio, a ALCAN decidiu interromper o projeto, mas no mesmo ano, entrou em entendimentos com a CVRD, objetivando a sua reativação. Em dezembro, foi assinado um protocolo entre as duas empresas para um estudo de viabilidade conjunto visando à retomada do empreendimento. Durante o ano de 1973, foram feitos contactos com várias empresas nacionais e estrangeiras interessadas em participar no Projeto Trombetas. Em dezembro do mesmo ano, após conclusão do estudo de viabilidade, foi assinado, pelos futuros sócios, um Memorando de Entendimento que estabelecia as condições básicas do projeto e a participação acionária de cada sócio.

Em 11 de junho de 1974, foram assinados os documentos básicos da empresa, da qual participavam duas companhias nacionais (51%) e sete estrangeiras (49%).

Atualmente, as seguintes empresas participam do Projeto:

| | | |
|------------------------------------|-------------------|---------|
| — Companhia Vale do Rio Doce | (brasileira) | 46% |
| — Alcan Alumínio da América Latina | (canadense) | 19% (*) |
| — Companhia Brasileira de Alumínio | (brasileira) | 10% |
| — A/S Aardal og Sunndal verk | (norueguesa) | 5% |
| — Norsk Hydro a.s. | (norueguesa) | 5% |
| — Empresa Nacional del Alumínio | (espanhola) | 5% |
| — Reynolds Alumínio do Brasil | (norte americana) | 5% |
| — Mineração Rio Xingu S.A. | (holandesa) | 5% (*) |

(*) — Com sede no Brasil mas pertencente ao bloco de acionistas estrangeiros.

A C.V.R.D., atualmente detentora de 46% das ações da MRN, está pronta a ceder até 25% do capital da empresa a grupos brasileiros interessados em participar do projeto.

Em 17 de outubro de 1974, a SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia aprovou o projeto apresentado pela Mineração Rio do Norte, fazendo esta jus à isenção de imposto de renda pelo prazo de dez anos, prorrogáveis por mais cinco anos, além de outros incentivos concedidos pelo Governo.

3. BENEFÍCIOS PARA O PAÍS

O Projeto Trombetas é o maior dos pólos de desenvolvimento da Região Amazônica a ser concluído nesta década. Constituir-se-á em importante fator para o desenvolvimento sócio-econômico de grande área da Amazônia e será significativa a sua colaboração para o seu povoamento e integração social.

Vários benefícios já se fazem notar desde o início da implantação do projeto:

- diversificação das atividades locais pela exploração industrial de recursos naturais abundantes e até então inexplorados;
- criação de empregos com o máximo de utilização da mão-de-obra regional e consequente aumento da renda per capita;
- geração de recursos para o município através do recolhimento do imposto sobre serviços;
- entrada de divisas na forma de financiamentos externos;
- desenvolvimento do nível cultural e social.

Com o início da operação, a importância do Projeto é considerável, pois

- criará cerca de 1.000 empregos estáveis diretos, número que poderá ser ampliado com a expansão do empreendimento, e valorizará a mão-de-obra local através de programas de treinamento.
- criará toda uma infra-estrutura urbana — já em implantação — dotada de redes de água, esgoto, energia elétrica, telefônica, além de residências, hospital, escola, centros recreativos e desportivos, etc., para os empregados da empresa e seus familiares;
- contribuirá com cerca de US\$ 80 milhões/ano em divisas para a balança comercial brasileira através da exportação do minério;
- carreará recursos da ordem de US\$ 537.000,00 anualmente para o Programa de Integração Social;
- recolherá aos cofres públicos aproximadamente US\$ 2,4 milhões anualmente em imposto único sobre minerais quando as exportações atingirem o nível de 3,35 milhões de toneladas/ano, e cerca de US\$ 13,7 milhões em imposto de renda após o período de isenção concedida pelo Governo;
- incluirá o Brasil, a partir de 1979, no grupo de exportadores mundiais de bauxita, não sendo uma visão muito ambiciosa esperar-se que o País venha a se tornar um dos maiores produtores do minério de alumínio ainda na década de 80.

4. CUSTO E FINANCIAMENTO DO PROJETO

O custo total do projeto está estimado em cerca de US\$ 300 milhões, que estão sendo financiados pelos acionistas e por empréstimos internos e externos numa proporção de 35:65.

É o seguinte o esquema de financiamento:

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. – BASA: Cr\$ 740,4 milhões, equivalentes a US\$ 60 milhões na data da assinatura do contrato, em dezembro de 1976. Deste total, Cr\$ 185,2 milhões já foram utilizados.

BANCO DO BRASIL S.A. – LINHA DE CRÉDITO 'STAND-BY' – US\$ 20 milhões. Ainda não utilizado.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – US\$ 26,0 milhões, para aquisição de equipamentos de fabricação nacional, dos quais cerca de US\$ 20,0 milhões já foram contratados.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM – Participação de Cr\$ 100 milhões, ainda não captados.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO – BNH – US\$ 18 milhões, para financiamento de parte da vila residencial e instalações comunitárias: em fase de negociação.

ORION BANK LTD., banco inglês. Contrato assinado em janeiro de 1975, no valor de Euro • \$ 40 milhões, já totalmente utilizado.

IRVING TRUST COMPANY, liderando um consórcio de bancos americanos: US\$ 32 milhões. Contrato assinado em abril de 1976; já foram utilizados US\$ 17 milhões.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION – IFC, Divisão do World Bank – US\$ 15 milhões. Contrato assinado em agosto/77, não tendo ainda sido utilizado.

EXPORT-IMPORT BANK OF THE UNITED STATES/IRVING TRUST CO. – US\$ 19,8 milhões, para importação de equipamento de origem norte-americana.

CRÉDITOS DE FORNECEDORES – Além dos contratos acima descritos, foram obtidos créditos através de fornecedores de grandes equipamentos, no total de US\$ 6,9 milhões, para importação de dois conjuntos geradores ingleses, carregador de navios italiano, parte inglesa das draglines, etc.

5. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

O empreendimento está sendo desenvolvido à margem do Rio Trombetas, na localidade denominada Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do

Pará, distando cerca de 80 km da sede do município e 1.100 km da embocadura do Rio Amazonas.

Apesar da localização — cerca de 1,5º ao sul do Equador — o clima não é desagradável e a temperatura varia de 20º mínima a 30º máxima. As chuvas são ocasionais, com a estação chuvosa iniciando-se em dezembro e terminando em maio. A precipitação pluviométrica anual é de cerca de 2.000 mm.

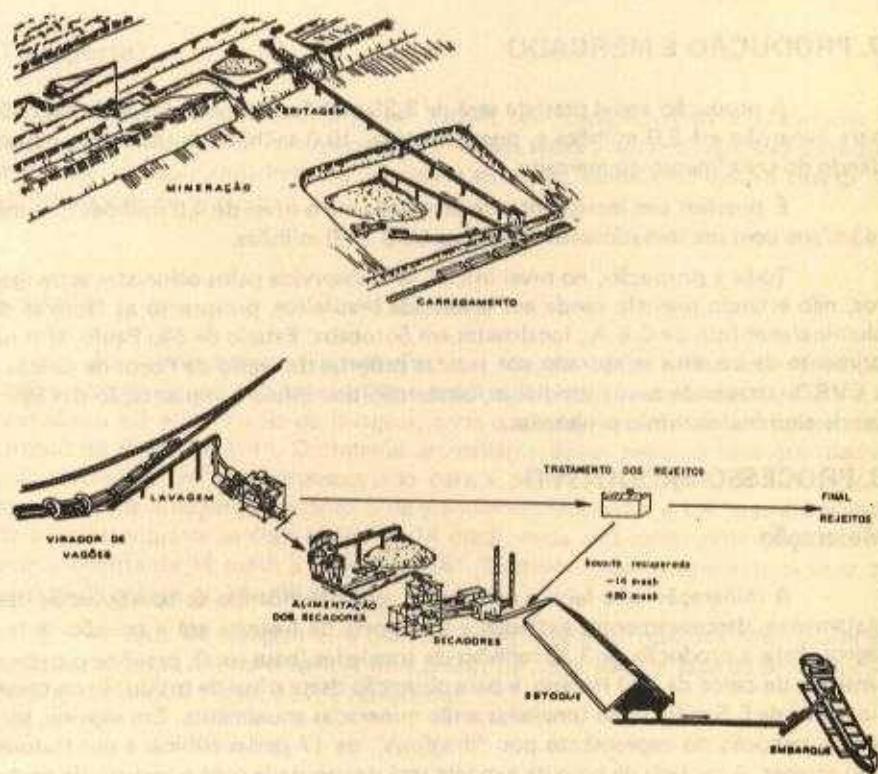
Para execução do empreendimento, a empresa já incorporou ao seu patrimônio uma área de 400 Ha. e para a implantação de todo o complexo industrial e vila residencial, a Rio do Norte aguarda a decisão final do Governo Federal sobre a concessão de cerca de 88.000 Ha de terras devolutas.



6. CARACTERÍSTICAS DE BAUXITA

A bauxita é encontrada no topo achatado dos platôs, remanescentes de uma peneplanície original, a cerca de 70 a 120 metros de altitude. Uma secção típica de um platô na área explorada apresenta seis metros de estéril, seguido de uma camada de um metro de bauxita nodular, separada da camada de cinco metros de espessura de bauxita maciça por uma camada de um metro de laterita ferruginosa, estando a bauxita maciça assentada sobre uma base de argila de várias cores.

Toda a bauxita encontrada na área explorada — cerca de 500 milhões de bauxita maciça e 100 milhões de bauxita nodular (base lavada) — é do tipo tri-hidra-



to, com boas características de precipitação e filtragem. O teor da bauxita a ser exportada inicialmente é o seguinte: alumina aproveitável: 50%; sílica reativa: 4%.

A bauxita nodular é de teor bem inferior à bauxita maciça, com percentual de alumina aproveitável mais baixo e maior percentual de sílica reativa. A recuperação média da bauxita bruta ao produto final (bauxita beneficiada) é de aproximadamente 68%, base seca.

7. PRODUÇÃO E MERCADO

A produção anual prevista será de 3,35 milhões de toneladas, com previsão para expansão até 8,0 milhões e, possivelmente, 10,0 milhões de toneladas, dependendo do crescimento do mercado.

É possível um incremento da produção até o nível de 4,0 milhões de toneladas/ano com um investimento de apenas US\$ 14,0 milhões.

Toda a produção, no nível inicial, será absorvida pelos acionistas estrangeiros, não estando prevista venda aos acionistas brasileiros, porquanto as fábricas de alumina/alumínio da C.B.A., localizadas em Sorocaba, Estado de São Paulo, têm suprimento de bauxita assegurado por jazidas próprias da região de Poços de Caldas e a CVRD, através de suas subsidiárias, ainda não deu início à implantação das fábricas de alumina/alumínio projetadas.

8. PROCESSO PRODUTIVO

Mineração

A mineração será feita a céu aberto, compreendendo as operações de desmatamento, descapeamento, extração e transporte da bauxita até a estação de britagem. Para a produção de 3,35 milhões de toneladas (base seca), prevê-se o desmatamento de cerca de 100 Ha/ano, e para obtenção deste nível de produção de minério, cerca de 5,5 milhões de toneladas serão mineradas anualmente. Em seguida, será feita a remoção do capeamento por "draglines" de 17 jardas cúbicas e por tratores tipo scraper. A camada de bauxita exposta será desmontada com o recurso de perfuradoras e explosivos e o minério recuperado por retro-escavadeiras operando do topo da camada de bauxita. A seguir, a bauxita será carregada em caminhões basculantes de 35 toneladas e transportada até a estação de britagem. Na medida em que as operações de mineração caminham, o solo já minerado será recomposto e preparado para reflorestamento.

Britagem

A estação de britagem, onde a bauxita será reduzida à granulometria inferior a 8 cm, está sendo construída no ponto central da borda leste do platô. Na esta-

ção de britagem, a bauxita será descarregada em alimentador classificador vibratório e o material de granulometria superior a 8 cm, encaminhado ao britador do tipo martelo. Do britador, o minério será levado por correia transportadora até a estação de carregamento de vagões, localizada a 70 metros abaixo do nível da instalação de britagem.

Transporte

O minério será carregado em vagões com capacidade de 70 toneladas, a partir de um sistema de carregamento de vagões sobre a ferrovia, que será de bitola métrica e terá aproximadamente 30 km de extensão, desde a mina até o virador de vagões na área do porto.

Lavagem

No terminal ferroviário do Porto, a bauxita bruta será descarregada dos vagões através de um virador rotativo e conduzida por um sistema de correias transportadoras até a instalação de lavagem, onde o minério será lavado em peneiras de tambor de malha de 1/4". O material proveniente dessas peneiras com granulometria superior a 1/4" será transportado para a pilha de regulagem de alimentação da estação de secagem, enquanto o de granulometria inferior a 1/4" passará através de peneiras vibratórias com malha de 14 mesh, onde será recuperada a bauxita de granulometria de 14 mesh a menos de 1/4". Também serão recuperados os finos de bauxita de menos de 14 a 85 mesh.

A água de lavagem virá do Rio Trombetas e os resíduos não poluentes serão bombeados a uma distância de 4,5 km, no Lago Batata, lago de precipitação natural, localizado à leste da vila residencial.

Secagem, estocagem e carregamento

A secagem da bauxita será feita por dois secadores rotativos até atingir aproximadamente 3% de umidade. Dos secadores, o minério será transportado por correia transportadora para um silo coberto com 80.000 toneladas de capacidade de estocagem.

A recuperação da bauxita será feita por gravidade, em dois túneis, por meio de descarregadores de pilha e alimentadores vibratórios. Os transportadores alimentarão um carregador de navios do tipo linear deslizante, com capacidade de projeto prevista para 6.000 toneladas/hora. A capacidade média de carregamento está estimada em 4.200 toneladas/hora.

9. INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

O cais está sendo construído a cerca de 120 metros da margem do rio, a fim de se obter uma profundidade de 12,2 m (média da estação seca) ao longo da margem. Uma seção mais larga do rio, logo acima do local do porto, forma uma baía natural para manobra de navios, com uma largura superior a 500 metros, onde a profundidade mínima é de 12,2 m.

Serão utilizados navios comportando carregamento de 35.000 a 50.000 toneladas. A principal limitação da tonelagem são os bancos de areia no estuário do Amazonas, que podem limitar o calado a 11 metros. A dragagem desses bancos de areia, bem como a sinalização náutica em alguns pontos estratégicos eliminarão as dificuldades de navegação na região.

10. INSTALAÇÕES DE SERVIÇO

As instalações de serviço se concentrarão na área do porto e estão sendo construídas apenas pequenas oficinas de manutenção, almoxarifado e outras instalações correlatas na área da mina.

A energia elétrica será suprida por quatro geradores diesel com capacidade instalada total de 12,8 MW, operando em 13,8 kV. Uma linha de transmissão em 69 kV transportará energia à área da mina. O combustível será suprido pela Petrobrás, que já está construindo um terminal próprio.

As oficinas de manutenção e de máquinas no porto serão equipadas para prestarem serviços de maior monta ao material rodante da estrada de ferro e ao equipamento pesado. As peças sobressalentes e suprimentos serão estocados num almoxarifado central.

Uma estação de captação dágua à margem do Rio Trombetas fornecerá a água necessária às instalações industriais. Adicionalmente, uma estação de tratamento dágua suprirá a vila residencial.

Será utilizado um terminal para carga geral à jusante do carregador de navios.

11. VILA RESIDENCIAL

A vila residencial está sendo construída à leste da área industrial do porto, a pequena distância desse local.

Com base na força de trabalho estimada em cerca de 960 empregados, trabalhando na cidade e na mina, estima-se a população em 3.000 habitantes, calculando-se que 50% sejam acompanhados pelas famílias.

Além de residências, estão sendo construídos um hospital com 16 leitos, escolas primárias e secundárias, instalações comerciais e recreativas e refeitórios.

Cinco tipos principais de residências estão previstos: para empregado graduado, para empregado de nível médio, para iniciantes e encarregado "senior", dois outros tipos para encarregado "junior" e pessoal horista. Para o pessoal solteiro serão construídos alojamento. Está em fase de construção uma casa de hóspedes com vinte apartamentos para visitantes e pessoal em trânsito.

Algumas casas e edificações construídas para o pessoal da construção, quando viável, serão utilizadas na fase de operação. Algumas residências permanentes estão sendo construídas desde o início da obra para utilização pelo pessoal da construção. Está prevista a construção de 15 km de vias pavimentadas. Já existe em operação um campo de pouso para aviões de pequeno porte, mas este será preparado para operação de aviões comerciais, provavelmente a partir de 1978.

12. COMUNICAÇÕES

Quanto ao sistema de comunicações, as instalações telefônicas e de telex serão ligadas à rede brasileira de telecomunicações e será também mantido um sistema de rádio-comunicação entre o porto, mina e ferrovia. Durante a fase de construção, a comunicação externa entre Porto Trombetas, Belém e Sul do Brasil vem sendo feita por rádio.

13. PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Uma das grandes preocupações dos dirigentes da empresa é a preservação ecológica e proteção do meio ambiente contra a poluição que o Projeto Trombetas possa trazer à área em que está sendo implantado. Assim é que vêm sendo mantidos contatos com a SEMA — Secretaria Especial do Meio Ambiente, com a finalidade de estudar os problemas de poluição e apresentar sugestões para sua solução.

14. ESTÁGIO DA CONSTRUÇÃO

De acordo com o cronograma, o início das operações dar-se-á no primeiro trimestre de 1979, e todo o esforço está sendo feito para que este programa seja cumprido sem, contudo, onerar o investimento.

Tendo em vista o próximo início da estação chuvosa, estão sendo construídas em ritmo acelerado todas as fundações dos prédios e dos equipamentos industriais de forma a permitir continuidade de trabalho na época das chuvas. Pelo mesmo motivo, estão praticamente concluídas as grandes escavações.

Na área da mina, as instalações de britagem estão em fase de execução, devendo a construção civil ficar concluída até fevereiro de 1978. A montagem dos equipamentos deverá ter início no 1º trimestre de 1978.

Na área do porto, em andamento o estaqueamento, sendo que a montagem do "shiploader" deverá ser iniciada nos primeiros meses de 1978.

A construção da super-estrutura da ferrovia deverá ser iniciada no 1º trimestre de 1978.

O virador de vagões, estação de lavagem e secagem, bem como a estocagem de bauxita seca estão em fase de construção civil.

Já foram encomendados 90% dos equipamentos, importados e nacionais, e uma grande parte já foi recebida na obra.

Na vila residencial, 109 casas já estão prontas e 94 se encontram em diversos estágios de construção. A área já construída totaliza cerca de 12.791 m². Foram iniciados os baldrames para 200 casas pré-fabricadas.

Já está concluído o prédio do jardim da infância, que está funcionando com 128 alunos. Em construção o prédio destinado ao primeiro grau que, entretanto, já está funcionando, provisoriamente no prédio do jardim da infância, com 169 alunos, o mesmo acontecendo com a 1ª série do segundo grau, esta com 6 alunos.

Cerca de 20 alunos estão se preparando para exames de supletivo de segundo grau. Em setembro encerrou-se um programa de alfabetização funcional, realizado em convênio com o MOBRAL, que atendeu a aproximadamente 150 empregados da empresa. Novos convênios serão firmados com o MOBRAL para novo Programa de Alfabetização Funcional, para o Programa de Educação Integrada e instalação de um Posto Cultural.

Já está em operação um hospital provisório e a construção do hospital permanente deverá ter início em breve.

15. CONCLUSÃO

A rápida visão do projeto, através da exposição acima, já permite uma avaliação do grande alcance da obra e os benefícios que já estão se fazendo sentir na região e são empreendimentos como este que fazem a grandeza do Brasil.



O DESAFIO HABITACIONAL NO BRASIL

Maurício Schulman

Presidente do Banco Nacional da Habitação

As transformações que ocorreram no Brasil, ao longo das últimas décadas, foram de proporções inéditas. A economia, que era baseada na exploração de recursos naturais, passou a ser dominada por setores de serviços e indústria. A estrutura social mudou-se, com a migração de milhões de pessoas das áreas rurais para as urbanas. A urbanização, que era lenta no passado, se acelerou, e a demanda por habitação cresceu exponencialmente. As cidades cresceram desorganizadamente, com a construção de imóveis de baixa qualidade e alta densidade populacional. A falta de investimentos em infraestrutura e serviços básicos, como saneamento e educação, agravou os problemas sociais. A crise econômica dos anos 80 agravou ainda mais a situação, com a queda da renda e o aumento da desigualdade social.

As transformações que ocorreram no Brasil, ao longo das últimas décadas, foram de proporções inéditas. A economia, que era baseada na exploração de recursos naturais, passou a ser dominada por setores de serviços e indústria. A estrutura social mudou-se, com a migração de milhões de pessoas das áreas rurais para as urbanas. A urbanização, que era lenta no passado, se acelerou, e a demanda por habitação cresceu exponencialmente. As cidades cresceram desorganizadamente, com a construção de imóveis de baixa qualidade e alta densidade populacional. A falta de investimentos em infraestrutura e serviços básicos, como saneamento e educação, agravou os problemas sociais. A crise econômica dos anos 80 agravou ainda mais a situação, com a queda da renda e o aumento da desigualdade social.

A natureza e a velocidade das transformações por que vem passando a sociedade brasileira nas últimas décadas constituem-se desafio permanente.

2. De uma população de 40 milhões de habitantes em 1940, dos quais 70% exerciam atividades rurais, evoluímos em 1970 para 110 milhões de habitantes, dos quais 60% em áreas urbanas. Na década 1960/70, a população economicamente ativa empregada em atividades urbanas cresceu de 46% para 60% do total, sendo que dos 6,9 milhões de novos empregos gerados no período, 6 milhões o foram em áreas urbanas.

3. A velocidade com que se processou essa alteração no quadro demográfico, através de migrações em grande escala, principalmente de população de baixa renda, em direção aos centros urbanos, em busca de trabalho, agravou-se no início da década passada, gerando problemas de ordem social bastante graves.

4. A absorção destes contingentes populacionais em contextos sociais urbanos passou a exigir, do setor público, esforços muito além do que lhe era possível desenvolver na época. A necessidade de grandes investimentos públicos dirigidos a

uma melhor ordenação urbana, assim como a uma política de desenvolvimento propiciadora de geração acelerada de novos empregos urbanos, em um período de grave crise econômica e social em que se encontrava o país, apresentavam-se como metas inviáveis de serem alcançadas.

5. Iniciou-se o ano de 1964 com uma taxa negativa de crescimento do Produto Interno Bruto. A acentuada aceleração do processo inflacionário propiciava a existência de taxas de juros negativos em termos reais, desestimulando a captação de poupanças internas. Em consequência, a oferta de créditos a longo prazo era bastante reduzida, com reflexos negativos dos níveis de investimentos públicos e privados, apresentando indícios claros de estagnação em nossa economia.

6. A premência com que se fazia mister devolver à nação um clima de tranquilidade econômica e social levou o governo, em 1964, a definir entre suas metas o crescimento contínuo da economia e o combate ao processo inflacionário.

7. Nas medidas de combate à inflação procurou o governo brasileiro atuar de acordo com os tradicionais mecanismos de política monetária, objetivando por esta via destacar na política econômico-financeira o avanço gradual no controle do processo inflacionário. A adoção deste mecanismo como medida legal, definindo coeficientes de reajustamentos automáticos e periódicos de valores com base em médias móveis dos índices de preços por atacado, representou elemento fundamental no processo de desenvolvimento econômico. A longa convivência com um processo inflacionário e a correção das distorções mostram-se socialmente mais justas, não prejudicando a aplicação dos mecanismos de combate direto de forma amena e sistemática.

8. As medidas alternativas de combate aberto e direto aos focos inflacionários, con quanto pudessem alcançar uma desaceleração mais rápida da evolução do nível geral de preços, certamente não se mostraria compatível com a necessidade de manter o sistema em elevado nível de atividade para absorver o grande contingente de mão-de-obra à procura de emprego.

9. Nesta conjuntura ficou o governo sensível à necessidade de criar uma política de habitação, e o Congresso Nacional, em 21 de agosto de 1964, aprovou lei proposta pelo Executivo, criando o Sistema Financeiro da Habitação, tendo o Banco Nacional como seu órgão central.

10. Esta Lei tinha por objetivo acelerar a atividade da construção civil, dada sua elevada participação na geração de rendas internas por pouco pressionar a balança comercial e pela grande capacidade de ocupação de mão-de-obra. Destinava-se também a criar condições que propiciassem uma ampliação na oferta de novas moradias, com prioridade de atendimento às famílias de menor renda.

11. Após dois anos de atividade intensa, verificou-se a necessidade de criação de fluxos de recursos de caráter permanente em dimensão compatível a assegurar uma maior atuação em todo o País.

12. Para tanto foram criados dois sistemas de captação de poupanças internas que entraram em vigor em 1967: um, formado de poupanças compulsórias, denominado Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e outro oriundo da captação de poupanças voluntárias, denominado Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

13. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS é constituído pelo depósito, por parte das empresas, de 8% das folhas de salários do País, à conta individual de cada empregado, propiciando aos mesmos e às suas famílias, a formação de um patrimônio a ser utilizado em casos de perda de emprego, aposentadoria, e quando de seu falecimento. Os recursos oriundos desta poupança interna, compulsória, são administrados pelo Banco Nacional da Habitação, que remunera as contas individuais, com juros de 3 a 6% a.a. capitalizados trimestralmente, além de correção monetária, representando atualmente a única fonte de recursos de que dispõe o BNH. Em 30 de junho de 1977, havia mais de 23 milhões de contas pertencentes aos assalariados, que somavam Cr\$ 110 bilhões, equivalentes a US\$ 8 bilhões.

14. O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo é composto de 81 entidades de crédito imobiliário e poupança, sendo 1 Caixa Econômica Federal e 5 Caixas Econômicas Estaduais – empresas públicas já existentes quando da criação do Sistema Financeiro da Habitação e que se adaptaram às suas regras – 40 Sociedades de Crédito Imobiliário – empresas privadas nacionais – e 36 Associações de Poupança e Empréstimo – entidades mutualistas. Têm como origem de seus recursos a captação de poupanças populares, através de depósitos efetuados em cadernetas de poupança e a venda de letras imobiliárias à taxa de 6% a.a., corrigidas monetariamente.

15. O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, ao longo de seus dez anos de existência, acumulou recursos provenientes de poupança voluntária em valor superior a Cr\$ 160 bilhões, equivalentes a US\$ 11,2 bilhões. As cadernetas de poupança totalizam mais de 15 milhões de contas e seus saldos superaram Cr\$ 157 bilhões. A aplicação destes recursos dirige-se à produção e comercialização de habitações, mantendo em elevado nível de atividade o setor imobiliário, alcançando suas operações ativas valor superior a Cr\$ 230 bilhões.

16. Foram criados instrumentos de captação de recursos originários de poupanças internas, em volume significativo e de fluxo regular, que permitiram desenvolver a atividade de construção civil. Era necessário, porém, encontrar mecanismos adequados para assegurar que a oferta de novas habitações se processasse em todas as faixas do mercado, num país onde as famílias de renda baixa representam a grande maioria da população.

17. Como ponto de partida foi reconhecida a existência de três grandes segmentos de mercado. O primeiro, constituído de famílias de renda suficiente para aquisição de moradias com bom padrão de urbanização e de localização e em condi-

ções de ser atendido integralmente pela iniciativa privada. Um segundo segmento formado de famílias de renda média, a ser atendido parte pela iniciativa privada e parte por sistemas associativos, sob a forma de Cooperativas Habitacionais. Finalmente, um terceiro segmento, representando 70% da população, com renda anual inferior a Cr\$ 75 mil, e que só poderiam ser atendidos através de programas desenvolvidos por empresas públicas, financiando unidades de pequeno valor unitário e com elevado risco empresarial.

18. Definidos os mercados e assegurados recursos e custos reais, foram criados mecanismos financeiros e de benefício fiscal bastante engenhosos, que possibilitaram a todas as faixas de renda a concessão de financiamentos para a produção e comercialização de novas moradias.

19. O primeiro mecanismo financeiro implantado foi o da taxa regressiva de juros. Conhecido o custo médio de captação e administração, de 5% a.a. para o BNH e de 8% a.a. para o SBPE, estabeleceu-se uma tabela de juros variáveis de 0% a 10% a.a. diretamente proporcional ao valor do financiamento. Em 25 anos de prazo, a primeira prestação no Sistema de Amortização Constante, à taxa de 10% a.a., é de 1,41% do valor do empréstimo, enquanto que à taxa de 1% a.a. é de 0,57%, resultando em fator significativo de redistribuição de renda.

20. O estabelecimento de uma tabela de juros variáveis em função do valor do financiamento garante ao Sistema Financeiro da Habitação uma remuneração média suficiente para cobrir seus custos e assegurar sua remuneração. Tornou-se porém necessário a criação de estímulo às empresas privadas de crédito imobiliário de forma a que não concentrassem suas aplicações em unidades de maior valor unitário, as de taxas de juros mais elevadas. Para tanto foi criada pelo BNH uma linha de redescuento de cédulas hipotecárias, geradas na comercialização de unidades novas. Este redesconto processa-se em percentuais crescentes e à taxa de juros decrescentes em relação ao valor dos financiamentos concedidos. Nestas condições, os empréstimos de menor valor unitário também recebem maiores percentuais de refinanciamento com menores taxas de juros, assegurando à empresa privada maior rentabilidade.

21. Reconhecendo o reflexo nas prestações dos reajustamentos anuais provocados pela correção monetária e sua repercussão nos orçamentos familiares, decidiu o Governo Federal absorver parte desses reajustamentos com recursos orçamentários, através de um mecanismo de benefício fiscal que atende a todos os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. Através deste benefício, foi assegurado a todos os mutuários a devolução de 12% do total pago no ano anterior, transferidos diretamente pela Secretaria da Receita Federal a cada comprador, através da rede de agentes financeiros. Esta devolução tem como valor máximo Cr\$ 4.545,00, e mínimo, Cr\$ 648,00. Este benefício fiscal, que totalizou em 1977 Cr\$ 1,3 bilhões, atendendo a mais de 880 mil mutuários, tem também importante papel redistribuidor de renda, pois 15% dos beneficiários situados nas faixas de mais baixa renda tiveram devolução superior a 45% das prestações pagas em 1976.

22. Constatamos também que nos programas habitacionais destinados a famí-

rias de baixa renda, a sua maior conquista não se limitava a uma casa em termos de abrigo, mas sim ao acesso à infra-estrutura urbana e a equipamentos comunitários. Nos conjuntos de habitações de baixo custo, os investimentos em serviços regulares de água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, centros de saúde, escolas, vias urbanas para transportes coletivos, representam investimentos superiores a 30% do valor de cada habitação, e que se apropriados ao financiamento tornaria inviável o pagamento, para as famílias de baixa renda, que se deseja atender.

23. Considerando que estes serviços são de responsabilidade de entidades públicas, foram criadas pelo BNH linhas de financiamentos que asseguram a totalidade dos recursos necessários à execução dessas obras. Estes financiamentos são concedidos com prazos de 3 anos de carência e 18 anos de amortização. As taxas de juros variam de 2% a 7% a.a., em função da renda tributária per capita do município onde se implantará o programa. O aumento da atividade econômica do município, decorrente dos novos investimentos, aliado a uma adequada política tarifária dos serviços públicos, assegura o retorno dos financiamentos concedidos.

24. Para as famílias de muito baixa renda ou sem renda regular, desenvolve o BNH um programa de lotes urbanizados. Nele são asseguradas as melhores condições dos benefícios já citados: juros de 0% a.a., máximo benefício fiscal e infra-estrutura urbana e comunitária não incidente no valor do lote. Este programa tem permitido, tanto nos casos de agrupamentos já existentes, denominados favelas, como nos de novas áreas a serem urbanizadas, que se legalize, por venda, a cada uma das famílias, a posse de um terreno, dotado dos requisitos mínimos de infra-estrutura urbana e comunitária, às quais se orienta com assistência técnica e social na construção de uma casa por seus próprios meios. Numa segunda etapa, para as famílias estabilizadas, são concedidos financiamentos suplementares para aquisição de materiais de construção para ampliação e melhoria de sua casa.

25. Nas faixas de renda alta e média alta, os financiamentos habitacionais, tanto para a produção como para a comercialização, são operados através do mercado imobiliário privado, altamente ativo e de grande participação no sistema. Sua sensibilidade tem permitido a abertura de novas áreas urbanas, bem como a utilização de áreas já existentes, atendendo aos desejos desta faixa de população. Sua atividade é de grande risco, já que seu produto só vai ao mercado após 24 meses da decisão empresarial de executá-lo, correndo os riscos de oscilação do mercado. Por isto mesmo, os empreendimentos bem sucedidos oferecem níveis de rentabilidade bastante significativos.

26. Para a faixa de renda média até Cr\$ 180 mil anuais, o Sistema de Cooperativa Habitacional apresenta como característica básica a aquisição de uma habitação com 90% de financiamento sobre o preço final de custo de construção, isento dos encargos de comercialização e de lucros de incorporação. Esta diferença pode atingir 30% do valor de mercado. Apresenta como inconveniente a espera de cerca de 24 meses para a execução da obra, além de não permitir aos cooperativados uma escolha prévia da unidade, já que são distribuídas por sorteio.

27. Para as famílias com nível de renda até Cr\$ 5 mil anuais, o atendimento é processado através de empresas públicas, estaduais ou municipais. Estas empresas desempenham simultaneamente as funções de promotoras, incorporadoras e financeiradoras dos empreendimentos através de repasses de recursos oriundos do BNH. Tanto nestes casos, como no de cooperativas, a construção é executada por empresa privada.

28. Sem ter sido seu objetivo, não podemos deixar de ressaltar o aspecto educativo desempenhado pelo SBPE, com relação ao hábito de poupar da população brasileira. Este Sistema, em dez anos já alcançou 15 milhões de depositantes, para uma população em cidades onde existem entidades de crédito imobiliário de pouco mais de 50 milhões de habitantes. Este fato é da maior importância quando sabemos que um país cresce na medida em que investe as poupanças geradas por sua população. No Brasil passou-se de um investimento de 12% do PIB em 1964 para 28% em 1976. Considerando que o PIB cresceu no período mais de 100%, o aumento do investimento real foi de quase cinco vezes.

29. Nesse mesmo período, os investimentos efetuados pelo SFH e pelo BNH em seus programas urbanos atingiram Cr\$ 360 bilhões e propiciaram financiamento para a produção de 1.560 mil novas habitações. Somente em 1976, foram concedidos 240 mil novos financiamentos habitacionais e neste ano deve atingir 260 mil.



RIOCENTRO

Um novo ponto-de-encontro internacional

Pesquisa da Redação

Com a criação do Centro Internacional Riotur S.A., o Rio de Janeiro, que, com seus atrativos, capta um sem número de turistas internos e externos, terá oportunidade de receber, em um centro de convenções dos mais modernos e de nível internacional, participantes das mais expressivas reuniões do mundo inteiro.

O Centro Internacional Riotur S.A. é responsável pela construção e operação, como o foi pela implantação, do RIOCENTRO, complexo de pavilhões para congressos, feiras, exposições e lazer, situado na Baixada de Jacarepaguá, em trecho de grande beleza natural. Este complexo tem área total de 600.000 metros quadrados e é formado por um *Pavilhão de Exposições*, com 31.500 metros quadrados, um *Pavilhão de Congressos* com capacidade para até 10 mil pessoas e área de 20.000 metros quadrados (em dois pavimentos), além dos 27.140 metros quadrados de um *Pavilhão Central* destinado a abrigar sofisticado centro comercial convencional — e do “grande espelho d’água”, de 28.000 metros quadrados, onde poderão ser realizadas exposições náuticas. Tudo isto numa primeira etapa, já que está prevista a construção de mais dois Pavilhões de Exposições.

Atendimento em caráter excepcional

Os Pavilhões de Exposições e de Congressos, os primeiros a serem construídos, são interligados por meio de passarela coberta, em torno de um espaço aberto central, onde, inclusive, já foi realizada, neste mês de dezembro, em caráter excepcional, a Exposição Brasileira de Panificação.

Em outubro, também em caráter excepcional, o Pavilhão de Exposições e parte do Pavilhão de Congressos abrigaram o Congresso e a Exposição International de Radiologia.

Ao ar-livre, voltamos ainda a repetir — em caráter excepcional, foi realizada em novembro, a Exposição de Cães Pastores Alemães, no gramado que rodeia o lago.

Inauguração em dezembro de 78

Mesmo já atendendo a eventos, o RIOCENTRO que continua o seu ritmo acelerado de obras, só será inaugurado oficialmente em dezembro de 1978, quando estiver totalmente concluído. Contudo, o Pavilhão de Exposições começará a funcionar permanentemente a partir do "Janeiro Fashion Show", a ser realizado de 17 a 21 de janeiro próximo.

O Pavilhão de Congressos, por sua vez, começará as suas atividades ininterruptas com a realização, em junho do ano que vem, do "Congresso Latino-Americano da Indústria de Petróleo" que terá também exposição paralela de equipamentos.

Basicamente, os Pavilhões de Exposições e de Congressos são locados aos promotores para a realização dos mais diversos eventos. Nessa locação podem eles dispor da área necessária, total ou parcial, das instalações fixas da construção, iluminação, ar-condicionado, luz, água, sistema de som etc.

Ao promotor cabe complementar as instalações, naquilo que for de natureza especializada, como tradução simultânea, circuito fechado de tv, assim como a manutenção e segurança da área locada.

Facilidades de estacionamento

O RIOCENTRO cuida do funcionamento da infra-estrutura externa, necessária a atender aos eventos realizados, tais como estacionamentos, iluminação, limpeza, segurança e funcionamento de bares e restaurantes, além do apoio logístico.

Longe dos congestionamentos e com diversas vias de acesso (BR-101, Vias 9, 11 e 5 e Estrada dos Bandeirantes), o RIOCENTRO conta com área de estacionamento de 108.000 metros quadrados — para aproximadamente 4 mil automóveis, mais 25.000 metros quadrados destinados ao estacionamento de ônibus, e 5.000 metros quadrados para serviços.

Um projeto versátil

O RIOCENTRO tem a grande vantagem de possibilitar a realização de eventos simultâneos, dada à versatilidade do projeto. As salas de reuniões do Pavilhão de Congressos, por exemplo, são de grande porte — 720 metros quadrados — com acústica perfeita, e podem, de acordo com a dimensão das reuniões, ser subdivididas em salas menores, através de paredes divisórias removíveis.

O grande salão do Pavilhão de Congressos — 4.200 metros quadrados — pode também ser subdividido em até três compartimentos.

Quanto ao Pavilhão Central, fase final da obra, funcionará como um centro comercial, com áreas para comércio, serviços e diversões (cinemas, teatros, bares, restaurantes etc.). A montagem deste centro comercial será baseada em estudo prévio de *marketing*, em realização, dirigido em função das características próprias da região e do RIOCENTRO como um todo.

Aproveitamento de infra-estrutura

Localizado na Baixada de Jacarepaguá, próximo ao Autódromo e à Lagoa de Jacarepaguá, o RIOCENTRO faz parte de mais um polo de atração turística da Cidade do Rio de Janeiro, justificando, dessa forma, as obras de infra-estrutura necessárias ao local. Significa, portanto, a maximização do aproveitamento de toda a infra-estrutura básica de serviço público da região.

A infra-estrutura de serviços é completa: abastecimento de água pela Cedae, em linha direta de 300 mm; telefones, sistema Cetel, mediante central com 40 troncos, 400 ramais e 36 linhas individuais, na primeira fase, com possibilidades de expansão; energia elétrica, pelo sistema Light, com duas fontes de alimentação, de forma a corrigir eventuais cortes de um dos sistemas; esgotos, por estação de tratamento própria; gás, inicialmente pelo sistema GLP, mas com instalações já construídas, aguardando conclusão da rede subterrânea da CEG, por ligação direta.

Sociedade de Economia Mista

O Centro Internacional Riotur S.A., constituído em 25 de outubro de 1976, sob a presidência de Geraldo Heleno de Segadas Vianna, é uma Sociedade de Economia Mista, com capital autorizado de Cr\$ 360 milhões e comportando investimento inicial de Cr\$ 300 milhões.

A importância de Cr\$ 300 milhões foi composta da seguinte maneira: Cr\$ 100 milhões em ações preferenciais subscritas pela EMBRATUR, através do FISET — Turismo; Cr\$ 199.990 milhões em ações ordinárias pela RIOTUR S.A. — dos Cr\$ 199.990 milhões, Cr\$ 100 milhões foram obtidos por empréstimo à Caixa Econômica Federal; — os restantes Cr\$ 10 mil foram subscritos em ações ordinárias nominativas de Cr\$ 1,00, em parcelas iguais de Cr\$ 1 mil pelos seguintes órgãos

públicos: Cedae, Comlurb, Coderte, Serla, Metrô, Feema, Emop, CTC, Flumitur e CEG.

Rendimento sócio-econômico

O RIOCENTRO atenderá a cinco aspectos principais: comercial, cultural, social, esportivo e de lazer.

No aspecto comercial, cada feira, exposição e congresso vai gerar um aumento significativo de número de participantes desses eventos no Rio de Janeiro, ampliando o rendimento sócio-econômico que os mesmos podem proporcionar.

O Rio de Janeiro receberá em um centro de convenções dos mais modernos, de nível internacional, participantes das mais expressivas reuniões do mundo inteiro.

E tudo isto se torna mais importante ainda por fazer o Centro Internacional Riotur S.A. parte integrante da estrutura básica da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Sofisticação em alto nível

Em termos culturais, a Cidade terá mais possibilidades de trazer para si discussões de assuntos nacionais e internacionais do mais alto nível, concentrando a atenção, em muitos dos casos, de especialistas de todo o mundo.

Na parte social, o RIOCENTRO se propõe a se transformar, principalmente o Pavilhão Central, num ponto-de-encontro bastante sofisticado e destinado à realização de eventos sociais dos mais diversos portes e dos mais diversificados.

Os esportistas também não foram esquecidos, visto que o Pavilhão de Exposições se prestará a uma grande variedade de esportes, em recinto fechado. E tanto é verdadeira esta preocupação que já está programado para o próximo ano um "Torneio Internacional de Tênis".

Arte e lazer

Voltamos a falar do Pavilhão Central, desta vez como centro de lazer. Ele se constituirá, em futuro próximo, em um centro de visitação, independente da realização de congressos, feiras ou exposições.

Oferecerá bares, restaurantes, teatros, cinemas, discotecas etc. A par disso, também os Pavilhões de Exposições e de Congressos, nos intervalos de eventos, serão utilizados para a realização de espetáculos artísticos do mais alto nível.

Por tudo isso, pode-se sentir a diversificação das atividades a que se propõe o RIOCENTRO, bem como a certeza de que será mais um ponto de grande movimentação da "Cidade Maravilhosa".



QUESTÕES DO CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME-1977

Pesquisa da Redação

PROVA DE HISTÓRIA

1ª QUESTÃO (Valor: 5,0)

Por ocasião da visita do Presidente da ARGENTINA à VENEZUELA, em maio do corrente ano, um jornalista europeu escreveu o seguinte:

“ — Os laços estabelecidos durante esta visita repercutirão, sem dúvida, sobre o equilíbrio geopolítico do continente, apesar de qualquer reação qua a ativa diplomacia brasileira possa registrar.”

Da história das nações sul-americanas, apresente os fatores e os fatos que possam justificar essa qualificação atribuída à nossa diplomacia.

2ª QUESTÃO (Valor: 5,0)

Analise as causas que conduziram à Proclamação da República no BRASIL, concluindo quanto à influência de cada uma no processo que culminou com aquele acontecimento histórico.

PROVA DE GEOGRAFIA

1ª QUESTÃO (Valor: 5,0)

Considerando a decisão governamental de realizar o Programa Nuclear Brasileiro (PNB):

1. Exponha as razões que fundamentaram essa decisão;
2. Cite os objetivos a que se propõe o referido Programa;
3. Aprecie os aspectos técnicos e econômicos relevantes considerados por nosso País para o estabelecimento do Acordo Nuclear BRASIL – REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA;
4. Cite as consequências da execução do PNB nos campos político e econômico do País.

2ª QUESTÃO (Valor: 5,0)

Estabeleça, justificando, uma prioridade para a utilização das diferentes modalidades de transporte de carga a longa distância no BRASIL.

Indique, genericamente, as medidas necessárias à exploração vantajosa daquelas modalidades, segundo a prioridade estabelecida.

PROVA DE MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

1ª QUESTÃO (Valor: 6,0)

1. SITUAÇÃO

Em diversos países, inclusive no BRASIL, o Movimento Comunista Internacional tem encontrado, na oposição das Forças Armadas, um obstáculo de superação difícil para a consecução de seus objetivos.

Tal não ocorreu, no entanto, nas experiências revolucionárias ocorridas na RÚSSIA, em 1917, e na TCHECOESLOVÁQUIA, em 1948, quando os comunistas executaram golpes de estado como etapa final para a tomada do poder.

2. PEDIDO

Apresente, para cada um dos dois países acima citados, as causas que impossibilitaram uma reação eficiente de suas respectivas Forças Armadas.

2ª QUESTÃO (Valor: 4,0)

1. SITUAÇÃO

No período entre 1950 e 1970, três acontecimentos afetaram, de forma acentuada, a ação do MCI no âmbito mundial:

- Conflito RÚSSIA x CHINA, iniciado no XX Congresso do PCUS, em 1956;
- A Revolução Cubana, vitoriosa em 1959;
- A caracterização, de fato, da Doutrina de Soberania Limitada, em 1968.

2. PEDIDOS

- a. Apresente as repercussões do Conflito Sino-Soviético e da Revolução Cubana na estrutura e na ação do MCI na AMÉRICA LATINA.
- b. Apresente as principais consequências, para os países sob regimes comunistas, da instauração da Doutrina de Soberania Limitada.

PROVA DE INGLÊS

1ª QUESTÃO

TRADUÇÃO (Valor: 7,0)

TECHNIQUES USED IN COMBAT ORDERS

Combat orders may be prepared with an overlay or overprinted map as an annex.

For simplicity and clarity the affirmative form of expression is used.

Such wording as "The trains will not accompany the units" is defective for two reasons: first, because the intent of the order depends upon the single word "not"; second, actual disposition of the trains is not indicated. The proper form is "Trains remain in the assembly area".

Expressions similar to the following are avoided: "attack vigorously", which weakens the force of subsequent orders in which the expression does not appear; "holding attack" and "secondary attack", which qualify the vigor of the operation; and "try to hold" and "as far as possible", which lessen responsibility.

Boundaries delimit areas of action (including maneuver and fires) and areas of responsibility. They are designated by easily distinguishable terrain features in the sequence in which the features occur on the ground. They are described from rear to front during an advance and from front to rear in defense (area and mobile) and retrograde. If generally parallel to the front, e. g., rear boundaries, they are described from left to right, facing the enemy. The description of a boundary states specifically to which unit or formation an area or a point is inclusive or exclusive.

An area normally is described by naming the northern-most point first and giving the remaining points in clockwise order.

Compass points are used in place of the terms "left" and "right".

29 QUESTÃO

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (Valor: 3,0)

LEIA, NÃO TRADUZA

THE U.S. ARMY IN THE 1880's

It was always the same old story for the men in Army blue--too much to do over too large an area with too few men to do it.

Army strength during the 1880's averaged about 25,000, including 2,100 officers.

Officer promotions were stagnant. Many Civil War corps, division, brigade and regimental commanders found themselves occupying field and company grade positions.

In military technology, the Army approved the adoption in 1882 of the Lee magazine rifle, but a lack of funds prevented its manufacture and distribution.

The Army in the field was divided into four military divisions organized along geographical lines. There were also eleven departments and two military districts.

A typical staff would include an assistant adjutant general, an officer of the inspector general's department, a judge advocate, a chief quartermaster, a chief commissary of subsistence, a medical director, a chief paymaster, and the aide-de-camp to the commander.

The operational forces in the field consisted of twenty-five regiments of infantry, ten of cavalry and five of artillery, plus a battalion of engineers.

Each cavalry regiment contained twelve troops.

A regiment of artillery contained twelve batteries, two of which could be designated and equipped as light batteries when so authorized by the President.

A curiosity of the time was the battalion of engineer soldiers. It was composed of five engineer companies.

The soldiers of the frontier regiments were strong and proud.

RESPONDA, EM PORTUGUÊS, AS PERGUNTAS ABAIXO, REFERENTES AO TEXTO ANTERIOR:

1. Era rápido o acesso dos oficiais aos diversos postos da hierarquia militar?
2. Quem, no Estado-Maior, tinha atribuição para tratar dos assuntos pertinentes às finanças?
3. Por que o fuzil Lee deixou de ser fabricado e distribuído?
4. Qual a organização básica do Exército?
5. Como eram organizadas as forças operacionais?
6. Em síntese, qual era a grande dificuldade do Exército na década de 1880?
7. Que cargos exercia a maioria dos veteranos da Guerra Civil?
8. Quais eram as características do soldado de fronteira?
9. Quantos esquadrões tinha uma brigada de cavalaria?
10. Qual era a peculiaridade do batalhão de engenharia?
11. Quantas praças existiam no Exército em 1880?
12. Quem tinha autoridade para reduzir a potência de fogo dos regimentos de artilharia?



INFORMAÇÕES

Pesquisa de Redação

1. ARGENTINA FABRICA SEU CARRO DE COMBATE

Argentina apresentou no dia 9 de Julho, data da Independência do país, os protótipos de seu carro de combate e de sua viatura blindada de transporte de tropa.

A essas viaturas mecanizadas a Argentina soma toda uma família de aviões militares, entre os quais se destaca o "Pucara" desenhado especialmente para a luta antiguerrilha, recentemente mostrado na exposição aero-espacial de La Bourget, França. Com esse acervo a Argentina passou a figurar entre os países que possuem avançada tecnologia militar, o que contribui para seu prestígio internacional e a manutenção de sua posição entre os países industrialmente mais avançados da América Latina.

Os projetistas do TAM (Tanque Argentino Médio), como é designado o novo carro, segundo as notícias, aproveitaram todos os modelos disponíveis no mundo como base para seus estudos, embora tivessem um cuidado especial em adaptar o projeto às condições topográficas da Argentina.

Os protótipos foram construídos nas instalações industriais do Departamento de Fabricações Militares, em Córdoba. A produção em

escala industrial, provavelmente, irá requerer a participação de empresas privadas, que já manifestaram interesse em fornecer peças e inclusiva tecnologia para a fabricação do TAM.

Características do TAM — Pesa, armado para o combate, 30 ton., sendo guarnecido por 4 homens; seu comprimento, incluindo o canhão é de 8,26 m, sua largura é de 3,28 m e sua altura é de 2,42 m (apresentando com esses dados uma silhueta bem próxima da dos carros soviéticos). A potência instalada do TAM parece ser de 600 HP, o que lhe dá excelente potência relativa, permitindo que desenvolva 72 Km/h. Está armado com um canhão de 105 mm e duas metralhadoras, uma Mag coaxial e outra antiaérea. Confirmada essa fórmula tática, sem dúvida, o TAM se posiciona entre os principais carros do mundo.

Seu raio de ação é de 360 Km e equipado com tanques adicionais sua autonomia sobe para 900 Km. O TAM pode subir encostas de 60° de inclinação, subir obstáculos de até 1 m e tem condições de transportar rios até 4 m de profundidade.

Viatura Blindada de Transporte de Tropa — Este veículo apresenta características muito semelhantes ao TAM. Tem 6,79 m de comprimento (quase o mesmo do TAM, sem o canhão) e 3,28 m e 2,45 m, respectivamente de largura e de altura. Possui a mesma potência

de motor, desenvolve a mesma velocidade e tem, praticamente, o mesmo raio de ação do carro. Pesa 27,5 ton. e pode transportar 10 soldados, além da guarnição, composta por um condutor e um artilheiro. Está equipado com três metralhadoras, uma de 20 mm, outra Mag na frente e uma terceira na torre.

Modernização de Carros de Combate – Um porta-voz do Estado-Maior do Exército argentino informou a respeito de outros trabalhos que vêm sendo realizados no campo dos veículos militares, entre eles o de modernização e adaptação do carro de combate Sherman. Entre outras modificações, esse carro teve seu motor original substituído por um motor diesel, sua torre foi reformada e recebeu um canhão de 105 mm.

Folha de S. Paulo

2. SUPERIORIDADE DO PERU E DA VENEZUELA EM BLINDADOS

PERU e VENEZUELA possuem os mais poderosos corpos blindados da América Latina, superiores, em número e modelo, aos do BRASIL e da ARGENTINA – segundo “Armées d’Aujourd’hui” revista editada pelo Serviço de Relações Públicas das Forças Armadas da França.

A publicação estima em 260 e 120, respectivamente, o número de carros de combate de primeira linha que poderão ser postos em ação por unidades do PERU e da VENEZUELA. A Revista acrescenta que o BRASIL tem cerca de 150 carros operacionais, enquanto a ARGENTINA teria 120.

Outra revista especializada, “Armies and Weapons” – editada em inglês, francês, alemão e árabe – atribui ao Exército peruano “mais de 200 carros de combate T-55, de fabricação soviética” e assegura que esse país “espera receber igual número de T-62, também soviético, em consequência de recente acordo firmado em Moscou”.

Esta revista informa ainda que o Exército peruano conta também com 100 carros AMX-13 de fabricação francesa, armados com canhões de 90 mm. O T-55 e o T-62 estão armados com canhões de, respectivamente, 100 e 115 mm.

Segundo a mesma revista, o Exército venezuelano adquiriu 120 carros de combate AMX-30, em serviço nas Forças Armadas francesas e cujo calibre de sua peça é de 105 mm.

3.EMPLACAMENTO SÓ DE CARRO A ÁLCOOL

O Presidente do CNPq, ao encerrar um ciclo de palestras na Escola Superior de Guerra sobre Ciência e Tecnologia, defendeu a idéia de que a partir de 1979/80, os veículos só sejam empilhados se comprovarem a capacidade de queimar cerca de 30% de álcool na gasolina e 40% de álcool no óleo diesel.

Segundo sua proposta de aumentar a demanda a partir de 1985, somente devem circular no País veículos dotados de motores a álcool. Isto, a seu ver, consolidaria o mercado produtor-consumidor de álcool, e o País teria oportunidade de produzir motores com projeto e sob patentes brasileiras.

Para isso, segundo o conferencista, pesquisas no campo da Ciência e da Tecnologia deverão ser imediatamente deflagradas sob administração do CNPq e com o objetivo de explorar e otimizar a produção de álcool etílico a partir da cana-de-açúcar, madeiras, frutos e tubérculos de alto teor de amido.

Além dos tubérculos-mandioca, batata-doce e outros – o presidente do CNPq citou, como fontes de energia, o babaçu e produtos equivalentes da bacia amazônica.

4. BRASIL SERÁ 2º EM INFLAÇÃO E 5º EM CRESCIMENTO EM 1978

Um estudo realizado pela Editora McGraw-Hill – a maior em livros e revistas técnicas e de administração dos Estados Unidos – previu que o Brasil terá em 1978, com cerca de 40%, o segundo maior índice inflacionário do mundo, superado apenas pela Argentina com 100%.

O estudo acrescenta que o Brasil ocupará também o quinto lugar entre os países com maior índice de crescimento econômico com 6%, em seguida ao Irã e à Venezuela, que deverão alcançar 9%, à Noruega, com 8% e ao Japão, que chegará à faixa dos 7%.

O aumento de volume da produção das maiores nações industrializadas do mundo está previsto em 1978 em torno de 4,6%.

Folha de S. Paulo

5. PRISÃO DE GENERAL SUÍÇO POR ESPIONAGEM

Um tribunal militar suíço condenou, na cidade de Lausane, o General-de-Brigada Jean-Louis Jeanmaire, de 67 anos, a 18 anos de prisão por entregar segredos militares a agentes soviéticos.

Decidiu também o tribunal que Jeanmaire, para quem a Promotoria pedira 12 anos de prisão, será expulso do Exército. Sua mulher que está hemiplégica e que chegou ao local do julgamento em sua cadeira de rodas, foi absolvida.

Jeanmaire estava longe de ser um super-espião, segundo ficou provado ao longo do processo. Sua posição era de um personagem manipulado, por vaidade e até por uma boa dose de ingenuidade.

Em troca pelos serviços prestados, recebia bem pouca coisa. Jeanmaire – foi acusado de corrupção passiva, por ter recebido de militares soviéticos, para si e para sua mulher, pequenas gentilezas, tais como uma pulseira, abotoaduras, um aparelho de televisão e garrafas de vodka.

O General confessou ter entregue, a partir de 1962, a três diferentes adidos militares soviéticos, planos de mobilização geral da Suíça.

Jornal do Brasil

6. EUA APROVAM PROSEGUIMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DOS MÍSSEIS "CRUISE" E TESTAM A BOMBA DE NÉUTRONS

Conhecido pelas iniciais ALCM – que, em inglês, correspondem à expressão míssil de cruzeiro lançado do ar – ou mais comumente pelo termo "Cruise", este é um dos foguetes mais sofisticados desenvolvidos pela Força Aérea dos Estados Unidos. O projeto de sua construção começou em 1975 e, agora, com a recente aprovação do Governo norte-americano, entrará em escala

normal de produção.

O "Cruise" voa à baixa altitude e à elevada velocidade subsônica, podendo atingir distâncias superiores a 1.000 Km e dispõe de moderníssima aparelhagem de radar que o torna capaz de evitar os obstáculos que encontrar pela frente. Esse míssil carrega uma ogiva nuclear e no seu primeiro voo de prova, em março de 1976, alcançou uma velocidade de 709 quilômetros horários.

Segundo noticiam os jornais, pelo menos uma bomba de nêutrons foi detonada no campo de testes de Nevada, detonação que teria sido confirmada por fontes ligadas ao programa de testes de armas nucleares dos Estados Unidos.

A bomba de nêutrons é uma arma de precisão que desprende doses letais de radiação para deixar as vítimas sem ação, provocando morte lenta, sem destruir edifícios e outros materiais, isto é, sem provocar os efeitos de sopro e calor das armas nucleares comuns.

7. ICEBERGS – ESPIONES OU BASES MILITARES?

Um iceberg localizado em águas canadenses, equipado com instrumentos eletrônicos utilizados por homens e mulheres soviéticos, e que conta com um campo de pouso para helicópteros e pequenos aviões, está preocupando a OTAN.

O jornal "France Soir" citando fontes da própria OTAN, adverte que esse iceberg, que os soviéticos afirmam estar sendo usado apenas para pesquisas científicas, poderá ter sido preparado para funcionar como sistema de apoio a operações submarinas e com fins militares.

Segundo as mesmas fontes, os norte-americanos estão exortando os canadenses a não terem "reações excessivas", pois o Pentágono também tem utilizado icebergs como espiões.

Dos jornais

8. EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS BLINDADOS BRASILEIROS

Exportações já contratadas de veículos militares blindados proporcionaram à Engenheiros Especializados S/A – Engesa – de São Paulo, o volume mili-

mo de 80 milhões de dólares de encomendas até o final do mês de julho do corrente ano. O principal mercado da Engesa são os Estados Unidos e a África.

Esse montante poderá se elevar a mais de 91 milhões de dólares em função de entendimentos ainda em andamento, além de haver a possibilidade da empresa exportar conjuntos de tração para os Estados Unidos, cujo valor não está incluído nas cifras anteriores.

Só a cifra garantida representa significativo aumento nas vendas externas da Engesa, que em 1971 conseguia apenas 9 mil dólares com o primeiro fornecimento de conjuntos de tração à Colômbia.

9. CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO – (CTE)

O Centro Tecnológico do Exército (CTE), recém-criado, terá atuação na coordenação de pesquisas semelhante à do Centro Técnico Aero-espacial da Aerodinâmica.

Uma comissão escolherá o local onde serão construídas as instalações do CTE e dos órgãos que lhe serão subordinados: o IME, o IPD e o campo de provas da Marambaia, todos atualmente localizados no Rio de Janeiro.

O Instituto Militar de Engenharia continuará responsável pela formação do pessoal; o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento pelo desenvolvimento básico das pesquisas e o campo de provas da Marambaia, pelos testes dos equipamentos criados pelo IME e desenvolvidos pelo IPD.

O CTE deverá dar ao Exército melhores condições de levar adiante suas pesquisas para

a fabricação de equipamentos militares no País, dentro do esforço que realiza para substituir o material importado pelo material de fabricação nacional.

Noticiário do Exército

10. O MINOTAURO

Está sendo anunciado pela FFV da Suécia, um novo veículo que, sob controle remoto e acompanhando continuamente cada estágio da operação, pela televisão, pode detectar, escavar, retirar e desmontar, granadas não acionadas, minas terrestres, bombas e outros artefatos explosivos, com segurança.

O veículo é conhecido como FFV MINOTAURO, "Controle Remoto, Transportador de Granadas e Investigador de Minas".

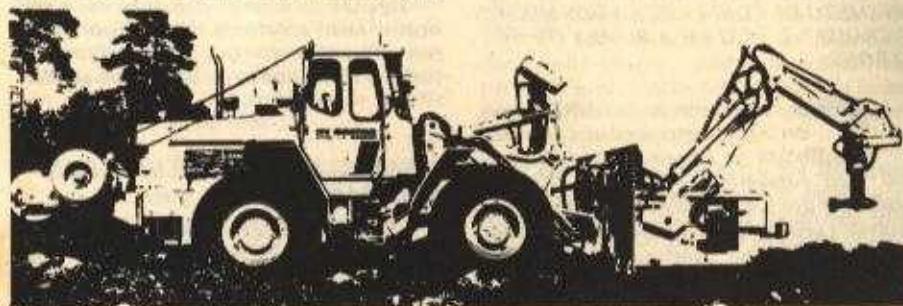
O MINOTAURO é montado sobre o veículo básico da Pá carregadeira VOLVO BM Tipo 846.

Sua utilização militar em campanha é limitada, porém, ampla na limpeza minuciosa de áreas e regiões minadas e bombardeadas.

Sua utilização, pela Polícia, como veículo de manuseio e desmontagem de artefatos explosivos é vantajosa, bem como no transporte de produtos especiais (radioativos, químicos etc.).

(1) FFV Companhia Estatal que fabrica equipamento de defesa.

EIBIS





LIVROS

1. **SOLJINITSIN, Alexandre. Arquipélago Gulag. Trad. de Francisco A. Ferreira, Maria M. Llistó e José A. Seabra. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército — Editora, 1976. 587 p.**

ARQUIPÉLAGO GULAG

Alexandre Soljinitzin

Co-edição da Biblioteca do Exército e DIFEL
..... páginas

O Capitão do Exército russo ALEXANDRE SOLJINITSIN, combatendo os alemães no front de Königsberg, foi detido e condenado, após " julgamento", a oito anos de prisão e a quatro de exílio em uma distante aldeia siberiana.

O motivo da prisão foi a sua correspondência com outro oficial russo, também detido, na qual fazia críticas de natureza política ao Governo e, em particular, ao "Papai Alcaide" codinome que, ingenuamente, escoheram para Stalin, julgando assim burlar a vigilância dos censores.

A vocação de escritor deste jovem de vinte e sete anos conduziu-o a observar e fixar toda a sua dolorosa experiência através das prisões, interrogatórios, viagens, campos de

trabalhos, ao longo dos onze anos em que esteve no Gulag (Administração Geral dos Campos), sigla do órgão que administra os campos de prisioneiros na Rússia. Mais que isso, o autor o confessa, o material para o livro, além do que trouxe na memória, foi lhe fornecido pelos relatos, recordações e cartas de cerca de duzentas e vinte e sete pessoas prisioneiras no Gulag e, também, de documentos oficiais russos.

Antes do prólogo o autor adverte: "No presente livro não há personagens imaginários, nem acontecimentos imaginários. Pessoas e lugares são mencionados pelos seus próprios nomes". E a narrativa se inicia, densa, patética, pungente, quase inacreditável.

O livro não é, portanto, apenas a narrativa de acontecimentos presenciados ou vividos pelo autor, de vez que procura descrever todo o drama dos cidadãos russos que ousavam manifestar dissidência ou incomodismo com o pesado aparelhamento estatal soviético. E, às centenas, conta episódios grotescos ou sórdidos, com os nomes dos personagens e os locais em que ocorreram, formando ao final um imenso painel descriptivo da incrível violência de que se utilizaram os comunistas, particularmente no período stalinista, para subjugar o povo russo.

Descreve, assim, em capítulos magistrais, as formas de detenção, as perseguições, os julgamentos, o tratamento aos prisioneiros da justiça, a vida nos campos de prisão, o transporte nos trens abarrotados para a Sibéria longínqua, enfim, todo o horror do Gulag.

Há episódios extremamente sugestivos, que caracterizam de forma inesquecível o ambiente que o autor procura transmitir a seus leitores, como a cena dos aplausos em uma conferência do Partido, na zona de Moscou, na década de 20. É proposta uma mensagem de fidelidade ao camarada Stalin e começam os aplausos, que se estendem freneticamente por mais de dez minutos, pois ninguém tinha coragem de ser o primeiro a deixar de aplaudir. Quem, afinal, o fez, o presidente da mesa dos trabalhos, acabou detido.

É chocante o domínio exercido pelos comissários políticos sobre os militares russos, de que é exemplo a própria prisão de Soljinitzin, capitão do Exército, preso na frente e levado para a retaguarda sem a menor consideração por suas insignias e por seu comportamento anterior em combate.

Soljinitzin é, de fato, um grande escritor, com extraordinário poder descriptivo e expressiva comunicação literária. A linguagem da edição em português é cuidada e correta. Arquipélago Gulag é um livro impressionante, cuja leitura se recomenda a todos os que se interessam por conhecer, em documentos insuspeitos, porque vívidos e reais, a cruel realidade dessa colossal mistificação que é o comunismo russo.

Gen Bda IVAN DE SOUZA MENDES,
ECEME.

2. MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército. (Curriculos e regimes na Academia Militar — 1810-1944)*. Rio, Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976. 368 p.

Eis uma obra fadada a ombrear, nas estantes da literatura castrense brasileira, com os magníficos trabalhos sobre o mesmo assunto de autores já consagrados, tais como Alencar Araripe, Paula Cidade, Adailton Pirassununga, Azevedo Pondé, etc.

Esta original e valiosa pesquisa de experiente técnico de ensino oficial de estado-maior, tentando determinar a rationalidade dos currículos das escolas de formação de oficiais da ativa de nosso Exército e se a didática nelas utilizadas, ao longo dos tempos, corresponderia aos melhores ensinamentos pedagógicos, não se restringe tão-somente a registrar simples dados enumerativos ou informativos, mas vai muito além ao apresentar precioso estudo sócio-político-econômico e histórico do Brasil, desde o início do século passado até a metade do atual.

Num debate franco e honesto sobre assuntos pedagógicos, abordando como tema central a questão das bases da estrutura intelectual da oficialidade da nossa Força Terrestre, o autor analisa os currículos, a filosofia e as reformas de ensino, os instrumentos legais reguladores do processo ensino-aprendizagem no Exército Brasileiro, os conflitos de idéias, as disputas entre os teóricos diretores do passado e os partidários do profissionalismo militar prático, as influências positivistas e republicanas na formação dos futuros oficiais, a produtiva ação das missões "indígena" e francesa em nossos quadros etc.

De estilo agradável e texto claro, o livro estuda em profundidade as múltiplas transformações sofridas, por nossas principais escolas militares de formação, da Real Academia até a Escola do Realengo, entremeando as apreciações a respeito do sistema de ensino com revelações pitorescas acerca de mestres ilustres e suas marcantes interferências nos principais acontecimentos da vida política nacional, o que torna a sua leitura amena e atraente.

A obra de Jehovah Motta acentua e explica o subjetivismo que norteou, durante largo período, a maciça formação matemática do Oficial brasileiro, principalmente do integrante das denominadas "armas científicas", a ponto de exigir-se do cadete a aplicação de fórmula para se armar barracas em um acampamento. Revela-nos que, nos idos de 1889, tivemos uma Escola Superior de Guerra destinada ao preparo de oficiais de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior. Assinala as idas e vindas ocorridas no ensino militar.

Portanto, não hesitamos em afirmar que, ao se lançar o moderno Exército Brasileiro em

demanda de bases científicas para eliminação do "achismo" dos seus currículos escolares, tendo por finalidade máxima o aproveitamento cada vez maior do sistema de ensino militar, sem dúvida alguma, "Formação de Oficial do Exército" é uma contribuição inestimável para o enriquecimento cultural de todos os responsáveis ou interessados pela educação das elites militares.

Lamentavelmente a pesquisa terminou no ano de 1944, marco de concretização do so-

nho de José Pessoa – a inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras, o berço das novas gerações de oficiais do Exército Nacional. Resta a esperança de que o autor se anime e complete sua obra, legando à posteridade um enfoque sobre o ensino militar contemporâneo.

**Ten Cel Art LUIZ PAULO MACEDO
CARVALHO. ECENE.**

POUPE TUDO QUE É SEU.

Existe mais gente hoje na face da terra do que em todas as épocas anteriores juntas. Somos quase 4 bilhões de pessoas.

E apenas neste século XX já gastamos mais recursos naturais do que em toda a história da humanidade.

No ano 2000 seremos 6 bilhões de pessoas. Como chegaremos lá?

O que é certo é que a gente precisa viver cada vez mais racionalmente. E mais certo ainda é começar a poupar já.

Poupe a terra. Poupe os rios. Poupe as florestas. Poupe água.

Poupe alimento. Poupe energia. Poupe combustível. E poupe dinheiro.

Veja o exemplo da Caderneta de Poupança:

E apenas 12 anos de poupança, construímos quase 2 milhões de novas habitações, o equivalente a dez cidades de Brasília. E oferecemos mais trabalho para milhões de brasileiros. E tivemos mais progresso.

Dizem que o amanhã ninguém sabe, mas quem poupa sabe.

